



ATAS DO VIII CONGRESSO DE HISTÓRIA LOCAL _



CONCEITOS, PRÁTICAS E DESAFIOS
NA CONTEMPORANEIDADE

VILA NOVA DE FAMALICÃO
2024

Atas VIII Congresso de História Local – Conceitos, Práticas e Desafios na Contemporaneidade

Edição

HTC-NOVA FCSH/CEF-UC

“De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local” - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Coordenação

Arminda Ferreira
Catarina Pimentel Neto
Catarina Veiga dos Santos
Diogo Ferreira
Eunice Relvas
Guilherme Sequeira
Inês José
João Francisco Pereira
João Pedro Santos
Liliana Caldeira
Maria Miguel Fresco
Maria Fernanda Rollo
Mariana Reis de Castro
Pedro Serra

Revisão Científica

Ana Paula Pires
António José Queiroz
Diogo Ferreira
Eunice Relvas
Jorge Fernandes Alves
Luís Alberto Alves
Maria Conceição Meireles
Maria Fernanda Rollo
Margarida Sobral Neto
Nuno Pousinho
Teresa Nunes

Compilação e edição gráfica

Catarina Pimentel Neto

ISBN 978-972-9347-69-6

Lisboa, novembro de 2025

Os textos publicados nestas atas são da responsabilidade dos/das respetivos/as autores/as.



Índice

Prefácio.....	5
---------------	---

História Local de Vila Nova de Famalicão

“De Famalicão para o Mundo”: um projeto integrado de dinamização da História Local - Arminda Ferreira e Luís Alberto Alves.....	15
Entre Vermoim e Famalicão: a luta dos “famalicenses” pela autonomia concelhia, c. 1700-1835 - Bernardo de Souza	31
O estudo das elites locais através dos seus arquivos familiares: o caso prático dos Alves de Requião e os Lopes, da fábrica de botões Sepol - Teresa Araújo	57
O movimento Arte Nova em Portugal: o caso particular de Vila Nova de Famalicão - Helena Maria da Silva Santana e Maria do Rosário da Silva Santana	73

Poder local, administração e culturas

O Monumento ao Infante D. Henrique no Porto: Uma ferramenta para a construção da identidade nacional portuguesa - Isabela Sousa Ramos	89
Os municípios e o termalismo no século XIX: o caso do Distrito de Viseu - Paulo Leitão	104
A luta pela nascente do Agroal: o braço de ferro entre os concelhos de Vila Nova de Ourém e de Tomar – 1933-1939 - Fábio Emanuel Oliveira	132
A evolução do conceito de anticomunismo a partir da análise da imprensa católica da ditadura e do processo revolucionário (1958-1974) - Patrícia Freitas	149

Feminismo, história das mulheres e trabalho

- O impacto da investigação sobre a condição feminina na Lourinhã, Oeste rural português na transição do século XIX/XX na História Local - Sofia Pina167
- Direitos materno-infantis das operárias na Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos de Xabregas (1927-1938) - Virgínia Baptista e Paulo Marques Alves180

Economia, património e migrações

- O Vale do Sousa e a emigração portuguesa para o Brasil: os brasileiros de tornavagem, a sua história e o seu património - Alda Neto200
- A colónia de andaluzes residente em Vila Real de Santo António (c. 1850–1914) - João Romero Chagas Aleixo224
- A Lavoura do Minho – o Retrato da Agricultura Minhota - José Pedro Reis245
- O Impacto do Caminho de Ferro na região do Baixo Tâmega na primeira metade do século XX - João Fidalgo262
- Bago a bago, enche-se a tripa e fica-se com a morcela: a morcela de arroz da região de Leiria - Leonardo Sousa288

Sociabilidades, associativismo e memória social

- Sociedade Filarmónica Ereirense, uma banda filarmónica centenária no Ribatejo: crise e superação (1920-2020) - Fábio Alexandre Faria300
- A Cooperativa Operária Barreirense "Os Corticeiros" e o seu papel na questão das subsistências do operariado corticeiro barreirense - Guilherme Costa Sequeira314
- "Vai depressa, que houve uma revolução. Não vou, estou de licença!": Mansores (Arouca) antes, durante e depois de abril de 1974 - José António Rocha334

Património, território e memória em rede

Rota Estrada D. Maria I / D. Maria Pia - Lúcia Serralheiro361

Prefácio

O VIII Congresso de História Local – Conceitos, Práticas e Desafios na Contemporaneidade, realizado em Vila Nova de Famalicão nos dias 15 e 16 de novembro de 2024, deu continuidade a um ciclo de encontros iniciado em 2017 e consolidado como um dos mais relevantes espaços de reflexão e partilha no domínio da história local em Portugal. Tal como nas edições anteriores, este congresso foi concebido como um fórum aberto, interdisciplinar e intergeracional, no qual investigadores, docentes, técnicos de arquivos e museus, e estudantes em início de percurso académico puderam discutir métodos, experiências e perspetivas que renovam o modo de pensar a história a partir do local.

Ao longo destes anos, os Congressos de História Local têm afirmado um compromisso duplo: por um lado, contribuir para a renovação historiográfica, compreendendo a história local as relações com outras dimensões de análise, designadamente a história global e transnacional, e as problemáticas da história social, cultural, económica e política que convoca; por outro, reforçar a sua dimensão cívica, reconhecendo a importância do território, da memória e do património como instrumentos de coesão e de cidadania. Essa dupla vocação – científica e pública – tem estado presente nas edições anteriores, procurando interrogar o papel da história local num tempo marcado pela aceleração das mudanças sociais e tecnológicas, pela multiplicação das escalas de pertença e pela urgência de salvaguardar patrimónios ameaçados pela homogeneização cultural e pela desvalorização das identidades territoriais.

Promovido pelo instituto História, Territórios e Comunidades, NOVA FCSH, Pólo do Centro de Ecologia Funcional – Ciência para as Pessoas e o Planeta da Universidade de Coimbra, em organização com o Instituto de História Contemporânea, o VIII Congresso de História Local contou ainda com a colaboração e acolhimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, em parceria com o projeto educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo: Contributos da História Local”. Inscreve-se, como tem

sido prática, na tradição de estreita colaboração entre academia e poder local que tem caracterizado este percurso coletivo. Famalicão destacou-se, uma vez mais, como território de referência pela forma como tem integrado a história, o património e a educação num projeto coerente de valorização cultural e social.

A pertinência do tema central decorre da necessidade de compreender a história local enquanto campo dinâmico e em constante redefinição, que não se limita à escala geográfica do concelho, da freguesia ou da comunidade, mas que dialoga com problemas e contextos mais amplos. A história local é hoje entendida como uma abordagem privilegiada para observar as relações entre o global e o particular, entre as macroestruturas e as micro-histórias, entre os processos de transformação e as experiências quotidianas. Esta perspetiva foi visível na diversidade das comunicações apresentadas, que combinaram investigações académicas, projetos de arquivo, iniciativas educativas e estudos de caso sobre património material e imaterial.

O congresso reafirmou a sua função essencial de plataforma de diálogo entre investigação e comunidade, entre conhecimento científico e práticas de mediação cultural. A abertura à participação de jovens investigadores – estudantes de licenciatura e de mestrado – reforçou o carácter formativo do encontro, permitindo que novas gerações se apropriem criticamente dos métodos e dos instrumentos da história local e contribuam para a sua atualização conceptual. Esta dimensão pedagógica, assumida de forma explícita desde as primeiras edições, consolida o congresso como um espaço de aprendizagem mútua, de experimentação e de construção de redes colaborativas.

Sob este enquadramento, o congresso de 2024 integrou um painel dedicado à História Local de Vila Nova de Famalicão, que reuniu um conjunto alargado de comunicação. Quatro dessas intervenções refletem-se neste livro, sendo representativos da diversidade de fontes, temas e abordagens que caracterizam o campo. Estes trabalhos constituem, em conjunto, um retrato multifacetado da forma como a história local pode ser mobilizada para compreender identidades, patrimónios e dinâmicas de transformação social e económica.

O texto de Arminda Ferreira e Luís Alberto Alves, “«De Famalicão para o Mundo»: um projeto integrado de dinamização da História Local”, apresenta e analisa o programa educativo e cultural homónimo promovido pelo município, que se inscreve na estratégia da Cidade Educadora e do Plano Estratégico Educativo Municipal. Trata-se de uma experiência assinalável de articulação entre história, pedagogia e cidadania, que integra museus, arquivos, bibliotecas e gabinetes técnicos num projeto comum de valorização da história local. O artigo evidencia como este programa, alicerçado numa metodologia socio-construtivista e interdisciplinar, transforma o ensino da história em prática ativa e participativa, aproximando os jovens dos lugares, das memórias e das pessoas que constituem o património do concelho. A valorização dos recursos locais – desde o Arquivo Municipal Alberto Sampaio à Biblioteca Camilo Castelo Branco, da Casa do Território aos museus municipais – demonstra a capacidade de Famalicão para conceber políticas de memória que são, simultaneamente, educativas e inclusivas.

No seu estudo “Entre Vermoim e Famalicão: a luta dos ‘famalicenses’ pela autonomia concelhia (c. 1700–1835)”, Bernardo de Souza reconstrói o longo processo de emancipação territorial e política que conduziu à criação do concelho de Vila Nova de Famalicão. Com base numa análise minuciosa de fontes administrativas e cartográficas, o autor traça o percurso das elites locais e das suas reivindicações, revelando a persistência de um sentimento de pertença e de identidade que antecede a própria fundação do concelho. O texto demonstra como a cartografia histórica pode ser mobilizada como instrumento de leitura política e simbólica do território, transformando-se num meio de representação das aspirações coletivas. Ao identificar a passagem de Vermoim a Famalicão como um processo de rutura e não apenas de continuidade, o autor contribui para uma compreensão mais complexa da formação dos poderes locais e das identidades municipais.

A comunicação de Teresa Araújo, “O estudo das elites locais através dos seus arquivos familiares: o caso prático dos Alves de Requião e os Lopes, da fábrica de botões Sepol”, evidencia o papel insubstituível dos arquivos privados na reconstituição

das trajetórias económicas e sociais das elites locais. Ao analisar os fundos documentais de duas famílias de perfis distintos – os Alves, proprietários rurais de longa linhagem, e Manuel de Sousa Lopes, industrial de origem modesta e fundador da Sepol –, a autora demonstra como estes acervos, muitas vezes esquecidos ou em risco de dispersão, oferecem perspetivas singulares sobre a mobilidade social, a cultura económica e a vida quotidiana. A comunicação reforça, ainda, a importância da preservação destes arquivos e a necessidade de políticas públicas e institucionais que incentivem a sua salvaguarda e digitalização.

Finalmente, o texto de Maria do Rosário da Silva Santana e Helena Santana, “O movimento Arte Nova em Portugal: o caso particular de Vila Nova de Famalicão”, propõe uma leitura inovadora do património arquitetónico e artístico local. As autoras mostram como a Arte Nova, expressão estética de modernidade e cosmopolitismo, encontrou em Famalicão um terreno fértil, alimentado pelo dinamismo industrial e pelo gosto cultivado das elites locais. Ao relacionar as formas decorativas, os materiais e as técnicas com o contexto económico e cultural da viragem do século XIX para o XX, o artigo destaca a ligação entre arte e indústria, entre estética e desenvolvimento, que marcou o processo de modernização da cidade.

Em conjunto, estes quatro estudos compõem um retrato integrado de Famalicão enquanto território de memória e de inovação, em que se cruzam dimensões educativas, políticas, económicas e artísticas. A partir de perspetivas distintas – o projeto educativo, a história institucional, os arquivos familiares e o património artístico – delinea-se uma visão coerente da história local como campo de experimentação metodológica e de construção identitária. O conjunto ilustra exemplarmente o propósito maior deste congresso: pensar a história local como um laboratório de práticas historiográficas e cívicas que ligam o passado ao presente, o conhecimento à ação e o território à comunidade.

Para além do núcleo dedicado a Vila Nova de Famalicão, as comunicações apresentadas no congresso permitem organizar um conjunto coerente de eixos

temáticos que ilustram a vitalidade atual da história local e a sua capacidade de articular escalas, métodos e objetos diversos.

Reúne-se no capítulo “Poder local, administração e culturas políticas”, um conjunto de estudos que interrogam a produção de identidades, a ação municipal e as disputas jurisdicionais. Em “O Monumento ao Infante D. Henrique no Porto: Uma ferramenta para a construção da identidade nacional portuguesa”, Isabela Sousa Ramos propõe a leitura do monumento como lugar de memória erigido num contexto finissecular de crise e patriotismo, mostrando como a iconografia e a retórica da inauguração foram mobilizadas para pedagogia cívica e reafirmação nacional a partir de uma iniciativa municipal. Em “Os municípios e o termalismo no século XIX: o caso do Distrito de Viseu”, Paulo Leitão coloca as câmaras municipais no centro da economia política do termalismo, distinguindo modelos de exploração e demonstrando, com séries de receita e despesa, como opções administrativas divergentes produziram trajetórias desiguais. Em “A luta pela nascente do Agroal: o braço de ferro entre os concelhos de Vila Nova de Ourém e de Tomar – 1933–1939”, Fábio Emanuel Oliveira reconstrói um litígio interconcelhio em torno de águas mineromedicinais, clarificando interesses e estratégias de cada município e a decisão técnico-jurídica que confirmou a posse de Ourém. Por sua vez, em “A evolução do conceito de anticomunismo a partir da análise da imprensa católica da ditadura e do processo revolucionário (1958–1974), Patrícia Freitas analisa, através do *Jornal da Beira*, continuidades e reconfigurações do anticomunismo católico entre ditadura e revolução, evidenciando a escala local de uma ideologia de alcance transnacional.

Sob a designação de “Feminismo, história das mulheres e trabalho” integram-se dois contributos que reequacionam o lugar das mulheres nas economias e sociabilidades locais, a partir de fontes que permitem recuperar práticas e experiências sub-representadas. Em “O impacto da investigação sobre a condição feminina na Lourinhã, Oeste rural português na transição do século XIX/XX na História Local”, Sofia Pina mostra o papel económico e social das mulheres num contexto rural marcado por fortes constrangimentos normativos, discutindo a divisão sexual do

trabalho e as primeiras inflexões propiciadas pela instrução. Em “Direitos materno-infantis das operárias na Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos de Xabregas (1927–1938)”, Virgínia Baptista e Paulo Marques Alves documentam um dispositivo pioneiro de proteção materno-infantil associado ao tecido fabril lisboeta, quantificando efeitos e caracterizando serviços médicos e sociais disponibilizados às operárias e suas famílias.

Em “Economia, património e migrações” destacam-se estudos que ligam circulação de pessoas, capitais e saberes à reconfiguração dos territórios. Alda Neto, em “O Vale do Sousa e a emigração portuguesa para o Brasil: os brasileiros de torna-viagem, a sua história e o seu património”, analisa o retorno e a sua materialização em edificado e filantropia, articulando biografias com identidade regional. Em “A colónia de andaluzes residente em Vila Real de Santo António (c. 1850–1914)”, João Romero Chagas Aleixo demonstra como uma colónia migrante foi vetor de industrialização conserveira e, mais tarde, de poder político local e regional. “A Lavoura do Minho – o Retrato da Agricultura Minhota”, de José Pedro Reis, toma o periódico homónimo (1912-) como plataforma de modernização agrícola e de mediação entre lavoura, indústria e associativismo (com destaque para a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Nova de Famalicão). Em “O Impacto do Caminho de Ferro na região do Baixo Tâmega na primeira metade do século XX”, João Fidalgo analisa a construção faseada da Linha do Tâmega e os seus impactos em mercadorias, passageiros e demografia. Finalmente, Leonardo Sousa, em “Bago a bago, enche-se a tripa e fica-se com a morcela: a morcela de arroz da região de Leiria”, trabalha uma iguaria como chave de leitura de estratégias de aproveitamento, diversidade microrregional e identidade gastronómica.

Em “Sociabilidades, associativismo e memória social” reúnem-se três textos sobre infraestruturas comunitárias e mecanismos de coesão. Em “Sociedade Filarmónica Eirense, uma banda filarmónica centenária no Ribatejo: crise e superação (1920–2020)”, Fábio Alexandre Faria reconstrói um século de resiliência associativa, do acolhimento na Casa do Povo à sede própria e escola de música. Em

“A Cooperativa Operária Barreirense Os Corticeiros e a questão das subsistências do operariado Corticeiro do Barreiro”, Guilherme Costa Sequeira mostra a cooperativa como resposta material (abastecimento) e cultural (biblioteca, aula, cinema) às necessidades de uma classe operária num território industrial. José António Rocha, em “‘Vai depressa, que houve uma revolução.’ ‘Não vou, estou de licença!’: Mansores (Arouca) antes, durante e depois de Abril de 1974”, contrasta a receção cautelosa do 25 de Abril numa freguesia rural com narrativas urbanas de euforia, articulando guerra colonial, mudança social pela educação e projetos gorados do pós-revolução.

Por fim, “Património, território e memória em rede” é representado por “Rota Estrada D. Maria I / D. Maria Pia”, de Lúcia Serralheiro, que descreve uma rota intermunicipal sustentada em história oral, acervos escritos e ativação patrimonial, ligando comunidades por uma memória infraestrutural comum e experimentando dispositivos de mediação (totens com QR, visitas, escutas públicas).

No seu conjunto, os textos publicados espelham três linhas de força do congresso: a centralidade das fontes locais (administrativas, seriais, privadas e orais) como alavanca de renovação; a capacidade de articular microanálise e enquadramento estrutural; e a abertura da história local a dimensões cívicas de preservação, mediação e participação.

O VIII Congresso de História Local confirmou a maturidade de um percurso iniciado em 2017, mantendo o equilíbrio entre exigência historiográfica e compromisso com a comunidade. A diversidade de casos e metodologias — da história política e administrativa à história social do trabalho, da economia e migrações ao património material e imaterial, passando pela história da alimentação e pelas práticas de mediação — traduz uma agenda comum: compreender como se fazem e refazem os territórios, as identidades e as memórias a partir dos seus próprios arquivos, vozes e lugares.

Cumpramos agradecer às instituições que tornaram possível esta edição: à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, instituição

que enquadra a comissão organizadora responsável pela promoção e organização científica deste encontro; à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, que generosamente acolheu o congresso e assegurou as condições para o seu bom decurso e que viabiliza a publicação destas atas; e ao projeto educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo: Contributos da História Local”, cuja articulação exemplar entre museus, arquivos, bibliotecas e equipas técnicas constitui hoje uma referência nacional no modo de ligar conhecimento, escola e cidade.

Uma palavra de reconhecimento é devida às equipas dos arquivos e museus municipais, às bibliotecas e aos serviços técnicos que apoiaram investigadores e estudantes no acesso às fontes, na preparação logística e no acolhimento dos participantes. Assinale-se, em particular, a dedicação da organização local, cuja coordenação rigorosa, atenção a cada detalhe e sentido de hospitalidade foram determinantes para o êxito do encontro — com um agradecimento especial à Dra. Arminda Ferreira, cuja entrega e entusiasmo deram forma e continuidade a este projeto coletivo.

Agradece-se igualmente a todos os autores que aqui publicam as suas comunicações, pela qualidade do trabalho apresentado e pela disponibilidade para o diálogo; aos moderadores e participantes nas sessões, cuja interlocução enriqueceu a reflexão e favoreceu um verdadeiro espírito de comunidade; e aos estudantes de licenciatura e de mestrado, cuja presença ativa e curiosidade intelectual trouxeram novas perguntas e energia crítica às discussões.

Entre todos, merece particular destaque a Comissão Científica, que assegurou o rigor da seleção e a coerência do programa, contribuindo para manter o nível de exigência e de abertura que caracteriza este ciclo de congressos.

Por fim, uma palavra de reconhecimento profundamente sentida ao Professor Luís Alves, docente e investigador que tem dedicado a sua vida à educação, aos alunos e à valorização do ensino superior. A sua ação persistente, marcada pelo compromisso com o conhecimento, pela defesa do papel da escola pública e pelo incentivo à história

local como ferramenta de cidadania, foi a razão maior que motivou a realização deste Congresso em Vila Nova de Famalicão.

As atas agora publicadas preservam e projetam este esforço coletivo. Mais do que registrar, convidam a continuar: a história local que aqui se pratica — crítica, documentada, aberta à comunidade — é, ela própria, um compromisso com o futuro. É nesse espírito que se reafirma a continuidade dos Congressos de História Local como espaço de partilha, rigor e cooperação, onde a investigação se encontra com a vida dos lugares e com as pessoas que lhes dão sentido.

Maria Fernanda Rollo

Outubro de 2025

História Local de Vila Nova de Famalicão

“De Famalicão para o Mundo”: um projeto integrado de dinamização da História Local

Arminda Ferreira (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão)
Luís Alberto Alves (FLUP-CITCEM)

Resumo

O programa educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local” do Município de Vila Nova de Famalicão insere-se no eixo 2 – “Cidade Inovadora e Criativa”, no âmbito da educação para as artes e património, inscrito no Plano Estratégico Educativo Municipal. Está fundamentado no conceito - «Cidade Educadora» -, na legislação emanada pelo Ministério da Educação e outros documentos legislativos, nomeadamente a Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão.

Propõe um conjunto de sugestões pedagógico-didáticas com o intuito de se atribuir à História e Património Local mais relevância para os alunos, do 1.º ciclo ao ensino secundário, concedendo-lhe mais visibilidade nos conteúdos programáticos, especialmente em História na sua relação com a História Nacional e Universal. Apesar de se assumir um enfoque relevante na História, outras disciplinas como a Geografia, Línguas, Filosofia, Ed. Visual/Artes Visuais, Matemática, Ciências, etc. colaboram no projeto no sentido de articular conhecimentos sob várias perspetivas e, assim, construir-se uma visão mais abrangente do Mundo.

Este programa educativo e cultural propõe a dinamização de atividades educativas e culturais para exploração da história e do património local, apoiadas por um conjunto de valências culturais à escala concelhia. Pretende oferecer aos agentes educativos, deste território, sugestões que integrem um conjunto de fontes históricas e património local, e conseqüentes ações estratégicas interativas com significado para os alunos, quer em contexto de sala de aula através de aulas-oficina, quer em visitas de estudo presenciais às diversas unidades culturais, com o apoio das oficinas pedagógicas direcionadas para as aprendizagens essenciais, por ano de escolaridade,

quer de visitas virtuais, através de vídeos, exposições virtuais e acesso a fontes escritas e iconográficas alojadas em plataformas web.

Palavras-chave: Local; Global; Famalicão; Cidade Educadora.

Abstract

The educational and cultural programme “From Famalicão to the World: contributions from Local History” of the Municipality of Vila Nova de Famalicão falls within axis 2 – “Innovative and Creative City”, within the scope of education for the arts and heritage, included in the Municipal Strategic Educational Plan. It is based on the concept of “Educating City”, on the legislation issued by the Ministry of Education and other legislative documents, namely the Educational Charter of the Municipality of Vila Nova de Famalicão.

It proposes a set of pedagogical and didactic suggestions with the aim of giving History and Local Heritage greater relevance for students, from the 1st cycle to secondary education, granting it greater visibility in the syllabus, especially in History in its relationship with National and Universal History. Although the focus is on History, other subjects such as Geography, Languages, Philosophy, Visual Arts, Mathematics, Sciences, etc. collaborate in the project to articulate knowledge from various perspectives and, thus, build a more comprehensive vision of the World.

This educational and cultural program proposes the promotion of educational and cultural activities to explore local history and heritage supported by a set of cultural activities on a municipal scale. The aim is to offer educational agents in this area suggestions that integrate a set of historical sources and local heritage, and consequent interactive strategic actions with meaning for students, whether in the classroom context through workshop classes, or in face-to-face study visits to various cultural units, with the support of pedagogical workshops aimed at essential learning, by school year, or virtual visits, through videos, virtual exhibitions and access to written and iconographic sources hosted on web platforms.

Keywords: Local; Global; Famalicão; Educating City.

1. O projeto e a visão estratégica

Na linha de orientação direcionada para as questões educativas do concelho de Vila Nova de Famalicão, enquadrada no conceito de «Cidade Educadora», o projeto educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo – Contributos da História Local” apresenta um conjunto de propostas e sugestões com o intuito de atribuir à História Local mais relevância histórica, concedendo-lhe mais visibilidade nos conteúdos programáticos, na sua relação com a História Nacional e Universal, a partir da dinamização de um conjunto de valências culturais à escala concelhia.

Na construção deste projeto – “De Famalicão para o Mundo – Contributos da História Local” - privilegiou-se uma metodologia socio-construtivista de ensino e aprendizagem, cuja conceptualização perpassa nos recentes diplomas emanados pelo Ministério da Educação (Decreto-Lei n.º 55, de 6 de julho 2018; Decreto-Lei n.º 54, de 6 de julho de 2018; Despacho n.º 6944-A/2018), bem como em legislação relativa aos Museus Portugueses, Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto, Código Deontológico do ICOM, Lei 107/2001, de 8 de setembro que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. O projeto baseou-se também em documentos que reconhecem as potencialidades educativas às parcerias entre o poder local e os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro¹, Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto², e documentos emanados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente o Plano Estratégico Educativo Municipal 2017-2025, Educa 25’ – Famalicão inovador, inclusivo e participado³ e a Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão⁴).

Pretende-se que este Projeto não seja fechado e estanque, mas, pelo contrário, esteja em constante construção e aberto a toda a comunidade educativa do concelho

¹ Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, consultado em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/118748848/details/maximized>

² Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, consultado em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/116068877/details/normal?l=1>

³ Consultado em: http://www.famalicaoeducativo.pt/_plano_estrategico_educativo_municipal

⁴ Consultado em: http://www.famalicaoeducativo.pt/_carta_educativa

de Vila Nova de Famalicão. Não se pretende que seja entendido como uma “receita” de planificação para os Domínios de Autonomia Curricular (DAC’s). Pretende-se sim, que as “sugestões de competências/conteúdos a planificar e operacionalizar pelas equipas multidisciplinares”, inicialmente elaboradas em trabalho colaborativo com docentes de diferentes grupos disciplinares de Vila Nova de Famalicão, sejam um instrumento de trabalho facilitador do desenvolvimento de propostas de trabalho motivadoras para os alunos. Estas propostas deverão direcionar-se para o Património e para a História Local, em diálogo com contextos mais amplos, como o nacional e o global. Estas sugestões devem, de acordo com as perspetivas de trabalho interdisciplinar⁵, ser operacionalizadas em produtos (recursos e trabalhos) realizados pelas equipas multidisciplinares envolvidas.

Realizando-se em Famalicão este VIII Congresso de História Local, e sendo norma na sua estruturação a criação de um painel próprio sobre estudos da localidade onde se realiza, considerou-se uma ótima oportunidade para apresentar a estrutura e o caminho já percorrido. Três razões principais foram consideradas: os anos de implementação que o projeto já tem e a abundância de recursos que o foram solidificando, estando disponíveis a todos os interessados; a grande rotação de professores verificada neste ano letivo (2024-2025) que trouxe até Famalicão muitos docentes que o desconheciam; a apresentação pública de investigações recentes sobre a realidade histórica famalicense, geradoras de interesses para futuras incursões académicas, ou não, mas trazendo sempre perspetivas novas e permitindo a articulação entre a realidade científica e a educativa.

2. Do global para o local

Qualquer projeto consistente tem necessidade de se inscrever num quadro que ultrapasse a localidade ou região e esteja ao serviço de algo mais estrutural e globalizado. Há, atualmente, múltiplos programas e iniciativas a nível nacional,

⁵ Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, artigo 3, alínea e.

européu e mundial que servem como metas ambiciosas para olharmos longe e não ficarmos confinados aos muros à nossa volta.

A Carta das Cidades Educadoras de 1990, posteriormente atualizada em 2004 e 2020, determina, por exemplo, que essa designação implicará a educação na diversidade, combatendo qualquer forma de discriminação, e acolherá tanto as iniciativas vanguardistas como as de cultura popular, independentemente da sua origem, contribuindo para corrigir as desigualdades na promoção cultural. A Agenda 2030 das Nações Unidas inscreve no ODS 4.7 a necessidade de se promover uma educação que valorize a diversidade cultural e reconheça o contributo da cultura para o desenvolvimento sustentável. O Roteiro para a Educação Artística da UNESCO que influenciou em Portugal o Plano de Educação Estética e Artística e o atual Plano Nacional das Artes, refere a importância de alargarmos o conceito de arte e de educação estética, garantindo a incorporação na sua abordagem de exemplos da cultura material e patrimonial que reforce a identidade dos espaços e das comunidades.

Os exemplos da Rede de Cidades Criativas como a Biblioteca Central Oodi de Helsínquia, o projeto “En Residencia” de Barcelona, o caso da música como fator de identidade utilizada pela cidade de Katowice (ou, no nosso caso, o exemplo do Fado ou do Cante Alentejano), bem como a Agenda Cultural XXI dedicando um capítulo específico à relação entre a cultura e a educação e relembrando o papel da educação, da aprendizagem e da formação contínua no exercício dos direitos culturais, materializam propostas para iniciativas ao nível da educação formal e não formal, em ambientes propícios às artes e à cultura, integrando a compreensão da importância da criatividade, da diversidade, da memória e do património, enquanto elementos-chave da aprendizagem e da construção da pessoa.

Este enquadramento mais holístico visa a criação daquilo que se designa por *sociedade aprendente* na expressão feliz de Taddei (2019) que, curiosamente, tem um amplo sentido temporal, quando era norma dizer que era necessária uma aldeia (ou uma comunidade) para a educação de uma criança. Hoje, torna-se urgente criar

recursos sustentados e pedagogicamente adaptados às diferentes faixas etárias, para que o património não passe despercebido ou incompreendido, mas seja aproveitado para reforçar identidades e responsabilidades cívicas.

Tendo em conta este desiderato e esta ambição, o programa “De Famalicão para o Mundo” procura de forma integrada fornecer aos educadores e aos famalicenses em geral meios para cultivarem a pertença a um espaço que, historicamente, se deseja inclusivo na perspetiva transgeracional.

3. Operacionalização do projeto no âmbito de políticas educativas

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, é a Lei-quadro que determina a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. De acordo com o Decreto-lei n.º 21 de 2019, artigo 7, n.º 3, os municípios têm um papel fundamental no desenvolvimento de estratégias que promovam o sucesso educativo.

O Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho de 2018, direciona a política educativa para uma educação inclusiva, garantindo a igualdade de oportunidades e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos, ao longo dos 12 anos de escolaridade obrigatória. Considera-se a educação, o alicerce essencial para a valorização dos cidadãos, para uma cidadania democrática e para o desenvolvimento sustentável do país. Para tal, pretende-se uma educação de qualidade, que promova uma sociedade baseada na aprendizagem, no saber e nas qualificações, como requisito basilar para uma comunidade coesa e progressiva⁶. Assim, e tendo em mente a aposta numa escola inclusiva, a opção de um ensino de qualidade implica que as aprendizagens efetivas e significativas e, os conhecimentos consolidados, sejam mobilizados em situações concretas, favorecendo o desenvolvimento de competências de nível elevado. Neste sentido, foram identificadas aprendizagens essenciais que possibilitassem uma efetiva flexibilização e gestão curriculares, por parte das escolas e dos docentes.

⁶ Consultado em: <https://dre.pt/home/-/dre/115738779/details/maximized>

O presente projeto “De Famalicão para o Mundo – Contributos da História Local”, tomando por referência o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, emanado do Ministério da Educação, no que concerne ao *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*⁷ e às *Aprendizagens Essenciais*⁸, pretende proporcionar algumas sugestões de trabalho a agentes educativos, nomeadamente do concelho de Vila Nova de Famalicão. Essas sugestões integram um conjunto de fontes históricas de património local, e conseqüentes ações estratégicas de ensino e aprendizagem, com significado para os alunos, nomeadamente em visitas de estudo a diversas valências culturais (Solé, 2012; Pinto, 2003), assim como em aulas-oficina (Barca, 2004). Pretende-se contribuir para o desenvolvimento do pensamento histórico dos alunos, a partir de formulações de questões sobre evidência histórica (Cooper, 2004; Lee, 2005).

Com este projeto pretende-se o desenvolvimento de aprendizagens significativas, em articulação interdisciplinar - Domínios de Autonomia Curricular (DAC) -, tendo como objetivos o desenvolvimento de competências cognitivas e socioafetivas. Com este propósito, deve-se respeitar o tempo para a consolidação e gestão integrada do conhecimento por parte dos alunos, valorizar a diversificação de procedimentos e instrumentos de avaliação, a promoção de capacidades de pesquisa, análise, domínio de qualidades de interpretação e argumentação, e capacidade de trabalhar com autonomia e cooperativamente⁹.

O projeto “De Famalicão para o Mundo: Contributos da História Local” pode integrar todas as disciplinas, dependendo do tema a trabalhar e do perfil de alunos que compõem as turmas (interesses, motivações, dificuldades, etc.). Promove-se,

⁷ O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória define as áreas de competências que se pretende que as/os alunos/as alcancem no final do 12.º ano de escolaridade. É a matriz orientadora comum para as ofertas das escolas e para a organização do seu trabalho no que diz respeito ao planeamento, ao ensino, à aprendizagem e à avaliação.

⁸ Conhecimentos a adquirir, identificados como os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos, bem como de capacidades e atitudes a desenvolver obrigatoriamente por todos os alunos em cada componente do currículo ou disciplina, tendo, em regra, por referência o ano de escolaridade ou de formação.

⁹ Consultado em: <https://dre.pt/home/-/dre/116132275/details/maximized?serie=I&day=2018-08-20&date=2018-08-01>

desta forma, o desenvolvimento e sucesso educativo, sustentado e adequado às práticas e conceitos de «Educação ao Longo da Vida», «Cidade Educadora» e «Desenvolvimento Humano Sustentável»¹⁰, para que germinem cidadãos mais conscientes e responsáveis num mundo cada vez mais globalizante.

No sentido de garantir que todos os alunos desenvolvam as áreas de competências específicas e transversais, previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, o presente projeto contempla sugestões de Aprendizagens Essenciais em articulação interdisciplinar e transdisciplinar para facilitar o trabalho às equipas multidisciplinares de docentes (equipa educativa), para a flexibilização do currículo. Assim, a partir da corresponsabilização pelas aprendizagens globais de um grupo alargado de alunos de um mesmo ano ou ciclo de escolaridade, privilegia-se a flexibilização dos tempos e dos espaços de aprendizagem, a diferenciação pedagógica, a aprendizagem colaborativa através de grupos de trabalho, de forma que seja possível às equipas educativas dar visibilidade aos temas da História Local. Sublinhe-se que o trabalho com os alunos deve respeitar os ritmos de aprendizagem de cada um e as suas capacidades cognitivas e, de alguma forma, também os seus interesses.

De realçar que o presente projeto não pretende ser um documento fechado, mas sim aberto - “De e para Todos” - a propostas e sugestões de natureza pedagógica e científica, já que na sua construção se envolveu os docentes dos diferentes grupos e níveis disciplinares a lecionar no concelho de Vila Nova de Famalicão, quer da Rede de Escolas Públicas, quer Privadas, e se auscultou, oralmente, estudantes de diferentes anos de escolaridade sobre sugestões de temas que gostariam de abordar relacionados com a História/Património Local.

Pretende-se, assim, que os estudantes, sejam agentes ativos em todo o projeto, e que desde cedo desenvolvam uma consciência histórica que lhes permita assumir na sociedade uma posição fundamentada, reconhecendo a utilidade da História para compreender de forma integrada o Mundo em que vivem, facilitando-lhes a construção da sua identidade, no plano individual e coletivo. A História, através da

¹⁰ Regulamento da Organização dos Serviços Municipais – Despacho n.º 110/2014.

análise fundamentada e crítica de situações passadas, é fundamental para promover a cultura de autonomia e responsabilidade¹¹.

4. Espaços de memória e projetos patrimoniais em Famalicão

São vários os equipamentos culturais e educativos existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão que permitem criar ambientes de aprendizagem, propícios à construção de conhecimentos, com acesso privilegiado a informações inspiradoras e motivadoras para os estudantes.

Os museus têm responsabilidades específicas para com a sociedade em relação à proteção e às possibilidades de acesso e de interpretação dos testemunhos primários reunidos e conservados nos seus acervos¹², mas também são equipamentos que mobilizam estratégias de aprendizagem e, deverão ser entendidos como recursos de aprendizagem que podem responder aos desafios das Escolas.

O concelho de Vila Nova de Famalicão é dotado de onze museus¹³ e uma coleção visitável¹⁴, com diferentes tutelas, municipal e privada:

- Museu Bernardino Machado;
- Casa de Camilo – Museu. Centro de Estudos;
- Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave;
- Casa-Museu Soledade Malvar;
- Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa;
- Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado;
- Museu da Fundação Cupertino de Miranda – Centro Português do Surrealismo;
- Museu do Automóvel;

¹¹ Direção-Geral da Educação, consultado em <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>

¹² Código Deontológico do ICOM para Museus, Secção 3, p.11.

¹³ Casa de Camilo. Museu, Centro de Estudos; Museu Bernardino Machado; Museu Fundação Cupertino de Miranda – Centro Português do Surrealismo; Museu Ferroviário Núcleo de Lousado; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave; Museu do Automóvel; Museu da Guerra Colonial; Casa-Museu Soledade Malvar; Museu de Cerâmica Artística da Fundação Castro Alves.

¹⁴ Museu da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe.

- Museu da Guerra Colonial;
- Museu da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe;
- Museu de Cerâmica Artística da Fundação Castro Alves.

Dos onze museus, três integram a Rede Portuguesa de Museus: Casa de Camilo – Museu. Centro de Estudos, Museu da Fundação Cupertino de Miranda – Centro Português do Surrealismo e Museu Bernardino Machado.

O serviço educativo de cada Museu “serve de mediador entre a concretização de projetos/ações (...) e o público em geral”¹⁵, na realização de visitas orientadas a grupos escolares, execução de atividades lúdico-didáticas, e/ou realização de outro tipo de ações nos museus, como por exemplo, oficinas didáticas, aula cooperativa (professor/mediador), empréstimo de acervo ou outro material educativo para exposições temporárias nas escolas, entre outras atividades¹⁶.

Os Museus de Famalicão pretendem, deste modo, ser mediadores de memórias patrimoniais entre o passado e o presente, e entre o local e o universal.

As onze unidades museológicas que integram os Museus de Famalicão são recursos privilegiados no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que contém em si fontes históricas primárias de natureza diversificada: vestígios materiais, fontes escritas e iconográficas, permitindo o acesso direto ao estudo da História Local e do seu Património¹⁷.

A **Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco**, de acordo com os princípios consignados pelo Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, desenvolve o seu desígnio de promoção do livro e da leitura assumindo-se como a porta local de acesso à informação e ao conhecimento, fornecendo as condições básicas para a

¹⁵ Art.º 269 do Código Regulamentar Sobre os Bens e Equipamentos, do Município de Vila Nova de Famalicão (Aviso n.º 61/2016) de 5 de janeiro de 2016.

¹⁶ A execução de tais atividades quer de marcação, preenchimento de formulário adequado e da aprovação do Pelouro competente.

¹⁷ Consultado em: https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/rede_museus_brochurapt

aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais¹⁸.

Assim, consciente da sua missão de “porta local de acesso à informação e ao conhecimento”, a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco assumiu também o compromisso, numa lógica virtual, de disponibilizar o acesso digital¹⁹ a dois importantes acervos do seu Fundo Local: “**A Oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão**”²⁰ e “**Biblioteca Vasco de Carvalho**”²¹ onde estão disponíveis um grande conjunto de fontes escritas e iconográficas, de natureza primária e secundária, sobre o concelho de Vila Nova de Famalicão, podendo os alunos entrar em contacto direto com as mesmas²².

Na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco encontra-se sediada a “Antena de Informação Europeia”, assumindo-se como uma extensão do Centro de Informação *Europe Direct* de Barcelos²³, possibilitando o acesso a informação produzida pelas instituições europeias²⁴.

O **Gabinete de Arqueologia**, situado na Casa do Território, é um serviço que tem como objetivo a coordenação, estudo, valorização, proteção e divulgação do património arqueológico do concelho.

O **Gabinete de Património Cultural**, desde o ano de 2014, disponibiliza aos cidadãos o acesso, de forma fácil e cómoda, a um vasto conjunto de aspetos/informações relacionados com cultura e identidade famalicenses. A

¹⁸ Consultado em:

<http://www.bibliotecacamilocastelobranco.org/?co=5018&tp=4&cop=37&LG=0&mop=5019&it=page>

¹⁹ Consultado em:

<http://www.bibliotecacamilocastelobranco.org/?co=6499&tp=4&cop=5022&LG=0&mop=5022&it=page>

²⁰ Consultado em: <http://famalicaopub.bibliopolis.info/OPAC/search/results?p=B50A57AD-D734-4C8F-B916-6A7A0646860A>

²¹ Consultado em: <http://famalicaopub.bibliopolis.info/OPAC/search/results?p=C41BF6C1-43E0-48C2-B82B-BBA2ADFB6EA7>

²² Consultado em:

<http://www.bibliotecacamilocastelobranco.org/?co=6499&tp=4&cop=5022&LG=0&mop=5022&it=page>

²³ Consultado em <http://www.ciedbarcelos.ipca.pt/>

²⁴ Consultado em

<http://www.bibliotecacamilocastelobranco.org/?co=5025&tp=4&cop=0&LG=0&mop=5026&it=page>

plataforma web “FAMALICÃO ID” (disponível em <http://www.famalicao.org>), é um projeto desenvolvido pelo Município de Vila Nova de Famalicão em colaboração com a Sistemas do Futuro - Multimédia, Gestão e Arte, Lda., que possibilita um acesso público à informação, de forma integrada, produzida pelas diversas unidades culturais (museus e gabinetes técnicos) dependentes do Município de Vila Nova de Famalicão²⁵.

A informação disponibilizada conta já com milhares de registos, e é constituída por dados relativos a imóveis existentes e outros já desaparecidos (edifícios, monumentos, arte pública, etc.), objetos e documentos (fotografias, material gráfico e bibliografia). A partir da sua página de entrada, dá-se destaque a alguns imóveis (para encontrar mais terá de avançar pela área das pesquisas), organizados segundo cinco áreas distintas: Património Edificado (Azul); Património Arqueológico (Roxo); Arte Pública (Verde) e Lugares de Memória (Laranja).

O **Arquivo Municipal Alberto Sampaio** reúne um valioso acervo, devidamente organizado e descrito desde 1995. Os fundos reunidos no Arquivo refletem a preocupação em recolher prioritariamente a documentação dos organismos públicos e os arquivos pessoais e/ou familiares. Ao longo dos anos, incorporou a documentação municipal e outros fundos públicos, bem como vários arquivos particulares: Fundo da Câmara Municipal: 1685-2017; Fundo Câmara do Couto de Landim: 1790 (?); Fundo Colegiada de S. Tiago de Antas: 1295; Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão: 1851-1935; Arquivo pessoal Joaquim José Sousa Fernandes: 1849-1928; Arquivo pessoal Daniel Rodrigues: 1877-1951; Sistema de Informação da Família de Alberto Sampaio: 1841-1941; Arquivo pessoal José de Azevedo Menezes: 1849-1938; Coleção Sousa Cristino: 1890?-19??; Coleção Humberto Fonseca: 1897-?; Coleção de fotografia: 1943-1970; Sistema de Informação Arquivo da Casa de Pindela: 1500 à atualidade; Arquivo Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão: 1890-2004; Arquivo Rotary Club de Vila Nova de Famalicão: 1970-

²⁵ “Uma janela para o Território...e outra para o Património” in *Boletim Municipal Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, março de 2018, pp. 24-25.

2016; Projeto do Novo Edifício dos Paços do Concelho, Tribunal, etc. da CMVNF / Januário Godinho: 1952-1962.²⁶

A **Casa do Território**, localizada no Parque da Devesa, é um equipamento cultural que tem como propósito ser um espaço de diálogo, participação, prospetiva e aprendizagem sobre o território de Vila Nova de Famalicão e da sua região envolvente. Contribui para formação de uma cidadania ativa e criativa de diversos públicos, valorizando elementos associados à sua identidade e apelando à participação das populações na promoção do desenvolvimento sustentável. Está munida de um auditório, para a realização de conferências, palestras e reuniões, e de dois espaços expositivos (um permanente e outro temporário) para promover a participação ativa de públicos de diferentes origens e idades, pelo debate de ideias e a sua mobilização para as principais questões determinantes para o futuro do território municipal (e regional), tendo por base o envolvimento de entidades públicas e da sociedade civil, em geral²⁷.

A exposição permanente “Tempo, Espaço & Ser: Território de Vila Nova de Famalicão” pretende conduzir os visitantes por uma viagem pelo território famalicense, desde a sua génese até aos nossos dias, através dos domínios territorial, cultural, económico e social.

A **Galeria Municipal Ala da Frente**, nas palavras do seu curador, António Gonçalves, é um espaço de exposições que surge com o nome «ala da frente», pelo facto da sala de exposição se encontrar na ala da frente do edifício do Museu Bernardino Machado, remetendo-nos para outras leituras possíveis no âmbito da identificação do espaço, como um local que pretende mostrar o que de mais inovador e de referência se está a desenvolver no campo da criação artística. Neste espaço propõe-se mostrar exposições de arte contemporânea, numa linha de programação

²⁶ Consultado em: <http://www.arquivoalbertosampaio.org/>

²⁷ Consultado em: http://www.parquedadevesa.com/_casa_do_territorio_apresentacao

possibilitadora de aceder ao núcleo de artistas que têm um trabalho consolidado, inovador e coerente.²⁸

O programa educativo «**Viagens pelo Património Cultural.**» é um projeto de Educação Patrimonial, dinamizado pelo Município de Vila Nova de Famalicão para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico. O projeto compreende duas partes: a primeira, em contexto de sala de aula, com a exploração de uma Maleta Pedagógica²⁹ efetuada com a deslocação de um técnico do município; uma segunda parte, em que os alunos se deslocam em visita de estudo ao contexto patrimonial, previamente apresentado. Tem como objetivos fomentar a descoberta e o interesse pelo Património Cultural do concelho de Vila Nova de Famalicão; dar a conhecer aos mais jovens o valor dos bens culturais, materiais e imateriais, para a construção do conhecimento do território, da comunidade e da sua identidade; reconhecer a importância do património e da história local; apoiar o desenvolvimento das aprendizagens essenciais da disciplina de Estudo do Meio; incentivar os participantes a serem promotores, junto das suas famílias e outras pessoas, das temáticas e dos espaços apresentados³⁰. Em sala de aula o trabalho com os alunos contempla apresentações dramatizadas e interativas através de materiais pedagógicos³¹.

Quinta Pedagógica do Centro Social de Bairro é um espaço natural complementar e enriquecedor do projeto educativo da instituição e do território envolvente. Tem como pretensão dar oportunidade a todos de usufruírem deste espaço, para que, paralelamente à vertente de diversão e lazer, seja também contemplada a dimensão pedagógica, dando grande enfoque à divulgação de conhecimentos, possibilitando a aprendizagem, através duma relação de proximidade com os animais e plantas da quinta pedagógica.

²⁸ Consultado em: <https://www.famalicao.pt/visitar-ala-da-frente>

²⁹ Maletas Pedagógicas: Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado; Casa Museu Camilo Castelo Branco; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Vale do Ave; Estação Arqueológica de Perrelos; Museu Bernardino Machado.

³⁰ Consultado em: http://www.famalicaoeducativo.pt/_viagens_pelo_patrimonio_cultural_a_descoberta

³¹ *Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p.96.

Todas estas propostas, projetos e espaços estão em permanente atualização incorporando investigações recentes sobre o território ou sobre os seus habitantes protagonizadas por centros de investigação, investigadores ou projetos desenvolvidos por grupos que tenham Famalicão como centro de interesse, ou protagonista de acontecimentos relevantes a nível nacional ou internacional. Daí a preocupação em incentivar os espaços educativos e a população em geral em programas desenvolvidos a nível nacional ou internacional. A consulta do site do projeto evidenciará a diversidade de propostas e de recursos a que toda a comunidade (educativa ou não) pode aceder reforçando o sentido de pertença.

5. Conclusão

Alicerçado numa experiência enriquecida pelas múltiplas iniciativas que já corporizou e sistematizou (ver por exemplo a “sebenta digital” e os recursos aí disponibilizados), é, pela sua natureza, um projeto em processo de construção permanente, atento às necessidades “internas” (ao concelho) de professores, alunos e comunidade em geral, mas também, atento ao contributo que a externalidade científica pode proporcionar.

Novas investigações nacionais e internacionais, exposições (fixas ou itinerantes) sobre novas temáticas, novos recursos em *open access* a que os nossos agentes educativos podem aceder, novas formações (creditadas para efeitos de progressão na carreira docente e articuladas com o Centro de Formação) ou, simplesmente, iniciativas articuladas com comemorações nacionais (por exemplo “comemorações dos 50 anos do 25 de Abril”) ou mais locais (por exemplo “bicentenário do nascimento de Camilo Castelo Branco”) são aproveitadas para alimentar um Projeto que já conquistou uma visibilidade digna de ser apresentada em contextos universitários. Este cariz de replicação só aumenta a responsabilidade de densificarmos ainda mais a sua vertente científica, aliada de forma insubstituível, à vertente pedagógico-didática. Assim os poderes políticos o continuem a entender!

Bibliografia principal

BARCA, I; ALVES, Luís Alberto M. (Coord.), *Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional, XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica*, Porto, CITCEM, 2016.

Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p.96.

PINTO, Helena, *Educação Histórica e Patrimonial: conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*, Porto, CITCEM, 2016.

Projeto “De Famalicão para o Mundo: Contributos de História Local”, consultado em https://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local

TADDEI, François, *Apprendre au XXIe siècle*, Paris, Calmann-Lévy 2019.

“Uma janela para o Território...e outra para o Património” in *Boletim Municipal Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, março de 2018, pp. 24-25.

Entre Vermoim e Famalicão: a luta dos “famalicenses” pela autonomia concelhia, c. 1700-1835

Bernardo de Souza

Resumo

Durante o Antigo Regime português uma série de contestações foram feitas às sedes de poder local e regional. Neste contexto entre c.1700-1835, Vila Nova de Famalicão, no Julgado de Vermoim, surge como o palco das disputas políticas entre «famalicenses» e o Ducado de Barcelos. Neste texto iremos demonstrar como ocorreu a luta pela autonomia de Vermoim. Identificando e aprofundando as estratégias adotadas, bem como o processo que levou à transformação de Vermoim em Famalicão de uma perspetiva identitária. Um conjunto de resultados que reconstituímos através da cartografia histórica.

Palavras-chave: Julgado de Vermoim; História Local; Cartografia Histórica; Vila Nova de Famalicão.

Abstract

During the Portuguese Ancien Régime, a series of challenges were made to the local and regional seats of power. In this context between c.1700-1835, Vila Nova de Famalicão, in the Julgado of Vermoim, emerged as the stage for political disputes between the «Famalicenses» and the Duchy of Barcelos. In this paper, we will demonstrate how this struggle for the autonomy of Vermoim took place. We will identify the strategies adopted and analyse how this process promoted the transformation of Vermoim into Famalicão from an identity perspective. A set of results that have been reconstructed through historical cartography.

Keywords: Julgado de Vermoim; Local History; Historical Cartography; Vila Nova de Famalicão.

Introdução

O Concelho de Vila Nova de Famalicão, localizado no sul do Distrito de Braga (Portugal), criado em 1835³², é um município constituído por 34 freguesias (48 pré-2013)³³. Antes, o espaço fez parte do termo da Vila de Barcelos, na forma do Julgado de Vermoim, estando dentro da jurisdição do Ducado de Barcelos e dos seus oficiais³⁴. A historiografia local³⁵ reconhece a semelhança entre a forma do atual Concelho e do Julgado, e a isto apelidamos de ‘prefiguração territorial’ de Famalicão em Vermoim³⁶. Esta relação supera o elo entre estruturas administrativas e relaciona-se com um processo de sucessão histórica entre territórios.

Durante o Antigo Regime, surgiram movimentos que procuravam a criação de uma ‘justiça’, a mudança da ‘cabeça’ da dita justiça ou até a união entre justiças, devido aos encargos fiscais incompatíveis com a ‘riqueza’ local. Vila Nova de Famalicão, Julgado de Vermoim, surge como o palco, entre c.1700-1835, da disputa política entre os «famalicenses», partidários da autonomia local, a Vila de Barcelos, o poder regional, e a Coroa. Existe o objetivo de reforçar a posição do Juiz local ao aumentar a jurisdição do Juiz de Famalicão para todo o Julgado de Vermoim (divisão administrativa onde Famalicão estava inserida) e desanexar o território vermoinense do domínio barcelense, instaurando, assim, um Concelho.

Procuraremos neste texto apresentar um processo que, quando referido, ou é feito de modo breve³⁷ ou atento somente ao período do século XIX. A partir dos

³² Segundo o decreto de 21 de Março de 1835 em conformidade com a Carta de lei de 28 de Fevereiro de 1835. O texto do decreto encontra-se transcrito em: Margarida DURÃES, “Breve História da Formação do Município Famalicense”, in *Boletim Cultural*, 1980, vol. 1, V. N. de Famalicão, p. 13-25. p. 17.

³³ Diário da República, 1.ª série n. 19, 28 de janeiro de 2013, p. 132-133.

³⁴ Sobre a História geral famalicense, ver José Viriato Capela; *et al.*, *História de Vila Nova de Famalicão*, Famalicão, Quasi, 2005.

³⁵ Particularmente a partir da obra: Vasco de Carvalho, *Aspetos de Vila Nova: A Justiça*. 2ª ed., Famalicão, Quasi, 2005. [1ª edição: 1947].

³⁶ No nosso entendimento o termo significa a antecipação de um espaço vívido, processo em que se define e organiza o dito território num outro precedente temporal e espacialmente. Tese apresentada por Vasco de Carvalho: José Viriato CAPELA. “Introdução”, in *Ibidem*, p. 7-30.

³⁷ Vasco de Carvalho, *op. cit.* 4.

resultados obtidos na nossa dissertação de mestrado, os quais foram revistos e se encontram, aqui, parcialmente publicados³⁸.

Para a reconstituição deste processo foi necessário utilizar documentos do Arquivo Municipal de Barcelos, onde pudemos consultar as Atas de Vereação extremamente relevantes para a compreensão da luta política. A nível nacional a BNP (Biblioteca Nacional de Portugal) e o AHP (Arquivo Histórico Parlamentar) tiveram documentação consultada. Na BNP pudemos consultar uma série de mapas antigos e descrições geo-históricas essenciais para o processo de mapeamento de comunidades e territórios. No ANTT (Arquivo Nacional Torre do Tombo), apesar de termos utilizado documentos como as Memórias Paroquiais, fomos incapazes de identificar informação relevante ao processo. No AHP obtivemos um grande êxito, um corpo documental (mesmo que disperso) referente a organização interna do Ducado de Barcelos e o processo de luta dos «famalicenses»³⁹. O cruzamento entre os documentos do AHP e as Atas de Vereação de Barcelos foi realizado.

Para compreender o processo histórico e geográfico que deu origem ao Concelho de Vila Nova de Famalicão adotámos uma abordagem geo-histórica, assumindo a mesma como um modo de operar⁴⁰, que será eminentemente levado a cabo por meio da cartografia temática (sendo a cartografia o estudo de métodos e técnicas para o mapeamento do espaço). A cartografia histórica é a interpretação cartográfica de fontes históricas, logo, serve para figurar fenómenos históricos. Mapear a informação sobre o passado é um processo criativo em que o mapa busca situar o leitor no *Onde* e *Quando*. É um 'segundo texto' que ajuda o leitor a entender o que o autor está a comunicar e permite novas análises a partir dessa ferramenta. Oferece o cruzamento

³⁸ Bernardo de SOUZA, *Vermoim: um território do Entre Douro-e-Minho através da cartografia histórica (c.900-1835)*, Porto, Universidade do Porto, 2024.

³⁹ Este arquivo reúne documentação produzida acerca ou sobre territórios sob jurisdição da Comissão da Divisão do Território, entre c.1821-1835, documentação que foi reunida de diferentes instituições locais, regionais e nacionais.

⁴⁰ Alan BAKER, "Rethinking Historical Geography", in *Progress in Historical Geography*, 1972, David & Charles, Bristol, p. 11-28.

entre o *Onde* e o *Quando* e sintetiza um conjunto de informações de diversas temáticas.

Sem embargo, pelo cruzamento dos dados geo-históricos do nosso corpo documental iremos apresentar um conjunto de mapas capazes de retratar o processo de luta política. Assim, complementando o texto e espacializando o processo descrito e analisado.

1. A Vila e o Julgado

O núcleo de povoamento que daria lugar a Vila Nova de Famalicão no século XIX (Figura 1) remonta ao reconhecimento institucional da ocupação fundiária e à atividade de *mercar*, aquando do foral de D. Sancho I, de 1205. O registo documental posterior identifica na comunidade paroquial, a residência de um Juiz, um escrivão e um almotacé. A transição da centralidade paroquial (do século XIII ao XV) de St.º Adrião a St.ª Maria explica-se pelo crescimento da importância da componente viária-comercial, seja pelo arruamento dos edifícios (na estrada Porto-Braga e no caminho para Barcelos) ou pela estrutura de hospedagem (estalagens, vendas...) no entroncamento de vias. Este é o quadro inicial do lugar de Famalicão, no século XVI⁴¹.

No conjunto da época moderna temos, um crescimento demográfico significativo. A vila, em nome, tem 61 vizinhos, em 1528⁴², c.100, em 1706⁴³, 156 (510 *almas*), em 1758⁴⁴ e 180, em 1796⁴⁵. É notório a presença de emigrantes, normalmente homens, por vezes da *Galiza* ou das vizinhanças vermoineses⁴⁶. Pelos

⁴¹ SOUZA, Bernardo, *op. cit.* 7. p. 73-121.

⁴² Anselmo BRAAMCAMP FREIRE, "Povoação do Entre Doiro e Minho no século XVI" in *Arquivo histórico português*, vol. 3, Lisboa, [s/ed], 1905. p. 241-273. p. 257.

⁴³ Agostinho FERNANDES, "Fontes documentais para a História de Vila Nova de Famalicão" in *Boletim Cultural*, 1982, vol. 3, V. N. de Famalicão, p. 6-45. p. 2-15.

⁴⁴ *Memória Paroquial de V.N. de Famalicão de 1758*, PT/ANTT/MPRQ/vol.40/Memória 321/fls.1431-1433.

⁴⁵ António Cruz, *Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII: plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1970.

⁴⁶ Odete Paiva, *Vila Nova de Famalicão: de freguesia rural a urbana (1620-1960)*, Braga, Universidade do Minho, 2013. p. 316 e ss.

séculos XVII e XVIII ocorre uma expansão de profissionais, que se dedicam e reconhecem-se em algumas das atividades artesanais ou comerciais⁴⁷, em particular, com o aumento do número de estalajadeiros e tendeiros. Cria-se uma rede de profissões para a prestação de serviços, consumo e comércio (incluindo agentes de saúde). Sairá destes indivíduos a contestação ao estatuto jurídico-político de Vermoim, e principalmente, da elevação (política) de Famalicão.

Lentamente, Famalicão, tornava-se o centro de Vermoim. As relações passavam a construir-se em torno e a partir de Famalicão, emergindo uma constelação famalicense sobre a rede de núcleos populacionais de Vermoim (Figura 2).



Figura 1 E. Casanova, *Vista de Famalicão*, 1870. Retirado de Vasco de Carvalho, *Aspetos de Vila Nova: A Justiça*, 2o ed. Famalicão, Quasi, 2005.

⁴⁷ *Idem*, p. 45-47.

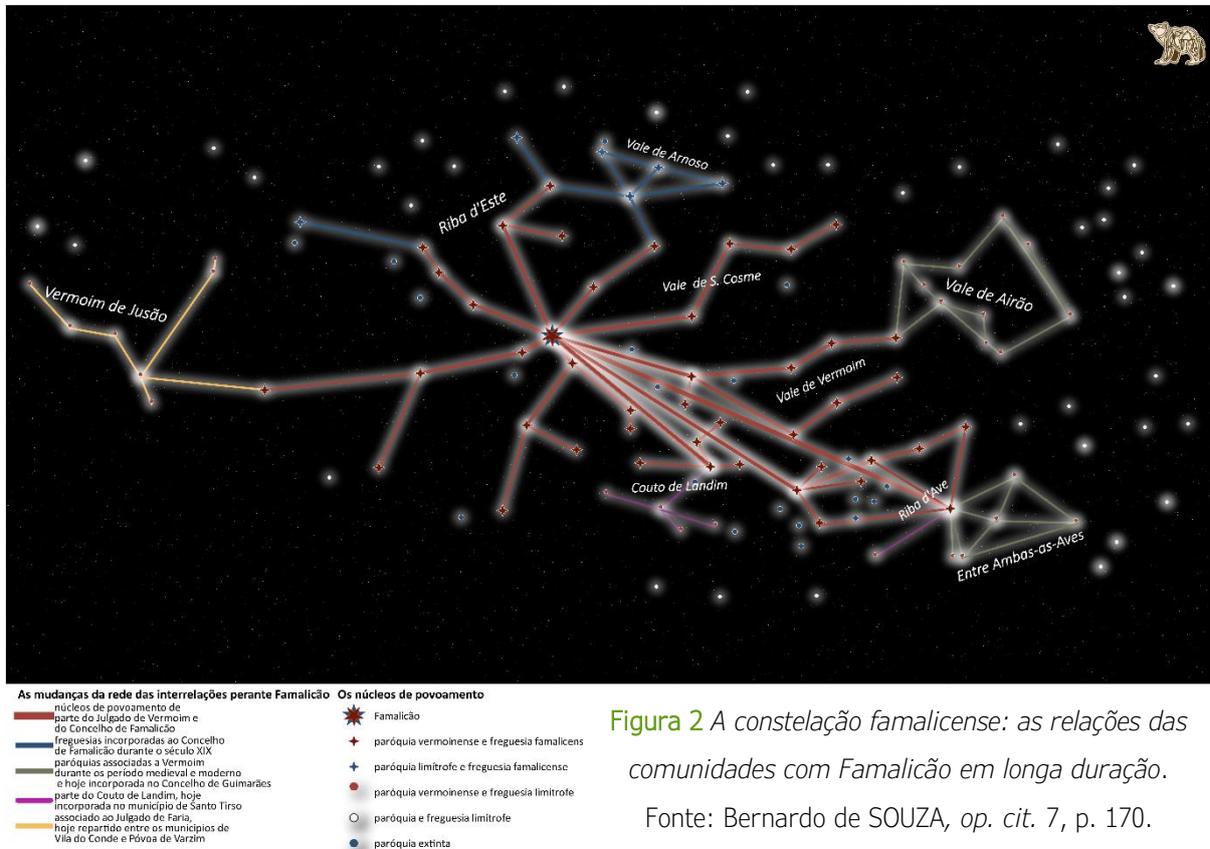


Figura 2 A constelação famalicense: as relações das comunidades com Famalicão em longa duração.

Fonte: Bernardo de SOUZA, *op. cit.* 7, p. 170.

O «Julgado» surge como um termo, nos séculos XIII-XIV, referente às comunidades que constituíam a área de alçada de um Juiz. Porém, durante a Idade Moderna, onde se encaixavam os «Julgados», no ordenamento territorial português? Apesar da equivalência de Concelho e Julgado no período medieval e em alguma documentação moderna (notoriamente as descrições geo-históricas e as corografias)⁴⁸, segundo A. Hespanha, «designação Julgado era frequentemente reservada para terras com uma autoridade jurisdicional incompleta»⁴⁹, ou seja, não tinham jurisdição sobre o crime e dependiam do reconhecimento da sua jurisprudência por outra jurisdição hierarquicamente superior. Eram, portanto, a

⁴⁸ José Leite Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, vol. 3, 2 ed^o, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980. p. 14.

⁴⁹ António Hespanha, *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político*, Coimbra, Almedina, 1994. p. 104.

periferia de um poder municipal, tal como identificámos ser o caso Vermoim-Barcelos (Termo-Vila).

No Norte de Portugal encontramos Julgados no Porto e em Barcelos, no século XVIII (Figura 3). Os territórios do Porto são reconhecidos como do *Termo e da Comarca* e «seguramente um resíduo de uma situação anterior, em que o concelho do Porto exerceria uma hegemonia político-administrativa mais pronunciada»⁵⁰, o que parece adequar-se à situação de uma incorporação de um «Julgado» (uma ‘comarca judicial’) do século XIII ou XIV, que entre a Idade Medieval e a Moderna foi colocada sob a jurisdição de uma hierarquia superior radicada num centro urbano. Estes territórios portuenses viriam (a partir de 1608) a evoluir para concelhos. Os Julgados de Barcelos, de acordo com A. Hespanha, «não evoluíram para concelho, mantendo-se no termo do concelho principal, embora com alguma individualidade político-administrativa»⁵¹, tal como vemos ser o caso de Vermoim, o que não significa que os ‘famalicense’ não tenham buscado essa ‘promoção’ a concelho.

A conservação da situação jurídica de Julgado e a não elevação a Concelho reflete a manutenção do domínio de Barcelos sobre estes territórios, diferente do que ocorre no Porto. O interesse barcelense reflete-se na sua gestão fiscal⁵² que remonta à criação de um Ducado e a resolução de pendências jurisdicionais no período filipino, além do desenvolvimento do sistema de *Laçamento* e recolha da *Décima Geral*, durante o século XVIII. Os Julgados de Barcelos representam um conjunto de comunidades do espaço rural dominadas por um poder hierarquicamente superior e concelhio, de cariz jurídico-administrativo, no conjunto do Ducado de Barcelos (Figura 4).

O Julgado barcelense evolui, na modernidade, para um nível intermediário do domínio territorial, onde podemos encontrar oficiais locais a auxiliar no sistema fiscal. Como Barcelos controlava as eleições, fator de grande contestação «instrumento [que]

⁵⁰ *Ibidem.*

⁵¹ *Ibidem.*

⁵² *Sobre as disputas da autoridade sobre os Concelhos de Vermoim, Faria e Penafiel e sua correção de contas*, PT/ANTT/CHR/N/1/28/fl.171v.

geravam ‘sujeições e obrigações’ favoráveis à prossecução dos seus interesses»⁵³ uma vez que se entendia que se elegiam oficiais ‘escolhidos’ pelo poder ducal. Além do mais, os juízes, principalmente os pedâneos, podiam ser apontados pelos altos oficiais e intimados pelos Vereadores barcelenses. Porém, na disputa Famalicão-Barcelos, serão estes Juízes menores os líderes da luta política.

Ora, o Julgado de Vermoim, durante a Idade Moderna, tinha uma ‘cabeça’, uma sede, a Vila Nova de Famalicão, que era extensão administrativa com um corpo de oficiais deveras reduzido: um Juiz *de feitos menores* (entenda-se como *pedâneo*), um escrivão, um meirinho que era porteiro, um almotacé⁵⁴, além de alguns quadrilheiros. Apesar de Vermoim não ser um núcleo populacional em específico, tinha uma ‘cabeça de distrito’ com Juiz, mas este oficial não tinha autoridade jurídica sobre o Julgado como um todo. Esta competência era do Juiz de Fora de Barcelos e era a este que os habitantes locais recorriam para as mais distintas disputas.

Vermoim não era, mesmo com o Juiz pedâneo em Famalicão, detentor de uma autoridade jurídica local. Entre o ‘distrito’ de Vermoim e o lugar de Famalicão um Juiz pedâneo detinha alguma autonomia jurisdicional, mas era dependente do reconhecimento de sua autoridade pela Vila de Barcelos⁵⁵

⁵³ Margarida Sobral NETO, “Senhorios e concelhos na época moderna: relações entre dois poderes concorrentes”, in *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*, Lisboa, Colibri/COIDEHEUS, 2005, p 149-165. p. 151.

⁵⁴ *Memória Paroquial de Requião de 1758*, PT/TT/MPRQ/vol. 31/Memória 70/fls.385-400.

⁵⁵ António Hespanha, *op. cit.* 18. p. 107.

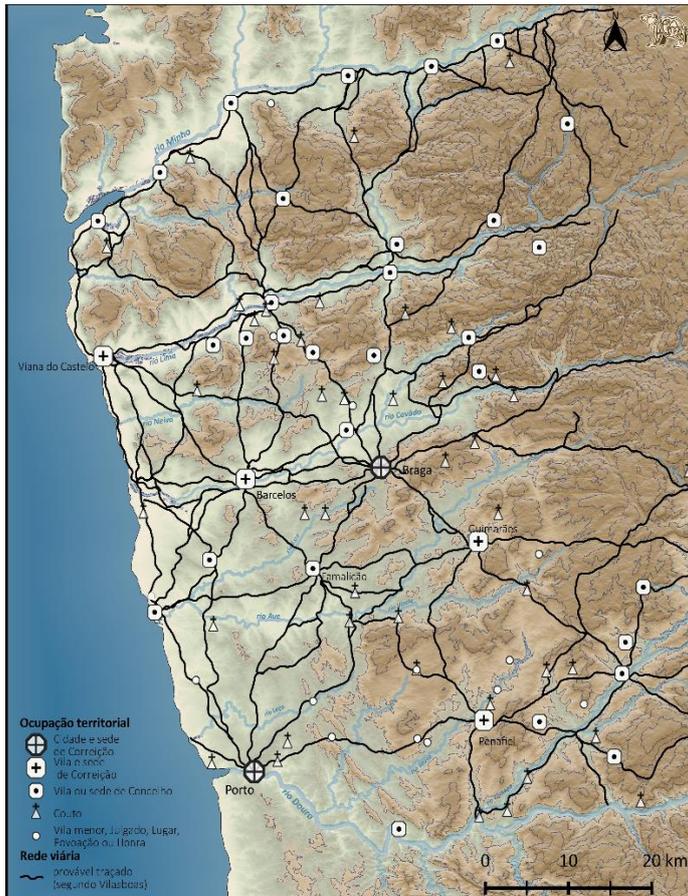


Figura 3 A Província do Entre Douro-e-Minho, c. 1800.

Fonte: Bernardo de SOUZA, *op. cit.* 7, p. 127.

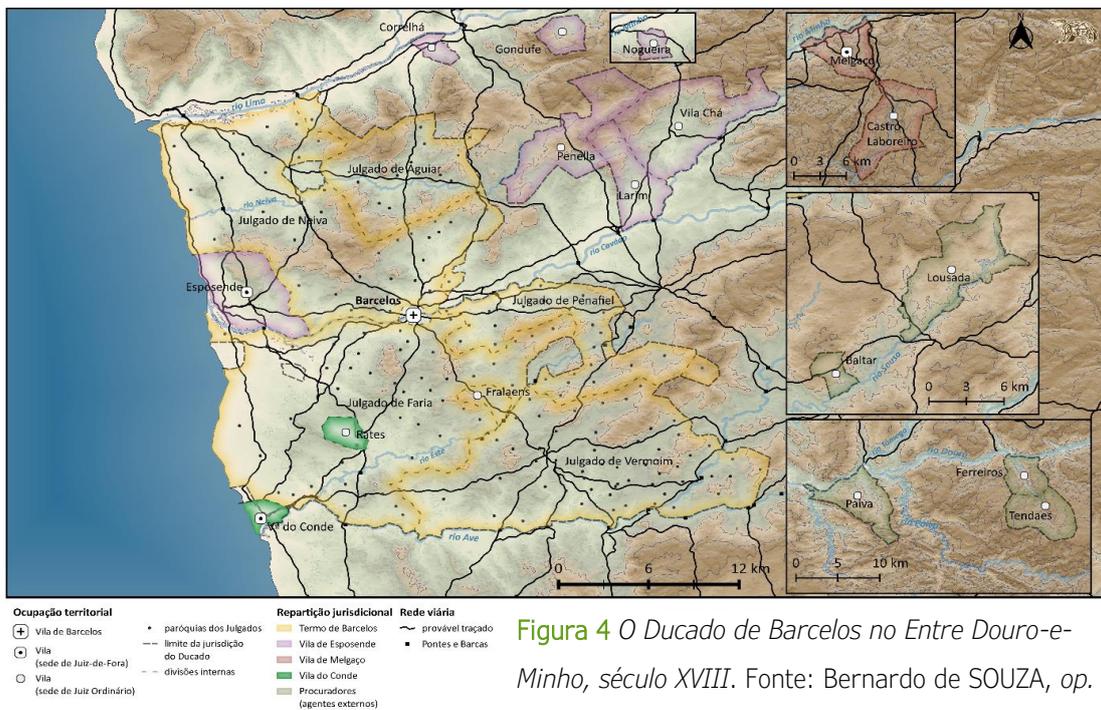


Figura 4 O Ducado de Barcelos no Entre Douro-e-Minho, século XVIII. Fonte: Bernardo de SOUZA, *op. cit.* 7, p. 163.

2. A luta política

É evidente que os Julgados não são protagonistas, são territórios geograficamente periféricos e periferizados politicamente. Ao contrário do que ocorreu aos demais Julgados do termo de Barcelos – que foram repartidos entre outros centros– o Julgado de Vermoim se emancipou.

A partir de 1713 registam-se sucessivas petições, requerimentos e cartas que buscam contestar a subordinação de Vermoim (Famalicão) à Barcelos⁵⁶. Os ‘representantes’ famalicenses recorrem ao Rei para a nomeação de um Juiz de Fora, ou seja, procuram a transição do Julgado de Vermoim para o Concelho de Famalicão, com o direito a uma ligação direta com a Coroa. Uma relação político-jurisdicional que retiraria Vermoim do termo de Barcelos e, por conseguinte, das tributações (das fintas à *Décima Geral*, além das receitas do almoxarifado).

Sem embargo, este processo baseou-se nas «aspirações de uma elite recém-constituída, interessada em obter uma participação acrescida no governo»⁵⁷. Uma elite que contestava, por um lado, a (suposta) má qualidade dos serviços e da gestão barcelense, e por outro, o destino da riqueza colhida em Vermoim, na taxação das suas paróquias ou da sua almotaxaria (Figura 5). Com a adenda que «o Julgado mais afastado da vila, era o que maior carga fiscal suporta e que apresenta também os maiores índices de taxação por freguesia»⁵⁸.

Durante 135 anos contabilizamos 11 episódios de contestação política, lista que sem dúvida exclui momentos que não ficaram registados na documentação ou não

⁵⁶ A data é baseada na menção indireta dada num documento de 1813 onde se refere a provisão de 1713 que reconhece um Juiz pedâneo no lugar de Famalicão e não ordinário, como o Juiz de Famalicão dizia ser, José Viriato CAPELA, “V. N. Famalicão: A Fundação de um Município Liberal”, in *Boletim Cultural*, 1989, vol. 9, p. 13-39. p. 19. O primeiro episódio de que temos registo documental é o de 1715, em: *Livro de Atas de Vereação de Barcelos*, PT/AMB/02/15/ fl.85f./v.

⁵⁷ Ana Cristina Nogueira da Silva, *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*, Lisboa, Estampa, 1998. p. 180.

⁵⁸ José Viriato CAPELA, *op. cit.* 26, p. 19.

foram identificados: 1713, 1715⁵⁹, 1734, 1745⁶⁰, 1776, 1790⁶¹, 1805-1806, 1813, 1820, 1823⁶² e 1825⁶³ e 1827.

Temos, por relato indireto, o parecer de 1713⁶⁴ onde se confirma em Famalicão um Juiz Pedâneo (de causas até aos 400 rs.), o qual só tem autoridade no dito lugar e não é Juiz ordinário ou detém jurisdição sobre o resto do Julgado. Uma resposta a uma disputa estatutária do dito Juiz perante a autoridade da Câmara de Vereação de Barcelos.

Em 1715, os Vereadores de Barcelos reúnem-se com a notícia de um requerimento apresentado pelos moradores de Vila Nova de Famalicão ao Rei. É o primeiro requerimento para «fazer vila o dito lugar (de Famalicão) e desanexar do termo desta vila (de Barcelos) grande parte do termo dela (o Julgado de Vermoim)»⁶⁵. Através da ação dos vereadores de Barcelos de agir sobre tais pleitos a fim de «defender a jurisdição»⁶⁶ barcelense o pleito será malsucedido.

O insucesso da tentativa de 1715 não impediu novos requerimentos em 1734 e 1745. A reação ao pleito famalicense não partiu somente “da nobreza e do povo” de Barcelos, mas também do seu termo contra a criação do magistrado e as suas dignidades em Famalicão. Não consentiam os opositores nos «encargos [...] de fazer Paços do concelho, cadeia, calçadas e mais obras públicas»⁶⁷. A Câmara de Barcelos

⁵⁹ *Livro de Atas de Vereação de Barcelos*, PT/AMB/02/15/ fl.85f./v.

⁶⁰ As datas de 1715, 1734 e 1745 apresentadas derivam da menção de um caso que ocorreu na Câmara de Vereação. O registo do caso foi divulgado em Vasco de CARVALHO, “Velhos e Novos tempos de Vila Nova”, in *Jornadas Culturais*, 1962 Famalicão, Ateneu Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão. p. 26.

⁶¹ *Processos de autonomia de Famalicão e Julgado de Vermoim, século XVIII-XIX*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx. 146/mç. 100/doc.78.

⁶² Manuel Cardoso PEREIRA, “*Prospecto de Vila Nova de Famalicão*”, 1827, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.151/mç.103/doc.1.

⁶³ Para as demais datas: José Viriato CAPELA, *op. cit.* 26, p. 29-39.

⁶⁴ Lê-se no documento: «que havendo no lugar e freguesia de Vila Nova de Famalicão hum Juiz Pedâneo que conhece quanto aos Moradores até a quantia de quatro centos réis como hé bem expresso na **Regia Provisão de vinte e nove de novembro de mil setecentos treze**, servindo ...» (negrito nosso). Documento identificado e publicado por: José Viriato CAPELA, *op. cit.* 26. p. 25.

⁶⁵ *Livro de Atas de Vereação de Barcelos*, PT/AMB/02/15/ fl.85f.

⁶⁶ *Livro de Atas de Vereação de Barcelos*, PT/AMB/02/15/ fl.85v.

⁶⁷ *Livro de Atas de Vereação de Barcelos*, PT/AMB/02/20/fl.3v.

acrescenta que o lugar de Famalicão era «diminuído na sua grandeza e os plebeus de Vila Nova em que se não acha homem nobre [...] que o governem sem paixões humanas»⁶⁸. Como ocorrido em 1715, Barcelos nomeia um procurador para que junto da Coroa interceda pelos interesses barcelenses e defenda a jurisdição municipal⁶⁹

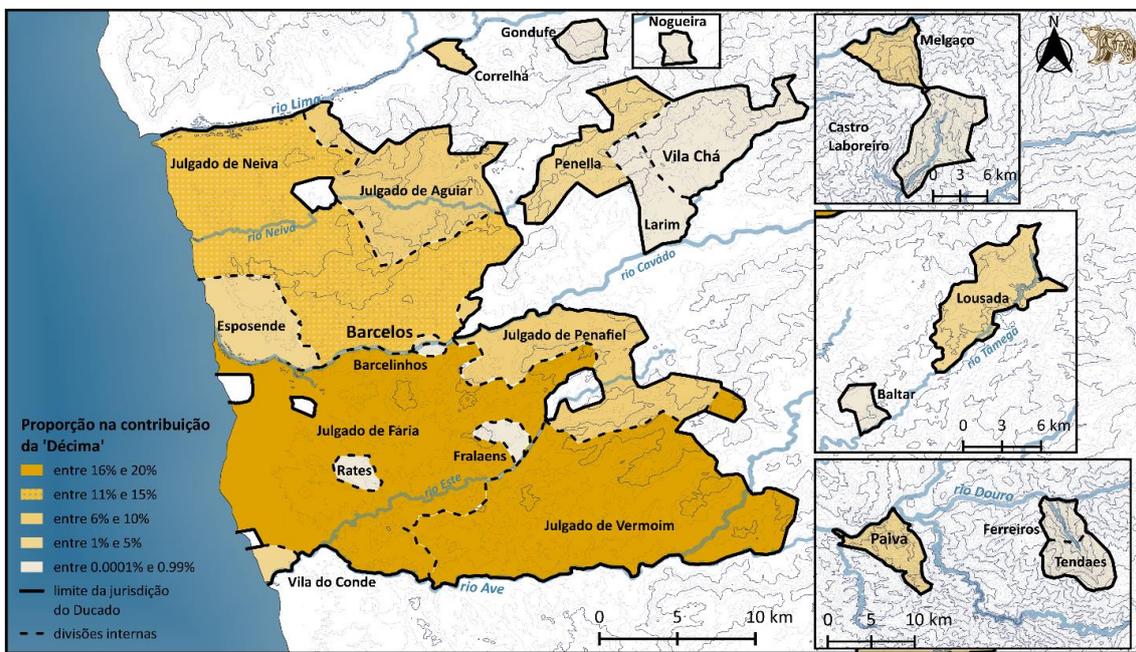


Figura 5 O peso médio das imposições recolhidas por Barcelos, c. 1766-1806. Fonte: Bernardo de SOUZA, *op. cit.* 7, p. 164.

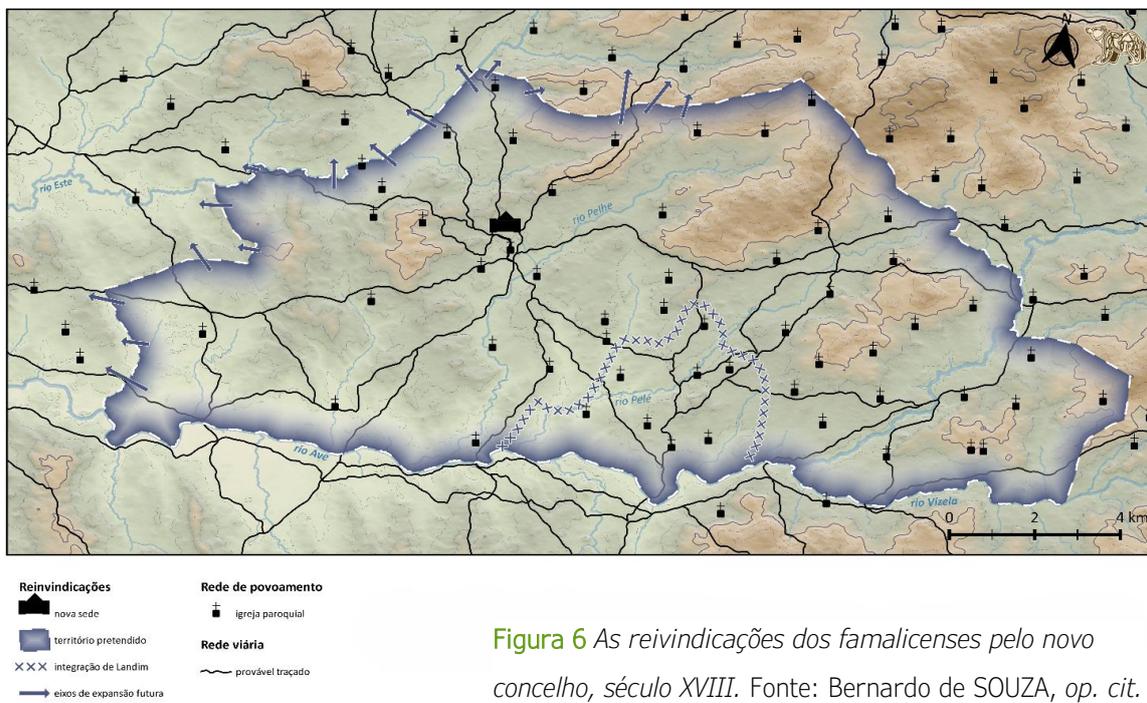


Figura 6 As reivindicações dos famalicenses pelo novo concelho, século XVIII. Fonte: Bernardo de SOUZA, *op. cit.*

⁶⁸ *Ibidem.*

⁶⁹ Livro de Atas de Vereação de Barcelos, PT/AMB/02/20/fl.10f.

Na segunda metade do século XVIII, ou possivelmente antes, as eleições para Juiz passaram a ser realizadas de acordo com as ordenações filipinas. Em 1767, um parecer do Ouvidor de Barcelos atesta a conformidade do processo e confirma o Juiz no lugar de Famalicão como seguindo as regulamentações régias⁷⁰. O Juiz é um pequeno oficial em jurisdição e poder que «hé sujeito a Barcellos e julga só thé um cruzado e não tem camera porque a de Barcellos hé que aqui governa»⁷¹. Porém, o Juiz eleito em Famalicão é também o Juiz do Julgado, como diz o dito parecer do Ouvidor: «sirva de Juiz no dito Lugar de Villa Nova de Famalicao e Julgado de Vermoim»⁷².

Este parecer de 1767 possui um outro nível de significado pois enquadra-se num pedido feito a D. José I, em 1776, também pela criação de um Juiz de Fora. Inclui-se neste processo, o facto histórico da doação do Julgado de Vermoim ao termo de Barcelos, no reinado de D. João I⁷³. Porém o processo não teve conclusão. Porquê? Dizem, em 1790, por 'uns' terem escondido de D. José a petição.

Aquando da Lei de Extinção das Ouvidorias, de 1790-92, dá-se uma nova contestação. Ambos os documentos de 1767 e 1776 fazem parte do requerimento⁷⁴. Os 'famalicenses' incorporam a documentação destas tentativas no pedido feito à

⁷⁰ Nos *processos de autonomia de Famalicão e Julgado de Vermoim, séculos XVIII-XIX*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx. 146/mç. 100/doc.78. p. 30-35. Note-se que caso haja existido uma continuidade na eleição do Juiz desde 1713, a regra de 3 anos estaria a ser mantida. Poderia esta regra recuar a 1713 ou até antes? Poderia, mas não podemos prová-lo.

⁷¹ *Memória Paroquial de Vila Nova de Famalicão de 1758*, PT/ANTT/MPRQ/vol.40/Memória 321/fls.1431-1433.

⁷² *Processos de autonomia de Famalicão e Julgado de Vermoim, séculos XVIII-XIX*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx. 146/mç. 100/doc.78. p. 31-32.

⁷³ O Juiz Pedâneo de Famalicão, Manoel de Carvalho Rego, que se diz Ordinário, vai à Torre do Tombo e pede (já tendo autorização) que se passe uma transcrição da Carta de doação do Julgado ao termo de Barcelos. Ademais, o documento de 1734 refere, como parte da defesa da jurisdição e autoridade de Barcelos como 'cabeça' de governo de Vermoim, ser «unido por termo desta vila há mais [de] trezendos anos». Comentário que pode estar diretamente a contestar o resgate histórico de autonomia anterior à doação de D. João I. Como não temos o documento enviado por Famalicão, em 1734, evitamos tecer considerações.

⁷⁴ O texto da petição inicial (p. 2-9) menciona vários documentos e registos que não se encontram mais anexos, em particular a discriminação das referidas 66 freguesias ou o censo com 6 mil fogos. Contudo, é claro que o texto apresenta um Julgado de Vermoim deveras alargado sobre as suas antigas fronteiras, como iremos detalhar adiante. Sobre os *processos de autonomia de Famalicão e Julgado de Vermoim, século XVIII-XIX*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx. 146/mç. 100/doc.78.

rainha D. Maria I com o objetivo repetidamente invocado. Quando pedem a intervenção da Coroa, em 1790, fazem chegar uma longa explicação e contextualização do seu caso. O grupo que produz o requerimento inclui agentes de anteriores tentativas de suplicação por um Juiz de Fora. Por exemplo, o Juiz eleito de 1767, José Ribeyro de Carvalho e Araújo é o quarto signatário do texto.

A petição de Famalicão é mal sucedida (Figura 6). Porquê? A reorganização pretendida pela Lei das Ouvidorias não acontece. A reforma sobre os territórios era impossível pela «relação 'contratual' que a Coroa manteve com as instituições da 'sociedade corporativa'»⁷⁵. A racionalização do território teria de aguardar reformas sociais e políticas mais profundas.

O insucesso dos anos de 1790 parece ter motivado alguma quebra no movimento, o que deve estar relacionado com o aumento da autoridade do Juiz de Fora de Barcelos em matérias fiscais (sisas), tendo Barcelos controlado o oficialato famalicense⁷⁶. De qualquer modo, um novo século traria uma nova postura.

Ao longo da primeira década e meia do século XIX dá-se uma tentativa de coerção das comunidades vermoineses aos projetos famalicenses. Em 1805 e 1806 os vizinhos que residem até uma légua do lugar, particularmente os de Requião, são obrigados, sob pena de prisão ou multa lançada pelo Juiz de Famalicão, a participar na procissão de Santa Catarina, importante 'festa' religiosa da vila. A ameaça é 'proibida' e os oficiais famalicenses ameaçados «sob pena de serem usurpadores de jurisdição»⁷⁷. Em 1813, a situação é similar, de novo os oficiais famalicenses buscam coagir os vizinhos, e desta vez o Juiz de Fora de Barcelos ameaça as novas transgressões com a prisão em Landim, e procede a uma devassa aos eleitos em

⁷⁵ Ana Cristina Nogueira da Silva, *op. cit.* 27, p. 373.

⁷⁶ Inclusive pela criação de outros juizes e oficiais eleitos em outras freguesias, numa tentativa de erosão do protagonismo político. A documentação oitocentista apresenta em diferentes momentos a existência de um 'Juiz' e 'eleitos' para cada paróquia famalicense.

⁷⁷ José Viriato CAPELA, *op. cit.* 26, p. 25.

Famalicão⁷⁸. Este período é acompanhado com um paulatino (apesar de arrítmico) desvio de receitas da almotaxaria que, portanto, não são pagas a Barcelos⁷⁹.

A animosidade entre o governo de Barcelos e o lugar de Famalicão é visível e de forma recorrente materializada. Em 1820 buscam os famalicenses em Barcelos a concessão das sisas do Julgado para a criação e financiamento de um boticário ‘franco’ aos pobres de Vermoim⁸⁰. Note-se que isto colocaria na jurisdição do Juiz de Famalicão o Lançamento das Sisas e não mais no Juiz de Fora de Barcelos.

A década de 1820 trará uma renovação à questão da divisão do território. É instaurada uma novíssima comissão que entre 1821 e 1823 irá revisitar a questão aberta em 1790. Em março de 1823, a Comissão d’Estatística encarregada de oferecer um novo projeto de divisão do território baseado em Juizes e círculos eleitorais, com o auxílio de mapas e dados estatísticos recuperados do Arquivo do Exército e dos trabalhos dos anos 1790, apresenta um plano sobre a divisão do reino⁸¹.

O projeto de decreto-lei, que não será publicado, previa a reordenamento do Reino⁸². Famalicão figurava na Província do Baixo Minho na Comarca de Guimarães com o seu próprio Julgado e com 58 freguesias todas desanexadas do termo de Barcelos (Figura 7)⁸³.

Não tarda os famalicenses voltavam a aparecer no embate político com Barcelos e as demais freguesias vermoinenses e vizinhas. No ano de 1825 tentam recolher assinaturas pelo Julgado propondo um novo requerimento. Agindo, supostamente, com o apoio do Corregedor⁸⁴ coaptam, convencem, subornam ou coagem os ‘eleitos’ de várias freguesias a apoiar seu projeto. Renegados pelo Corregedor, ou tendo

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Idem*, p. 19.

⁸⁰ *Idem*, p. 31.

⁸¹ *Sobre Circunscrições Locais portuguesas, século XVII-XVIII*, PT/AHP/CD/CDT/SecçãoI-II/cx. 151/mç.103/doc.2. p. 1-6.

⁸² *Idem*, p. 6.

⁸³ *Idem*, p. 9.

⁸⁴ A Lei de 1790 altera o cargo antes designado por Ouvidor pelo de Corregedor.

abusado da autoridade que o mesmo lhes concedeu, são acusados de suborno, ameaça e intimidação no processo de recolha de assinaturas.

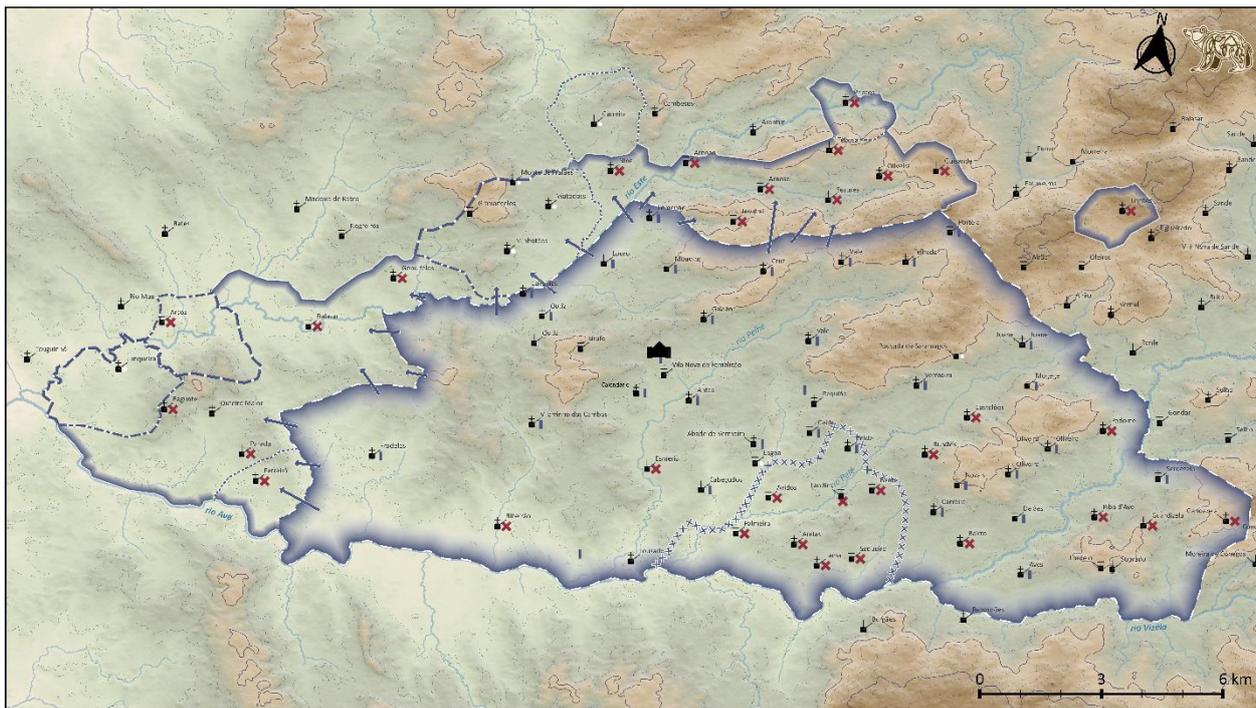
A acusação inicia-se pelos protestos de freguesias distantes de Famalicão, principalmente de Entre Ambas as Aves. A eles somam-se os dos vizinhos dos Julgados de Faria e de Penafiel que voltam a fazer parte do projeto de um 'grande' Famalicão. Seguem-se quase todas as outras paróquias. Uma debandada de apoio político ou um 'levantamento' ao projeto famalicense? Seja qual for a razão o resultado é uma condenação e devassa dos oficiais do lugar de Famalicão.

Mas, a questão não ficaria adormecida até 1835. Em 1826, antes da aclamação de D. Miguel (1828), reinicia-se uma revisitação da reforma administrativa e territorial do Reino. É neste momento que os famalenses agem. Criam e enviam um mapa à comissão recentemente constituída⁸⁵.

O mapa intitulado *Prospecto de Villa Nova de Famalicão* (Figura 8) é de autoria de Manoel Cardozo Pereira, Abade de Esmeriz, natural de Ávidos⁸⁶. É a primeira instância de registo cartográfico detalhado do Entre Este e Ave e trata-se de um manifesto político. O mapa representa Famalicão como lugar arruado com um vasto número de casas e com uma 'mancha urbana' que avança sobre as freguesias vizinhas. A distorção da escala faz dele um mapa anamórfico que manifesta a centralidade viária famalicense; o 'peso' de Famalicão no seu Julgado; as ambições territoriais dos famalenses sobre freguesias do Couto de Landim e os Julgados de Faria e de Penafiel; e casas 'nobres' importantes como a do Vinhal e a de Rorigo.

⁸⁵ Manuel Cardoso PEREIRA, "*Prospecto de Vila Nova de Famalicão*", 1827, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.151/mç.103/doc.1.

⁸⁶ Reservamos a análise e comentário aprofundado do mapa para um futuro momento da investigação.



Reinvindicações
 ■ território pretendido
 ××× integração de Landim
 → eixos de expansão futura
 — c.1820-1830

propostas de fronteiras
 - - - - 1823 (Comissão de Divisão do Território)
 - - - - 1825 ('abaxo assinado')
 - - - - 1827 (Prospecto de Famalicão)

apoio das freguesias (1825)
 ■ apoio
 × rejeita
 ○ emisso

Ocupação territorial
 ■ sede municipal (assento de Juiz de Fora, Câmara de Vereação e Cadeia)
 ■ igreja paroquial

Figura 7 As reivindicações dos famalicenses pelo novo concelho, c.1820-1830. Fonte: Bernardo de SOUZA, *op. cit.* 7, p. 193.

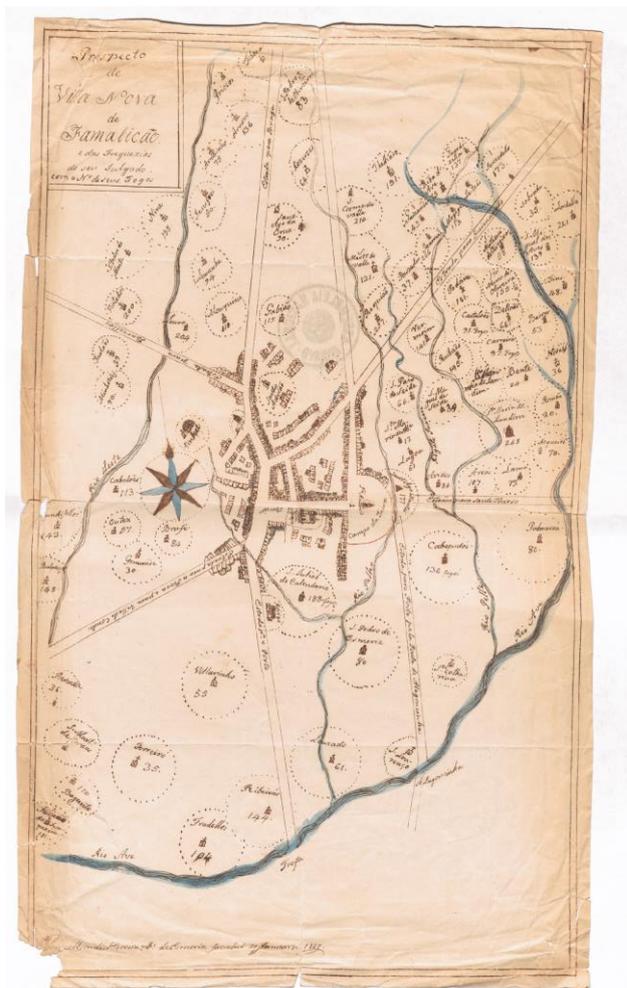
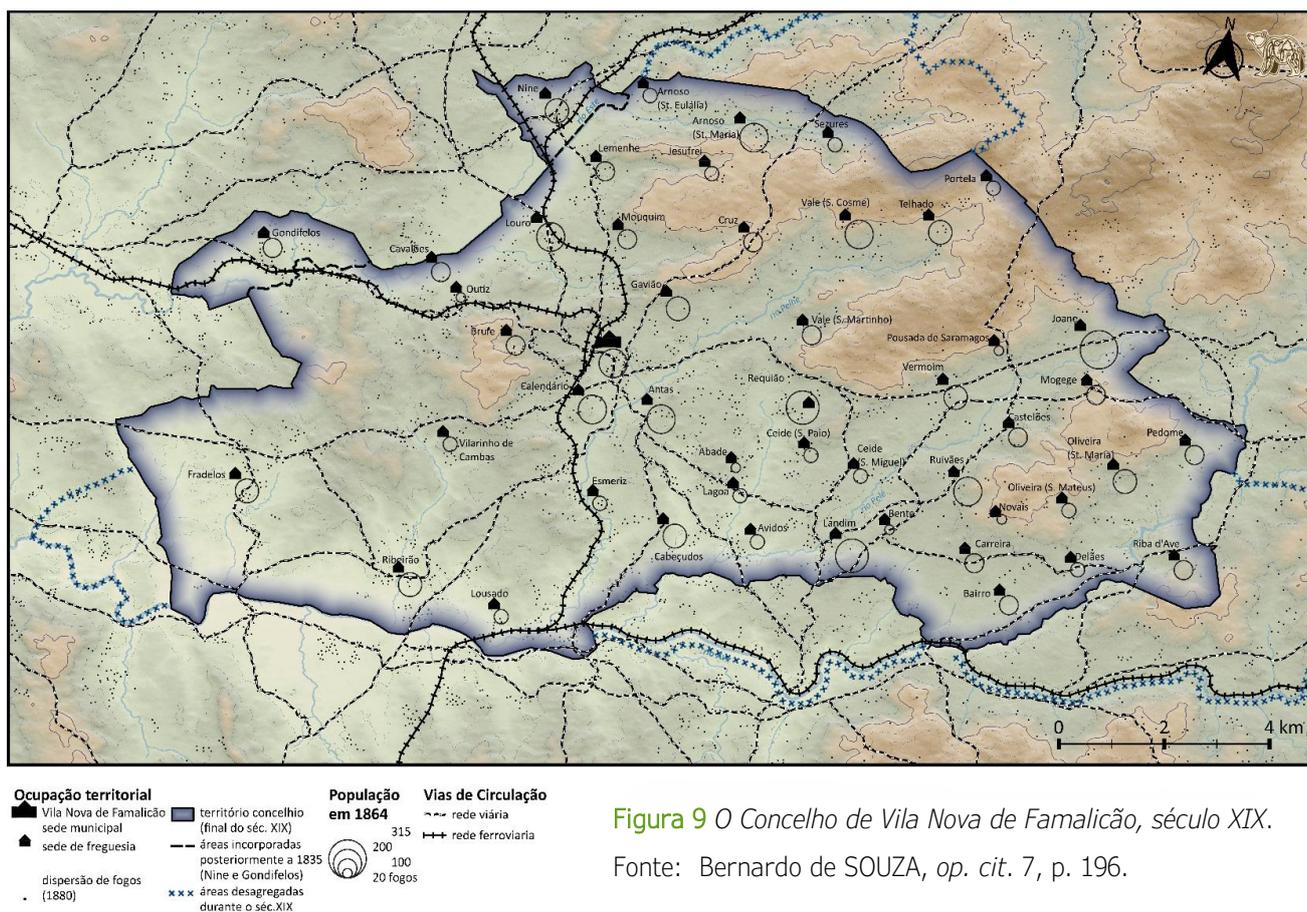


Figura 8 Manuel Cardoso PEREIRA, "Prospecto de Vila Nova de Famalicão", 1827, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.151/mç.103/doc.1.

Finalmente, através do governo de Mouzinho da Silveira a adiada reorganização administrativa do país será realizada. Em 23 de Setembro de 1835, o Administrador Geral de Braga permite que se inicie a organização de um novo concelho sediado em Famalicão abrangendo as freguesias do Julgado de Vermoim e outras próximas que foram realocizadas dentro e fora do território do novo concelho (Figura 9).

Deste modo, após mais de uma centúria de luta política, o Julgado de Vermoim deu lugar ao Concelho de Famalicão e com a instauração concelhia os principais cargos são ocupados pela elite local⁸⁷. Além disso, o processo acima descrito não resultou diretamente na criação do Concelho de Famalicão. Não foi a luta política que criou um Concelho, mas sim a conjuntura da época que o criou.



⁸⁷ José Viriato Capela, *op. cit.* 3. p. 259.

Conclusão

Os séculos mudam e o território de Vermoim, internamente, também, mas não há um reflexo destas mudanças na esfera política, pois não ocorre rearranjo das relações de poder do território com o Ducado de Barcelos. O processo que provoca a emergência e consolidação local de Famalicão é a dificuldade de ‘reforma’ do Julgado. Soma-se a isto uma mudança ideológica entre o Antigo Regime e o Liberalismo.

Quando, finalmente, o território pode voltar a reformar-se (c.1835) há uma ‘rutura’. Vermoim deixa de existir, morre, e um novo território edificado sobre e a partir dele nasce e passa a existir, Famalicão. A questão identitária complementa-se e adquire uma maior complexidade como fenómeno histórico ao relacionar-se à luta política dos ‘famalicenses’ nos séculos XVIII e XIX. Neste tempo pretérito justificam, identificam e seleccionam o que a documentação ‘diz’ sobre Vermoim e a partir desse entendimento constroem os seus requerimentos. Ao contrário dos contemporâneos, os modernos têm de provar a ‘justiça’ do seu direito a governança pelos próprios. O contemporâneo, por sua vez, deve criar a sua História, ter o seu passado. Ambos buscam ter legitimidade histórica sobre quem são, como são e o que buscam ser.

O atual entendimento sobre a ligação entre estes dois territórios é uma relação imaginada e, de certo modo, inventada pelos contemporâneos quando olham para o passado, pois, é assim que a historiografia local responde à questão do que antecedeu ao Concelho⁸⁸. Ora, se a memória local se reconhece neste passado e decidiu assumi-lo, num projeto identitário, devemos compreender a legitimidade desta constatação à comunidade contemporânea. Um Julgado de Vermoim que desde a época medieval preparava um liberal sucessor.

Apesar desta ser a postura tradicional, a nossa posição não se coaduna com a mesma. O presente cria o passado, constrói-o de modo a ser inteligível à comunidade que decide ‘olhar para trás’. Consideramos vital identificar e contextualizar estes processos. Porém, não podemos – nem devemos – ignorar ou destruir, são aceções

⁸⁸ Vasco de Carvalho, *op. cit.* 4.

que divergem do contributo da História científica. Podemos complementar, detalhar e tornar mais verídica esta realidade imaginada e projetada.

Assim sendo, há uma continuidade entre Vermoim e Famalicão? Sem dúvida. Por várias perspetivas poder-se-á dizer que sim. Porém, do ponto de vista territorial não. Há uma rutura. Há uma apropriação por Famalicão da forma, das funções, da estrutura, dos processos e, principalmente, da identidade e legitimidade histórica de Vermoim. Uma (re)caraterização do espaço acontece que sobre (mas não sem) Vermoim e que constrói o contemporâneo Concelho de Vila Nova de Famalicão.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

- AMB

1, *Foral Novo da Vila de Barcelos, 1515*, PT/AMB/1/1. *Livro de Atas de Vereação de Barcelos* PT/AMB/02/15/ fl.85f./v. 2, *Livro de Atas de Vereação de Barcelos*, PT/AMB/02/20/fl.10f. *Livro de Atas de Vereação de Barcelos*, PT/AMB/02/20/fl.3v-9f. *Livro de Atas de Vereação de Barcelos* PT/AMB/02/21/fl.165f.-168f. 3, *Relação de Terrenos Aforados do Termo da Vila de Barcelos* PT/AMB/03/01.136 *Sentenças sobre gestão de moutados em Vermoim*, PT/AMB/03/1/136/doc.1 e PT/AMB/03/1/136/doc.5 a PT/AMB/03/1/136 doc.7. 4, *Registo de Gado no Ducado de Barcelos (1782)*, PT/AMB/04/10. *Relação de Terrenos Aforados do Termo da Vila de Barcelos*, PT/AMB/04/109. 6, *Resumo da Décima da Comarca de Barcelos em 1764*, PT/ AMB /06/48. *Resumo da Décima da Comarca de Barcelos em 1765*, PT/ AMB /06/49. *Resumo da Décima da Comarca de Barcelos em 1771*, PT/ AMB/06/54. *Resumo da Décima da Comarca de Barcelos em 1782*, PT/ AMB /06/64. *Resumo da Décima da Comarca de Barcelos em 1791*, PT/ AMB /06/73. *Resumo da Décima da Comarca de Barcelos em 1801*, PT/ AMB /06/83. *Resumo da Decima do Ducado de Barcelos em 1766*, PT/ AMB

/06/50. *Resumo da Decima do Ducado de Barcelos em 1776*, PT/ AMB /06/59. *Resumo da Decima do Ducado de Barcelos em 1786*, PT/ AMB /06/68. *Resumo da Decima do Ducado de Barcelos em 1796*, PT/ AMB /06/78. *Resumo da Decima do Ducado de Barcelos em 1806 (1)*, PT/ AMB/06/87. *Resumo da Decima do Ducado de Barcelos em 1806 (2)*, PT/AMB/06/88. *Resumo da Decima do Julgado de Vermoim do Ducado de Barcelos em 1766*, PT/ AMB /06/373. *Resumo da Decima do Julgado de Vermoim do Ducado de Barcelos em 1776*, PT/ AMB /06/383. *Resumo da Decima do Julgado de Vermoim do Ducado de Barcelos em 1786*, PT/ AMB /06/393. *Resumo da Decima do Julgado de Vermoim do Ducado de Barcelos em 1796*, PT/ AMB /06/405. *Resumo da Decima do Julgado de Vermoim do Ducado de Barcelos em 1806 (1)*, PT/ AMB /06/416. *Resumo da Decima do Julgado de Vermoim do Ducado de Barcelos em 1806 (2)*, PT/ AMB /06/417. *Imposto do Sal no D. Barcelos (1786-1810)*, PT/AMB/06/758. *Imposto Novo no Ducado de Barcelos (1810)*, PT/ AMB /06/495. *Impostos (não especificados) do Ducado de Barcelos (século XVIII)*, PT/ AMB /06/37. *Impostos (não especificados) do Ducado de Barcelos (século XVIII)*, PT/ AMB /06/35. *Impostos (não especificados) do Ducado de Barcelos (século XVIII)*, PT/ AMB /06/36. *Impostos (não especificados) do Ducado de Barcelos (século XVIII)*, PT/ AMB /06/37. *Lançamento da décima no Julgado de Vermoim em 1771*, PT/ AMB /06/378. *Recenseamento para o Imposto da Lei das Estradas Novas*, PT/ AMB /06/753. 9, *Registo de Quadrilheiros no Ducado de Barcelos, Julgado de Vermoim, século XVIII*, PT/AMB/09/03/fl. 60-123. 11, *Tabelamento de Preços no Ducado de Barcelos (1689-1736)*, PT/ AMB /11/1. *Tabelamento de Preços no Ducado de Barcelos (1745-1795)*, PT/ AMB /11/2. *Obrigas de Vendeiros e Tendeiros D. Barcelos (1709)*, PT/AMB/11/89/fl. 119. *Registo de Vendeiros no Ducado de Barcelos (1764)*, PT/AMB/11/102/419/fl. 40.

- AHP

Comissão da Divisão do Território, Trabalhos da Comissão da Divisão de Território, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.145/mç.100/doc. 9. *Trabalhos da Comissão da Divisão de Território*, PT/AHP/CD/CDT/ Secção I-II/cx.145/mç.100/doc.14 e PT/AHP/CD/CDT/ Secção I-II/cx.145/mç.100/doc.15. *Provedoria de Viana, século XVIII*,

PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.146/mç.101/doc.13. *Processos de autonomia de Famalicão e Julgado de Vermoim, século XVIII-XIX*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.146/mç.100/doc.78. *Descrição da administração de Barcelos no Antigo Regime*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.147/mç.101/doc.13 e PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.147/mç.101/doc.14. *Prospecto de Vila Nova de Famalicão por abade Manuel Cardoso Pereira*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.151/mç.103/doc.1 [0]. *Sobre Circunscrições Locais portuguesas, século XVII-XVIII*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.151/mç.103/doc.1 e PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.151/mç.103/doc.2. *Processos de criação de um concelho de Famalicão*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.151/mç.103/doc.11. *Censo de 1801-02 do Ducado de Barcelos*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.156/mç.107/doc.26. *Mapa do Ducado de Barcelos, 1802*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.160/mç.110/doc.1 [0]. *Trabalhos da Comissão da Divisão de Território sobre a Comarca de Barcelos*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.160/mç.110/doc.1. *Trabalhos da Comissão da Divisão de Território sobre o Entre Douro e Minho*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.160/mç.110/doc.2 a PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.160/mç.110/doc.7.

- ANTT

Memórias Paroquias, *Memória Paroquial de V.N. de Famalicão de 1758*, PT/ANTT/MPRQ/vol.40/Memória 321/fls.1431-1433. *Memória Paroquial de Requião de 1758*, PT/TT/MPRQ/vol.31/Memória 70/fls.385-400. Chancelaria Régia, *Sobre as disputas da autoridade sobre os Concelhos de Vermoim, Faria e Penafiel e sua correição de contas*, PT/ANTT/CHR/N/1/28/fl.171v.

- BNP

VILASBOAS, Custodio José Gomes, “Mapa da provincia d'Entre Douro e Minho de par com as indicações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Província, e outros objetos de Utilidade Publica”, [s/l], [s/ed], c.1794-1795. Disponível em: <http://purl.pt/24996>.

CARVALHO, José Monteiro, “Carta geográfica da Provincia do Entre Douro Minho e Tras os Montes”, [s/l], [s/ed]. Disponível em: <https://purl.pt/436>.

EÇA, Lourenço Homem da Cunha – Carta Militar das principais estradas de Portugal. Lisboa, 1808. [s/l], [s/ed], Disponível em: <https://purl.pt/6302>.

Fontes impressas ou transcritas

BARROS, João de “Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes”, Porto, Câmara Municipal do Porto, 2019. Transcrição por Joana Lencart.

BARROS, João de “Livro de las antiguidades e cousas notáveis de antre Douro e Munho e de outras muitas de España e Portugal”, [s/l], [s/ed]. 1549. [cópia do século XVII] Disponível em: <https://purl.pt/26460>.

BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo, “Povoação do Entre Doiro e Minho no século XVI”, in *Arquivo histórico português*, vol. 3, Lisboa, [s/ed], 1905. p. 241-273.

CARDOSO, Luiz, “Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas”, 2 vols., Lisboa, Regia Officina Sylviana/ Academia Real, 1747-1751. Disponível em: <https://purl.pt/13938>.

CASTRO, João Batista de “Roteiro terrestre de Portugal em que se ensinão por jornadas e summarios não só os caminhos, e as distancias, que ha de Lisboa”, Lisboa, Offic. de Miguel Manescal da Costa, 1748. Disponível em: <https://purl.pt/24719>.

COSTA, António Carvalho da “Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal”, 3 vols., Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712. Disponível em: <http://purl.pt/434>.

Diário da República, 1.^a série n. 19, 28 de janeiro de 2013, p. 132-133.

Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa, n. 61, sessão de 18 de Abril de 1821, p. 631.

FERNANDES, Agostinho, “Fontes documentais para a História de Vila Nova de Famalicão” in *Boletim Cultural*, 1982, vol. 3, V. N. de Famalicão, p. 6-45.

LEÃO, Duarte Nunes, “Descrição do Reino de Portugal”, Lisboa, [s/ed], 1610. Disponível em: <https://purl.pt/12393>.

LIMA, Luiz Caetano, “Geografia histórica”, 2 vols., Lisboa, [s/ed], 1734. Disponível em: <http://purl.pt/403>.

Ordenações Filipinas, 5 vols., Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

Ordenações Manuelinas, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Geodados em suporte eletrónico

GONÇALVES, José Alberto; PINHAL, André; BIO, Ana, “SRTM-DEM: Shuttle Radar Topography Mission - SAR Interferometry, 30 m, latitudes 60S and 60N, in 14297 granules of 1 by 1 degrees by NASA Data”. [Em Linha]. [Consult. Out. 2024]. Disponível em: https://www.fc.up.pt/pessoas/jagoncal/dems/index_en.html.

“Hydrography”, [Em Linha]. OpenStreetMap e MapCruzin, [Consult. Out. 2024]. Disponível em; <https://mapcruzin.com/download-shapefile/portugal-waterways-shape.zip>.

Estudos de Referência

– *Aspetos de Vila Nova: A Justiça*. 2º ed. Famalicão, Quasi, 2005.

BAKER, Alan “Rethinking Historical Geography”, in *Progress in Historical Geography*. 1972, David & Charles, Bristol, p. 11-28.

CAPELA, José Viriato, “V. N. Famalicão: A Fundação de um Município Liberal”, in *Boletim Cultural*, 1989, vol. 9, p. 13-39.

CAPELA, José Viriato; et al., *História de Vila Nova de Famalicão*. Famalicão, Quasi, 2005.

CARVALHO, Vasco de, “Velhos e Novos tempos de Vila Nova”, in *Jornadas Culturais*, 1962 Famalicão, Ateneu Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão.

CRUZ, António, *Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII: plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1970.

DURÃES, Margarida, “Breve História da Formação do Município Famalicense”, in *Boletim Cultural*, 1980, vol. 1, V. N. de Famalicão, p. 13-25. p. 17.

HESPANHA, António, *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político*, Coimbra, Almedina, 1994.

NETO, Margarida Sobral, “Senhorios e concelhos na época moderna: relações entre dois poderes concorrentes”, in *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS, 2005, p 149-165.

PAIVA, Odete *Vila Nova de Famalicão: de freguesia rural a urbana (1620-1960)*, Braga, Universidade do Minho, 2013.

SALGADO, Benjamin, *Vila Nova: entre dois forais*, 2^o ed, Famalicão.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da, *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*, Lisboa, Estampa, 1998.

SOUZA, Bernardo de, *Vermoim: um território do Entre Douro-e-Minho através da cartografia histórica (c.900-1835)*, Porto, Universidade do Porto, 2024.

VASCONCELLOS, José Leite, *Etnografia Portuguesa*, vol. 3, 2 ed^o, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

O estudo das elites locais através dos seus arquivos familiares: o caso prático dos Alves de Requião e os Lopes, da fábrica de botões Sepol

Teresa Araújo (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Lab2PT/UM)

Resumo

Os arquivos privados, pessoais e/ou familiares, são uma fonte inestimável para se conhecer a História, nomeadamente a história local. É através deles que conhecemos o percurso individual, ou familiar, daqueles que não figurando nos manuais de história, tiveram vida, e que iremos resgatar, como foi o caso concreto que estamos a estudar, Manuel de Sousa Lopes, o maior industrial de botões da década de 40 do século passado, que sozinho, montou em Vila Nova de Famalicão, na freguesia do Louro, um pequeno fabrico *de botões, quinquilharias e artigos de novidade*, hoje nas mãos dos seus netos, a terceira geração da fábrica.

Palavras-chave: arquivos de família, memória, identidade, elites locais, botões

Abstract

Private, personal and/or family archives are an invaluable source for knowing History, namely local history. It is through of them, that we know the individual or family path of those who, not appearing in history textbooks, had life, and that we will rescue, as was the specific case we are studying, Manuel de Sousa Lopes, the greatest button manufacturer of the 40s of the last century, who alone, set up in Vila Nova de Famalicão, in the parish of Louro, a small manufacture of buttons, trinkets and novelty items, today in the hands of his grandchildren, the third generation of the factory.

Keywords: family files, memory, identity, local elites, buttons

Nas últimas décadas temos assistido a novas abordagens históricas em que os arquivos e as fontes utilizadas não se limitam somente à informação custodiada pelas instituições públicas. Estas novas correntes, no campo da arquivística e da epistemologia da História, colocam a questão da revalorização dos arquivos de família, não só como repositórios de fontes documentais alternativas aos arquivos da Igreja e do Estado, mas também como objetos de estudo em si mesmos, concebidos de forma natural, espontânea como são todos os arquivos, sejam eles de que tipo forem. Os arquivos privados, nomeadamente os arquivos familiares, mais ou menos consideráveis em termos de dimensão documental, e até cronológica, são um património inestimável para escrever a História. A informação neles contida é de grande valor também, e sobretudo, para a história local. É através dos arquivos privados, *o outro sótão da história*, como lhe chamou Michelle Perrot, que os *marginais* da história ganham voz. Uma voz que foi buscar informações a outras fontes primárias que a Nova História, da Escola dos *Analles*, privilegiou e que nos propomos aqui desvendar com dois exemplos de famílias pertencentes a uma elite local famalicense e cujos arquivos familiares deram um contributo inigualável para o conhecimento da história local, reforçando a memória e a identidade de uma comunidade.

Os arquivos privados, nomeadamente os arquivos familiares, trazem à luz do dia novos temas e novos protagonistas. É através destes arquivos que os marginais da história, isto é, aqueles que não integram os manuais escolares pelos seus grandiosos feitos, vão ganhar voz e força e são resgatados do esquecimento e da passagem do Tempo. São homens e mulheres que ganham força, que ganham vida, não só como novos protagonistas da História, mas também ganham força novas tipologias documentais, obviamente diferente daquelas que encontramos nos arquivos públicos.

São por isso novos temas, novos protagonistas, que são a história de gente comum, gente que deixou marcas da sua passagem pela vida, pela família, e sobretudo marcas nas terras onde viveram e deixaram registos escritos. Porque, ao contrário do que a maioria pensa, não é necessário pertencer a uma grande linhagem

aristocrática ou a uma grande casa senhorial para haver documentos, para haver registos, para haver património documental, isto é, para haver arquivo. Ainda que admitamos, e até pela força das suas vivências, que estes exemplos sejam férteis em documentação.

No entanto, os arquivos de família ou os arquivos pessoais podem também ser arquivos de gente comum, independentemente de terem tido ou não vida pública. Muito embora saibamos, que a existência de vida pública signifique mais registos, mais informação, sobre a sua vida, sobre o seu percurso. E também por isso, mais apelativos em termos de histórias de vida. Pois, como tão bem defende Philippe Artières todos arquivamos a própria vida, e por isso, tal não é apenas privilégio de homens ilustres ou grandes governantes⁸⁹. Todos nós, gente comum, acumula papéis ao longo da vida, sejam cartas, postais, fotografias, diplomas, caderninhos com anotações variadas, receitas, faturas, documentos que legitimam compras de bens, terras. Ainda que hoje, por força do digital, estas informações não estejam materializadas no papel, mas essas questões não cabem no âmbito desta comunicação.

São estes velhos papéis tão cheios de vida, segundo a feliz expressão de Antonio Castillo Gómez⁹⁰, com informações tão diferentes daquelas que encontramos nos arquivos das instituições públicas, que nos dão outra dimensão da vida e que urge resgatar do esquecimento. Informações, que encerram memória não só familiar, mas também memória histórica. São documentos, que às vezes correm até sérios riscos de desaparecimento aquando de partilhas entre familiares, pois todos sabemos que os documentos são sempre o parente pobre das heranças que ninguém quer, que ninguém dá importância, até pelo seu próprio valor pecuniário, que é pouco, comparativamente aos restantes bens móveis (mobiliário, joias, pratas, louças) mas com grande valor informacional e até afetivo. E que muitas vezes acabam no lixo ou

⁸⁹ Philippe ARTIÈRES, "Arquivar a própria vida", in *Estudos Históricas*, vol. 11, nº 21, 1998, Rio de Janeiro, pp. 9-34.

⁹⁰ Antonio CASTILLO GÓMEZ, "Esos viejos papeles tan llenos de vida", in *Estos papeles viejos tan llenos de vida. Materiales para el estudio y edición de documentos personales*, Girona, CCG Ediciones, 2009, pp. 9-10.

à venda numa dessas feiras de velharias que semanalmente ou mensalmente proliferam pelo país. Mas são esses documentos, memória de um património familiar, da sua história, pronta a ser escrita pelos investigadores, que urge preservar. Por exemplo, nos arquivos municipais através de protocolos feitos entre os particulares e as autarquias através de protocolos de contratos de doação, de cedência, de depósito, ou apenas de digitalização⁹¹. Não só para evitar o risco de desaparecimento, mas também permitir o surgimento de estudos científicos no âmbito da arquivística ou da história, nomeadamente da história local e até para publicação futura⁹².

É o caso concreto de dois arquivos particulares: um familiar, outro pessoal.

O primeiro caso, diz respeito ao arquivo da família Alves, a nossa própria família paterna, cujas voltas do destino nos fez vir parar às mãos. Trata-se de um arquivo composto por centenas de documentos de várias tipologias documentais, entre as quais mais de quinhentas fotografias, soltas e em álbuns, algumas das quais da década de 70 do século XIX.

Trata-se do arquivo de uma família de proprietários locais, que teve vida pública no concelho famalicense, daí a maior quantidade de documentos encontrados e que nos permitiu defender uma tese de doutoramento em História na Universidade do Minho e que foi publicada pelo município de Vila Nova de Famalicão, em junho de 2023.

⁹¹ Paula Sofia FERNANDES, "Proteger o seu arquivo de família, através de contratos de depósito", in *Arquivos de família: Memórias habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2014, pp. 76-93.

⁹² Abel RODRIGUES, "Os arquivos pessoais e familiares e os arquivos municipais: uma relação lógica ou paradoxal", in *Entre o tudo guardar e nada perder. O papel dos arquivos municipais na salvaguarda da memória local*, Atas do coloquio, Lagoa, 9 junho 2018, pp. 75-106.

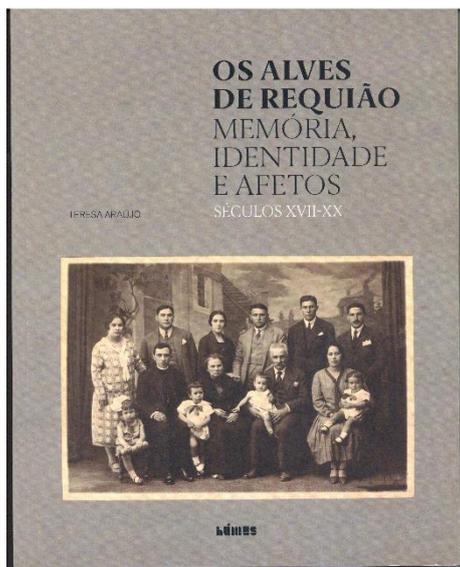


Imagem 1 *Os Alves de Requião. Memória, identidade e afetos (séculos XVII-XX)*. A tese de doutoramento em História transformou-se numa obra publicada pela câmara municipal de Famalicão, com edição da Humus, em 2023.

O segundo exemplo é um arquivo pessoal de um industrial famalicense, fundador da fábrica de botões *Sepol*, no Louro.

Dois exemplos de arquivos privados de uma elite local famalicense: um familiar, outro pessoal. Dois arquivos distintos, com documentação distinta, até cronologicamente, de duas famílias, ambas pertencentes ao concelho de Vila Nova de Famalicão, de duas freguesas distintas, uma em Requião, a outra no Louro, de uma elite social, económica e até política, no caso dos Alves, com percursos muito distintos.

Os Alves eram uma família de proprietários rurais estabelecida em Requião desde Seiscentos. Foi graças à emigração Oitocentista para o Brasil, cujo retorno levou os seus elementos a investirem na compra de terras, que lhes permitiu tornarem-se nos 40 maiores contribuintes do concelho nos finais do século XVIII, inícios do século XIX. Um crescimento económico que possibilitou a escalada social e política e a consequente notoriedade pública, com uma elite letrada e escolarizada e daí também a existência de registos e um significativo arquivo familiar. Trata-se de uma família que alcançou os lugares cimeiros concelhios, nomeadamente a presidência da câmara municipal, as vereações, lugares de destaque na União

Nacional, nas associações locais, no Clube de Caçadores, na Santa Casa da Misericórdia, nos Bombeiros, no Sindicato Agrícola, na junta de freguesia⁹³.

O segundo exemplo que nos mostra que os documentos *falam* e nos ajudam a construir histórias de vida e são de um enorme contributo para a história local é o caso do arquivo de Manuel de Sousa Lopes, fundador da fábrica *Rio Este*, no lugar da Gandra da freguesia do Louro, hoje nas mãos da terceira geração.

Foi graças ao arquivo deste homem e da sua fábrica, cujos documentos foram guardados pela família, que lhe seguimos os passos desde que deixou a casa paterna, na freguesia do Louro, aos dezasseis anos.

Manuel de Sousa Lopes nasceu no lugar do Monte do Louro, freguesia do Louro, em finais do século XIX, mais concretamente no dia 14 de agosto de 1899.



Imagem 2 Manuel de Sousa Lopes com cerca de 20 anos. Arquivo família Sousa Lopes.

Foi o segundo filho de Francisco da Silva Araújo Lopes e de Adelina Pereira de Sousa, *artistas* de profissão, da arte da tamancaria, ambos naturais do Louro, ele do lugar do Outeirinho, ela do lugar de Travassos. Será no lugar de Travassos, local onde viviam os avós maternos, Manuel Joaquim de Sousa, jornalista, natural da freguesia de Brufe, e Joana Pereira, também jornalista, natural desse lugar de Travassos da freguesia do Louro, que o casal Francisco e Adelina fixam residência a partir do nascimento de Clara, a quarta filha, nascida a 3 de junho de 1904⁹⁴.

⁹³ Teresa ARAÚJO, *Os Alves de Requião. Memória, identidade e afetos (séculos XVII-XX)*, Edições Humus, 2023.

⁹⁴ ADB, Fundo paroquial, Paróquia do Louro, *Livro de Registo de Batismos, 1886-1900*, fl. 51v.

Seguir-se-ão mais filhos, catorze no total.

Dos avós paternos temos poucas informações. Sabemos apenas que António José da Silva Araújo Lopes, carpinteiro, e Maria Rosa, jornaleira, moravam no lugar de Outeirinho desde o casamento, em novembro de 1863, onde nasceram todos os seus oito filhos, entre os quais Francisco da Silva Araújo Lopes, o mais novo da prole, que fica órfão de mãe com apenas dois anos. Esta situação, poderá explicar a inexistência de relações familiares de Manuel Lopes com o lado paterno, tanto mais que o avô deve ter saído da freguesia uma vez que não encontramos mais rasto da sua presença no Louro, nem mesmo o registo do seu óbito.

Ao invés, a presença dos avós maternos e da família materna foi muito sentida ao longo da sua vida. Aliás, como ele próprio redige num pequeno caderninho de notas onde na década de 40 do século XX escreveu alguns apontamentos biográficos, talvez para memória futura, foi na casa de Travassos que *acaba de se criar*⁹⁵.

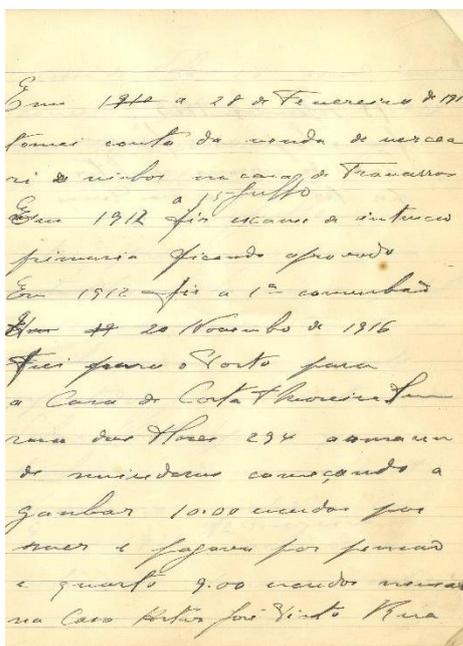


Imagem 3 Caderninho de anotações de Manuel Lopes, onde deixou registado algumas notas sobre o seu percurso biográfico. Arquivo família Sousa Lopes.

Graças a este caderninho conseguimos traçar o seu percurso biográfico, sobretudo a sua trajetória profissional inicial quando nos faltam as fontes primárias⁹⁶. Está lá tudo: as origens modestas, a formação escolar, a aprovação no exame de instrução primária, a Primeira Comunhão, que marca o início da idade adulta; a experiência profissional, primeiro, e com apenas onze anos tomando conta da *venda* familiar de mercearia e vinhos da casa de Travassos, seguindo-se seis anos depois, a ida para o Porto, para o importante *Armazém da Costa Moreira*, na rua das Flores.

⁹⁵ Arquivo família Sousa Lopes, *Caderninho biográfico*, não paginado.

⁹⁶ Sobre a importância dos estudos biográficos para conhecer as elites locais leia-se José Amado MENDES, "O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos", in *Análise Social*, 1992, pp. 357-365.

Inicia-se como ajudante de caixeiro nesse armazém da agitada rua das Flores, fazendo um percurso semelhante a tantos outros rapazes do seu tempo, que tentam a sorte no comércio nas grandes cidades, onde acabam por se fixar⁹⁷. Aí começou por ganhar dez escudos mensais, dos quais tirava nove escudos para pagamento da pensão (quarto e alimentação) onde se hospedava, na rua Cimo de Vila, propriedade de Artur José Pinto.

Nos inícios do século XX eram muitos os rapazes da província que chegavam ao Porto alojando-se em quartos/pensões que proliferavam pela cidade, em regime de cama, mesa e roupa lavada. Aí se reuniam, sobretudo à hora do jantar, vindos dos mais diferentes armazéns e estabelecimentos onde diariamente trabalhavam, permitindo não só o estreitar de amizades, mas até o conhecimento de oportunidades de negócio que os mais afoitos e destemidos ansiavam para mudar de vida ou estabelecerem-se comercialmente, que era o grande objetivo destes rapazes. Assim aconteceu com Manuel Lopes que percorreu todos os estádios da atividade comercial até conseguir se estabelecer por conta própria, dez anos depois de ter chegado à Invicta, em 1927.

Toda essa escalada profissional foi por si referenciada no caderninho autobiográfico, onde deixa registado que depois de quatro anos de *experiência* no balcão, e livre do serviço militar por ter *varizes nas pernas*, ascende à categoria de caixeiro-viajante, uma progressão na carreira conseguida graças ao *vontade* que havia conseguido no balcão e no contacto direto com o cliente. A importância deste facto na sua vida foi anotada pelo seu próprio punho no caderninho de memórias: *1920 - comecei a viajar pela firma Costa Moreira*⁹⁸.

Depois de cinco anos a fazer as principais praças do norte do país, Manuel Lopes, desenrascado e dinâmico, e seguindo o percurso de alguns caixeiros mais afortunados, consegue que o patrão lhe dê sociedade. Entra em julho de 1925 para sócio da casa *Costa Moreira* com o capital de 50 contos, dos quais 15 contos eram

⁹⁷ Germano SILVA, "O Caixeiro foi uma típica figura da cidade", in *Jornal de Notícias*, 18 jun. 2000, Porto, p. 10.

⁹⁸ Arquivo família Sousa Lopes, *Caderninho biográfico*, não paginado.

economias suas que havia amealhado desde que chegara ao Porto, em novembro de 1916, sendo o restante emprestado por António da Silva Matos. Este homem do qual não encontrámos referências sobre quem seria, infelizmente nem sequer é lembrado na memória oral da família Lopes, foi o seu grande patrono. Um *segundo Pai*, como regista no seu caderninho de memórias. Além de ser por intermédio deste homem a sua colocação no armazém Costa Moreira, em 1916, são muitos os empréstimos que recebe de António da Silva Matos, conforme verificamos no livro de contas existente no seu arquivo.

A sociedade na casa *Costa Moreira* dura pouco tempo, dois anos apenas. No entanto, o suficiente não só para conseguir pagar o empréstimo que havia contraído, mas sobretudo estabelecer-se sozinho num pequeno armazém da rua Cimo de Vila, número 25, mais uma vez a conselho de António da Silva Matos.

Neste armazém, situado quase paredes meias com o quarto que ocupava no número 23 dessa mesma rua, havia uma pequena divisão nos fundos que lhe serviria de cómodo, largando por isso o velho quarto onde se hospedava desde 1916, quando chegara ao Porto.



Imagem 4 Recorte de jornal guardado por Manuel Lopes no seu arquivo pessoal, onde teve o cuidado de anotar e fazer referência à casa onde esteve hospedado quando chegou ao Porto, em 1916, e o armazém que aluga para se estabelecer, em 1927, na rua Cimo de Vila. Arquivo família Sousa Lopes.

O ano de 1927 marca o início da sua aventura por conta própria e o começo da sua vida empresarial. Estabelecido com armazém na rua Cimo de Vila, passa ele próprio debaixo da sua marca pessoal, *Manuel de Sousa Lopes*, a viajar pela província. Além da rede de clientes que havia conseguido quando viajava pela *Costa Moreira*, resolve procurar novos clientes.

Com ele iam algumas das amostras de artigos de miudezas que vendia, dando-as a conhecer na província, ao mesmo tempo que registava as encomendas e os pedidos nas terras por onde passava para posteriormente serem entregues. O seu livro de contas é revelador desse dinamismo comercial e da vontade de vencer sozinho. Num vai e vem constante de viagens, e negócios, percorre todo o norte do país: Porto, Braga, Santo Tirso, Amarante, Chaves, Penafiel Barcelos, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Arcos de Valdevez são terras onde deixa a sua marca comercial, estabelece contactos e trava amizades. Algumas durarão décadas como foi o caso da firma *Alves e Irmão*, com quem trabalhará por mais de vinte anos. Além de firmas do Norte, que já visitava quando trabalhava para a *Costa Moreira*, aventura-se também pela zona centro: Aveiro, Cantanhede, Figueira da Foz, Coimbra.

A figura do caixeiro-viajante, *raça estranha essa* como o escritor Jorge Amado os apelidou, às vezes tão negligenciada pela História é de suma importância nomeadamente para a história local. Eram eles que levavam as novidades às terras pequenas onde o progresso custava a chegar. Os artigos e as bugingangas que carregavam, eram a sua *"carta de apresentação"* diante de uma clientela atenta que os esperava ávida das últimas novidades dos grandes centros urbanos. Em 1938, o jovem escritor baiano escrevia na revista *Indústria Portuguesa* o seguinte: *para as mulheres eles trazem a moda, nas suas malas vêm os últimos tipos de sedas, as perfumarias, os extratos finos, tudo aquilo que as apaixona, todas aquelas misteriosas coisas que viram no cinema*⁹⁹. Chega a chamar-lhes de *cavaleiros-andantes* em virtude da sua presença fazer tremer os corações de muitas jovens pelas terras por onde passavam, cujo traje janota que vestiam associado às malas carregadas de

⁹⁹ José Manuel PEREIRA, *O Caixeiro e a instrução comercial no Porto oitocentista: percursos, práticas e contextos profissionais*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

novidades e progresso, faziam-nas suspirar e sonhar com um amor correspondido que as resgatasse da escuridão e do atraso das suas vilas e aldeias.

Manuel de Sousa Lopes personifica em tudo esta figura do caixeiro-viajante, não só no seu aspeto janota, trajando sempre fato e gravata¹⁰⁰, mas por ter encontrado o amor numa das terras por onde circulava. Nas suas incursões pelas diversas vilas e cidades do norte do país depara-se um dia, saído do comboio que o levou até Penafiel, com uma jovem rapariga. Elvira de nome, segundo consegue apurar nas informações locais que encetou em busca da tal jovem que prontamente segue, e vê entrar numa casa próxima. Decido e pragmático, promete a si mesmo, conhecê-la e conquistá-la e torná-la pelo casamento, na mãe dos seus filhos.

Elvira Melo Nogueira, nascida a 20 de maio de 1905, no lugar do Ribeiro, freguesia de S. Miguel de Bustelo, concelho de Penafiel, era filha de Manuel Nogueira, lavrador de profissão e Francisca da Rocha Melo.

Num tempo em que os namoros se faziam por carta, habituado a conquistar o cliente e habilidoso ao enfrentar os mais inusitados obstáculos no exercício da sua profissão, Manuel Lopes faz tudo para captar estrategicamente a atenção da sua amada distante. Por isso resolve, eficazmente, desde o dia em que a viu, saída da estação de comboios, enviar-lhe um postal de cada terra que visitava nas suas incursões de viajante. À exceção da imagem do postal, que variava consoante o local em que se encontrava em trabalho, o teor era simples e respeitoso, mostrando-lhe com uma frase simples que ela estava no seu pensamento: *“Para a Menina Elvira...Saudades do Manuel”*.

Um Manuel que a menina Elvira nunca vira ou conhecera, mas que a fazia avolumar o seu arquivo de postais recebidos que ia guardando no seu pequeno baú de memórias. E ao mesmo tempo a intrigava, imaginando como seria o admirador

¹⁰⁰ A gravata recebia-se quando passavam a caixeiros. Um adorno essencial que os distinguia dos marçanos e que marcava o simbolismo da ascensão à categoria de caixeiros. Uma situação de tal forma importante que nos trabalhos de encerramento do 1º Congresso dos Empregados do Comércio realizados em novembro de 1901 foi votado pelos congressistas a abolição do antigo costume que não permitia o uso de gravata aos marçanos.

secreto que estava disposto a conquistá-la de uma forma tão surpreendente e original. Infelizmente a família não conseguiu encontrar nenhum desses postais, mas ficou na memória oral dos seus filhos e netos, como prova da determinação do avô.

O namoro acabou por acontecer, tempos depois, quando Manuel Lopes decide ser hora de se apresentar, em pessoa, à menina Elvira. Habitado a lidar com o desconhecido, toca à campainha da casa onde a vira entrar pela primeira vez vinda da estação de comboios, em Bustelo, perguntando pela menina Elvira. E quando a porta da casa se abre e o questionam quem deveriam anunciar, responde com a astúcia de um caixeiro-viajante habituado na arte de persuadir: *diga-lhe que é o Manuel!*



O casamento aconteceu no dia 1 de janeiro de 1931 na igreja de Bustelo, em Penafiel, seguindo a habitual tradição do matrimónio se realizar na terra da noiva.

O jornal famalicense *Estrela do Minho* noticia o consórcio deste filho da terra, desejando-lhe as maiores felicidades, referindo que se encontrava a viver no Porto onde era possuidor de um próspero negócio¹⁰¹.

Imagem 5 Manuel Lopes e Elvira na lua de mel, em 1931. Arquivo família Sousa Lopes.

¹⁰¹ *Estrela do Minho*, 1 de fevereiro de 1931, p. 2.

Com o dote de 40 contos que Elvira traz para o casamento, o jovem casal foi viver para a rua do Ouro na Foz do Douro, a *vila adormecia [que] estava a cem léguas do Porto e da vida*, segundo palavras de Raul Brandão em 1923¹⁰². O pequeno quarto dos fundos na rua Cimo de Vila onde Manuel Lopes vivia quando se estabelece comercialmente em 1927, não se compadecia com as exigências de uma vida familiar e uma vontade férrea de querer crescer socialmente.

Este dote terá sido também determinante para uma nova viragem na vida de Manuel, e do agora casal. Meses depois do casamento, em junho de 1931, Manuel de Sousa Lopes depara-se com uma situação que mudará irremediavelmente a sua vida futura.

Mesmo pagando nos prazos estipulados e com as contas em dia, os fabricantes de botões decidem cortar o crédito, exigindo o pronto pagamento. Essa situação requeria uma liquidez financeira que não dispunha, e por isso a solução que encontra é ele próprio fabricar botões de couro e pérolas. Para isso, e sob a razão social de *Pinho M.*, faz uma sociedade com Manuel Joaquim de Pinho, possuidor de uma fábrica de botões em Vilar de Andorinho, bem próximo de Vila Nova de Gaia.

Terá sido esta sociedade em 1932 que o terá despertado para o mundo industrial e para ele próprio se aventurar no fabrico de botões. Uma sociedade que duraria até 1937, segundo as suas próprias palavras, altura em que já estabelecido com a sua própria fábrica de botões no Louro, em Vila Nova de Famalicão, "*cede de boa vontade os valores da fábrica ao (meu) sócio*"¹⁰³.

Cada vez mais consciente que o crescimento do seu negócio empresarial passava pelo fabrico, decide iniciar-se sozinho na aventura industrial. Montando na freguesia que o viu nascer, o Louro, num barracão de madeira em novembro de 1933 um fabrico *de bijutarias, quinquilharias e dos chamados artigos de novidade*, executados em galalite, metal, concha, madeira e marfim vegetal.

¹⁰² Brandão, Raul, *Os Pescadores*, Porto, Paisagem Editora, 1982, p. 27.

¹⁰³ Arquivo família Sousa Lopes, *Caderninho biográfico*, não paginado.

É neste barracão, no meio do pinhal do lugar da Gandra, com pouco mais de 80m² que dá início ao seu sonho empresarial.



Imagem 6 O barracão no meio do pinhal da Gandra, na freguesia do Louro, onde monta em 1933 o seu fabrico de bijutarias, quinquilharias e dos chamados artigos de novidade. Arquivo família Sousa Lopes.

Dois anos depois, e graças ao seu dinamismo e determinação, consegue montar uma nova fábrica, um bairro para operários e a sua própria habitação.

Em poucos anos transforma-se no maior industrial de botões do país, impondo a sua marca pessoal e a *Sepol* (anagrama de Lopes) como sinónimo de fiabilidade e qualidade no mundo dos botões.



Imagem 7 Manuel Lopes com as escolheideiras e encartadeiras da *Sepol*, em 1947. Arquivo família Sousa Lopes

E são os documentos do seu arquivo que contam todo o resto da sua história: as lutas travadas com os concorrentes, a vontade e o desejo de registar as suas marcas de botões, de fivelas e de pentes que desde a década de 30 e durante as

décadas de 40, 50 e 60 continuavam a invadir o mercado, e foram mais de oitenta marcas, no mais rigoroso cumprimento das leis da propriedade industrial.

Hoje a Sepol, com quase 100 anos, nas mãos dos seus netos, a terceira geração da empresa, esforça-se com estratégias obviamente diferentes manter o legado do seu fundador.

Bibliografia e Fontes

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, "A Indústria Têxtil do Vale do Ave", in *Património e Indústria no Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE, 2002, pp. 372-389.

ARAÚJO, Teresa, *Os Alves de Requião. Memória, identidade e afetos (séculos XVII-XX)*, Vila Nova de Famalicão, Edições Humus, 2023.

ARTIÈRES, Philippe, "Arquivar a própria vida", in *Estudos Históricos*, 1998, Rio de Janeiro, pp. 9-34.

BRANDÃO, Raul, *Os Pescadores*, Porto, Paisagem Editora, 1982.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio, "Esos viejos papeles tan llenos de vida", in *Estos papeles viejos tan llenos de vida. Materiales para el estudio y edición de documentos personales*, 2009, CCG Ediciones, Girona, pp. 9-10.

FERNANDES, Paula Sofia, "Proteger o seu arquivo de família, através de contratos de depósito", in *Arquivos de família: Memórias habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2014, pp. 76-93.

FILHO, Antônio Lopes Vieira, *O caixeiro-viajante como propulsor do comércio ambulante durante o apogeu da parnaíba enquanto principal centro econômico do Piauí*, São Luís, Universidade do Maranhão, 2020.

MENDES, José Amado, “O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos”, in *Análise Social*, 1992, pp. 357-365.

PEREIRA, José Manuel, *O Caixeiro e a instrução comercial no Porto oitocentista: percursos, práticas e contextos profissionais*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

PEREIRA, Zélia Maria Cruz, *O universo dos arquivos pessoais em Portugal: identificação e valorização*, Évora, Universidade de Évora, 2018.

RODRIGUES, Abel, “Os arquivos pessoais e familiares e os arquivos municipais: uma relação lógica ou paradoxal”, in *Entre o tudo guardar e nada perder. O papel dos arquivos municipais na salvaguarda da memória local*, Atas do coloquio, junho 2018, Lagoa, pp. 75-106.

SILVA, Carlos Guardado da, “O lugar dos arquivos pessoais na arquivística internacional”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 2020, pp. 91-104.

SILVA, Germano, “O Caixeiro foi uma típica figura da cidade”, in *Jornal de Notícias*, 18 jun. 2000, Porto, p. 10.

Fontes

Arquivo Distrital de Braga, Livro de Registo de Batismos da Paróquia do Louro, 1886-1900.

Arquivo da família Sousa Lopes.

Publicações Periódicas

Jornal *Estrela do Minho*, 5 de fevereiro de 1922.

Jornal *Estrela do Minho*, 1 de fevereiro de 1931.

Jornal *O Progresso*, 26 de novembro de 1899.

O movimento Arte Nova em Portugal: o caso particular de Vila Nova de Famalicão

Helena Maria da Silva Santana (UA / Inet_MD) e Maria do Rosário da Silva Santana (IPG / TECHN&ART)

Resumo

Na transição do século XIX para o século XX, a sociedade Europeia encontrava-se encantada pela beleza do mundo natural. A natureza era fonte de inspiração para diversos autores, achando-se refletida em objetos nas mais diversas áreas seja da indústria, da manufatura ou das artes. Iniciava-se assim, e nas primeiras décadas do século, um novo movimento artístico que apelidaram de Arte Nova e que ganha popularidade por toda a Europa, e também em Portugal. Nesta época, as cidades desenvolviam-se aceleradamente tornando-se por vezes caóticas. Os artistas pretendiam reequilibrar, com a sua produção, a relação entre o homem e a natureza. Através das suas criações, sejam elas no âmbito da arquitetura, do design de interiores, da azulejaria, da pintura, da escultura ou outras formas de arte, denotam um elevado conhecimento no campo da ciência e da arte, estudando afincadamente, de modo que todas as suas realizações sejam o mais realistas, naturalistas e fundamentadas, possível. Sendo predominantes as referências no campo da arquitetura, não podemos deixar de referir o acervo de artefactos construídos no campo das artes decorativas.

É nossa intenção mostrar diversos elementos que encontramos ao longo do território, e que se encontram vinculados a formas de arte inseridas neste movimento artístico, bem como o modo como denotam as características da sua fauna e flora, mormente na cidade de Vila Nova de Famalicão. Buscando-os a nível arquitetónico, identificá-los-emos também no conjunto dos artefactos decorativos reveladores dessa mesma tendência. Relevando o modo como diferentes elementos da fauna e da flora se expõem nos objetos de arte que emergem no nosso território, mostraremos modos únicos e transformadores de fazer, ser e ter das nossas gentes, conjugando essa informação com um universo sonoro revelador das mesmas tendências.

Palavras-chave: Arte Nova; Fauna; Flora; Arquitetura.

Abstract

In the transition from the 19th to the 20th century, European society found itself enchanted by the beauty of the natural world. Nature was a source of inspiration for several authors, being reflected in the production of objects in the most diverse areas, whether in industry or manufacturing. In the first decades of the century, a new artistic movement began, which they called Art Nouveau. This movement is gaining popularity throughout Europe, and also in Portugal.

At that time, cities developed rapidly, sometimes becoming chaotic. The artists intended to rebalance, with their production, the relationship between man and nature. Through their creations, whether in the field of architecture, interior design, tiles, painting, sculpture or other forms of art, they demonstrate high knowledge in the field of science and art, studying diligently, so that all their achievements be as realistic, naturalistic and grounded as possible. As references in the field of architecture, we cannot fail to mention the collection of artifacts built in the field of decorative arts.

It is our intention to show various elements that we find throughout the territory, and which are linked to art forms included in this artistic movement, as well as the way in which they denote the characteristics of its fauna and flora, especially in the city of Vila Nova de Famalicão. Looking for them at an architectural level, we also show their presence in the set of decorative artifacts. Highlighting the way in which different elements of fauna and flora are expressed in the art objects that emerge in our territory, we will highlight unique and transformative ways of doing, being and having among our people, combining this information with a sound universe that reveals the same trends.

Keywords: Art Nouveau; Fauna; Flora; Music; Architecture

Introdução

O movimento Arte Nova ganha popularidade por toda a Europa na transição do século XIX para o século XX. Procura distanciar-se das correntes artísticas inspiradas no passado, os revivalismos enraizados no historicismo, encontrando na natureza a sua principal fonte de inspiração. Enquanto movimento artístico exprime-se de diferentes formas, existindo áreas de atuação mais importantes e reveladoras da atividade artística de todos aqueles que o patenteiam nas suas realizações. Caracterizando-se pelo predomínio de formas orgânicas e curvilíneas, influenciadas pela natureza e pelos elementos e características que sobressaem na arte oriental, este movimento artístico reflete ainda o conjunto de influências ditadas pela realização das diversas Exposições Universais um pouco por toda a Europa, e o Mundo.

Na altura a que nos referimos, houve inevitavelmente uma rutura com os estilos artísticos considerados como mais tradicionais, dando origem a uma estética mais moderna e inovadora. Na arquitetura, os edifícios caracterizam-se pela presença de fachadas ricamente ornamentadas, com detalhes vegetalistas, formas sinuosas e arabescos vários, sendo que os interiores eram igualmente ornamentados com móveis e objetos de decoração que seguiam o mesmo estilo, sobressaindo uma forte influência das formas da natureza. Tudo isto se fazia secundado por diversos estudos que elucidavam, no seu conteúdo e forma, os elementos narrados.¹⁰⁴ Nada se fazia sem a fundamentação e a aclaração adequadas, de modo a que a arte, e a ciência, convergissem nos objetos alcançados.¹⁰⁵

Ao nível do edificado, sendo os elementos reproduzidos vários e demonstrativos de uma intenção criativa, é nossa intenção alcançá-los a nível arquitetónico, mas também no conjunto dos artefactos decorativos reveladores dessa mesma tendência, caracterizando o modo como se patenteiam no nosso território e na cidade de Vila

¹⁰⁴ Eug. GRASSET, *La plante et ses applications ornementales*, Paris, Librairie Centrale des Beaux-Arts, 1896.

Er. HAECKEL, *Kunstformen der Natur*, Leipzig und Wien, Verlag des Bibliographischen Instituts, 1899.

¹⁰⁵ M. VERNEUIL, *L'animal dans la decoration*, Paris, Librairie Centrale des Beaux-Arts, 1897.

A. SEDER, *Naturalistische Dekorationsmalereien*, Berlin, Verlag von Ernet Wasmuth, 1897.

Nova de Famalicão, em particular. Destacando o modo como diferentes elementos da fauna e da flora se manifestam nos objetos identificados, demonstraremos como a aplicação de modos singulares e transformadores do fazer, ser e ter das gentes desta cidade, revelam a sua capacidade interventiva, empreendedora e realizadora.

1. Luminâncias entre a arte e a natureza no espaço do nosso território: a cidade de Vila Nova de Famalicão

Baseadas no documento elaborado por Jorge Fernandes Alves intitulado *A Indústria em Vila Nova de Famalicão – uma perspetiva histórica*, publicado no livro *História da Vila Nova de Famalicão*, volume de inegável interesse e profundidade para o estudo da história desta cidade do nosso país, procuraremos perceber o tecido empresarial e industrial de finais do século XIX, início do século XX, de modo a compreender o modo como os recursos nela alcançados, se versa no edificado representativo do movimento artístico que aqui procuramos relevar – o Movimento Arte Nova. No documento mencionado o autor procura produzir uma visão histórica das linhas de força da industrialização no concelho de Vila Nova de Famalicão.¹⁰⁶ Sabemos da precaridade laboral, industrial e económica que grassa em final do século XIX em Portugal. A atividade predominante em todo o país é a agricultura e, Vila Nova de Famalicão, sendo um concelho agrícola, não foge a essa regra. Contudo, possui, no ano de 1947, uma indústria têxtil que ocupa 20% da sua população total e que a indústria de madeiras é importante e próspera. Não se deve ainda esquecer segundo o autor que,

“[...] tem uma fábrica de lanifícios, uma outra de relógios de parede - a única na península, e uma outra de pneumáticos e duas importantes fabricas de alfaias e engenhos agrícolas, além de uma grande fábrica de malhas e várias fábricas de botões e adornos de

¹⁰⁶Jorge Fernandes ALVES, “A Indústria em Vila Nova de Famalicão: Uma perspetiva Histórica” in *História da Vila Nova de Famalicão*, Edições Quasi, 2005.

vestuário. Existem três fundições, de nome conhecido, duas trabalhando em fogões e artigos de ferro forjado e imobiliário diverso de metal, e outra preparando soldas e fundindo metais diversos; três oficinas gráficas, uma das quais honra a terra e a indústria nacional - a "Minerva". Existem excelentes serrações, carpintarias, ensambladores, fábricas de mobiliário, moagens, carvoarias, fabricantes de cestos e cortadores de esteios... Tudo, tudo se fabrica, organiza, constrói neste concelho, onde toda agente trabalha e moreija, com alegria e dedicação".¹⁰⁷

A relação enunciada aponta, em final dos anos 40, para um rico tecido industrial com inevitáveis consequências ao nível económico e social projetando-se melhores condições de vida para as populações. Mas as coisas não nascem sem uma base. Anteriores a esta data, e mais consentâneo com o período de final do século XIX e início do século XX, encontramos uma laboração com características bem diferentes. A consulta da informação presente nos Inquéritos Industriais, nos Boletins de Trabalho Industrial, e nas diversas edições da Exposição Industrial Portuguesa, faz-nos perceber o desenvolvimento e o progresso nelas enunciado.

"Se avançarmos para os meados do século XIX, já há indícios de alguma iniciativa industrial, ainda que débil. Prestemos atenção ao precioso "inquérito" de 1845 elaborado no âmbito da acção dos administradores do concelho para informações ao governo civil [...]. Os impressos desta informação para aquele ano fornecem a indicação de que "debaixo da denominação de Fábricas se compreendem as Officinas que trabalham em ponto grande". E o resultado para Vila Nova de Famalicão deixa-nos entrever uma pequena concentração geográfica de oficinas em localidades a nascente do concelho, ainda que reduzidas a cerca meia dúzia de operários cada uma, mas que trabalhariam então em "ponto

¹⁰⁷ *Idem*, p.445.

grande", [...]. São nomes cujas ressonâncias familiares vamos encontrar mais lá para o final do século, alguns deles já agregados a empresas de alguma dimensão, facto a evidenciar o carácter de endogeneização familiar no saber-fazer da tecelagem".¹⁰⁸

Para além destas, o autor faz referência à presença de três outras unidades de ferragem pouco significativas à época na região de Vila Nova de Famalicão.¹⁰⁹ Acrescentamos o trabalho ao nível da agricultura e da pecuária o qual dará origem à implementação de várias explorações agroindustriais.

Neste sentido, se as atividades ligadas à agropecuária são relevantes, pois que a agricultura era predominante, logo vemos a presença de um outro conjunto de atividades que emergem da valorização de recursos produzidos. Desse conjunto sobressaem as atividades e os produtos saídos da produção e manuseio da lã, da seda e do linho, mas também do algodão, elemento que, pelas suas características, se tornava mais rentável. Por volta de 1845, "A lã, a seda e o linho, produções típicas da sociedade tradicional, declinam no seu papel de produtos de base para o vestuário, dando um crescente lugar ao algodão".¹¹⁰ O algodão surge como um produto mais barato, mais rentável em termos de tecido. O seu processo de transformação era mais imediato após a recolha das ramas. As operações necessárias à fiação e tecelagem são mais simples. A nível do investimento necessário para implementar uma manufatura ou um complexo fabril, as máquinas adequadas ao seu fabrico também se mostram mais simples e baratas, exigindo menos mão-de-obra.

Por outro lado, o seu fabrico fazia-se em condições mais higiénicas se comparado com os da lã, da seda e do linho, sendo que, em final do século XIX, na região de Vila Nova de Famalicão, consultando os dados presentes no Inquérito Industrial de 1852, o qual só considera as unidades fabris com dez ou mais operários, percebemos que existem duas fábricas de produção onde impera o uso do algodão.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 447.

¹⁰⁹ *Idem*.

¹¹⁰ *Idem*.

São elas as fábricas de algodão e linho de Francisco de Freitas Guimarães, situada em Pedome, e a de José Luís Ferreira, sediada em Mogege.¹¹¹

Em final do século XIX, decorre o ano de 1896, sucede o desenvolvimento do tecido empresarial e industrial de Vila Nova de Famalicão. Cronologicamente, corresponde, “ao arranque de algumas empresas que se vão revelar posteriormente de grande dimensão, embora arrastem consigo um passado de oficina anterior a 1890”.¹¹² No entanto, é com alguma surpresa que na importante Exposição Industrial Portuguesa, realizada no Palácio de Cristal, no Porto, em 1897, a única empresa representante de Vila Nova de Famalicão não ser de algodões.

“Tratava-se da firma Carvalho, Irmão & C^a detentora da Fábrica de relógios “A Boa Reguladora”, que ali apresentava uma colecção de relógios de mesa e de parede, além de diverso material em diversas fases de fabrico”.¹¹³

A Reguladora é, desde o seu início, uma empresa industrial integrada.

“O relógio fabricava-se totalmente, em todos os seus componentes. Para a fabricação das caixas dos relógios era a madeira comprada em foros, serrada, aparelhada e acabada por mãos de artífices marceneiros. Para tal eram necessárias grandes máquinas com grande consumo de força motriz. Esta era fornecida por uma caldeira geradora de vapor, utilizando como combustível as aparas de madeira, resíduos de serração. A actividade de serração e carpintaria teve grande desenvolvimento durante toda a primeira metade do século XX, projectando o nome REGULADORA em todo o País como famosa carpintaria de construção civil. A força motriz das máquinas a vapor era ainda utilizada no accionamento de moinhos para cereais. Por isso, na escritura de 1901, já se mencionavam

¹¹¹ *Idem.*

¹¹² *Idem*, p.455.

¹¹³ *Idem*, p.457.

como actividades, além da exploração da fábrica de relógios, “a serragem e a molinagem”.¹¹⁴

A produção de energia, sobretudo a energia hidráulica, foi um dos fatores de atração industrial nesta região. Se numa primeira fase a produção pode passar sem o uso de maquinaria mais exigente, o desenvolvimento de uma maior produção exige sempre a atualização para mecanismos de produção saídos da Revolução Industrial. Numa primeira fase aparecem os engenhos movidos a vapor, numa segunda desponta o uso da eletricidade. Na região do Vale do Ave, e na da cidade de Vila Nova de Famalicão em particular, reaproveitam-se os velhos açudes e azenhas e constroem-se outros, que permitem mecanizar a produção que estava refém dos mecanismos dependentes maioritariamente dos recursos hídricos, bem como dos ciclos de iluminação do dia e da noite. Por volta de 1900, a luz de acetileno predominava como recurso de iluminação. Contudo, visando o desenvolvimento da produção industrial e melhores condições de vida e trabalho para as populações, o homem inventa e investe em recursos que possibilitem fazer da noite, dia. Assim,

“Os gasogéneos económicos inventados/adaptados pelo famalicense António Lopes da Fonseca tinham procura crescente para estabelecimentos comerciais, industriais ou lares. [e,] Em 1905, Narciso Ferreira instala a Empresa Têxtil Eléctrica, a primeira fábrica nacional com trabalho electrificado, com energia produzida através de uma central hidráulica acoplada a um gerador eléctrico”.¹¹⁵

O tempo vai passando e,

“Para lá do fiar e tecer, actividades domésticas e industriais de abundante produção local, sempre apareceram os serradores como actividade intimamente ligada à exploração das florestas locais e ao encaminhamento deste tipo de materiais para a construção civil e o

¹¹⁴ *Idem*, p.476.

¹¹⁵ *Idem*, p.461.

mobiliário. Em 1901, reconhecia-se que além da fiação e tecelagem, também a “tinturaria, a serração de madeira e a moagem vão em progressivo aumento, não falando já na importante fábrica de relógios”. A *Central do Minho*, erguida por 1910 em frente à estação do caminho-de-ferro, de Ribeiro & Cancela, era uma fábrica conceituada de carpintaria, serração e marcenaria a vapor, especializada em madeiras para construção (tectos ornamentados, soalhos aparelhados, mobílias).¹¹⁶

Ao nível da produção industrial na região do Vale do Ave, e ainda com estreita ligação à floresta, existe a produção de resina, um produto extraído do pinheiro e que pode ser altamente rentável, fornecendo na sua transformação a possibilidade de extrair diferentes produtos químicos.¹¹⁷ A localização das empresas junto a vias de comunicação é essencial não só para o escoamento de produtos, como para a chegada de recursos ao local de produção e transformação. Revela-se a necessidade de não só melhorar as vias de comunicação, como alargar e redimensionar a linha férrea, para que o comboio chegue à cidade de Vila Nova de Famalicão.

Associado ao desenvolvimento da agricultura e da produção agropecuária surgem ainda um conjunto de oficinas de produção de maquinaria para a agricultura. De modo a utilizar um dos produtos agrícolas mais importante, os cereais, sejam eles o trigo, o milho, o centeio ou a cevada, despontam um conjunto de indústrias de transformação dos cereais. Numa primeira fase serão de pouca envergadura é certo, mas logo se capacitam dos recursos que lhes permitem medrar. Fazendo uso de um dos recursos mais abundantes da região, a água, para movimentar os engenhos de moagem e transformação do grão, logo em seguida nasce uma atividade fundamental à sobrevivência humana, a manufatura do pão. Numa primeira fase é ela da responsabilidade de cada uma das famílias e realizada em comunidade. O forno comunitário era um recurso fundamental em cada uma das povoações do país. Com

¹¹⁶ *Idem*, p.473.

¹¹⁷ *Idem*.

o desenvolvimento dos modos de vida é necessário industrializar a sua manufatura de modo a estabelecer até melhores condições de higiene e de trabalho. Assim:

“A jusante da moagem, surgem as padarias, algumas de feição industrial. A Padaria Portela, no campo da Feira, fundada em 1880 e reorganizada em 1904, fazia crer, através da publicidade, a sua superioridade local, garantindo condições higiénicas na produção e instalações, inspecções sanitárias periódicas, bem como a tradição de ter sido a primeira a fabricar localmente pão bijou e pão da delfina, sendo a única a produzir pão doce”.¹¹⁸

Não poderíamos terminar esta nossa narrativa sem fazer referência a uma das atividades mais importantes para a divulgação do saber: a tipografia. Neste contexto, percebemos depressa a importância desta atividade na região de Vila Nova de Famalicão. Neste sector distinguiu-se a tipografia *A Minerva*, de Gaspar Pinto de Sousa & C^a, uma indústria que remonta ao último quartel do século XIX. Nela foi impressa a 1^a edição da Cartilha Maternal da autoria de João de Deus, uma obra fundamental para a educação no nosso país. É na tipografia Minerva que muitas obras literárias e de imprensa periódica foram impressas, afirmando-se como uma das mais qualificadas de entre toda a indústria gráfica do país. Segundo o referido por Alves, a “famalicense foi a primeira que fez instalar, fora de Lisboa, as máquinas de compor, até então reservadas aos grandes jornais diários”.¹¹⁹ A sua instalação faz-se num edifício que denota uma composição onde o conjunto dos elementos releva a presença de características do Movimento Arte Nova.

2. O edificado de Vila Nova de Famalicão: elementos representativos do movimento Arte Nova

¹¹⁸ *Idem*, p.473.

¹¹⁹ *Idem*, p.477.

A construção civil, as atividades de marcenaria e serralharia, e sobretudo a indústria da cerâmica e do vidro, são capitais ao medrio de um edificado que reflita as condições mais favoráveis à habitação, mas também uma necessidade de adornar, a nível exterior e interior, os edifícios. É neste campo que vamos perceber a colocação de elementos ornamentais compatíveis com o movimento Arte Nova. A qualidade dos materiais e da manufatura ao nível das caixilharias, das cantarias, da azulejaria e da serralharia fornecem-nos os elementos básicos para conhecer o gosto dos seus proprietários. Mas não só isto importa. A capacidade económica e empreendedora se revela, assim como uma influência extraeuropeia, quiçá apoiada no conhecimento de outras culturas e meios aos quais acedem nas diversas exposições industriais e universais um pouco por todo o Mundo, e que seriam visitadas pelos grandes industriais do país de modo a mostrar e divulgar os seus produtos. O edificado de Vila Nova de Famalicão antecipa, num conjunto de propostas, a capacidade financeira dos seus proprietários, bem como o gosto e o requinte com que construíam as suas casas. Atendendo ao conjunto de fábricas e manufaturas existentes na região do Vale do Ave, e em particular na região de Vila Nova de Famalicão, ao conjunto das vias de comunicação que servem a cidade desde final do século XIX e início do século XX, fácil também seria fazer chegar à localidade materiais provenientes de outras regiões do país. Neste sentido, podemos fazer referência ao conjunto dos azulejos que vemos revestir muitas das casas que encontramos no centro histórico da cidade e que, pela suas características e diversidade procedem, em alguns casos, das Fábricas de Massarelos e das Devesas, localizadas no norte do país.

Se o revestimento exterior e interior, no que concerne o uso do azulejo, se percebe bastante focado na produção destas fábricas, as quais pela sua localização, são próximas da cidade, no que respeita os elementos de marcenaria e serralharia, alguns artesãos e artistas estariam radicados nesta localidade. Como exemplo da exuberância da ornamentação e da qualidade dos produtos utilizados na construção do edificado podemos referir aqueles presentes em várias casas. De volumetria mais ou menos considerável, reflexo do seu uso e função, mas também da capacidade financeira dos seus proprietários, podemos referir a casa situada na rua de Santo

António, n.º 81, cuja fachada revela numerosos motivos de interesse e compatíveis com a presença das características do movimento Arte Nova. O conjunto azulejar, concebido a quatro unidades, indica um conjunto floral estilizado. A riqueza dos elementos de cantaria e de marcenaria, comprovada nos elementos que compõem as bandeiras e as componentes das janelas e das portas, e de serralharia ao nível dos guarda-corpos, é bastante grande. Salientamos ainda o contorno dos vidros das janelas e das portas, bem como das bandeiras das portas e janelas que não seguem o padrão usual ortogonal e retangular, próprio, e mais recorrente, no restante edificado. Do conjunto sobressai o saber e a capacidade criativa dos artesãos, bem como os elementos ornamentais ainda associados ao conjunto. Acresce salientar o conjunto de vasos em cantaria que encima o conjunto, e a simetria da fachada, a qual ajuda à leitura dos elementos que a compõem.

No conjunto dos edifícios presentes nesta, e muitas outras ruas de Vila Nova de Famalicão, a diversidade e riqueza ornamental no modo como se desenha o conjunto da vidraria das janelas e das portas é imensa. Neste sentido, queremos destacar a porta da sacada existente ao nível do 1.º andar da casa sita na rua de Santo António, n.º 47, e das bandeiras das portas de sacadas presentes no 2.º andar da mesma moradia. Por ser uma das ruas mais antigas da cidade, todas as suas edificações contêm motivos de interesse. No caso da moradia do n.º 33, queremos salientar não só os elementos de marcenaria, mas também a composição e desenho dos vidros que compõem os batentes e as bandeiras das portas e janelas, para além do desenho e simetria do conjunto presente no 1.º e 2.º andares da casa. Neste caso, a moradia é revestida a azulejo monocromático de cor amarelo-alaranjado, em uso nesta época e movimento artístico.

Na praça D. Maria II encontramos igualmente diversos edifícios com motivos de interesse. A predominância dos elementos florais ao nível da composição azulejar é vasta. Em tons de azul e branco numa composição simétrica, surgem no edificado do n.º 1380. Acrescem os pormenores de cantaria e ferro forjado ao nível da ornamentação de portas e janelas. O edifício onde se situa, no ano de 2024, a agência

do Millennium, n.º 1380 da praça D. Maria II 2024, possui um conjunto azulejar da Fábrica de Massarelos em tons de branco e amarelo onde predominam os elementos florais construídos em relevo. Salientamos os elementos que compõem ainda o friso de remate. No número 1336, o conjunto ergue-se em tons de azul e branco, e menos exuberante. No entanto, a volumetria dos edifícios, a simetria que mostram ao nível dos elementos da fachada e dos elementos decorativos, os vasos que encimam todo o conjunto, acusam a qualidade e relevância das construções, e o gosto e requinte dos seus proprietários. Pela sua natureza podemos prever a riqueza dos seus interiores no que concerne os elementos de madeira e mobiliário, o gesso, bem como as luminárias e ferro forjado que compõe os corrimões das escadas.

Não querendo proceder a um elencar exaustivo de todas as possibilidades que a cidade nos oferece, vamos fazer referência a um conjunto de edifícios presentes na rua Adriano Pinto Basto, onde se situa atualmente o Museu Bernardino Machado. Neste caso é necessário destacar não só a composição simétrica de todos os elementos da fachada, como a pertinência dos pormenores que todos os elementos encerram. Ao nível dos azulejos queremos assinalar a composição exterior em azul e branco e o friso que a remata, da Fábrica de Massarelos. A dimensão ornamental dos almofadões que compõem a porta principal da casa é relevante. Encontramos preferencialmente elementos da flora do lugar. Acresce o motivo de cacho-de-uvas que ornamentam o espaço interior da entrada. De novo no exterior, vemos a riqueza do conjunto dos elementos presentes no guarda-corpos da varanda principal. O conjunto do contorno dos vidros das três portas que dão servidão à varanda são distintos do conjunto das bandeiras das janelas em forma de guilhotina que ladeiam este elemento. Se para o exterior estes vidros são monocromáticos, no caso, transparentes, aqueles que encimam a porta interior principal de acesso à casa, no hall de entrada, são coloridos, mantendo o desenho daqueles presentes na bandeira das portas de sacada referenciadas.

No conjunto do edificado, não podemos deixar ainda de referir o edifício presente na rua da Liberdade n.º 164. Nele encontramos azulejos monocromáticos

em tons verde, elementos de cantaria em granito e serralharia em ferro forjado ricamente ornamentados. Os elementos de origem animal, menos recorrentes, acontecem ao nível das bocas do fontanário existente na praça da rua Direita. Neste caso, o elemento que se apresenta resulta da metamorfose homem animal, homem-leão. Uma das moradias existente na Avenida 25 de Abril revela um conjunto ornamental ao nível dos elementos de serralharia bastante importante. Contudo, pela natureza da sua edificação, percebemos ser mais recente daquelas anteriormente enunciadas.

Conclusão

O estudo do modo como encontramos representados diversos elementos da natureza no conjunto do edificado sobrevivente mostrou-se bastante profícuo no grupo dos elementos alcançados. Do conjunto podemos expor diferentes modos de expressão artística nos elementos da cantaria, da marcenaria, da serralharia, da azulejaria, ou qualquer outro suporte, veículo da capacidade criativa dos artesãos e artistas. No edificado analisado na cidade de Vila Nova de Famalicão são inúmeras as representações de elementos florais e animais, realçando-se neles a componente decorativa. Os materiais utilizados são diversos: madeira, metal, pedra. Em outro, se a componente azulejar é importante no conjunto do edificado de final do século XIX e início do século XX, não só no seu uso se apoia a decoração interior e exterior do edificado. O uso da madeira, do ferro e do aço também é útil e relevante. A exuberância da cantaria, pelos luxuriantes entalhes do granito, exhibe algumas formas animais, tais que o leão e o rosto humano.

Da análise produzida, deduzimos que os espaços das cidades, no conjunto do seu edificado, embelezados que se encontram pela componente artística, enunciam um diálogo importante com os elementos da natureza, mostrando como a vida do ser humano nunca se encontra desligada do mundo natural. Projetando-se em formas relevantes de vida e arte, a criação artística nas mais diversas áreas, e aquela alocada ao movimento Arte Nova, permite-nos afirmar que é um exemplo de colocação dos

elementos da natureza, nas áreas da fauna e da flora, ao serviço da cultura e da arte, em numerosos exemplos do edificado da cidade de Vila Nova de Famalicão.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, "A Indústria em Vila Nova de Famalicão: Uma perspetiva Histórica" in *História da Vila Nova de Famalicão*, Edições Quasi, 2005.

GRASSET, Eug., *La plante et ses applications ornementales*, Paris, Librairie Centrale des Beaux-Arts, 1896, consultado em <https://dn790005.ca.archive.org/0/items/planteetsesappl00Gras/planteetsesappl00Gras.pdf> a 28 maio 2024.

HAECKEL, Er., *Kunstformen der Natur*, Leipzig und Wien, Verlag des Bibliographischen Instituts, 1899, consultado em <https://archive.org/details/KunstformenderN00Haec/page/n5/mode/2up?view=theater> a 28 maio 2024.

SEDER, A., *Naturalistische Dekorationsmalereien*, Berlin, Verlag von Ernet Wasmuth, 1897, consultado em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9117597j.item> a 28 maio 2024.

VERNEUIL, M., *L'animal dans la decoration*, Paris, Librairie Centrale des Beaux-Arts, 1897, consultado em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3259834/f1.item> a 28 maio 2024.

ZACCONI, P., *Nouveau Langage des Fleurs avec leur valeur symbolique, leur valeur pour l'expression des pensées*, Paris, Librairie Hachette et cie., 1871, consultado em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5686575z> a 19 julho 2024.

Poder local, administração e culturas

O Monumento ao Infante D. Henrique no Porto: Uma ferramenta para a construção da identidade nacional portuguesa

Isabela Sousa Ramos (CITCEM-FLUP)

Resumo

Esta investigação tem como foco o monumento dedicado ao Infante D. Henrique, planeado e construído entre o final do século XIX e o início do século XX, na cidade do Porto. O objetivo deste trabalho é conferir historicidade à edificação deste monumento e analisá-lo enquanto um lugar de memória e representação identitária local e, por conseguinte, nacional. Desse modo, procurou-se compreender se há algum projeto de identidade nacional no monumento, em alguns discursos sobre ele e em parte da iconografia e iconologia que ele mobiliza dentro da memória oficial e coletiva.

Palavras-chave: Monumento ao Infante D. Henrique, Lugar de Memória, Identidade Local, Identidade Nacional.

Abstract

This investigation focuses on the monument dedicated to Prince Henry the Navigator, which was planned and built between the late 19th century and the early 20th century in the city of Porto. The objective of this work is to historicize the construction of this monument and analyze it as a site of memory and a representation of local and, consequently, national identity. Thus, the aim was to understand whether the monument, along with some of the discourses surrounding it and part of the iconography and iconology it mobilizes, reflects any national identity project within official and collective memory.

Keywords: Monument to Prince Henry the Navigator, Site of Memory, Local Identity, National Identity.

Introdução

Esta investigação teve como objetivo analisar o Monumento ao Infante D. Henrique como uma fonte primária e como um Lugar de Memória. A partir disso, buscou-se compreender os projetos de representação das identidades local e nacional por meio da análise das políticas oficiais de memórias¹²⁰.

Pierre Nora definiu o conceito de *Lieux de Mémoire* como um meio que contém uma identidade marcante, produzido pelo ser humano num tempo e espaço, e que se converte em um símbolo do legado memorial de uma comunidade¹²¹. Indo ao encontro desta definição, Astrid Erll entende Lugar de Memória como qualquer fenómeno cultural quer seja material, social ou mental que uma sociedade associe com seu passado e sua identidade nacional¹²². Nesse sentido, ao aplicar a teoria dos Lugares de Memória à análise da estatuária pública, os monumentos ocupam espaços que refletem símbolos identitários destinados à recordação coletiva.

Há aqui dois pontos a considerar: 1º) a *memória* – que é sem dúvida um aspeto importante na configuração de uma história local¹²³ e 2º) a *identidade nacional* – na qual a identidade local é parte essencial, e não apenas uma extensão desta¹²⁴.

Portanto, procurou-se responder às seguintes questões históricas: por que a narrativa oficial nacional quis lembrar a figura do Infante D. Henrique dentro do contexto político do século XIX? Há algum projeto identitário neste monumento e nos

¹²⁰ Considerando o escopo desta comunicação, o presente texto não se propõe a esgotar os debates em torno do contencioso Monumento ao Infante D. Henrique, no Porto. Desse modo, não serão abordadas, de forma aprofundada, as controvérsias suscitadas à época pela escolha da proposta de Tomaz Costa, tampouco será realizada uma análise extensiva dos artigos publicados em diferentes periódicos daquele período sobre o tema. Privilegiou-se, em contrapartida, uma análise intensiva de duas edições do jornal *O Comércio do Porto*, de outubro de 1900, com o objetivo de examinar criticamente os discursos então produzidos em torno da construção do monumento.

¹²¹ Pierre NORA, “Entre memória e história: a problemática dos lugares” in *Projeto História*, dez. 1993, n.º 10, São Paulo, PUC, pp. 21-24.

¹²² Astrid ERLI, *Memory in Culture*, New York, Palgrave Macmillan, 2011.

¹²³ Circe Maria Fernandes BITTENCOURT, “Memória e História Local”, in *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*, São Paulo, Editora Cortez, 2008, p. 168.

¹²⁴ Erinaldo CAVALCANTI, “História e história local: desafios, limites e possibilidades”, in *Revista História Hoje*, 2018, vol. 7, n.º 13, pp. 282 e 287.

discursos sobre ele? E quais são os símbolos que este monumento mobiliza dentro da memória oficial e coletiva?

De acordo com Halbwachs, a memória coletiva é “o locus de ancoragem da identidade de um grupo”¹²⁵ visto que ela compreende aquilo que é compartilhado por um determinado grupo, além do âmbito interno de uma pessoa. No entanto, a definição de memória coletiva por Halbwachs é fruto de um contexto específico e, ao longo do tempo, algumas fragilidades vieram à tona, como o facto desta conceituação ignorar o carácter político-ideológico na construção e manutenção das memórias coletivas¹²⁶.

Robert Frank, na esteira de Halbwachs, entende que a memória coletiva é formada pela complexa ligação entre memórias de grupos, científicas, públicas e oficiais¹²⁷. Nesse sentido, as memórias de grupo são feitas por atores específicos e de menor escala, como partidos políticos, associações, sindicatos, entre outros, enquanto a memória científica é produzida por historiadores, os quais renovam, desmitificam e influenciam a memória coletiva. Robert Frank descreve que a memória pública é difusa, de difícil definição e paira sobre a memória coletiva, ademais é adquirida fora de um grupo. Por fim, as memórias oficiais, foco desta investigação, são produzidas pelo Estado e buscam a glorificação, mitificação ou ocultação ao nível da nação, para então, modelar e/ou manter uma identidade nacional¹²⁸.

Anne-Marie Thiesse defende que para a identidade nacional existir não basta simplesmente fazer um inventário das heranças do passado histórico, é necessário inventá-la, isto é, a identidade nacional nasce de uma construção e se mantém viva a partir da adesão coletiva, que pode ser feita por meio da coerção ou do consenso¹²⁹.

¹²⁵ Elsa PERALTA, “Abordagens teóricas ao estudo da memória social: Uma resenha política”, in *Arquivos da Memória Antropologia, Escala e Memória*, 2007, n.º 2, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, p. 6.

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ Robert FRANK, “La memoria y la história”, in *Historia del Presente*, 2004, n.º 3, Salamanca, Universidad de Salamanca, p. 132.

¹²⁸ Sílvia CORREIA, “O monumento para uma história da guerra moderna”, in *Possibilidades de Pesquisa em História*, São Paulo, Contexto, 2017, p. 174.

¹²⁹ *Ibidem*.

Nesse sentido, os monumentos culturais são uma das ferramentas para a construção e manutenção das identidades nacionais por meio do consenso¹³⁰.

De maneira similar, Benedict Anderson pensa as nações como “comunidades imaginadas”, visto que elas são o resultado da construção do sentimento de pertencimento a um grupo¹³¹. Para o autor, os monumentos solidificam a ideia de um passado histórico comum, já que utilizam elementos visuais que unificam e conectam as pessoas¹³².

Indo ao encontro dessa perspectiva, James E. Young caracteriza os monumentos da seguinte maneira:

“By themselves, monuments are of little value, mere stones in the landscape. But as part of a nation’s rites or the objects of a people national pilgrimage, they are invested with nation soul and memory. For traditionally, the state-sponsored memory of a national past aims to affirm the righteousness of a nation’s birth [...]”¹³³.

Ou seja, os monumentos devem ser vistos não apenas como mediadores de memória patrocinados pelo Estado, mas como parte da construção da narrativa identitária das nações. Portanto, tendo como base essa chave interpretativa da compreensão dos monumentos na construção da identidade nacional portuguesa, analisaremos a estátua de forma pormenorizada.

¹³⁰ Anne-Marie THIESSE, “A Europa das Nações”, in *A criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas & Debates, 2000, p. 18.

¹³¹ Benedict ANDERSON, *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

¹³² Benedict ANDERSON, “Raízes culturais”, in *Ob. Cit.*, pp. 35-36.

¹³³ James YOUNG, “The Texture of Memory”, in *The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning*, New Haven, Yale University Press, 1993, p. 2.

O monumento ao Infante D. Henrique

No fim do século XIX, Portugal viveu uma crise económica, social, política e cultural que foi potencializada pelo Ultimato inglês, em 1890¹³⁴, o qual provocou uma grande onda de patriotismo aproveitado pelo movimento republicano¹³⁵. Nesse sentido, Maria Manuela Ribeiro entende que:

“O Ultimato inglês de 1890 abriu uma profunda ferida narcísica e ateou um nacionalismo exacerbado. A crença num novo regime assumiu, então, para muitos, a forma de uma República messiânica, o único regime capaz de dignificar a nação e de a reconduzir a uma posição de força. A ofensiva contra o símbolo da unidade portuguesa – o Rei – é claramente uma ofensiva contra a monarquia.”¹³⁶.

Foi neste contexto finissecular que o monumento ao Infante D. Henrique foi debatido, planeado, construído e inaugurado.

Ao longo dos Oitocentos, houve uma maior difusão da representação iconográfica do Infante D. Henrique em revistas e jornais¹³⁷ e com isso um desejo de relembrar a figura do Infante. Segundo José Manuel Lopes Cordeiro, a primeira proposta para construção do Monumento ao Infante D. Henrique, no Porto, foi apresentada em 21 de outubro de 1879, por iniciativa da Comissão Administrativa das Obras da Bolsa¹³⁸. Contudo, de acordo com Maria Clementina de Carvalho

¹³⁴ O Ultimato Inglês de 1890 foi um acontecimento significativo na conjuntura finissecular, em que o Reino Unido emitiu um telegrama a Portugal, exigindo a retirada das forças portuguesas dos territórios entre Angola e Moçambique. Então, sob pressão diplomática e militar, Portugal cedeu às exigências britânicas. Para mais informações ver: Amadeu Carvalho HOMEM, “O Avanço do Republicanismo e a Crise da Monarquia Constitucional”, in *História de Portugal - O Liberalismo*, vol. 5, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 109-121.

¹³⁵ José Manuel SOBRAL, “Ubiquidade do nacionalismo e “nacionalização das massas”: Portugal nos últimos três séculos”, in *Portugal Portugueses: uma Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Francisco M. Santos, 2012, p. 60.

¹³⁶ Maria Manuela Tavares RIBEIRO, “O centenário henriquino. Imagens e ideologia”, in *Revista de História das Ideias*, 1993, vol. 15, Coimbra, Faculdade de Letras, p. 337.

¹³⁷ Maria Manuela Tavares RIBEIRO, *Ob. Cit.*, p. 333.

¹³⁸ José Manuel Lopes CORDEIRO, “O Monumento ao Infante”, *Público*, 29/10/2000. Consultado em: <https://www.publico.pt/2000/10/29/jornal/o-monumento-ao-infante-150608> a 17/06/2025 às 14h00.

Quaresma, um dos primeiros projetos para a construção de um monumento ao Infante D. Henrique foi feito pela Associação Comercial, em 1834¹³⁹.

Quase 50 anos depois, em 1882, Eduardo Von Hafe apresentou à Sociedade de Instrução do Porto uma proposta para a construção de um monumento ao Infante D. Henrique, comemorativo do 5º centenário do seu nascimento (1394-1894) e para executar esta ideia foi nomeada uma comissão composta por Joaquim de Vasconcelos, Tito Noronha, Augusto Luso da Silva, Eduardo Sequeira, Isaac Newton e Eduardo Von Hafe¹⁴⁰.

Os deputados do Porto Licínio Pinto Leite, Joaquim António Gonçalves e padre Francisco Patrício – todos pertencentes ao Partido Regenerador – foram os articuladores que auxiliaram a comissão a obter o bronze necessário para a fundição da estátua¹⁴¹. Porém, devido a problemas internos na comissão, a construção do monumento foi prorrogada até 1889, quando se formou uma nova comissão¹⁴².

Um ano depois, em 1890, os efeitos do Ultimato Inglês foram sentidos na comissão, que decidiu recusar as ofertas de materiais de cidadãos britânicos para a edificação do monumento¹⁴³. Maria Manuela Ribeiro argumenta que, com a crescente adesão da sociedade ao republicanismo e o agravamento da crise da monarquia constitucional, o movimento comemorativo em torno do nascimento do Infante D. Henrique entrou num estado de letargia.

¹³⁹ Maria Clementina de Carvalho QUARESMA, *Inventário Artístico de Portugal – Cidade do Porto*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1995, p. 131.

¹⁴⁰ Firmino PEREIRA, *O Centenário do Infante D. Henrique no Porto*, Porto, Magalhães e Moniz, 1894, pp. 8-9. Consultado em: https://archive.org/details/gri_33125017157203/page/n37/mode/2up a 17/06/2025 às 15h00.

¹⁴¹ A Câmara dos Pares aprovou o projeto, com aplausos, por decreto de 26 de julho de 1882: “é o governo autorizado a contribuir com o bronze necessário para a estátua que projeta levantar na cidade do Porto, a Sociedade de Instrução, por subscrição pública, à memória do Infante D. Henrique” in Maria Manuela Tavares RIBEIRO, “O centenário henriquino. Imagens e ideologia”, in *Revista de História das Ideias*, 1993, vol. 15, Coimbra, Faculdade de Letras, p. 334.

¹⁴² O presidente da comissão era Paulo Marcelino Dias de Freitas e outros importantes nomes no meio portuense também faziam parte dela, como Eduardo de Sequeira, António Soares dos Reis, António Nicolau d’Almeida, Fernando Maia, Eduardo Von Hafe, António de Oliveira Monteiro (presidente da Câmara) e António José da Silva (presidente da Associação Comercial).

¹⁴³ Maria Manuela Tavares RIBEIRO, *Ob. Cit.*, p. 336.

Então, em 1893, sob a presidência do conselheiro António Ribeiro da Costa e Almeida, a Câmara Municipal do Porto assumiu a organização das celebrações do centenário henriquino, formando uma nova comissão para liderar os trabalhos. Essa comissão era composta pelo conselheiro Costa e Almeida, padre Francisco Patrício, conde de Samodães, Augusto Luso, Meireles Kendall, Fernando Maio e Bento Carqueja (proprietário d'*O comércio do Porto*).

Os membros da comissão organizaram a abertura de um concurso entre os artistas nacionais para a construção do monumento¹⁴⁴. Em janeiro de 1894, foi nomeado um júri formado pelo conde de Samodães, Prof. Victorino Laranjeira, Marques de Oliveira, arquiteto Joel S. Pereira e engenheiro João C. A. Machado e os sete concorrentes foram: Ventura Terra, Marques da Silva e irmãos Teixeira Lopes, um anónimo, Adães Bermudes e Tomaz Costa que ganhou o concurso¹⁴⁵.

A inauguração do monumento ocorreu no dia 21 de outubro de 1900 e, de acordo com os relatos d'*O Comércio do Porto*, foi uma grande festa nacional em que, curiosamente, "reis e povo confraternizaram de um modo carinhoso e entusiástico no cumprimento desse grande dever cívico"¹⁴⁶.

Em outra edição, horas antes da inauguração do monumento, o periódico relembrou a importância do Infante:

"Pôde Levingstone percorrer os desertos africanos [...], pôde Cameron preencher as lacunas deixadas no mapa entre a costa oriental e costa ocidental de África [...], podem Bruce, Speke e Grant encontrar mais uma catarata ao Nilo, podem Ross, Mac Clure, Franklin, Nansen juntar mais um pedaço de gelo aos montes que marcam os confins do nosso planeta, mas a suprema honra de abrir ao mundo novos mundos, a primazia de alargar o âmbito das terras desconhecidas, essa pertence,

¹⁴⁴ Maria Clementina de Carvalho QUARESMA, *Ob. Cit.*, p. 132.

¹⁴⁵ Imagens dos projetos para o concurso do Monumento ao Infante D. Henrique. Consultado em: <https://vilarachel.com/familia-teixeira-lopes/jose-joaquim-teixeira-lopes/13-monumento-ao-infante-d-henrique> a 27/01/2025 às 15h00.

¹⁴⁶ S/A. "A família real no Porto", in *O Comércio do Porto*, n.º 250, 23 de outubro de 1900, p. 1.

incontestavelmente, à pátria portuguesa, personificada no Infante D. Henrique. [...] O braço estendido, com que a figura do Infante é representada no monumento, está ali como que a ordenar-nos que prossigamos nas iniciativas arrojadas e generosas de que ele tão sugestivo exemplo deixou, está a apontar-nos o caminho do amor da pátria como aquele que melhor poderá enobrecer a nossa nacionalidade.”¹⁴⁷.

Neste trecho, é evidente a exaltação da supremacia de Portugal em relação à Inglaterra no âmbito da colonização, além de um elogio a esta prática que aparece, também, no discurso do presidente da Câmara Municipal do Porto, Wenceslau de Lima e do rei D. Carlos I:

Wenceslau de Lima: “[...] será pelo domínio ultramarino, pela expansão de seu comércio, que dilataremos o nome e a fortuna da pátria portuguesa! Sigamos, pois, na esteira do Infante; a nós seus conterrâneos pertence a vanguarda [...]”¹⁴⁸.

D. Carlos I: “Lição viva a desse passado, a ensinar-nos que mais que nunca nos deve dominar a ideia de um Portugal maior pelo comércio, pela indústria e pela colonização.”¹⁴⁹.

A celebração do 500^o aniversário do nascimento do Infante D. Henrique é pensada e o monumento construído e inaugurado em um período singular da história política de Portugal¹⁵⁰, visto que há um maior envolvimento da população com a questão colonial, principalmente após o Ultimato¹⁵¹.

¹⁴⁷ S/A. “O Infante D. Henrique”, in *O Comércio do Porto*, n.º 249, 21 de outubro de 1900, p. 1.

¹⁴⁸ Wenceslau de LIMA, “A inauguração do monumento”, in *O Comércio do Porto*, n.º 250, 23 de outubro de 1900, p. 1.

¹⁴⁹ Rei D. Carlos I, “A inauguração do monumento”, in *O Comércio do Porto*, n.º 250, 23 de outubro de 1900, p. 1.

¹⁵⁰ Maria Manuela Tavares RIBEIRO, *Ob. Cit.*, p. 341.

¹⁵¹ Valentim ALEXANDRE, “Portugal em África (1825-1974): uma visão geral”, in *Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000, p. 237.

Ademais, há, por parte do Estado, uma necessidade de formação e consolidação da cidadania – que está ligada à ideia de pátria¹⁵². Nesse sentido, o monumento é uma ferramenta pedagógica que incute o amor à pátria e eleva o sentimento nacional através de símbolos¹⁵³. Portanto, nos atentemos aos símbolos que este monumento mobiliza.

A base e o pedestal do monumento são de pedra de lioz. Segundo Quaresma, o mármore utilizado na construção foi proveniente de Sagres¹⁵⁴. Já a estátua do Infante e as alegorias da *Fé* e do *Triunfo da Navegação Portuguesa* são feitas em bronze.



A alegoria ao *Triunfo da Navegação Portuguesa* está colocada na frente, vê-se a proa de um navio, sobre a qual está uma figura feminina que segura a bandeira nacional – tal figura representa a *Glória*. Do lado oposto, está outra figura feminina com asas que empunha uma cruz na mão direita – esta figura representa a *Fé*.

Imagem 1 Monumento ao Infante D. Henrique. Fotografia feita por Isabela Ramos, Porto, abril de 2024.

¹⁵² Vitorino Magalhães GODINHO, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVII*. Lisboa, Difel, p. 25.

¹⁵³ Maria Manuela Tavares RIBEIRO, *Ob. Cit.*, p. 340.

¹⁵⁴ Maria Clementina de Carvalho QUARESMA, *Ob. Cit.*, p. 132.



Imagem 2 Alegoria ao Triunfo da Navegação Portuguesa. Fotografia feita por Isabela Ramos, Porto, abril de 2024.



Imagem 3 Alegoria à Fé. Fotografia feita por Isabela Ramos, Porto, abril de 2024.

Nas faces laterais vê-se emblemas náuticos e relevos que representam a conquista de Ceuta, o brasão do Porto, o infante no promontório de Sagres e o escudo henriquino. Por fim, está representada a figura do Infante, jovem, vestido de cavaleiro com o braço direito estendido em direção ao mar e atrás dele o globo terrestre.



Imagens 4 e 5 Pormenor da representação do Infante D. Henrique. Fotografia feita por Isabela Ramos, Porto, abril de 2024.

Além dessas representações vê-se no pedestal uma citação de *Os Lusíadas* (Canto 5.º, IV, 1-4): “Assi fomos abrindo aqueles mares, que geração alguma não abriu. As novas ilhas vendo e os novos ares. Que o generoso Henrique descobriu”. E a frase votiva ao Porto: “Ao Infante D. Henrique, Iniciador dos Descobrimentos dos Portugueses. O Porto, sua pátria. Dedicada”. Tais iconografia e iconologia, articuladas com os discursos sobre o monumento, exemplificam o “mito do Eldorado” e o “mito da herança sagrada” como sustentáculos do projeto colonial português¹⁵⁵. O primeiro diz respeito à convicção na abundância e na riqueza das colónias africanas. O segundo tem um carácter estrutural e vê na existência do império ultramarino a sobrevivência da nação portuguesa, considerando a preservação das colónias como um imperativo histórico.

O “mito do Eldorado” é o mito inicial da ação na metrópole e contribuiu para criar a mística imperial e uma justificação ideológica para a colonização¹⁵⁶. Por outro lado, o “mito da herança sagrada” apela ao passado português representado por navegadores, santos e cavaleiros, os quais devem ser fonte de inspiração e prova de que a população portuguesa tem vocação para colonizar. Este mito ganhou força após 1890, e colocou o projeto colonial como elemento central do nacionalismo português¹⁵⁷.

Considerações finais

Ante o exposto, conclui-se que a narrativa oficial nacional quis lembrar a figura do Infante D. Henrique num momento duplamente oportuno: pelo 5.º centenário do nascimento do infante (1394-1894), e segundo, devido à conjuntura política (o Ultimato inglês e a crise da monarquia constitucional).

¹⁵⁵ Valentim ALEXANDRE, “A África no imaginário Político Português (Séculos XIX-XX)”, in *Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000, p. 220.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 225.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 222.

Apesar de ter sido, sobretudo, o movimento republicano a aproveitar-se da onda de patriotismo das grandes comemorações do final do século XIX¹⁵⁸, o centenário henriquino carregava um projeto mais amplo de construção da identidade nacional através da colonização, tópico que “uniu” – em certa medida – monárquico, liberais e republicanos.

O Comércio do Porto fez uma ode ao “ilustre filho do Porto”¹⁵⁹, argumentando que a celebração do quinto centenário do Infante D. Henrique foi o pagamento de uma “sagrada dívida nacional”¹⁶⁰ e um auspicioso “despertar da nacionalidade portuguesa”¹⁶¹, uma vez que o Infante D. Henrique personificava a “índole aventureira do povo português”¹⁶². Ademais, com base nos discursos sobre a edificação do monumento, fica evidente a necessidade da afirmação da identidade nacional portuguesa perante a inglesa, visto o contexto pós-Ultimato.

As cerimónias comemorativas que se sucederam nas décadas finisseculares revelam-nos a busca de um consenso e de fraternidade em torno do sentimento nacional¹⁶³ e a construção de monumentos que exprimissem a imagética política do regime monárquico era uma tentativa de recuperar forças no confronto com o republicanismo¹⁶⁴.

Em suma, quando pensamos sobre a memória cultural, materializada em monumentos que ocupam os espaços públicos e que, principalmente, foram patrocinados pelo Estado, estamos sempre pensando uma política da memória que agregue o Estado a uma Nação. No fundo, o verdadeiro tópico em torno da memória

¹⁵⁸ José Manuel SOBRAL, “Ubiquidade do nacionalismo e “nacionalização das massas”: Portugal nos últimos três séculos”, in *Portugal Portugueses: uma Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Francisco M. Santos, 2012, p. 60.

¹⁵⁹ S/A. “O Infante D. Henrique”, in *O Comércio do Porto*, n.º 249, 21 de outubro de 1900, p. 1.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ Maria Isabel JOÃO, “Comemorações e identidade nacional: o caso português”, in *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2017, p. 100.

¹⁶⁴ Maria Manuela Tavares RIBEIRO, “O centenário henriquino. Imagens e ideologia”, in *Revista de História das Ideias*, 1993, vol. 15, Coimbra, Faculdade de Letras, p. 354.

é a compreensão da nação, tendo em vista que a memória é um lugar onde a negociação da identidade nacional acontece precisamente porque é um lugar onde o passado é vivenciado no presente¹⁶⁵.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Comércio do Porto (O), Ano XLVII, n.º 249, 21/10/1900.

Comércio do Porto (O), Ano XLVII, n.º 250, 23/10/1900.

Monumento ao Infante D. Henrique, Praça Infante D. Henrique, Porto, Portugal.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.

ANDERSON, Benedict, *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes, *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*, São Paulo, Editora Cortez, 2008.

CAVALCANTI, Erinaldo, "História e história local: desafios, limites e possibilidades", in *Revista História Hoje*, 2018, Brasil, vol. 7, número 13, pp. 272-292.

¹⁶⁵ Marita STURKEN, "O labor da memória como intervenção radical e reparação", 25 de outubro de 2021, consultado em <https://www.buala.org/en/face-to-face/memory-work-as-radical-intervention-and-reparation-interview-with-marita-sturken> a 24/01/2025 às 18h00.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, “O Monumento ao Infante”, *Público*, 29/10/2000. Consultado em: <https://www.publico.pt/2000/10/29/jornal/o-monumento-ao-infante-150608> a 17/06/2025 às 14h00.

CORREIA, Sílvia, “O monumento para uma história da guerra moderna”, in *Possibilidades de Pesquisa em História*, São Paulo, Contexto, 2017, pp. 171-191.

CRUZ, António Teixeira Lopes da, “Monumento ao Infante D. Henrique”, in José Joaquim Teixeira Lopes, 1 de março de 2023, consultado em <https://vilarachel.com/familia-teixeira-lobes/jose-joaquim-teixeira-lobes/13-monumento-ao-infante-d-henrique>, a 27/01/2025, às 15h00.

ERLL, Astrid, *Memory in Culture*, New York, Palgrave Macmillan, 2011.

FRANK, Robert, “La memoria y la história”, in *Historia del Presente*, 2004, n.º 3, Salamanca, Universidad de Salamanca, pp. 129-134.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVII*, Lisboa, Difel, 1990.

HOMEM, Amadeu Carvalho, “O Avanço do Republicanismo e a Crise da Monarquia Constitucional”, in *História de Portugal - O Liberalismo*, vol. 5, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 109-121.

JOÃO, Maria Isabel, “Comemorações e identidade nacional: o caso português”, in *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2017, pp. 95-111.

NORA, Pierre, “Entre memória e história: a problemática dos lugares” in *Projeto História*, dez. 1993, n.º 10, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, pp. 7-28.

PERALTA, Elsa, “Abordagens teóricas ao estudo da memória social: Uma resenha política”, in *Arquivos da Memória Antropologia, Escala e Memória*, 2007, n.º 2, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, pp. 4-23.

PEREIRA, Firmino, *O Centenário do Infante D. Henrique no Porto*, Porto, Magalhães e Moniz, 1894, pp. 8-9. Consultado em: https://archive.org/details/gri_33125017157203/page/n37/mode/2up a 17/06/2025 às 15h00.

QUARESMA, Maria Clementina de Carvalho, *Inventário Artístico de Portugal – Cidade do Porto*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1995.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “O centenário henriquino. Imagens e ideologia”, in *Revista de História das Ideias*, 1993, vol. 15, Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 331-378.

SOBRAL, José Manuel, *Portugal Portugueses: uma Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Francisco M. Santos, 2012.

STURKEN, Marita, “O labor da memória como intervenção radical e reparação”, 25 de outubro de 2021, consultado em <https://www.buala.org/en/face-to-face/memory-work-as-radical-intervention-and-reparation-interview-with-marita-sturken> a 24/01/2025 às 18h00.

THIESSE, Anne-Marie, *A criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas & Debates, 2000.

YOUNG, James, *The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning*, New Haven, Yale University Press, 1993.

Os municípios e o termalismo no século XIX: o caso do Distrito de Viseu

Paulo Leitão (IHC/IN2PAST - NOVA FCSH; UÉ/CIDHEUS)

Resumo

Embora o termalismo no seu período áureo, entre a 2ª metade do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial, tenha sido já objeto de estudos segundo diversas perspetivas, é verdade que o papel dos municípios é geralmente ignorado. Assim, estuda-se esta realidade do pontos de vista das câmaras municipais num espaço que apresenta uma particular riqueza neste tipo de recursos, a Beira e mais especificamente os concelhos do Distrito de Viseu. São analisados os casos das Termas da Rainha D. Amélia (São Pedro do Sul), das Caldas da Felgueira (Nelas), das Termas do Carvalho (Castro Daire), das águas sulfúreas do Granjal (Santa Comba Dão), das Caldas de Sangemil (Tondela) e de Aregos (Resende).

As opções estratégicas de exploração das várias administrações municipais são diversas e oscilam entre a administração direta (São Pedro do Sul) ou a concessão completa da exploração à iniciativa particular (Nelas), passando pela tradicional arrematação do rendimento da exploração (Castro Daire). No extremo contrário, administrações municipais optam por não desempenhar qualquer papel neste domínio (Resende) e outras realizam investimentos pontuais com poucas consequências futuras (Santa Comba Dão, Tondela).

Os resultados financeiros da exploração dependem da importância do recurso termal e da estratégia de exploração posta em prática, mas o caso de São Pedro do Sul revela claramente que a exploração direta poderia ser financeiramente vantajosa para o município, enquanto que Nelas abdicou dessa vantagem em favor de uma menor responsabilização direta.

Globalmente, a exploração dos recursos termais foi um fenómeno marcado por investimentos públicos e privados, modernização das infraestruturas e uma crescente profissionalização da exploração. As câmaras municipais desempenharam um papel

relevante nesse processo, mas com resultados variáveis em termos económicos e sociais. Enquanto algumas termas se tornaram pólos de desenvolvimento local, outras permaneceram sub-exploradas, refletindo desigualdades regionais e diferentes opções políticas dos municípios.

Palavras-chave: Termalismo, Século XIX, Distrito de Viseu, Concelhos.

Abstract

Although thermalism in its golden age, between the second half of the 19th century and the end of the First World War, has already been studied from various perspectives, it is true that the role of municipalities is generally ignored. We are therefore studying this reality from the point of view of local councils in an area that is particularly rich in this type of resource: Beira, and more specifically the municipalities of the Viseu district. The cases of Termas da Rainha D. Amélia (São Pedro do Sul), Caldas da Felgueira (Nelas), Termas do Carvalhal (Castro Daire), águas sulfúreas do Granjal (Santa Comba Dão), Caldas de Sangemil (Tondela) and Aregos (Resende) are studied.

The strategic operational options adopted by the various local authorities are varied, ranging from direct management (São Pedro do Sul) to complete concession to private initiative (Nelas), as well as the traditional auctioning of operating revenues (Castro Daire). At the other end of the spectrum, some municipalities choose to play no role at all (Resende), while others make one-off investments with little future impact (Santa Comba Dão, Tondela).

The financial results of exploitation depend on the importance of the thermal resource and the exploitation strategy put in place, but the case of São Pedro do Sul clearly shows that direct exploitation could be financially advantageous for the municipality, while Nelas gave up this advantage in favour of less direct liability.

Overall, the exploitation of thermal resources has been a phenomenon characterized by public and private investment, the modernization of infrastructure

and the increasing professionalization of exploitation. Local authorities played an important role in this process, but with mixed results in economic and social terms. While some spas became centers of local development, others remained underdeveloped, reflecting regional inequalities and the different political choices made by the municipalities.

Keywords: Thermalism, 19th century, Viseu district, Municipalities.

Introdução

Embora o termalismo tenha perdido, na 2ª metade do século XX, a relevância anterior no início do século XXI assiste-se a uma revitalização do seu uso, em grande medida no contexto do turismo de bem-estar e de lazer, sem as águas medicinais nunca terem perdido completamente a sua função terapêutica¹⁶⁶.

Apesar de ser uma prática multissecular, o período desde a 2ª metade do século XIX até ao fim da 1ª Guerra Mundial pode ser considerado uma época de ouro. Por esta razão, o estudo da realidade termal neste período tem sido objeto de interesse e analisado sob diversas perspetivas¹⁶⁷, mas ignorando quase completamente o ponto de vista de um dos principais agentes neste universo, as câmaras municipais. De facto, quer porque exploraram diretamente esses recursos nos seus territórios, quer porque entregam essa exploração à iniciativa privada, ou mesmo porque os ignoraram, não podem ser postas à margem na análise deste fenómeno.

O que se pretende, então, com este estudo é analisar a realidade termal do ponto de vista dos municípios no período entre a Regeneração e o fim da monarquia

¹⁶⁶ Sara Cristina Costa TEIXEIRA, *O termalismo clássico na atualidade*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013. Paula Maria Castanho Piedade PROENÇA, *Inovação nos destinos termais*, Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, 2023.

¹⁶⁷ Rui Manuel Pinto COSTA, "Hidroterapia e empreendedorismo médico", in *Dynamis*, 37(1), 2017, pp. 133-157. Maria Dulce POMBO, *Modelos terapêuticos em movimento no Portugal do século XIX*, Lisboa, ISCTE, 2010. Helena Gonçalves PINTO; Jorge MANGORRINHA, *O desenho das termas*, Lisboa, Ministério da Economia e da Inovação, 2009.

constitucional, e num espaço que apresenta uma particular riqueza neste tipo de recursos, a Beira e, mais especificamente, os concelhos do Distrito de Viseu¹⁶⁸. Esta perspetiva será analisada principalmente a partir das Contas de Receita e Despesa e Processos de Contas municipais, por serem as fontes que permitem uma visão mais holística da ação municipal. Os dados são deflacionados de acordo com o índice de preços definido por Bastien¹⁶⁹, excetuando alguns casos em que são usados valores nominais assinalados pela sigla vn; quando são referidos os dois tipos de valores usam-se as siglas pc (preço constante) e vn.

Apesar da inexistência de estudos sistemáticos sobre a evolução de todas as estâncias termais, alguma literatura ensaia já uma periodização da sua evolução no século XIX e primeiras décadas do século XX, dividida em dois momentos principais: 1820-1891 e 1892-1933. O primeiro corresponde a uma fase incipiente de exploração dos recursos termais, embora para o final do período já se registem investimentos públicos e privados que qualificam os usos. O segundo período traduz-se numa consolidação e desenvolvimento da exploração, com investimentos significativos que aumentam a qualidade do serviço e as infraestruturas de apoio¹⁷⁰, e é significativamente inaugurado por nova legislação.

Até ao início da década de 1870, as câmaras municipais tinham pouco ou nenhum incentivo para explorar os recursos termais, já que a autorização para poderem cobrar o uso dos banhos e das águas minerais aparece apenas em 1873¹⁷¹. Mas é só no início da década de 1890¹⁷² que o Estado encara seriamente os recursos termais nacionais como um bem valioso, cuja exploração deve ser regulamentada em termos contemporâneos. Este interesse emerge no contexto do aprofundamento das

¹⁶⁸ Manuel de Jesus Ferreira MORAIS, *Sistemas hidrominerais nos territórios graníticos da zona Centro-Ibérica em Portugal Central*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012.

¹⁶⁹ Carlos BASTIEN, "Preços e salários", in *Estatísticas históricas portuguesas*, Lisboa, INE, 2001, pp. 615-655.

¹⁷⁰ Isabel MATIAS, "A morfologia urbana das vilas termais no Norte de Portugal", in *PNUM 2016: os espaços da morfologia urbana: atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*, Braga, Universidade do Minho, 2016, pp. 79-89.

¹⁷¹ Lei de 02/04/1873.

¹⁷² Decreto de 30/09 de 1892, regulamentado pelo decreto de 06/07/1894.

preocupações com a saúde pública, onde o termalismo assume um papel cada vez mais relevante como instrumento profilático ou curativo no arsenal de recursos terapêuticos disponíveis. A preocupação em assegurar uma exploração pautada por critérios científicos e com objetivos terapêuticos está bem presente no diploma de 1892, ao definir as “*Disposições que regulam o aproveitamento das nascentes das águas mineromedicinais*”, que se baseiam num conjunto de princípios que conjugam a necessidade de conhecimento científico prévio, a determinação dos usos terapêuticos adequados e, finalmente, a validação técnica da exploração.

1. Termas da Rainha D. Amélia, São Pedro do Sul

Utilizadas desde o período romano, as termas de S. Pedro do Sul constituem, ainda hoje, um dos principais complexos termais do país. A água brota perto da margem esquerda do rio Vouga, a cerca de 66°C, sendo a segunda água termal mais quente de Portugal Continental¹⁷³. Embora com a responsabilidade de manter os banhos desde o final dos anos 30, a sua propriedade só é finalmente concedida à CM (Câmara Municipal) em 1878¹⁷⁴, mas com a obrigação de realizar obras num período máximo de nove anos.

A transferência da propriedade para a CM dá início a uma nova campanha de obras que se traduzirá numa significativa alteração na estrutura das instalações, com a construção de um novo balneário, designado na década seguinte como Balneário da Rainha Dona Amélia¹⁷⁵. Embora Carriço¹⁷⁶ date a decisão de construção de 05/07/1881, as primeiras despesas deste processo ocorrem logo no ano de 1880, traduzindo-se no pagamento de uma planta, provavelmente o projeto para a

¹⁷³ Manuel de Jesus Ferreira MORAIS, *Sistemas hidrominerais nos territórios graníticos da zona Centro-Ibérica em Portugal Central*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012, p. 13.

¹⁷⁴ Decreto de 21/05/1878.

¹⁷⁵ Decreto de 15/05/1895.

¹⁷⁶ Ana Patrícia da Silva CARRIÇO, *Metamorfoses do espaço termal: o caso de São Pedro do Sul*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2013.

construção do novo balneário, da autoria do Eng. Civil António de Araújo e Silva¹⁷⁷. O custo da sua execução, provavelmente à volta dos 15 contos de réis, obrigou a CM, em 05/06/1881, à contratação de um empréstimo com o valor nominal de 15 930,000rs. O primeiro ano de investimento, 1881, é completamente esgotado pela aquisição de terrenos com uma despesa de pouco mais de 2 contos de réis, o que representa, desde logo, 12,85% da totalidade do crédito. Os anos de maior investimento são os de 1885 e 1886, nos quais é utilizado mais de metade do crédito (55,29%). Assim, a concretização deste projeto desenvolveu-se de forma lenta durante os anos de 1882 a 1884, recebendo um incremento definitivo nos dois anos seguintes. A inauguração do balneário terá ocorrido em 1886, mas as obras continuam por mais dois anos, e, mesmo depois dessa data, ocorre ainda alguma despesa, de montante reduzido.

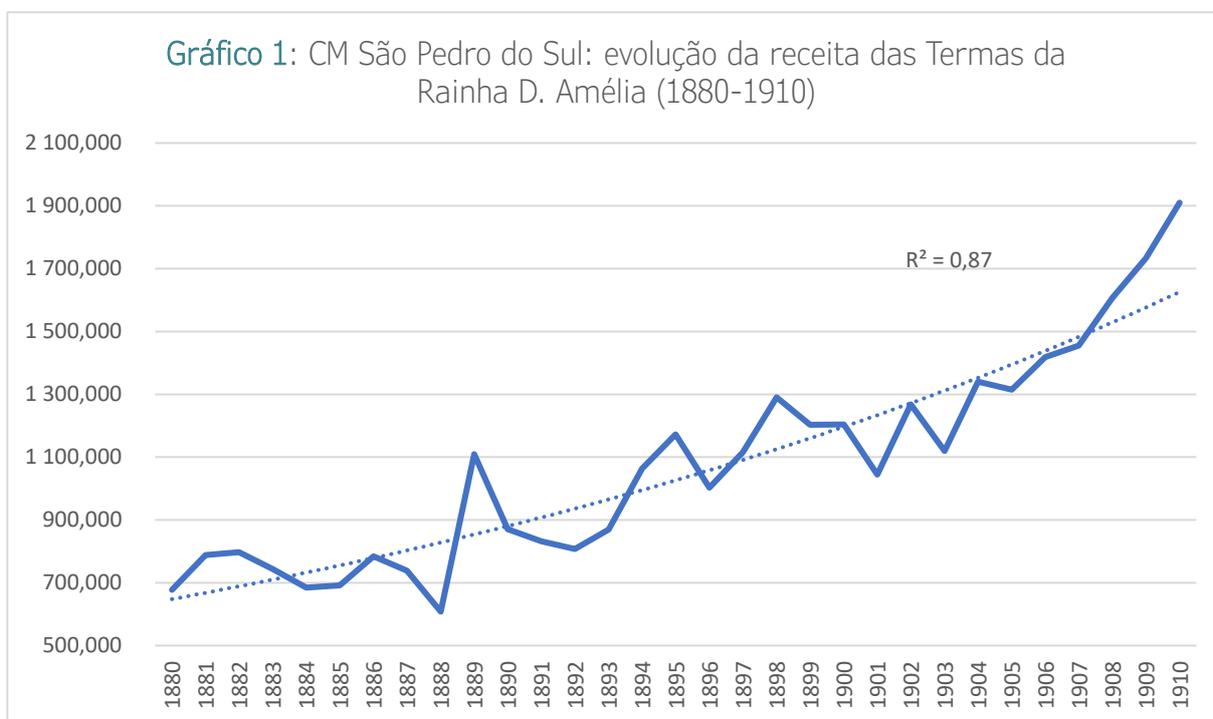
A construção deste novo balneário inscreve-se na tendência de transformação que as instalações balneares sofreram durante o século, com alterações significativas de espaços e formas de os viver¹⁷⁸. Nasce então um edifício moderno, adaptado às novas práticas de hidroterapia (duches, massagens, banhos localizados, etc.), permitindo a personalização do tratamento (cabines e quartos individuais) e aplicando novas técnicas de construção. Neste contexto, continua a marcar-se também, através dos espaços e circulações, uma cada vez maior diferenciação social na utilização dos serviços. Este projeto constitui, em síntese, um importante momento transformador na secular história das Termas de São Pedro do Sul e revela uma decisiva aposta municipal na sua modernização. A aquisição, pela Câmara, em 1885, de 1 250 exemplares da obra de Joaquim Augusto de Oliveira Mascarenhas, intitulada "*Memória da antiga vila do Banho e Caldas de São Pedro do Sul*", pelo preço de 40 000rs (vn), reforça a importância desta aposta e revela os rudimentos de uma estratégia de divulgação e promoção dos novos banhos. Entretanto, a construção do

¹⁷⁷ *Idem*, p. 134.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

novo balneário não significou a interrupção do uso das termas, pelo que se analisa em seguida a evolução da receita e da despesa entre 1880 e 1910.

A receita (cf. Gráfico 1) apresenta uma tendência significativa para crescimento exponencial, embora com oscilações, cuja amplitude vai diminuindo ao longo do tempo. De qualquer forma, esta é, em 1910, em valores absolutos, mais 1 232,507rs que em 1880, o que representa um aumento de mais de 180% (181,89%). A evolução desta realidade divide-se em dois períodos: o primeiro, entre 1880 e 1893, em que o volume é inferior a 1 conto de réis; e o segundo, entre 1894 e 1910, em que este valor vai crescendo a partir de 1 conto de réis quase até ao dobro.

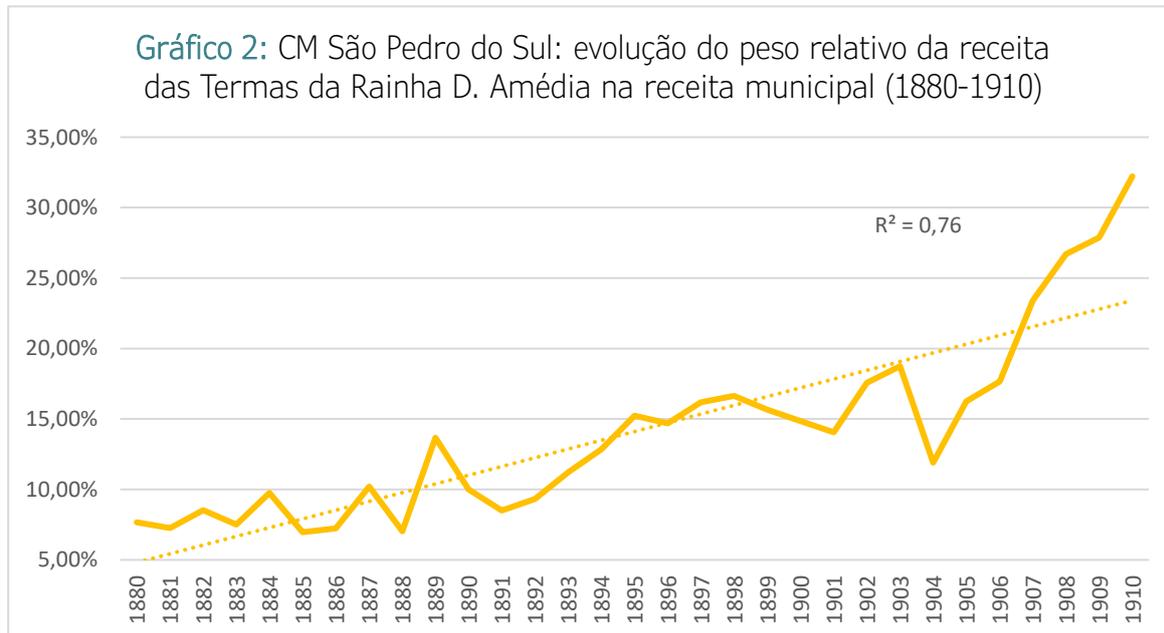


Fonte: Contas de Receita e Despesa da CM de São Pedro do Sul nos anos referidos.

Durante o primeiro período, o crescimento do ano de 1889 deve-se à alienação de antigas instalações para militares, que representam mais de 1/3 (34,31%) da receita desse ano. A partir de 1894, o crescimento que ocorre deve-se, provavelmente, a um aumento da procura, sendo que nos últimos dois anos tem lugar um novo tipo de receita: em 1909 o aluguer de um espaço, aparentemente caso único, e em 1910, o rendimento que advém da exploração de um novo espaço de lazer.

Constituiu a construção do novo balneário uma variável relevante para o crescimento da receita? O cálculo da média da receita nos períodos antes da construção deste novo equipamento e posteriormente, e embora os valores médios não sejam particularmente significativos no segundo período, válida a ideia de um impacto algo relevante, já que a diferença absoluta entre os dois períodos é da ordem dos 451,538rs e a relativa situa-se ao nível dos 61,17%.

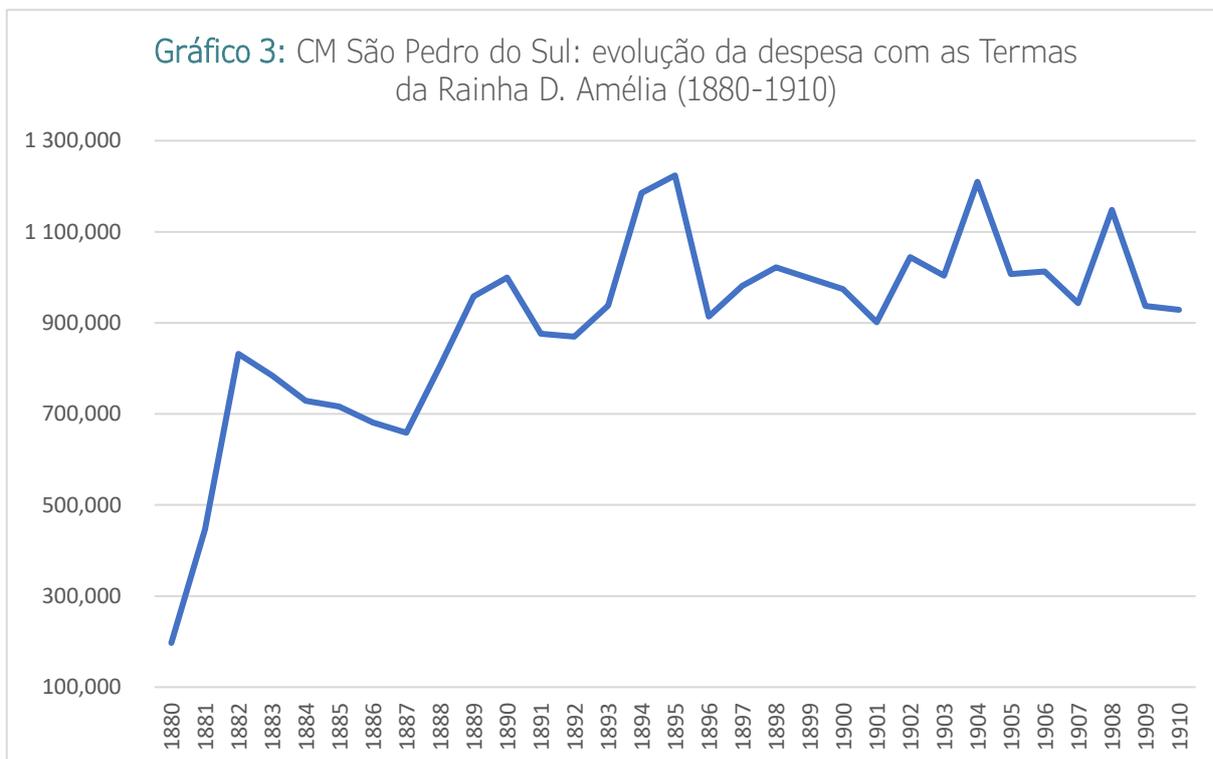
A importância relativa desta receita na receita municipal oscila desde pouco mais de 7%, em 1880, até mais de 30% (32,22%), em 1910, tornando-se, não sem oscilações, cada vez mais relevante ao longo dos anos (cf. Gráfico 2). Estas oscilações ficam a dever-se também, em grande medida, à evolução da receita total: o salto para valores superiores a 20% verifica-se quando a receita municipal desce para montantes inferiores a 7 contos de réis. A oscilação de sentido descendente, em 1904, fica sobretudo a dever-se ao aumento episódico da receita global neste ano, em consequência de um empréstimo.



Fonte: Contas de Receita e Despesa da CM de São Pedro do Sul nos anos referidos.

Do lado da despesa, constata-se ainda uma maior variabilidade dos montantes gastos, com constantes oscilações de dimensões muitas vezes significativas. Mas,

verifica-se também que a amplitude destas oscilações se reduz ao longo do tempo, com particular incidência a partir da segunda metade dos anos 90 (cf. Gráfico 3). O primeiro grande momento de crescimento, entre 1880 e 1882, deve-se ao início do pagamento dos juros e amortização do empréstimo e constituirá, até 1908, o componente principal da despesa.



Fonte: Contas de Receita e Despesa da CM de São Pedro do Sul nos anos referidos.

Um outro componente relevante é a despesa com recursos humanos permanentes e temporários. Na primeira destas categorias, até 1908, a despesa reduz-se ao pagamento a um capelão e a um empregado encarregado da conservação e representa apenas 5% (4,91%) da despesa total, o que revela que os custos fixos com pessoal eram pouco significativos. A partir de 1909 é contratado, pela primeira vez, um Diretor Clínico, com o vencimento anual de 300,000rs, revelando a preocupação da CM em qualificar cientificamente a exploração dos recursos termais e correspondendo a uma cada vez maior importância da hidroterapia no processo clínico. Como seria expectável, a despesa aumenta consideravelmente, atingindo um peso relativo de mais de 25%.

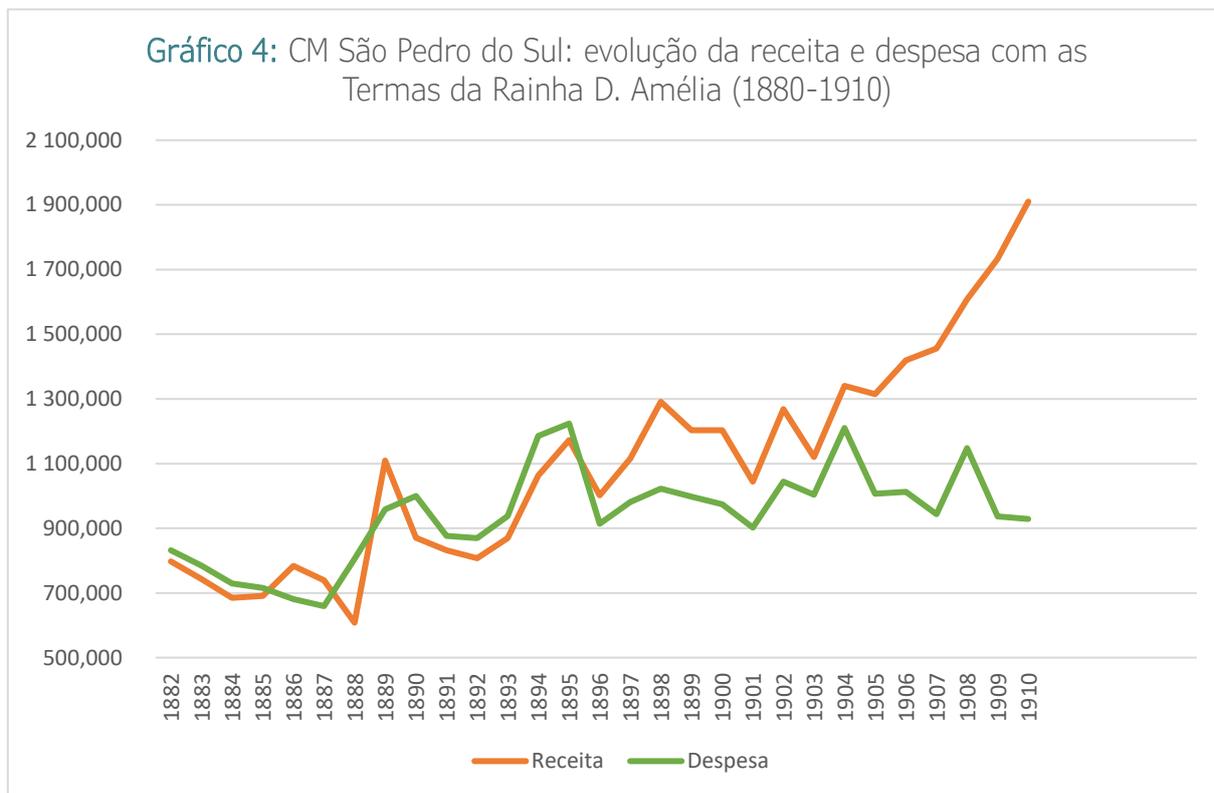
Para além destes funcionários permanentes, a despesa anual devia ser constituída, em grande medida, pelo pagamento a empregados temporários (encarregados da administração dos banhos, bilheteiros, guarda, responsável pela iluminação). Entre 1908 e 1910, período onde é possível obter dados desagregados, verifica-se um crescimento médio (10,43%) com algum significado, representando em média 16% (15,88%) da despesa. Assim, após o aumento da variável recursos humanos fixos, o peso com a despesa com pessoal ascende, em média, a 45%.

A restante tipologia da despesa – conservação, expediente, limpeza, materiais para tratamentos - tem um peso relativo reduzido. Destaca-se, em 1904, a análise clínica e bacteriológicas das águas termais e das águas potáveis da povoação, indicador da preocupação em manter a qualidade do serviço, com um custo de 100,000rs (vn), que representa quase 8% (7,93%) da despesa neste ano, o que não deixa de ser financeiramente significativo; e em 1909 a aquisição de cartazes para publicitação das termas, cujo peso relativo não atinge, no entanto, sequer os 4% (3,83%).

Para além deste conjunto de despesas, que podem considerar-se comuns a qualquer exploração termal, a primeira década do século XX conhece outras que refletem novos usos e práticas sociais ligadas ao termalismo. Em primeiro lugar, a instalação de uma estação telegráfica-postal específica para as termas, sendo a CM responsável por assegurar a infraestrutura de base. Em segundo lugar, destaca-se, com início apenas em 1909, a despesa com a iluminação pública, mas, a julgar pelos poucos valores envolvidos, devia ter uma dimensão reduzida. Por último, em 1910, verifica-se a despesa com a montagem de um clube ou casino no andar superior do edifício, no valor de 100,000rs (vn), que foi bastante compensada pela receita gerada ainda neste ano (132,680rs a vn).

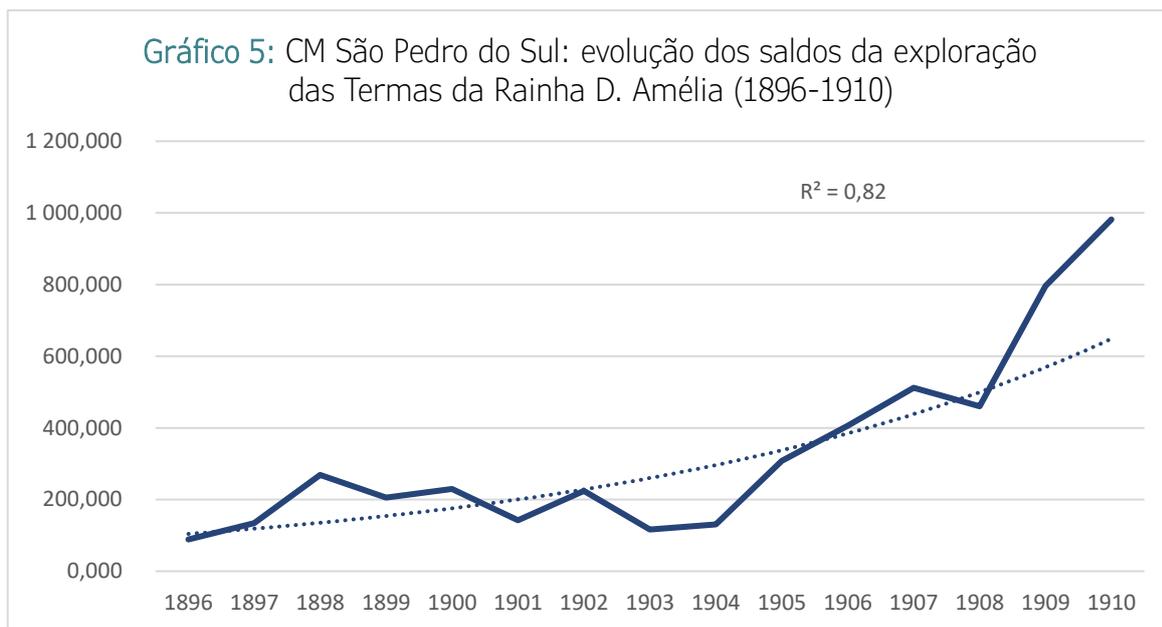
Em síntese, a comparação entre a receita e a despesa (cf. Gráfico 4), no período entre 1882 e 1910, revela que, até ao final da primeira metade dos anos 90, estas apresentam um comportamento bastante variável, gerando ora saldos positivos, ora negativos, que resultam, provavelmente, da lenta adaptação à realidade de um novo

balneário e à plena assunção das termas como património e serviço municipal. A partir da segunda metade da década de 1890, o comportamento destas duas variáveis diverge definitivamente, embora de forma não linear, revelando ao mesmo tempo o crescimento da receita e uma certa diminuição da despesa.



Fonte: Contas de Receita e Despesa da CM de São Pedro do Sul nos anos referidos.

Efetivamente, o saldo financeiro da exploração é globalmente positivo, traduzindo-se num valor de 4 519,493rs para este período. Se até 1895 ainda ocorrem alguns anos com saldos negativos, a partir desta data serão sempre positivos e com tendência para crescimento (cf. Gráfico 5).



Fonte: Contas de Receita e Despesa da CM de São Pedro do Sul nos anos referidos.

2. Caldas da Felgueira, Canas de Senhorim, Nelas

As Caldas da Felgueira localizam-se próximo de Canas de Senhorim e situam-se a 200m de altitude num vale na margem direita do rio Mondego, onde se registam três ocorrências de águas minerais sulfúreas.¹⁷⁹ Com indicações para vias respiratórias, reumatologia e pele, não parece ter sido, até ao início do século XIX, um local muito conhecido ou utilizado. No início da segunda década do século, e por iniciativa do Pe José Inácio, um frequentador das águas devido aos seus males de pele, as Caldas da Felgueira começam a ser dotadas das primeiras e primitivas instalações termais. Esta exploração inicial deve ter tido algum desenvolvimento até aos anos 60, já que as águas da Felgueira são selecionadas para integrar a participação portuguesa na Exposição Universal de Paris de 1867, onde são galardoadas¹⁸⁰.

As evidências da exploração destas águas pela CM só ocorrem a partir do ano económico de 1870/71 (cf. Tabela 1). No que respeita à receita, cujo registo apenas

¹⁷⁹ Manuel de Jesus Ferreira MORAIS, *Sistemas hidrominerais nos territórios graníticos da zona Centro-Ibérica em Portugal Central*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012, p.58

¹⁸⁰ Catarina OLIVEIRA, *Balneário Termal das Caldas da Felgueira*, Lisboa, DGPC, 2018.

ocorre a partir do ano económico de 1875/1876, o seu valor nominal, tendencialmente sempre arredondado aos milhares, parece indicar a existência de um rendimento estável com base em contrato de arrematação. Tal não significa que o valor desse contrato se tenha mantido constante.

Ano	Despesa (rs)	Receita (rs)	Saldo (rs)
1870/1871	177,922	0,000	-177,922
1875/1876	63,078	27,650	-35,428
1876/1877	10,704	28,000	17,296
1877/1878	6,561	63,700	57,139
1878/1879	16,461	81,000	64,539
1880	32,000	72,400	40,400
Total	306,726	272,750	-33,976

Tabela 1: CM Nelas - receita e despesa das Caldas da Felgueira a preços constantes (1870/1871 a 1880)

Fonte: Contas de Receita e Despesa da CM de Nelas.

Efetivamente, a receita que se mantém, a preços nominais, igual nos anos económicos de 1875/1876 e 1876/1877, aumenta para o dobro no ano seguinte, voltando a crescer quase 30% em 1878/1879. Se considerados os valores a preços constantes, estas diferenças são um pouco menos significativas, mas o facto essencial permanece: a receita das Caldas aumentou significativamente durante estes anos, embora o seu valor se mantenha num nível baixo se comparado com outras receitas municipais.

Não obstante, o saldo revela que a sua exploração representou algum prejuízo financeiro para o município. Esta diferença fica a dever-se, sobretudo, ao valor

anormalmente alto da despesa no ano de 1870/1871 (240,435rs a vn), indicador de um investimento significativo do município, que representa quase 30% (29,21%) da despesa municipal com obras públicas. Neste mesmo ano, ocorreu também uma despesa relevante, na ordem dos 159,475rs (vn), com a construção/recuperação de caminhos à volta dos banhos e na ligação destes com Nelas. Apesar deste investimento, o nível de desenvolvimento dos banhos manteve-se relativamente incipiente, o que leva, por exemplo, Ramalho Ortigão a descrevê-las, em 1875, como “um pequeno estabelecimento de banhos, extremamente modesto, com pequenos quartos...”¹⁸¹, de acessibilidade difícil e sem distrações.

Apesar de algum investimento realizado, o executivo camarário tomou, por volta de 1880, a decisão de abandonar a intervenção direta e concessionar a exploração das termas, decisão que pode estar relacionada com custo da manutenção do equipamento e do serviço e a dificuldade em aumentar a receita de forma correspondente, com a eventual necessidade de um maior investimento para explorar de forma mais qualificada o recurso hidrológico ou ainda com interesses e pressões externas.

A concessão é atribuída a José Maria Marques Caldeira por contrato feito no final de 1880¹⁸², o qual estabelece que o objeto da concessão é a exploração das águas sulfurosas quentes e frias durante 99 anos. Em troca, o concessionário paga à Câmara uma renda anual de 120,000rs (vn) e para poder explorar estas águas deve cumprir várias condições, sendo as mais relevantes:

- a) Construção de um edifício termal que deve permitir a instalação de 14 banheiras, distribuídas por várias classes de banhos;

¹⁸¹ Ramalho ORTIGÃO, *Banhos de caldas e águas minerais*, Lisboa, Quetzal, 2019, p. 97.

¹⁸² José Maria Marques CALDEIRA, *Banhos da Felgueira no concelho de Nelas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

b) Os preços máximos dos banhos nas instalações são fixados com os seguintes valores: 1ª classe- 200rs, 2ª classe – 150rs, 3ª classe – 100rs; 4ª classe – 50rs. Os da água para ingestão, 10rs por cada 120grs;

c) O concessionário deve assegurar também a construção de outras duas casas: uma dedicada a hotel (para o mínimo de 20 hóspedes) e outra a lazer;

Com este contrato, a CM assegura a construção de um verdadeiro complexo termal, polo de futuro desenvolvimento local, em troca de uma contrapartida financeira reduzida e de um alargadíssimo prazo de concessão que coarta definitivamente a sua liberdade de decisão. O futuro demonstrará se este *trade-off* fez pesar os pratos da balança em favor da câmara municipal e do concelho, ou se, pelo contrário, lhes foi prejudicial.

A exploração das termas é operacionalizada, logo no ano seguinte, através da criação da Companhia das Águas Medicinais da Felgueira¹⁸³. A constituição dos órgãos sociais iniciais é reveladora do interesse da burguesia capitalista: da Assembleia Geral fazem parte, por exemplo, o Visconde da Gandarinha e José Gregório da Rosa Araújo, conhecidos políticos e capitalistas liberais. A exploração das Caldas da Felgueira tinha-se tornado, portanto, um investimento com potencialidade lucrativa, resultado, em parte, da ação municipal anterior, que, apesar das limitações, tinha criado uma base mínima a partir da qual foi possível pensar o crescimento.

A Companhia das Caldas da Felgueira terminou a construção do novo balneário em 1887, o qual, inspirado na realidade francesa observada por Berquó (autor do projeto), apresenta, quer uma expressão plástica que lhe confere um lugar à parte dos seus congéneres construídos em Portugal na mesma altura, quer características que ultrapassam as obrigações do concessionário¹⁸⁴.

¹⁸³ Escritura de 07/08/1882.

¹⁸⁴ Helena Gonçalves PINTO; Jorge MANGORRINHA, *O desenho das termas*, Lisboa, Ministério da Economia e da Inovação, 2009, pp. 127-128.

A inauguração das termas é acompanhada pela elaboração de um regulamento¹⁸⁵ que estipulava, em primeiro lugar, que a Companhia devia garantir, no mínimo, a abertura das termas durante dois períodos. O uso das águas podia ser feito localmente, através de banhos de imersão, duches ou ingestão, ou externamente, através da comercialização de água engarrafada. O acesso aos serviços por parte dos aquistas implicava a aquisição de bilhetes, que davam apenas acesso às instalações balneares, sendo o uso das águas cobrado por cada toma. De acordo com uma antiga tradição, os banhos são grátis para pobres, doentes e militares. O preço de todos os serviços é tabelado (cf. Tabela 2) e obedece, no caso dos banhos de imersão, a uma rigorosa estratificação em classes que distingue, pelo seu custo, as condições de maior ou menor qualidade e comodidade no uso dos serviços. A Companhia devia manter um facultativo e o conjunto de empregados necessários para assegurar o normal funcionamento dos banhos durante os períodos de abertura ao público.

Na sequência da legislação de 1892, a Companhia obterá do Governo¹⁸⁶ a renovação da concessão, mantendo-se vigente o contrato entre a CM de Nelas e José Maria Caldeira. Também na sequência do mesmo diploma legal, o Governo aprovará¹⁸⁷ a proposta de regulamento apresentada pela Companhia. Este novo regulamento repete, em grande medida, as condições do Regulamento de 1887, acentuando, por um lado, algumas das tendências anteriores e introduzindo, por outro, um conjunto de condições privilegiadas para todos os habitantes do concelho, aspeto ausente do articulado anterior, as quais, sobretudo no que respeita às taxas de inscrição e ao uso dos banhos de imersão representam, em média, um desconto de 44%.

A exploração das Caldas da Felgueira parece ter sido uma história de sucesso. Beneficiando, por um lado, da proximidade da linha férrea da Beira Alta e, por outro, de uma certa notoriedade das suas águas e instalações hoteleiras, que, sem atingirem

¹⁸⁵ *Regulamento para o estabelecimento balnear e venda de águas da Companhia das Águas Mediciniais da Felgueira*, 15/07/1877.

¹⁸⁶ Alvará de 5 de setembro de 1893.

¹⁸⁷ Portaria de 10 de outubro de 1894. *Regulamento para o estabelecimento balnear e venda de águas da Companhia das Águas Mediciniais da Felgueira*.

o luxo de outros casos, garantiam as condições mínimas a um preço aparentemente baixo (cf. Figura 1); em 1902, o estabelecimento balnear dispunha já de 64 banheiras, quase cinco vezes mais das que estavam previstas vinte e dois anos antes, no contrato de concessão inicial.

CALDAS DA FELGUEIRA—CANNAS DE SENHORIM (BEIRA ALTA)

Estabelecimento Thermal
DOS MAIS PERFEITOS DO PAIZ

Abertura em 1 de maio e encerramento em 30 de novembro

Excellentes aguas mineraes para doenças de pelle, rheumatismo, estomago, gargaola, etc., etc.

O estabelecimento thermal comprehende 64 banheiras de 1.ª a 5.ª classe; duas salas para dotches, uma para senhoras e outra para homens, e a mais completa sala de inalação, pulverização e aspiração, com gabinetes annexos e independentes para toilette.—E' sem duvida o melhor do reino e o mais barato.

Grande Hotel Club — Abre em 25 de maio. — Estação do correio e telegrapho, medico, pharmacia e casa de barbear.

Magnificas accommodações desde 1\$200 réis comprehendendo serviço, club, etc. Bonus para os medicos.

Para esclarecimentos em Lisboa, rua do Alecrim, 125, referente ao estabelecimento balnear, e rua de S. Julião, 80, 1.ª, referente ao GRANDE HOTEL.

Correspondencia para Caldas da Felgueira, ao gerente da companhia do GRANDE HOTEL.

As aguas engarrafadas vendem-se nas pharmacias e drogarias, e no deposito geral: Pharmacia Andrade, rua do Alecrim, 125.

A exploração do Hotel está a cargo da Companhia do Grande Hotel Club.

VIAGEM. — Faz-se toda em caminho de ferro até Cannas (Beira Alta), e d'ahi 5 kilometros em bons carros.—A estação de Cannas, na linha ferrea da Beira Alta, está directamente ligada com todas as linhas ferreas hespanholas que entram em Portugal por Badajoz, Cáceres, Villar Formoso, Barca d'Alva e Tuy.

De 15 de maio a 30 de setembro os comboios sud-express e expresso-Medina param em Cannas de Senhorim.



Figura 1: Anúncio sobre as Caldas da Felgueira. *Gazeta dos Caminhos-de-ferro*, nº 347, 01/06/1902, p. 2.

Parte deste sucesso, na sua dimensão financeira, fica também a dever-se a um aumento do preço de venda dos serviços. Se na década de 1880 estes se mantêm constantes (cf. Tabela 2), o seu valor cresce genericamente na ordem dos 50% entre 1887 e 1894, excetuando o caso da maior parte dos duches. No entanto, a preços constantes, o custo dos serviços para o aquista desce ligeiramente em 1887, mas é sempre mais caro em 1894. Não obstante, e considerando alguns dados de utilização

referidos na literatura¹⁸⁸, as Caldas da Felgueira não eram, no início do século XX, um dos principais complexos termais do país.

Serviços	Classe / Tipo	1880	1887	1894
		(rs)	(rs)	(rs)
Banhos imersão	Extra		400	400
	1ª	200	200	300
	2ª	150	150	200
	3ª	100	100	150
	4ª	50	50	100
	5ª	0	0	0
	6ª		0	0
Duches	Descendentes ou ascendentes		200	200
	Escocês		300	300
	Circular		200	250
	Aspiração ou pulverização		100	200

Tabela 2 : Caldas da Felgueira: evolução dos preços nominais dos banhos e duches

Fontes: Caldeira, 1881. *Regulamento para o estabelecimento balnear e venda de águas da Companhia de Águas Medicinais da Felgueira*, 1887.

¹⁸⁸ António José Freire Pires PINHEIRO, *Mobilidade, lugares e práticas de turismo*, Porto, Universidade do Porto, 2012.

Desta análise pode concluir-se, por outro lado e em primeira instância, que a Companhia cumpriu, e até excedeu, as contrapartidas materiais mais relevantes previstas no contrato de concessão. No que concerne às contrapartidas financeiras, sublinhe-se que a renda devida à CM manteve o valor nominal. Esta receita nunca teve, em média, uma importância relativa superior a 2% da receita municipal. Assim, do ponto de vista estritamente financeiro, não pode afirmar-se que a receita das Caldas, que resulta da opção pela concessão da sua exploração, tenha sido, para o município, particularmente relevante. No entanto, considerando que esta é uma receita tendencialmente líquida, então assume uma outra importância, que sai reforçada se for considerada no contexto dos bens próprios, onde tem um peso médio de aproximadamente 50% (49,38%). Não obstante, se o contrato de concessão não obrigava efetivamente a CM a fazer qualquer despesa, é verdade que esta assumia a possibilidade de realizar investimentos em infraestruturas de viação e de qualificação do espaço público, o que se concretizou, através de investimento na conservação de caminhos que ligam as Caldas à sede do concelho e na construção de uma nova fonte, relativamente à qual financiou as obras de arte, previstas, aliás, num projeto elaborado em 1898 e orçamentado em 150,000rs (vn)¹⁸⁹. Por último, a diminuição da barreira económica de acesso aos tratamentos termais para os habitantes do concelho, pelo menos a partir do início dos anos 90, pode ter tido um impacto positivo na saúde individual. Em síntese, a opção da CM de Nelas em concessionar a exploração das águas sulfúricas veio resolver o problema da ausência de recursos financeiros para fazer o investimento necessário à sua qualificação, proporcionar à CM um rendimento fixo ao longo do tempo, permitir uma melhoria da saúde dos habitantes do concelho e, finalmente, criar um polo de desenvolvimento económico e social relevante para a vida concelhia.

¹⁸⁹ Eduardo Belo FERRAZ, *Projeto de uma fonte para as Caldas da Felgueira*, 1898.

3. Banhos do Carvalho, Castro Daire

No concelho de Castro Daire, próximo do rio Vouga, estão referenciadas 7 nascentes na margem da Ribeira de Courinha¹⁹⁰. Estas águas, designadas mais tarde de Termas do Carvalho, são particularmente indicadas para afeções dermatológicas, doenças reumáticas e músculo-esqueléticas, aparelho respiratório, aparelho digestivo e ginecologia¹⁹¹.

O uso destas águas termais conhece, no século XIX, o mesmo percurso que em casos anteriores: alguns particulares criam estruturas simples e pouco qualificadas para utilização individual ou exploração. A partir daqui o uso vai-se alargando e vão sendo construídas novas instalações ainda com características muito rudimentares. Em 1858, a CM construiu um pequeno balneário, no qual investiu 175,000rs, valor com algum significado. Nos anos 1890 as termas estariam abertas anualmente, entre junho e outubro, e teriam uma frequência na ordem dos 200 indivíduos/ano. Esta quantidade, apesar de pouco significativa se comparada com as Caldas da Felgueira ou as Termas de S. Pedro do Sul, deveria traduzir algum crescimento, dado que ocorre, pela primeira vez, a construção de uma albergaria¹⁹².

A exploração desta pequena estância era da responsabilidade municipal, mas na década de 1880, o seu rendimento foi sistematicamente arrendado¹⁹³ por valores muito reduzidos, que oscilam entre um mínimo de 24 e um máximo de 32,600rs (vn). Neste contexto, o preço dos banhos cobrado pelo arrematante é igualmente reduzido, como se constata a partir dos valores para o ano de 1888 (cf. Tabela 3).

¹⁹⁰ Manuel de Jesus Ferreira MORAIS, *Sistemas hidrominerais nos territórios graníticos da zona Centro-Ibérica em Portugal Central*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012, p. 23.

¹⁹¹ Cristiana BASTOS e outros, *Novo Aquilégio*, Lisboa, ICS, 2002.

¹⁹² Termas do Centro, *Termas do Carvalho: uma história com 200 anos*, s.d.

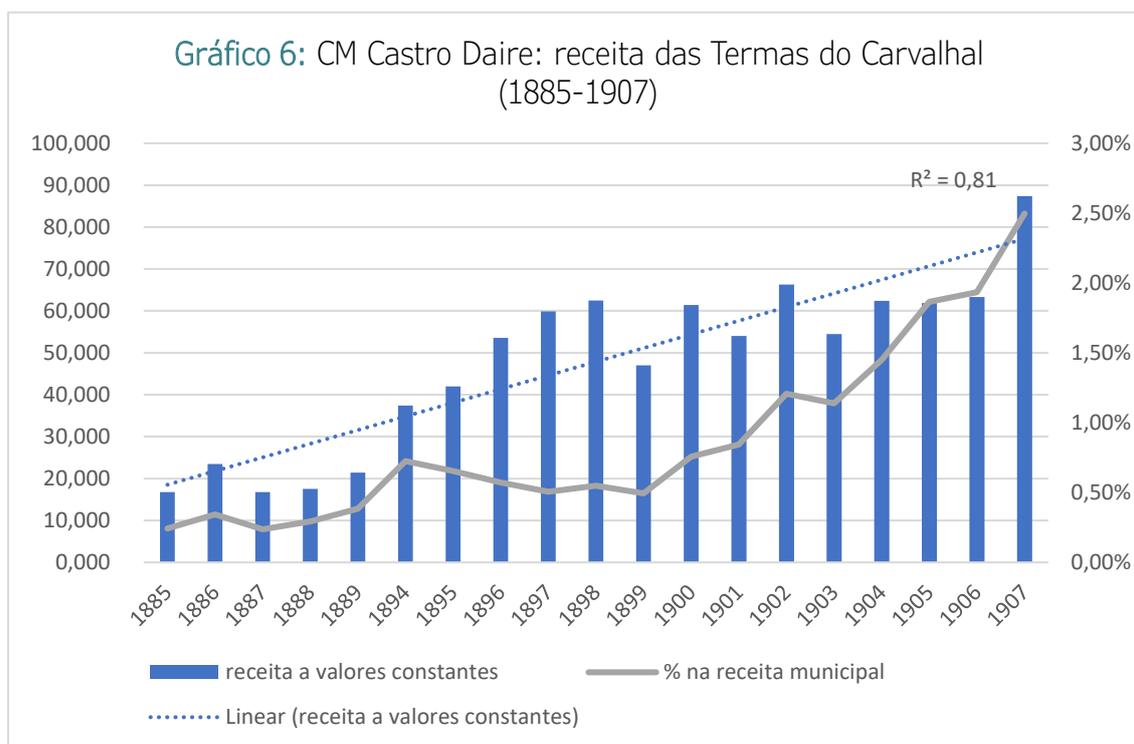
¹⁹³ Cf. *Autos de arrematação do rendimento das casas dos banhos do Carvalho nos anos de 1886, 1887, 1888 e 1889*.

Tipo de banheira	Preço (rs)	Notas
Banheiras de azulejo	40	
Banheiras de pedra	30	
[outras]	20	Grátis para pobres

Tabela 3: Preço nominal dos banhos nas Termas do Carvalhal (1888)

Fonte: Auto de arrematação do rendimento dos banhos do Carvalhal nas duas quadras do atual ano de 1888.

Apesar de um crescimento relevante a partir do início da década de 1890 (cf. Gráfico 6), a receita das Termas do Carvalhal apresenta um peso relativo praticamente insignificante na receita municipal ultrapassando apenas 1% a partir de 1902 e atingindo o limite superior a 2% (2,5%) só no fim do período em análise.



Fonte: Contas de Receita e Despesa da CM de Castro Daire nos anos referidos.

A despesa municipal com esta exploração é sempre de montantes reduzidos, traduzindo-se em pequenas intervenções de manutenção, que podem incluir substituição de equipamentos, como no caso de 1896 com a compra de uma nova caldeira.

4. Águas sulfúreas do Granjal, Caldas de Sangemil e de Aregos

Ao contrário dos casos anteriores, a emergência de águas sulfúreas na aldeia do Granjal, concelho de Santa Comba Dão, nunca chegou a constituir uma estância termal, mesmo que das mais modestas. Nesta aldeia, situada na encosta da margem direita do rio Dão, são apontadas três nascentes de águas sulfúreas frias¹⁹⁴. De acordo com alguma literatura¹⁹⁵, teriam sido objeto de um uso comunitário aproveitando as emergências a céu aberto, situação que sofreu alguma qualificação quando a CM decidiu, em 1877, construir um fontenário, tendo canalizado estas águas para uma arca construída atrás deste. Efetivamente, os únicos registos de despesa com estas águas ocorrem nas contas de receita e despesa dos anos económicos de 1875/1876 e 1877/1878, relacionados com a sua exploração e construção do novo fontenário, totalizando 131,264rs, valor com algum significado. Em síntese, a Câmara de Santa Comba Dão nunca valorizou estas nascentes termais e o investimento que fez na década de 1870 deve ser compreendido mais no contexto do abastecimento de água à povoação, do que no da exploração do recurso termal.

No que respeita às Caldas de Sangemil, concelho de Tondela, as evidências da intervenção municipal são bastante fragmentadas e muito intermitentes no tempo. Durante a década de 1850, a CM parece ter explorado os banhos, já que existe referência na Conta do ano económico de 1859/1860 a uma receita com origem na

¹⁹⁴ Manuel de Jesus Ferreira MORAIS, *Sistemas hidrominerais nos territórios graníticos da zona Centro-Ibérica em Portugal Central*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012, p. 20.

¹⁹⁵ Gonçalo Miguel Tomás Ferreira NUNES, *Ordenamento do espaço Termal*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2012.

cobrança de 20rs por cada banho. Nesse mesmo ano e, posteriormente, apenas em 1887, ocorre alguma despesa, mas com quantitativos muito reduzidos, respetivamente 44,000rs e 11,000rs (vn). Para este caso foi possível ainda identificar um alvará com data de 28/07/1894 que concede a sua exploração a um particular, mas sem qualquer impacto na gestão municipal.

No caso das Caldas de Aregos, concelho de Resende, apesar do uso das águas datar do século XII, atribuindo-se mesmo o primeiro balneário à iniciativa da Rainha D. Mafalda¹⁹⁶, não existe qualquer evidência de exploração municipal, tendo sido apenas identificada a concessão de um alvará em 28/06/1909 para a exploração das águas mineromedicinais a uma sociedade, também sem qualquer impacto na gestão municipal.

Conclusões

A análise dos casos em presença revela, em primeiro lugar, a paleta das opções estratégicas possíveis postas em prática pelas administrações municipais na exploração dos recursos termais, desde o mais absoluto desinteresse (Resende) até à assunção de uma clara e estruturada opção de exploração (São Pedro do Sul, Castro Daire e Nelas), passando por intervenções pontuais e episódicas no tempo (Santa Comba Dão e Tondela).

Se as Câmaras de São Pedro do Sul, Castro Daire e Nelas atribuíram uma clara importância aos recursos termais, as suas opções estratégicas de exploração são diferenciadas, oscilando entre a exploração direta e a concessão a particulares. O caso de São Pedro do Sul carrega todo um peso histórico e uma importância que os outros jamais atingirão, o que lhe confere uma especificidade pouco comparável. De qualquer forma, revela a montagem de uma estratégia de exploração direta consistente e inovadora, acompanhando as tendências evolutivas da realidade termal e uma abordagem à gestão com traços de modernidade, que não esquece o investimento em ações de promoção necessárias para assegurar o crescimento da

¹⁹⁶ Jaime de Magalhães RIBEIRO, *As águas termais das Caldas de Aregos*, [S.l.: s.n.], 1954.

procura. No entanto, a construção do Balneário da Rainha D. Amélia não pôde ser feita sem o recurso ao crédito, que sustentou completamente o investimento necessário. Aqui se encontra uma das principais diferenças entre os casos de São Pedro do Sul e de Nelas: se interessadas na exploração qualificada e moderna destes recursos, as CM's tinham duas opções: ou se endividavam ou entregavam a sua completa exploração à iniciativa privada. Se a forma como olhavam para estes recursos era pouco ambiciosa (Castro Daire), então usavam a receita tradicional do arrendamento anual do rendimento da exploração a um particular, que lhes proporcionava um rendimento exíguo, sem as isentar completamente de despesas de conservação.

Os resultados financeiros da exploração dependem, é claro, da importância do recurso termal e da estratégia de exploração posta em prática, mas o caso de São Pedro do Sul revela claramente que a exploração direta poderia ser financeiramente vantajosa para o município, enquanto que Nelas abdicou dessa vantagem em favor de uma menor responsabilização direta.

Em síntese, a exploração dos recursos termais na área geográfica em causa e durante o período considerado foi um fenómeno com alguma complexidade, marcado por investimentos públicos e privados, modernização das infraestruturas e uma crescente profissionalização da exploração. As câmaras municipais desempenharam um papel central nesse processo, embora com resultados variáveis em termos económicos e sociais. Enquanto algumas termas se tornaram polos de desenvolvimento local, outras permaneceram sub-exploradas, refletindo desigualdades regionais e diferentes opções políticas das administrações municipais.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Alvará de 5 de setembro de 1893, Diário do Governo, nº 205, 12/09/1893, p. 608.

Alvará de 26 de agosto de 1909, Diário do Governo nº 148, 07/07/1909, p. 2211.

CALDEIRA, José Maria Marques, *Banhos da Felgueira no concelho de Nelas: o que são e o que rendem atualmente e o que devem ser e render no futuro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Câmara Municipal de Castro Daire, *Auto de arrematação do rendimento das casas dos banhos do Carvalhal no ano de 1886*, 1886.

Câmara Municipal de Castro Daire, *Auto de arrematação do rendimento das casas dos banhos do Carvalhal no ano de 1887*, 1887.

Câmara Municipal de Castro Daire, *Auto de arrematação do rendimento das casas dos banhos do Carvalhal no ano de 1888*, 1888.

Câmara Municipal de Castro Daire, *Auto de arrematação do rendimento das casas dos banhos do Carvalhal no ano de 1889*, 1889.

Câmara Municipal de Nelas, *Regulamento para o estabelecimento balnear e venda de águas da Companhia de Águas Medicinais da Felgueira*, 1887.

Contas de Receita e Despesa e Processos de Contas dos municípios de São Pedro do Sul, Nelas, Castro Daire, Santa Comba Dão, Tondela e Resende (1851/1852-1910).

Decreto de 30/09 de 1892 (regulamentado pelo decreto de 06/07/1894), Diário do Governo nº 225, 05/10/ 1892, pp. 771-777.

Decreto de 21/05/1878, Diário do Governo, nº 118, 23/05/1878, p. 182.

Decreto de 15/05/1895, Diário do Governo, nº 111, 18/05/1895, p. 477.

Escritura de 07/08/1882, Diário do Governo nº 177, de 09/08/1882, pp. 2003-2005.

Ferraz, Eduardo Belo, *Projeto de uma fonte para as Caldas da Felgueira*. 1898.

Gazeta dos Caminhos-de-ferro, nº 347, 01/06/1902, p. 2.

Lei de 02/04/1873, Diário do Governo, nº 77, 05/04/1873, p. 75.

ORTIGÃO, Ramalho, *Banhos de caldas e águas minerais*, Lisboa, Quetzal, 2019 (edição contemporânea de um texto de 1875).

Portaria de 10 de outubro de 1894. Regulamento para o estabelecimento balnear e venda de águas da Companhia das Águas Medicinais da Felgueira, Diário do Governo, nº 232, 12/10/1894, pp. 974-978.

Bibliografia

BASTIEN, Carlos, "Preços e salários", in *Estatísticas históricas portuguesas*, Lisboa, INE, 2001, pp. 615-655. Disponível em: <https://tinyurl.com/yd8jl6u2>

BASTOS, Cristiana; QUINTELA, Maria Manuel; MATOS, António Perestrelo, *Novo Aquilégio*, Lisboa, ICS, 2002. Disponível em: <http://www.aguas.ics.ul.pt/index.htm>

CARRIÇO, Ana Patrícia da Silva, *Metamorfoses do espaço termal: o caso de São Pedro do Sul*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2013. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/4409>

COSTA, Rui Manuel Pinto, "Hidroterapia e empreendedorismo médico: o "feitiço hídrico" de Ricardo Jorge", in *Dynamis*, 37(1), 2017, pp. 133-157. Disponível em https://scielo.isciii.es/pdf/dyn/v37n1/07_articulo2.pdf

LACERDA, Rui, *A arquitetura termal em Portugal: em busca do balneário ideal*, Corunha, Universidad de A Coruña, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61906176.pdf>

MATIAS, Isabel, "A morfologia urbana das vilas termais no Norte de Portugal: Gerês, Vizela, Pedras Salgadas", in *PNUM 2016: os espaços da morfologia urbana: atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*, Braga, Universidade do Minho, 2016, pp.79- 89. Disponível em: <https://tinyurl.com/3kxcpmkt>

MORAIS, Manuel de Jesus Ferreira, *Sistemas hidrominerais nos territórios graníticos da zona Centro-Ibérica em Portugal Central: perspetivas químicas, isotópicas e genéticas sobre as águas sulfúreas*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/21656>

NUNES, Gonçalo Miguel Tomás Ferreira, *Ordenamento do espaço Termal: uma visão sobre o corredor entre Santa Comba Dão e as Termas do Granjal*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2012. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/3514>

OLIVEIRA, Catarina, *Balneário Termal das Caldas da Felgueira*, Lisboa, DGPC, 2018, Disponível em: <https://servicos.dgpc.gov.pt/pesquisapatrimonioimovel/detalhes.php?code=1112956>

2

PINHEIRO, António José Freire Pires, *Mobilidade, lugares e práticas de turismo: realidade portuguesa de 1880 à luz do periódico "O Commercio do Porto"*, Porto, Universidade do Porto, 2012. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fep/en/pub_geral.show_file?pi_doc_id=14604

PINTO, Helena Gonçalves; MANGORRINHA, Jorge, *O desenho das termas: história da arquitetura termal portuguesa*, Lisboa, Ministério da Economia e da Inovação, 2009.

POMBO, Maria Dulce, *Modelos terapêuticos em movimento no Portugal do século XIX: atores, discursos e controvérsias*, Lisboa, ISCTE, 2010. Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3836/4/master_maria_dulce_pombo.pdf

PROENÇA, Paula Maria Castanho Piedade, *Inovação nos destinos termais: as cidades termais europeias em rede*, Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, 2023. <http://hdl.handle.net/10400.26/44079>

RIBEIRO, Jaime de Magalhães, *As águas termais das Caldas de Aregos*, [S.l.: s.n.], 1954.

TEIXEIRA, Sara Cristina Costa, *O termalismo clássico na atualidade: o caso das Termas de Vizela*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/36090>

TERMAS DO CENTRO, *Termas do Carvalho: uma história com 200 anos*. Disponível em <https://termascentroblog.pt/termas-do-carvalho-uma-historia-com-200-anos/>

A luta pela nascente do Agroal: o braço de ferro entre os concelhos de Vila Nova de Ourém e de Tomar – 1933-1939

Fábio Emanuel Oliveira (CH-UL /ACL)

Resumo

As águas da nascente do Agroal, situadas na freguesia de Formigais, concelho de Vila Nova de Ourém, ficaram afamadas a partir dos anos 1930. Os seus constituintes minerais foram reconhecidos entre a elite médica e política tendo-se desenvolvido posteriormente a defesa do seu valor terapêutico. A disputa por estas águas, entre as edilidades de Vila Nova de Ourém e de Tomar, ocorreu por causa da necessidade de capacitar o espaço com infraestruturas capazes de receber os visitantes. Desde cedo que o concelho ourensense não mostrou grande interesse devido aos investimentos avultados que teria de fazer e também porque Fátima estava na mira do desenvolvimento. Ao contrário do seu vizinho tomarense que se mostrou demasiadamente interessado propondo primeiramente uma Sociedade para explorar o local e depois passou para a tentativa falhada de o anexar territorialmente.

Palavras-chave: Agroal, Disputa, Vila Nova de Ourém, Tomar.

Abstract

The waters of the Agroal spring, located in the parish of Formigais, in the municipality of Vila Nova de Ourém, became famous in the 1930s. Its mineral constituents were recognised among the medical and political elite, and its therapeutic value was later defended. The dispute over these waters between the municipalities of Vila Nova de Ourém and Tomar arose because of the need to provide the area with infrastructures capable of receiving visitors. From the outset, the municipality of Ourém didn't show much interest due to the large investments it would have to make and also because Fátima was in the sights of development. Unlike its neighbour

Tomar, which showed too much interest, first proposing a company to exploit the site and then moving on to the failed attempt to annex it territorially.

Keywords: Agroal, Dispute, Vila Nova de Ourém, Tomar.

Introdução

A luta pela nascente do Agroal entre os municípios de Vila Nova de Ourém e de Tomar revelou-se um claro exemplo da necessidade de desenvolver o turismo em Portugal. Aliado ao reconhecimento terapêutico das suas águas, a disputa pela nascente verificada nos anos 1930 não foi mais do que o resultado do desinteresse da sua detentora e da cobiça da vizinhança. A defesa por parte da edilidade tomarense da construção do caminho-de-ferro de Tomar à Nazaré, com o propósito de ligar todos os centros turísticos da região, incluindo a nascente do Agroal, remete-nos a questionar o seguinte: será que a Câmara Municipal de Tomar já tinha pretensões anexionistas?

A Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém mostrou inicialmente empenho em desenvolver o espaço confinante à nascente, mas, o que a levou a perder o interesse? Contrariando a posição ourensense, o executivo municipal de Tomar manifestou desde sempre interesse em poder desenvolver e dinamizar aquela área, daí ter proposto ao executivo ourensense uma Sociedade por quotas. Em virtude da exígua aderência ourensense e da pouca clareza tomarense o que realmente motivou o não funcionamento desta Sociedade? Tal acontecimento azedou as relações entre os dois executivos camarários relativamente ao falhanço do projecto da Sociedade.

Posteriormente ao falhanço da proposta de desenvolver as infraestruturas necessárias para dotar o local envolvente à nascente do Agroal, a Câmara Municipal de Tomar decidiu rever as extremas entre o seu concelho e o de Vila Nova de Ourém. Essa revisão incidiu especialmente sobre a área territorial onde se encontrava a nascente do Agroal. Como reagiu a edilidade de Vila Nova de Ourém? Será que a Câmara Municipal de Tomar tinha mesmo intuítos anexionistas? Como reagiram as

autoridades superiores, nomeadamente o Governo Civil? Estas são algumas das questões que pretendemos dar resposta, sem antes caracterizar o concelho de forma sucinta.

Breve caracterização do concelho

Nos anos Trinta do século XX, o concelho de Vila Nova de Ourém pertencia à província da Estremadura. Com a reorganização administrativa de 1936, passou a fazer parte da província da Beira Litoral. Situado no distrito de Santarém, encontrava-se geograficamente “no Centro-Oeste e a Noroeste da cidade de Santarém”¹⁹⁷ com uma área de superfície de cerca de 421,90 km²¹⁹⁸. O município partilhava fronteiras a norte com o concelho de Pombal, a sul com o de Torres Novas, a nordeste com Alvaiázere, a oeste com Leiria e Batalha, a este com Tomar e Ferreira do Zêzere¹⁹⁹.

A nível demográfico o Censo de 1930 refere que habitavam no concelho 34.584 habitantes²⁰⁰. Esta massa populacional distribuía-se pelas seguintes freguesias: Alburitel, Atouguia, Espite, Fátima, Formigais, Freixianda, Gondemaria, Olival, Ourém, Rio de Couros, Seiça, Urqueira e Vila Nova de Ourém. Todas as freguesias caracterizavam-se pela sua ruralidade, excepto as freguesias de Vila Nova de Ourém e de Freixianda²⁰¹.

Territorialmente, estamos perante um concelho multifacetado. A Sul, avistava-se como limite a Serra de Aire com 677m de altitude, “região de serranias pedregosas, com formações geológicas datadas do Jurássico Médio Superior, predominando os calcários duros”. Por causa da aridez dos vales, plantas como a oliveira, a azinheira,

¹⁹⁷ Paulo Santos FONSECA, “Concelho de Ourém – Enquadramento geográfico”, in *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*, Ourém, Câmara Municipal, 2006, p. 21.

¹⁹⁸ *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920: VI Recenseamento Geral da População*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, p. 269.

¹⁹⁹ Fábio Emanuel OLIVEIRA, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, UL, 2022, pp. 19 e 20.

²⁰⁰ *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930: VII Recenseamento Geral da População*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1930, p. 252.

²⁰¹ José Poças das NEVES, *Vila Nova de Ourém na Primeira República: o conflito político-religioso, Apêndice*, Lisboa, UL, 2003, p. 23.

a figueira, o medronheiro, a moita, a aroeira, o sargaço, o alecrim, o rosmaninho eram as que melhor se adaptavam a estas características geológicas. A norte do concelho predominavam os “calcários dolomíticos e margosos, aluviões, arenitos, argilas e conglomerados. Estas formações geológicas datam do Cretácico e do Miocénico, encontrando-se também recentes formações aluvionares”²⁰². Aqui, predominavam as culturas da vinha, do milho, da batata e do pinheiro, onde este último ocupava a “porção mais árida do solo”²⁰³.

A região norte era constituída hidrograficamente por várias ribeiras e afluentes, como o Rio Nabão, as Ribeiras do Fárrio, de Seixa, da Salgueira, do Olival, de Caxarias e da Beselga, que se inseriam na Bacia do Tejo, ao passo que as ribeiras localizadas na freguesia de Espite inseriam-se na Bacia do Liz. A nível climático, o concelho apresentava um clima temperado mediterrânico. Com a proximidade do Oceano Atlântico e a condensação originada pela Serra de Aire, a região sul do concelho acabava por ser mais atingida por chuva²⁰⁴.

A multifacetada economia ourensense revelava as características geográficas do território. Agricolamente, o concelho produzia em maior escala azeite, vinho, milho, ovos, galinhas, bovinos e suínos e, em menor escala, amêndoas, nozes, maçã, pera e figo. A nível industrial, destacava-se na produção de mobília de pinho, resina, cal, telha, tijolo, bem como a extracção e serração de pedra para cantaria²⁰⁵. Produtos exportados por intermédio das estações de caminho-de-ferro de Chão de Maçãs e de Caxarias²⁰⁶. Muitos destes produtos eram vendidos nas concorridas feiras e mercados do concelho.

Existiam igualmente outros ofícios e profissões como serradores e resineiros que trabalhavam nos extensos pinhais. Carpinteiros, sapateiros, alfaiates, tecedeiras,

²⁰² Fábio Emanuel OLIVEIRA, *Ob. Cit.*, pp. 21 e 22.

²⁰³ Paulo de MORAES, *Inquérito Agrícola. Estudo Geral da Economia Rural da 7.ª Região Agronómica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 27.

²⁰⁴ Paulo Santos FONSECA, *Ob. Cit.*, p. 22.

²⁰⁵ Fábio Emanuel OLIVEIRA, *Ob. Cit.*, pp. 23, 26 e 27.

²⁰⁶ José Poças das NEVES, *A Fátima nos inícios do século XX: a Freguesia de Fátima (1900-1917)*, Fátima, Rotary Club, 2005, pp. 185-187.

tanoeiros e cesteiros que fabricavam artigos essenciais ao quotidiano das populações²⁰⁷. Contudo, a maioria da população ourensense trabalhava na agricultura, ora cultivando as suas pequenas propriedades, ora trabalhando à jorna. Este modo de vida demonstra-nos uma sociedade aferrada aos seus costumes campestres e anacrónicos. Aliás, os agricultores ourensenses preferiam espantar os males das culturas refugiando-se na religião, do que contribuir para o associativismo agrícola²⁰⁸.

Neste território observava-se a interdependência entre as diferentes actividades laborais existentes. Quer isto dizer que o rendimento dos ourensenses provinha sobretudo da agricultura. Porém, quem se dedicava aos ofícios ou à actividade industrial complementava os seus rendimentos com a actividade agrícola. Portanto, o concelho de Vila Nova de Ourém apresentava uma “economia pouco competitiva, nada progressiva e essencialmente de subsistência”²⁰⁹.

Do projecto de Sociedade por quotas à tentativa de anexação do Agroal

Na localidade do Agroal, freguesia de Formigais, concelho de Vila Nova de Ourém, existia uma nascente, inserida na bacia hidrográfica do Rio Nabão²¹⁰, que alcançou relevo entre a sociedade civil na década de 1930²¹¹. A propósito da realização do Congresso de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médica, em Outubro de 1936, José Vieira Guimarães destacou as qualidades terapêuticas das águas da nascente do Agroal²¹². Utilizadas pelas populações locais e dos concelhos vizinhos, os médicos municipais da Freixianda e de Vila Nova de Ourém corroboravam com “os efeitos

²⁰⁷ Ana Saraiva NEVES, *Memórias Etnográficas do Concelho de Ourém*, Ourém, Câmara Municipal, 2001, pp. 34-37.

²⁰⁸ Fábio Emanuel OLIVEIRA, *Ob. Cit.*, pp. 23 e 26.

²⁰⁹ *Idem*, p. 28.

²¹⁰ José M. ALHO; Sérgio LOPES, *Agroal. Espaço de Descoberta da Natureza no Alto Nabão*, Leiria: Projecto de Turismo Ambiental do Alto Nabão, Sotipo, Lda., 1998, p. 3.

²¹¹ Ver Anexo 1 – Termo do Agroal.

²¹² José Vieira GUIMARÃES, *As Águas do Agroal*, Lisboa, Oficinas Fernandes, 1932, p. 8.

positivos no tratamento de enterocolite, conjuntivites, dermatoses como eritemas e até doenças de estômago e intestinos”²¹³.

Contudo, o local necessitava de obras de modo a tornar a área mais asseada para aqueles que necessitavam daquelas águas²¹⁴. À medida que o Agroal foi ganhando fama, coincidindo com a defesa de se construir o caminho-de-ferro de Tomar à Nazaré, permitindo ligar o Agroal à rede turística que se perspectivava, “afamaram o sítio, chamando ao Agroal uma grande população de banhistas para cima de 1.000 por ano, que, todos os anos, mais confirmam a beneficência das suas águas”²¹⁵. Portanto, se aquele território recebesse as infraestruturas necessárias “poderia tornar-se numa estância turística, tanto frequentada por doentes como por meros veraneantes”²¹⁶.

Em virtude da necessidade de melhorar a área envolvente da nascente do Agroal, a Câmara ourensense enviou um ofício ao Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura em Maio de 1933. A edilidade pretendia que lhe fosse concessionada a exploração da nascente²¹⁷. Em Dezembro, a imprensa local reforçava que a Câmara Municipal queria transformar o local numa “estância termal”. No entanto, sublinhava que para tornar aquela área moderna, ao nível das termas da época eram “necessárias piscinas, hotéis e outros edifícios”²¹⁸. Contudo, em Janeiro de 1934, o concelho perdeu a concessão das águas do Agroal tendo em conta o “art.º 65.º do Decreto-lei n.º 15:401 de 17 de abril de 1928”²¹⁹.

Como a nascente se situava na margem montanhosa da freguesia de Formigais, enquanto a margem esquerda do Rio Nabão fazia parte do concelho de Tomar²²⁰, os executivos municipais de Vila Nova de Ourém e de Tomar reuniram-se a 8 de Janeiro

²¹³ Fábio Emanuel OLIVEIRA, *Ob. Cit.*, p. 607.

²¹⁴ José Vieira GUIMARÃES, *Ob. Cit.*, p. 11.

²¹⁵ *Idem*, p. 8.

²¹⁶ Fábio Emanuel OLIVEIRA, *Ob. Cit.*, p. 608.

²¹⁷ AHMO, *Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal*, liv. n.º 613, 23-05-1933, fls. 143 e 144.

²¹⁸ *Notícias de Ourém*, 28-12-1933, p. 2.

²¹⁹ ADSTR, *Governo Civil de Santarém, Livro de correspondência expedida – 3.ª secção*, 5-01-1934.

²²⁰ José Vieira GUIMARÃES, *Ob. Cit.*, p. 4.

de 1934 “àcerca das obras a realizar para uma exploração em comum destas águas”²²¹. Em Julho, a Câmara ourense deliberou que se procedesse ao estudo de um acordo com o executivo tomarense de modo a concretizar a concessão conjunta das águas do Agroal²²². Requerida a concessão conjunta em Maio de 1935 à Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos²²³, nem este departamento, nem o Governador Civil de Santarém encontraram qualquer inconveniente na concessão solicitada por ambos os municípios²²⁴.

No dealbar do ano de 1936, o Governador Civil de Santarém fez saber às partes interessadas da necessidade de estabelecerem entre si um acordo “no que respeita à concessão das águas do Agroal”²²⁵, pretensão secundada pela edilidade ourense. Esta, encarregou uma comissão liderada pelo Presidente da Câmara para se entenderem com os delegados tomarenses de modo a alcançarem um acordo²²⁶. Terminadas as conversações, o município ourense decidiu pedir a concessão em conjunto remetendo um único documento²²⁷. Em Março, a Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos foi autorizada a permitir a associação entre os municípios para realizarem melhoramentos e serviços de interesse comum, desde a criação de estabelecimentos de banhos públicos e águas minerais, sendo necessário escritura do contrato²²⁸.

Em Julho, a Câmara Municipal de Tomar propôs a constituição de uma Sociedade no pedido de concessão das águas do Agroal. Consideramos que esta

²²¹ *Notícias de Ourém*, 11-01-1934, p. 1.

²²² *Notícias de Ourém*, 05-08-1934, p. 3.

²²³ ANTT, *Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Correspondência recebida, 1.ª Repartição, Concessão das águas minerais medicinais pedida pelas Câmaras de Tomar e Vila Nova de Ourém*, Maço 183, NT: 548, 27-05-1935.

²²⁴ ANTT, *Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Correspondência recebida, 1.ª Repartição, Concessão das águas minerais medicinais pedida pelas Câmaras de Tomar e Vila Nova de Ourém*, Maço 183, NT: 548, 10-09-1935.

²²⁵ ADSTR, *Governo Civil de Santarém, Correspondência expedida – 1936-1940*, 29-01-1936.

²²⁶ AHMO, *Actas da Câmara Municipal*, livro n.º 531, 11-02-1936, fl. 105.

²²⁷ AHMO, *Registo de correspondência expedida da Câmara Municipal*, liv. n.º 613/1, 12-03-1936, fl. 137.

²²⁸ ANTT, *Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Correspondência recebida, 1.ª Repartição, Concessão das águas minerais medicinais pedida pelas Câmaras de Tomar e Vila Nova de Ourém*, Maço 183, NT: 548, 24-03-1936.

proposta podia indiciar um maior interesse por esta edilidade na concessão. No entanto, o executivo oureense declinou a proposta por não dispor de capitais suficientes para efectuar os investimentos necessários “deixando assim o campo livre à sua congénere de Tomar”²²⁹. Contudo, conhecedora das vantagens da Sociedade, uma vez que a nascente se encontrava na área administrativa oureense e, portanto, o seu investimento seria menor, a autoridade tomarense enviou em Novembro uma “minuta da projectada escritura”, apesar de ter omitido o “quantitativo da quota inicial com que entra a Câmara Municipal de Tomar”²³⁰. Vila Nova de Ourém optou por só se pronunciar após conhecer o valor da quota²³¹.

No ano seguinte, em Maio, a Câmara de Tomar considerou que o montante que deveria constituir a projectada Sociedade seria de 100.000\$00 escudos. Contudo, a Câmara de Ourém só subscreveria 1.000 escudos por “não poder arcar com maior responsabilidade”²³². Em virtude da posição oureense, a Câmara tomarense recusou revelar o montante com que entraria na Sociedade, posições que resultaram num impasse²³³. Dois meses depois, Tomar informou que entraria com 10% do capital social. A Câmara oureense continuou a aguardar por uma resposta fundamentada por considerar que a sua congénere de Tomar não queria revelar o valor exacto²³⁴.

Além disso, verificamos que a Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém não considerava a nascente do Agroal um ponto de desenvolvimento turístico estratégico, porque

“não interessa a exploração das termas do Agroal, e, se acorda em fazer parte dessa empresa, com uma quota mínima, é somente para não estorvar os desejos de edilidade tomarense,

²²⁹ AHMO, *Actas da Câmara Municipal*, livro n.º 531, 14-07-1936, fl. 136.

²³⁰ AHMO, *Actas da Câmara Municipal*, livro n.º 531, 10-11-1936, fl. 165.

²³¹ AHMO, *Actas da Câmara Municipal*, livro n.º 531, 24-11-1936, fl. 167.

²³² AHMO, *Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal*, livro n.º 614, 9-06-1937, fl. 45.

²³³ AHMO, *Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal*, livro n.º 614, 23-06-1937, fl. 46.

²³⁴ AHMO, *Actas da Câmara Municipal*, livro n.º 532, 13-07-1937, fl. 5.

uma vez que o Ministério do Interior não autoriza a Camara de Tomar, de per si só, a fazer tal exploração”²³⁵.

De igual modo, a necessidade de desenvolver Fátima justificava a pouca atenção dada pelo executivo camarário ao Agroal²³⁶. As relações entre os dois municípios entibiaram a tal ponto que o Governador Civil de Santarém teve que intervir em meados de Novembro. A autoridade distrital instou a Câmara de Tomar a entrar com 99.000\$00 escudos na Sociedade²³⁷. Da mesma forma que pediu celeridade na resolução do processo à Câmara ourensense²³⁸. No entanto, a projectada Sociedade não passou disso mesmo.

Em Dezembro, constou à Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém que a sua congénere tomarense estava a rever os limites fronteiriços sobretudo na extrema sul da freguesia de Formigais²³⁹. Em Fevereiro de 1938, o executivo ourensense deliberou representar às autoridades superiores a fixação dos limites fronteiriços no lugar do Agroal, porque

“havendo duvidas na extrema que separa o concelho de Tomar do de Vila Nova de Ourém no ponto que separa as freguesias de Formigaes deste concelho e a da Sabacheira do concelho de Tomar, nos limites do Agrual, por isso que a Camara de Tomar pretende avançar com a extrema para norte até à margem do rio Nabão, fronteira à nascente do Agrual, quando a de Vila Nova de Ourém pretende que seja mantida a antiga extrema que passa pela vertente do monte situado a sul do rio Nabão e por conseguinte da mesma Nascente”²⁴⁰.

²³⁵ AHMO, *Actas da Câmara Municipal*, livro n.º 532, 13-07-1937, fl. 5.

²³⁶ Fábio Emanuel OLIVEIRA, *Ob. Cit.*, p. 612.

²³⁷ ADSTR, *Governo Civil de Santarém, Correspondência expedida – 1936-1940*, 13-11-1937.

²³⁸ ADSTR, *Governo Civil de Santarém, Correspondência expedida – 1936-1940*, 24-11-1937.

²³⁹ AHMO, *Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal*, livro n.º 614, 10-12-1937, fl. 73.

²⁴⁰ AHMO, *Actas da Câmara Municipal*, livro n.º 532, 1-02-1938, fl. 47.

Endereçada a petição às autoridades competentes, a Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém remeteu à edilidade tomarense uma cópia da representação porque “estávamos de antemão convencidos de que não se chegaria a acordo”²⁴¹. Esta perspectiva pode induzir que a Câmara de Tomar tinha como objectivo anexar a nascente do Agroal e, desse modo, concretizar o que há muito ambicionava, isto é, valorizar turisticamente aquele espaço. O executivo tomarense respondeu, demonstrando abertura para o diálogo dizendo que “Não é desejo do Estado Novo que entre os seus servidores se estabeleça a chicana própria da antiga política”. E terminou reforçando “que apresentaria os limites do que legalmente lhe pertence, sem ter necessidade de prejudicar quem quer se seja”²⁴².

Contudo, será que faziam sentido os receios do concelho de Vila Nova de Ourém? Tendo em conta que a edilidade de Tomar mostrou desde o início vontade em explorar as águas do Agroal, a apresentação do projecto de Sociedade e a sua recusa em revelar o montante da sua participação, e a revisão de extremas exactamente naquele lugar após a intervenção do Governador Civil, são motivos mais que suficientes²⁴³.

Por constar à Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém o arranque dos marcos no lugar do Pinhal em direcção ao Agroal, pediu à Junta de Freguesia de Formigais que encontrasse duas pessoas capazes rectificar os limites entre esta e a freguesia da Sabacheira, concelho de Tomar²⁴⁴. Uma vez que a Junta não tinha encontrado qualquer documento comprovativo das extremas e as pessoas idosas que se disponibilizaram para dar o seu veredicto não tinham condições de locomoção para irem ao local²⁴⁵, resolveu a Câmara Municipal, em 7 de Junho, comparecer no Agroal para reunir com os representantes de Tomar. O objectivo era “verificar a existência

²⁴¹ AHMO, *Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal*, livro n.º 614, 19-02-1938, fl. 90.

²⁴² AHMO, *Correspondência recebida na Câmara Municipal*, caixa n.º 692/1, 25-02-1938.

²⁴³ Fábio Emanuel OLIVEIRA, *Ob. Cit*, p. 614.

²⁴⁴ AHMO, *Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal*, livro n.º 614, 9-04-1938, fl. 98.

²⁴⁵ AHMO, *Registo de correspondência recebida na Câmara Municipal*, livro n.º 678, 16-04-1938, fl. 41.

dos marcos divisórios dos dois concelhos desde a Foz, Chão del Conde, Oiteiro do Jogadoiro e junto ao Moinho das Paredes e Vale das Colmeias”²⁴⁶.

O relatório da Junta de Província da Beira Litoral refere claramente que a linha divisória entre os dois concelhos não se situava na margem direita do Rio Nabão como pretendia a Câmara tomarense. As testemunhas foram unânimes quanto aos actos praticados pelo concelho de Tomar, tendo em conta os seguintes depoimentos:

“permita-me que chame a sua esclarecida atenção para o depoimento da testemunha João António Simões, a fh. 4 v. – que nasceu e viveu com seus pais em Chão del Conde, onde estava o marco concelhio arrancado e posto ali perto a servir de suporte a uma figueira de tronco tôrto. – António Coelho também conhecido por António Carvalho, fh. 5 – António Marques, fh. 6 v. – Manuel Antunes Morgado fh. 8 e 9 que trabalhou na construção da entrada que liga o Agroal com a estrada de Tomar, construção que ao chegar ao limite dos dois concelhos delineados pelos marcos concelhios, foi interrompida cêrca de dois anos, continuando depois até ao Agroal, certamente com desconhecimento da Camara de Vila Nova de Ourém”²⁴⁷.

Secundada a representação da Câmara ourensense com base no relatório acima mencionado pela Junta de Província da Beira Litoral, em que pedia ao Ministro do Interior a conservação das extremas primitivas, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém justificava-a dizendo

“onde se vê que essa Camara pouco e pouco pretende usurpar uma grande parte do concelho de Vila Nova de Ourém e da Provincia de que V. Ex.^a é digno Presidente. Até aqui diziam que

²⁴⁶ AHMO, *Actas da Câmara Municipal*, livro n.º 532, 7-06-1938, fl. 77.

²⁴⁷ AHMO, *Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal*, livro n.º 614, 24-09-1938, fls. 136 e 137.

o limite dos dois concelhos, em Agroal, era na margem direita do Rio Nabão, e agora já esse limite, no entender da mesma Camara, é na margem esquerda onde brotam as aguas da nascente do Agroal que os Tomarenses tanto cobiçam”²⁴⁸.

Por conseguinte, enquanto não existia uma decisão definitiva das autoridades superiores, a Câmara Municipal de Tomar autorizou construções urbanas no Agroal²⁴⁹. Contudo, a Câmara ourense reclamou junto do Tribunal Administrativo de modo a anular esta decisão da sua congénere, uma vez que aquele local ainda se encontrava em litígio²⁵⁰.

Em Fevereiro de 1939, José Maria de Sousa Nápoles foi encarregado pelo Director Geral do Instituto Geográfico e Cadastral de fixar o limite fronteiriço entre os litigantes²⁵¹. A reunião com o técnico decorreu no dia 17 de Fevereiro, tendo-lhe sido entregue o auto de investigação realizado em Junho de 1938 e a lista com os nomes das testemunhas²⁵². Contudo, para encontrar uma solução definitiva o técnico pediu ajuda ao Administrador Geral da Casa de Bragança²⁵³. Obtida em Abril, a cópia “da demarcação entre a Comenda da Sabacheira e o convento de Cristo com o termo da Vila de Ourém”²⁵⁴.

Em Junho, a Câmara Municipal de Tomar reatou relações com a sua congénere ourense aquando do seu ofício a combinar o início dos trabalhos para demarcar as extremas a começar no Algar da Cabrita²⁵⁵. Dois meses passaram e o Governador

²⁴⁸ AHMO, *Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal*, liv. n.º 614, 15-10-1938, fl. 146.

²⁴⁹ A postura sobre construções no Agroal proibia toda a construção sem licença prévia “naquele local, margem direita do Rio Nabão e num raio de 1.000 metros, considerando-se o círculo com o seu centro no local donde brotem as nascentes”, in *Cidade de Tomar*, 25-09-1938, p. 3.

²⁵⁰ AHMO, *Actas da Câmara Municipal*, livro n.º 532, 18-10-1938, fl. 109.

²⁵¹ AHMO, *Registo de correspondência recebida na Câmara Municipal*, livro n.º 679, 9-02-1939, fl. 117.

²⁵² AHMO, *Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal*, livro n.º 615, 15-02-1939, fl. 34.

²⁵³ AHMO, *Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal*, livro n.º 615, 22-02-1939, fl. 35.

²⁵⁴ AHMO, *Registo de correspondência recebida na Câmara Municipal*, livro n.º 679, 28-04-1939, fl. 150.

²⁵⁵ AHMO, *Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal*, livro n.º 615, 15-06-1939, fl. 66.

Civil de Santarém enviou a ambas as edilidades o relatório que reconhecia que a “nascente do Agroal pertencia aos terrenos do concelho ourensense”²⁵⁶. Desta maneira, damos por terminado um litígio que manteve a nascente do Agroal na posse de Vila Nova de Ourém e a margem direita na de Tomar.

Conclusão

A disputa pela nascente do Agroal revelou que este património natural poderia ser uma alavanca para desenvolver economicamente aquela região que se encontrava apartada da sede de concelho, Vila Nova de Ourém e a 10 km de Tomar. Apesar da nascente se encontrar em território administrativo do concelho de Vila Nova de Ourém, o seu executivo nunca se opôs à exploração daquelas águas pelo concelho de Tomar. Aliás, incentivou e manifestou-se cordialmente a favor. Não avançou para a sua exploração porque a área anexa necessitava de avultados capitais para construir as infraestruturas necessárias e que a edilidade ourensense não dispunha. Mas não só, nesta cronologia, Fátima ocupava as atenções do executivo ourensense.

O concelho de Tomar manifestou desde o início interesse em explorar as águas do Agroal, aliás visível com a criação de uma Comissão de Turismo em 1923, que, desde essa data já considerava aquela área como um futuro ponto turístico estratégico. Daí a incessante defesa da construção do caminho-de-ferro de Tomar à Nazaré, que pretendia ligar todos os centros turísticos da região Centro, incluindo a futura estância balnear do Agroal e, desse modo, impulsionar o desenvolvimento económico desta área regional multifacetada. A projectada Sociedade proposta pela Câmara de Tomar demonstrou mais uma vez o seu interesse e a relevância desta nascente, mas a opacidade na revelação do montante que entraria na Sociedade contribuiu para o azedar das relações municipais.

A revisão do limite fronteiriço entre estes dois concelhos no local do Agroal motivada pelo executivo tomarense demonstra claramente o interesse de anexar

²⁵⁶ Fábio Emanuel OLIVEIRA, *Ob. Cit.*, p. 619.

aquela área geográfica em específico. Além disso, enquanto estava a decorrer o litígio entre as duas edilidades, a Câmara Municipal de Tomar publicou uma postura que autorizava a construção naquele local, nomeadamente onde brotavam as águas da nascente. Tal procedimento, revelou-se mais que suficiente que Tomar pretendia aumentar a sua área administrativa e explorar as águas do Agroal sem a participação ourensense.

Fontes e Bibliografia

Fontes

[Arquivo Distrital de Santarém \(ADSTR\)](#)

Fundo do Governo Civil de Santarém:

Livro de correspondência expedida – 3.ª secção;

Correspondência expedida – 1936-1940.

[Arquivo Histórico Municipal de Ourém \(AHMO\)](#)

Actas da Câmara Municipal, livros n.ºs 531 e 532;

Correspondência recebida na Câmara Municipal, caixa n.º 692/1;

Registo de correspondência expedida pela Câmara Municipal, livros n.ºs 613, 613/1, 614 e 615;

Registo de correspondência recebida na Câmara Municipal, livros n.ºs 678 e 679.

[Arquivo Nacional da Torre do Tombo \(ANTT\)](#)

Direcção Geral da Administração Política e Civil, Correspondência recebida, 1.ª Repartição, Concessão das águas minerais medicinais pedida pelas Câmaras de Tomar e Vila Nova de Ourém, Maço 183, NT: 548.

Direcção Geral da Administração Política e Civil, Correspondência recebida, 2.ª Repartição, Maço 1113, NT: 1840.

Fundo do Ministério do Interior:

Censos

Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920: VI Recenseamento Geral da População, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930: VII Recenseamento Geral da População, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1930.

Jornais

Cidade de Tomar

Notícias de Ourém

Bibliografia

ALHO, José M.; LOPES, Sérgio, *Agroal. Espaço de Descoberta da Natureza no Alto Nabão*, Leiria: Projecto de Turismo Ambiental do Alto Nabão, Sotipo, Lda., 1998.

FONSECA, Paulo Santos, "Concelho de Ourém – Enquadramento geográfico", in *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*, Ourém, Câmara Municipal, 2006.

GUIMARÃES, José Vieira, *As Águas do Agroal*, Lisboa, Oficinas Fernandes, 1932.

MORAES, Paulo de, *Inquérito Agrícola. Estudo Geral da Economia Rural da 7.ª Região Agronómica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

NEVES, Ana Saraiva, *Memórias Etnográficas do Concelho de Ourém*, Ourém, Câmara Municipal, 2001.

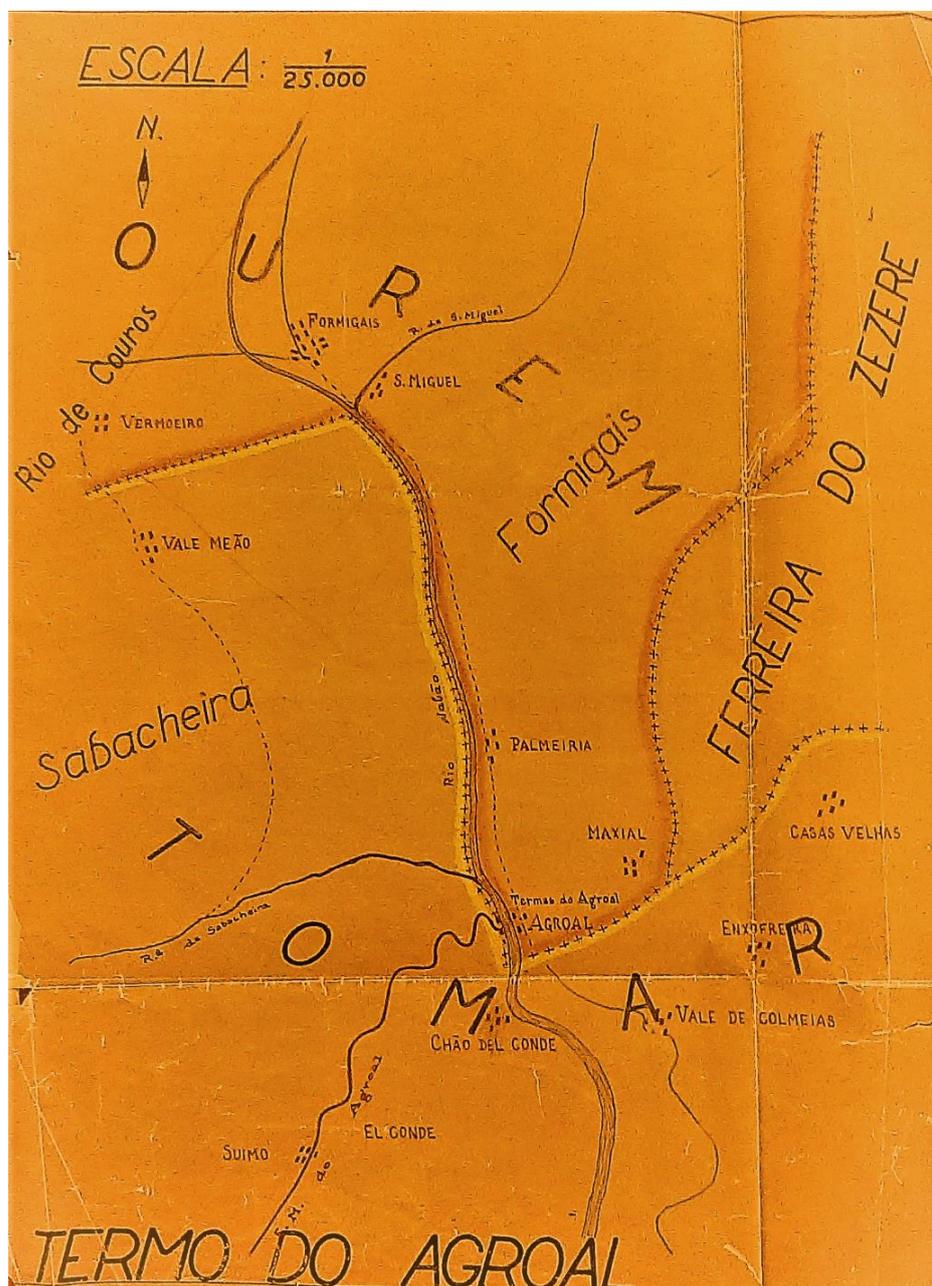
NEVES, José Poças das, *Vila Nova de Ourém na Primeira República: o conflito político-religioso, Apêndice*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2003. Dissertação de Mestrado em História Local.

NEVES, José Poças das, *A Fátima nos inícios do século XX: a Freguesia de Fátima (1900-1917)*, Fátima, Rotary Club, 2005.

OLIVEIRA, Fábio Emanuel, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea.

Anexo 1 – Termo do Agroal

Fonte: ANTT, Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Correspondência recebida, 2.^a Repartição, Maço 1113, NT: 1840.



A evolução do conceito de anticomunismo a partir da análise da imprensa católica da ditadura e do processo revolucionário (1958-1974)

Patrícia Freitas (FLUP)

Resumo

Este trabalho pretende analisar alguns aspetos referentes à evolução do conceito de anticomunismo, uma das principais ideias políticas consolidadas durante o regime do Estado Novo, mas também durante o processo revolucionário português. Para tal, desenvolvemos um estudo de caso, tendo como fonte principal um semanário católico e regionalista da Diocese de Viseu, o *Jornal da Beira*. Através da sua leitura e interpretação, observou-se que alguns dos argumentos mobilizados pela Igreja Católica para condenar o comunismo durante a ditadura transitaram para o ambiente político-ideológico nascido da Revolução. Apesar disso, verificou-se também que, em virtude da mudança de regime político e das transformações que estavam a ocorrer no seio da sociedade portuguesa, alguns elementos novos foram introduzidos no discurso da Igreja. Do ponto de vista teórico, este trabalho utiliza algumas ferramentas analíticas provenientes do quadro conceptual desenhado por Reinhart Koselleck, a propósito da história dos conceitos. Uma das principais conclusões deste trabalho aponta no sentido de ser possível sistematizar a evolução do conceito de anticomunismo, identificando as suas principais características ao longo de cada contexto histórico.

Palavras-chave: Anticomunismo; Igreja Católica; imprensa; revolução.

Abstract

This paper aims to analyse some aspects of the evolution of the concept of anti-communism, one of the main political ideas consolidated during the Estado Novo regime, but also during the portuguese revolutionary process. To this end, we developed a case study, using a catholic and regionalist weekly newspaper from the

Diocese of Viseu, *Jornal da Beira*, as our main source. Through its reading and interpretation, it was observed that some of the arguments mobilized by the Catholic Church to condemn communism during the dictatorship carried over into the political-ideological environment born of the Revolution. Despite this, it was also noted that, due to the change of political regime and the transformations that were taking place within portuguese society, some new elements were introduced into the Church's discourse. From a theoretical point of view, this work uses some analytical tools from the conceptual framework designed by Reinhart Koselleck, regarding the history of concepts. One of the main conclusions of this work is that it is possible to systematize the evolution of the concept of anti-communism, identifying its main characteristics throughout each historical context.

Key words: Anti-communism; Catholic Church; press; revolution.

Introdução

O propósito deste texto é apresentar alguns aspetos sobre a ideia de anticomunismo, à luz da proposta teórica desenvolvida por Reinhart Koselleck. Pretende-se, assim, verificar se o anticomunismo «reúne em si a diversidade da experiência histórica»²⁵⁷ que lhe possibilite a ascensão à categoria de conceito. Simultaneamente, considera-se relevante uma aproximação às interpretações que têm sido feitas sobre o fenómeno anticomunista, que serão desenvolvidas mais à frente. Por outro lado, as fronteiras espaciais e cronológicas da presente análise podem apresentar algumas limitações que só seriam ultrapassadas num estudo de dimensão mais alargada. Neste trabalho, procurar-se-á fazer uma análise comparativa entre dois contextos históricos distintos, identificando continuidades ou descontinuidades na mobilização de elementos que estão associados ao anticomunismo. O objetivo não é – porque aqui não cabe – construir uma história do

²⁵⁷ Reinhart KOSELLECK, *Futuro e passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2006, 109.

conceito, mas sim pensar sobre possibilidades de problematizar uma ideia que, quanto à sua definição, é igualmente flexível.

Tendo em consideração que a nossa questão central se prende com o estudo do anticomunismo católico português, optou-se por colocar em diálogo as edições do *Jornal da Beira*, semanário católico e regionalista da Diocese de Viseu, correspondentes aos anos de 1958 e 1975. Esta opção justifica-se tendo como critério a alteração significativa que se dá ao nível das estruturas político-sociais, económicas e culturais introduzidas pela rutura revolucionária de 1974, ainda que o ano de 1958 esteja inserido num período cujo regime era assumidamente anticomunista e que contestava «il bolscevismo distruttore»²⁵⁸. Uma das características comuns aos dois contextos históricos em análise é a pertença a uma dinâmica mais global de confronto entre ideias e projetos políticos e económicos, um «mundo controlado pelas superpotências em dois campos marcadamente divididos»²⁵⁹. Alguns autores defendem que a década de 1950, fruto de uma reorganização internacional, propiciou «efforts to create new forms of anti-communist alliance»²⁶⁰.

Seguidamente, exporemos alguma produção bibliográfica que será útil ao desenvolvimento e consolidação do nosso argumento. Como se afirmou inicialmente, as interpretações que têm sido feitas sobre o anticomunismo são relevantes para qualquer incursão que se faça nesta temática. Relativamente à historiografia portuguesa, é possível afirmar que trabalhos sobre o anticomunismo são praticamente inexistentes. Contra essa corrente, destaca-se a entrada presente no *Dicionário dos Antis: A Cultura Portuguesa em Negativo*, que aponta o movimento comunista «não como adversário a tolerar mas como inimigo a abater»²⁶¹, assumindo características particulares na História Política do século XX, e salientando o estatuto

²⁵⁸ Maria Manuela TAVARES RIBEIRO, “Salazar e la sua ideia d’Europa: anticomunista e antidemocrática”, In *Memoria d’Europa: Riflessione su dittature, autoritarismo, bonapartismo e svolte democratiche*, Milano, Temi di Storia, 2012, 40.

²⁵⁹ Eric HOBBSBAWM, *A Era dos Extremos*, Editorial Presença, 1996, 236.

²⁶⁰ Luc van DONGEN, Stéphanie Roulin, Giles Soctt-Smith (eds.), *Transnational anti-communism and the cold war: agents, activities and networks*, New York, Palgrave Macmillan, 2014, 131.

²⁶¹ Miguel REAL, “Anticomunismo”, In *Dicionário dos Antis: A Cultura Portuguesa em Negativo Volume I*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2019, 405.

do Partido Comunista Português (PCP) ou da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como principais inimigos da estrutura tradicional da nação.

Embora o anticomunismo português não tenha sido, até agora, alvo de muito interesse por parte da historiografia²⁶², a sua dimensão internacional e transnacional não pode ser menosprezada. Referimo-nos à obra *Contemporary Anti-Communism: Policy and Ideology*, pensada e escrita por um conjunto de académicos da URSS e da RDA (República Democrática Alemã). É um estudo onde se traça um perfil do anticomunismo e da sua evolução ao longo do tempo, sendo considerado como «imperialism's ideology and policy directed against socialism, the revolutionary working-class movement and all other democratic forces»²⁶³. Igualmente pertinente é a obra *Transnational anti-communism and the cold war: agents, activities and networks*, sobretudo o capítulo dedicado às «Christian Networks»²⁶⁴. Partindo de uma perspetiva transnacional, este trabalho dedica-se ao estudo do fenómeno anticomunista durante a Guerra Fria, contribuindo para demonstrar a existência de vastas estruturas de coordenação internacionais para a disseminação do anticomunismo.

Assume-se, no entanto, como ponto de partida central, a abordagem que consta no *Dicionário de Política*, segundo a qual o anticomunismo é um «fenómeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico»²⁶⁵. É uma definição importante, porque não despreza a explicação do contexto histórico. Ainda que não lhe dedique uma entrada completa, esta definição

²⁶² Destacam-se, contudo, dois trabalhos que, não abordando a questão de forma sistemática, podem ajudar a compreender como se desenvolveu o anticomunismo durante o Estado Novo. Cf. Telmo Daniel FARIA, "O comunismo: um anátema estado-novista", *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995, pp. 229-161; Cristiana Lucas SILVA, "A estereotipia como barreira: o caso do anticomunismo no Estado Novo" in *Las identidades analizadas através de las segregaciones histórico-culturales*, Madrid, Dakynson S. L, 2023.

²⁶³ F. RYZHENKO, O. REINHOLD, *Contemporary Anti-Communism: Policy and Ideology*, Moscow, Progress Publishers, 1976, 7.

²⁶⁴ Luc van DONGEN, Stéphanie Roulin, Giles Soctt-Smith (eds.), *Transnational anti-communism and the cold war: agents, activities and networks*, 131.

²⁶⁵ Luciano BONET, "Anticomunismo" In *Dicionário de Política*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986, 34.

de anticomunismo comporta um aspeto fundamental que será visível na análise dos jornais, que é a dimensão do anti-sovietismo.

Esta investigação tem como suporte principal a imprensa católica, tornando-se necessária a leitura de estudos que abordem, sob várias perspetivas, a ação da Igreja nos dois contextos em análise. No campo de estudos sobre o Estado Novo, destaca-se o trabalho de Fernando Rosas, nomeadamente a obra *Salazar e o Poder: a Arte de Saber Durar*, que considera a Igreja Católica como um agente central na «legitimação ideológica e moral do regime»²⁶⁶. Relativamente ao contexto do processo revolucionário, a bibliografia existente é igualmente vasta. Destacamos os trabalhos de Manuel Braga da Cruz²⁶⁷ e Luís Salgado de Matos²⁶⁸, sendo que ambos consideram que a hierarquia católica adotou uma posição pacificadora e de apelo à reconciliação nacional.

«Inimigos? Só se forem os comunistas»

A imagem que a Igreja constrói de si própria depende, em grande parte, da perceção que tem em relação a todos os que não se enquadram nos seus padrões de conduta. Nesse sentido, o processo através do qual se fundamenta um discurso tendencialmente anticomunista, transversal a dois contextos históricos distintos, pode estar relacionado com o facto de a Igreja ter a necessidade de fabricar uma entidade em tudo oposta aos seus valores, de forma a legitimar o seu *modus vivendi* perante um público relativamente extenso:

“Ter um inimigo é importante, não apenas para definir a nossa identidade, mas também para arranjar-mos um obstáculo em relação ao qual seja medido o nosso sistema de valores, e para

²⁶⁶ Fernando ROSAS, *Salazar e o Poder: a Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2021, 258.

²⁶⁷ Manuel Braga da CRUZ, “A Igreja na transição democrática”, *Lusitânia Sacra*, 1996, pp. 519-536.

²⁶⁸ Luís Salgado de MATOS, “A Igreja na revolução em Portugal (1974-1982)”, In *O país em revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001.

mostrar, no afrontá-lo, o nosso valor. Portanto, quando o inimigo não existe, há que construí-lo”²⁶⁹

Interessa-nos compreender, assim, a dinâmica de progressão, ainda que com diversas nuances, do discurso veiculado pela imprensa católica. Partindo desta ideia, admite-se a possibilidade de problematizar a construção do outro, que represente uma ameaça, real ou não, mas inserida numa dinâmica de «essência mental dramática da postulação do outro»²⁷⁰. Mais uma vez, o diálogo entre os dois contextos em análise será útil para compreender de que forma se vai fabricando essa ideia. Convocando a metodologia de Koselleck, a «retrospectiva diacrónica»²⁷¹ permite-nos identificar, no discurso da imprensa, a conservação da categoria geral de inimigos, mas vale a pena salientar as peculiaridades de cada contexto.

Relativamente à ditadura, é possível afirmar que o «sentimento anticomunista atravessa tutta l’esistenza di Salazar»²⁷². Mas até que ponto a Igreja acompanhava e legitimava este sentimento? Como Salazar se referia ao «bolchevismo distruttore», também a imprensa católica condenava os «profetas do bolchevismo»²⁷³, vinculando-os ao imaginário do caos e da desordem das lutas de classes e à necessária concretização da «violência das revoluções políticas»²⁷⁴. No entanto, a forma mais simples de conceber um oposto era classificá-lo como «inimigo tirânico e sanguinário»²⁷⁵ e justificar essa catalogação com, por um lado, as políticas opressoras dos regimes comunistas e, por outro, com a «orientação violentamente anti-religiosa, anti-democrática, da acção dos Partidos Comunistas»²⁷⁶.

²⁶⁹ Umberto ECO, *Construir o Inimigo e outros escritos ocasionais*, Lisboa, Gradiva, 2011, 12.

²⁷⁰ Miguel REAL, “Anticomunismo”, 405.

²⁷¹ Reinhart KOSELLECK, *Ob. Cit.*, 115.

²⁷² Maria Manuela TAVARES RIBEIRO, *Ob. Cit.*, 39.

²⁷³ “Memórias tenebrosas”, *Jornal da Beira*, 8 de agosto de 1958, nº 1953, p. 4.

²⁷⁴ Leão III, em «Rerum Novarum». “Doutrina social”, *Jornal da Beira*, 24 de outubro de 1958, nº 1964, p. 1.

²⁷⁵ “Ecos e factos: um idealista?”, *Jornal da Beira*, 14 de fevereiro de 1958, nº 1928, p. 6.

²⁷⁶ “Ecos e factos: nada de novo na União Soviética”, *Jornal da Beira*, 3 de abril de 1958, nº 1935, p. 8.

É possível enquadrar, no conceito geral de inimigos, outras formas de representar o outro. Referências aos «bândidos»²⁷⁷ e aos «estrangeiros e degenerados»²⁷⁸ são acompanhadas pelas explicações de tal caracterização: os bândidos estariam a contribuir para a penetração das ideias comunistas no pensamento da juventude, enquanto os degenerados atuavam, de forma subversiva, ao serviço de alguma entidade estrangeira.

Os comunistas eram responsáveis pela disseminação de um perigo universal, em tudo contrário à fé cristã, afirmando-se que «ou os povos fortalecem o seu catolicismo, ou caem nas mãos do marxismo»²⁷⁹. O contexto em que é imposta esta dicotomia, rigorosa e aparentemente insuperável, assiste ao surgimento de novas formas de interpretação do cristianismo, em particular a partir de um movimento de renovação interna da própria Igreja, sobretudo na América Latina. Referimo-nos à Teologia da Libertação, que «não resultou de qualquer conspiração, estratégia, tática, infiltração ou manobra dos comunistas, marxistas, gramscianos ou leninistas»²⁸⁰, mas sim dessa evolução da Igreja. No entanto, a hierarquia católica portuguesa revela uma tendência de continuidade na condenação desta teologia «nova», pelo que, ao longo de 1975, mantém no seu discurso um tom de repúdio em relação aos «cristãos ateus», igualmente inimigos, para quem «Cristo foi apenas um operário revolucionário, precursor de Marx e Lenine»²⁸¹.

A imprensa do processo revolucionário foi, assim, um espaço de combate contra este *inimigo intemporal*. Neste caso, o comunismo permanece como o alvo a abater e, naturalmente, os comunistas, são satirizados como «românticos ultra-utópicos ou insinceros»²⁸². O processo revolucionário, marcado pelo anticomunismo de «inaudita vibração popular no Norte e Centro de Portugal»²⁸³, aparenta ser um terreno fértil

²⁷⁷ “Amanhã será tarde...”, *Jornal da Beira*, 7 de fevereiro de 1958, nº 1927, p. 1.

²⁷⁸ “Ecos e factos: força ou audácia?”, *Jornal da Beira*, 1 de maio de 1958, nº 1939, p. 6.

²⁷⁹ “Ecos e factos: o calcanhar de Aquiles”, *Jornal da Beira*, 16 de maio de 1958, nº 1941, p. 6.

²⁸⁰ Michael LÖWY, “Marxismo e Cristianismo na América Latina”, *Lua Nova*, 1989, 19, São Paulo, 7.

²⁸¹ “Certos teólogos bebem na fonte de Marx”, *Jornal da Beira*, 14 de novembro de 1975, nº 2852, p. 1.

²⁸² “Clarificação necessária”, *Jornal da Beira*, 24 de outubro de 1975, nº 2849, p. 4.

²⁸³ Miguel REAL, *Ob. Cit.*, 407.

para a difusão da retórica segundo a qual era urgente combater «os inimigos do processo de democratização»²⁸⁴. O paradoxo desta afirmação reside no facto de a Igreja considerar, por outro lado, que os seus inimigos são «minorias desacreditadas»²⁸⁵, indivíduos inseridos em grupos que dificilmente seriam mandatados para dirigir o país.

Como se pode observar, os contextos em análise apresentam algumas similitudes e continuidades. Ambos encaram o outro, nomeadamente os comunistas, como a representação de uma caótica organização social, sem espaço para as crenças religiosas, necessariamente propensos à violência. Passam, por isso, de «obreiros da desordem e da subversão social»²⁸⁶ para «técnicos da subversão»²⁸⁷, apesar de, em 1975, já se associar estes indivíduos a «um certo partido»²⁸⁸.

No entanto, convém salientar que, apesar da mudança de regime, o discurso deste jornal mantém idênticas algumas ideias que antes defendera. Um dos problemas que se acentua é o da “identidade da Pátria Portuguesa”²⁸⁹, que estaria em perigo por causa da influência do PCP. Tal como se verificava no Estado Novo, onde o comunismo era encarado como “um inimigo da sociedade, um inimigo da Pátria”²⁹⁰.

A desconstrução do «paraíso dos proletários»

O comunismo internacional também foi alvo de escrutínio por parte da imprensa católica. A política dos países comunistas foi sendo interpretada como «previsivelmente monolítica»²⁹¹ a partir de 1958, com o início do processo de

²⁸⁴ “Um minuto... pacífico”, *Jornal da Beira*, 21 de março de 1975, nº 2819, p. 4.

²⁸⁵ “5º Governo Provisório”, *Jornal da Beira*, 15 de agosto de 1975, nº 2839, p. 1.

²⁸⁶ “Ecos e factos: ligar-se ao inimigo para o destruir”, *Jornal da Beira*, 13 de junho de 1958, nº 1945, p. 6.

²⁸⁷ “Os clamores aumentam”, *Jornal da Beira*, 12 de dezembro de 1975, nº 2856, p. 1.

²⁸⁸ “Por uma informação não monopolizada”, *Jornal da Beira*, 11 de julho de 1975, nº 2835, p. 1.

²⁸⁹ “Atentos, serenos e... responsáveis”, *Jornal da Beira*, 21 de junho de 1974, nº 2780, p. 3.

²⁹⁰ Telmo Daniel FÁRIA, “O comunismo: um anátema estado-novista”, *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995, 230.

²⁹¹ Eric HOBSBAWM, *Ob. Cit.*, 238.

desestalinização da União Soviética. A mudança não foi suficiente para que se operasse uma viragem na condenação do comunismo. Pelo contrário, alguns autores consideram que essa normalização da mundividência soviética «would lead to a decline in the sense of danger that communism continued to pose to Western democratic societies»²⁹².

Neste contexto, o «paraíso dos proletários» era encarado como uma «coligação de forças materiais e morais de feição anti-ocidental»²⁹³ que colocava em risco a dimensão cristã da «civilização ocidental». A propósito desta argumentação, vale a pena recordar que, no seio da hierarquia católica, alguns teólogos pronunciaram-se sobre o carácter cristão da igualmente questionável civilização ocidental. Paul-Eugène Charbonneau afirmava categoricamente que «de cristãos, o Ocidente e a sua civilização não possuem mais que o nome»²⁹⁴, sobretudo nos «últimos refúgios do fascismo que são a Espanha e Portugal»²⁹⁵. Ora, sem nunca se ter pronunciado muito sobre as características da ditadura, pelo menos até ao momento em que alguns setores da Igreja começaram a questionar o colonialismo português, admitindo até que «sofreu com os seus defeitos, e procurou contribuir para os minorar»²⁹⁶, a hierarquia católica adota uma postura ofensiva em relação à suposta ameaça soviética. A partir de 1957, depois da criação do Comité Internacional de Defesa da Civilização Cristã, uma organização transnacional cujo principal objetivo era agregar em torno de si «anti-communist forces in Western Europe in the period after the war»²⁹⁷, a organização manteve contactos com membros em Portugal, sendo que, em 1966, Salazar recebe, em Lisboa, os chefes das delegações ao VI Congresso do Comité²⁹⁸.

²⁹² Luc van DONGEN, Stéphanie ROULIN, Giles SOCTT-SMITH (eds.), *Ob. Cit.*, 132.

²⁹³ “Na vanguarda das iniciativas”, *Jornal da Beira*, 3 de janeiro de 1958, nº 1922, p. 6.

²⁹⁴ Paul-Eugène CHARBONNEAU, *Cristianismo, Sociedade e Revolução*, São Paulo, Editora Herder, 1967, 19.

²⁹⁵ Paul-Eugène CHARBONNEAU, *Ob. Cit.*, 18.

²⁹⁶ Manuel Braga da CRUZ, *Ob. Cit.*, 525.

²⁹⁷ Luc van DONGEN, Stéphanie ROULIN, Giles SOCTT-SMITH (eds.), *Ob. Cit.*, 251.

²⁹⁸ “Comité Internacional para a Defesa da Civilização Cristã”, in *RTP Arquivos*, 1966. Acedido em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/comite-internacional-para-a-defesa-da-civilizacao-crista-2/>, a 21/08/2024, às 15h47.

O grande centro do «socialismo real»²⁹⁹, como lhe chama Hobsbawm, era também o polo emissor dos mais cruéis «colonialismo» e «imperialismo» moscovitas que subjogavam aos seus interesses os povos «oprimidos sob a mais desumana tirania»³⁰⁰. O ambiente de opressão e tirania descrito pela imprensa, transversal a todos os países comunistas (ou socialistas), tinha como principal protagonista Nikita Krushev, visto como um seguidor de Estaline. Em 1958, considerava-se que o comunismo «permanece na classificação que lhe deu a História, tenciona continuar o seu caminho com o mesmo aspecto ameaçador»³⁰¹. Um dos exemplos que ilustrava o ímpeto colonialista e imperialista da URSS era a Hungria, onde «não há comunistas, há escravos e tiranos»³⁰².

No contexto do processo revolucionário, prossegue-se pelo caminho da leitura do comunismo como um fenómeno produtor de «sociedades totalitárias e violentas»³⁰³, doravante com a possibilidade de Portugal se tornar uma sociedade com esses traços. Uma das advertências da Igreja era no sentido de alertar para os perigos das «orientações da dinamização cultural, propondo como modelo os regimes comunistas»³⁰⁴.

No que diz respeito às relações entre Portugal e o bloco comunista, o processo revolucionário pode ser um campo especialmente fértil, ainda que pouco explorado pela historiografia. No entanto, foi uma das dimensões mais trabalhadas pela imprensa, não só para rejeitar qualquer tentativa de ingerência externa, como também para transmitir aos leitores um conjunto de ideias sobre os países comunistas. Sem dúvida que essas «sociedades totalitárias e violentas» eram apresentadas como modelos reprováveis, opostos ao ideal democrático, liberal e progressista da «civilização cristã ocidental». A desconstrução do «paraíso dos proletários», em 1975, está relacionada, sobretudo, com o carácter quase dogmático

²⁹⁹ Eric HOBBSBAWM, *Ob. Cit.*, 365.

³⁰⁰ “Ecos e factos: o poder de certas palavras”, *Jornal da Beira*, 10 de janeiro de 1958, nº 1923, p. 8.

³⁰¹ “Ecos e factos: nada de novo na União Soviética”, *Jornal da Beira*, 3 de abril de 1958, nº 1935, p. 8.

³⁰² Sem título, *Jornal da Beira*, 21 de novembro de 1958, nº 1968, p. 6.

³⁰³ “Caminhos certos e seguros”, *Jornal da Beira*, 31 de janeiro de 1975, nº 2812, p. 4.

³⁰⁴ Manuel Braga da CRUZ, *Ob. Cit.*, 528.

que o auxílio soviético ao PCP assume no discurso da imprensa, demonstrando o seu posicionamento ideológico ao ignorar outros fluxos de comunicação e redes de cooperação que se estabeleciam entre Portugal e países do bloco capitalista.

Note-se que a URSS permanece como um dos temas centrais da imprensa nos dois contextos em análise. A mobilização deste tipo de retórica pode estar relacionada com aquilo a que alguns autores definem como mecanismos sociopsicológicos de difusão do anticomunismo. Isto significa que existe um conjunto de ideias, símbolos, descrições que, ao longo do tempo, se vão enraizando no entendimento coletivo, ou seja, «the stereotype settles in the human memory and is, in the long run, shared by many people as an emotional sensation»³⁰⁵. Simultaneamente à narração da vida religiosa na União Soviética, processo no qual se arquitetam um conjunto de *lugares-comuns*, como as perseguições, a ausência de liberdade, a morte até, vai-se construindo também um consenso em torno das representações do dia-a-dia da população dos países comunistas. De acordo com uma interpretação semelhante, o estereótipo acomoda-se continuamente através de mecanismos específicos:

The picture of the Soviet Union and of the Soviet people which is conjured up in the minds of people in capitalist societies is formed by a continual presentation of interpretations about it, depicting its life, its institutions, its morality, its intentions. These interpretations enter the consciousness of people through the written and spoken word, via newspapers and journals, radio and television, videos and films, novels and textbooks³⁰⁶.

De acordo com a proposta teórica que adotámos para este trabalho, problematizar um conceito significa que ele deve ser sujeito à «obrigatoriedade de

³⁰⁵ F. RYZHENKO, O. REINHOLD, *Ob. Cit.*, 305.

³⁰⁶ Vic ALLEN, *The Russians Are Coming: The Politics of Anti-Sovietism*, The Moor Press, 1984.

confrontar e medir permanência e alteração»³⁰⁷. Nesse sentido, paralelamente às semelhanças que já foram registadas, a componente da mudança também está presente no discurso, motivada, essencialmente, pelas transformações que ocorrem no plano económico e político.

Em 1975, a construção da «via portuguesa para o socialismo» era um objetivo comum às principais forças partidárias, tendo em consideração as linhas programáticas dos partidos. No entanto, as questões de organização laboral e sindical não reuniram um consenso tão amplo. Um dos conflitos mais marcantes girou em torno da unicidade sindical, defendida pelo PCP, que propunha que os sindicatos existentes se agrupassem numa única frente de luta unitária. Ora, a hierarquia católica não se abstém de afirmar a sua posição em relação a esta ideia, através da reprodução, num primeiro momento, do discurso do então Ministro da Justiça, Salgado Zenha, onde considera inconstitucional a imposição de uma confederação sindical única. Os argumentos que mobiliza para justificar a sua opção enquadram-se na tarefa que incumbia a Igreja de desconstruir o «paraíso dos proletários»:

Na Inglaterra, na Alemanha e na Suécia há apenas praticamente uma confederação sindical. Mas isso resulta da vontade dos trabalhadores. Na União Soviética, também só há uma única confederação sindical. Mas isso resulta de razões políticas, porque aí os sindicatos têm uma função parapartidária: visam unir os operários “em volta do partido”. E como só há um partido, daí que haja apenas também uma só confederação sindical³⁰⁸.

Consideramos que esta argumentação, embora resulte de uma justificação político-ideológica para a negação da concretização da unicidade sindical, demonstra

³⁰⁷ Reinhart KOSELLECK, *Ob. Cit.*, 115.

³⁰⁸ “Unidade sindical ou medo da liberdade?”, *Jornal da Beira*, 17 de janeiro de 1975, nº 2810, p. 5.

uma absoluta convergência com as posições da Igreja. O elemento novo deste discurso é a abordagem de uma questão que, no contexto da ditadura, não era sequer objeto de discussão, devido à política de «repressão e aniquilamento de organizações políticas e sindicais do operariado»³⁰⁹. Como afirma Vic Allen, «the history of the attitudes of Western trade unions towards the Soviet Union varies between countries»³¹⁰. Neste caso, a interpretação do sindicalismo soviético apenas como um fator de agregação dos operários «em torno do partido» demonstra, por um lado, o desconhecimento do papel do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e, por outro, a possibilidade de o movimento sindical português vir a adotar uma posição onde «they are collaborating with capitalism and weakening their own positions in class struggle» [estariam a colaborar com o capitalismo e a enfraquecer as suas próprias posições na luta de classes.]³¹¹.

De resto, a caracterização do «paraíso dos proletários» insere-se na dinâmica de construção do inimigo que foi abordada anteriormente. No decorrer do processo revolucionário, a Igreja promovia a ideia segundo a qual os «abusos da liberdade, oportunismos, demagogia, vinganças ou mesmo perseguições»³¹² tinham que ser ultrapassados, imprimindo à Revolução uma dimensão quase patológica, muito semelhante ao modo de vida dos «regimes totalitários comunistas do Leste europeu»³¹³.

Considerações finais

Em primeiro lugar, convém esclarecer que, à luz de uma perspetiva que privilegia o movimento de renovação da História Política e as novas abordagens em torno do conceito de poder, o discurso difundido na imprensa católica, nos dois contextos em análise, representa uma possibilidade de se «tornar objeto ou veículo

³⁰⁹ Fernando ROSAS, *Ob. Cit.*, 290.

³¹⁰ Vic ALLEN, *Ob. Cit.*, 308.

³¹¹ Vic ALLEN, *Ob. Cit.*, 309.

³¹² Manuel Braga da CRUZ, *Ob. Cit.*, 525.

³¹³ “Ainda é possível construir, em liberdade e em paz, uma ordem social adequada aos reais interesses do Povo português”, *Jornal da Beira*, 20 de junho de 1975, nº 2832, p. 5.

da política»³¹⁴. Nesse sentido, uma das principais conclusões deste trabalho remete para a possibilidade de, futuramente, se pensar sobre uma história do conceito de anticomunismo. Tendo sido um dos pilares ideológicos da ditadura, foi também uma parte integrante da retórica da Igreja para justificar a necessidade de proteção da «civilização cristã ocidental». Mais tarde, o anticomunismo permanece como ideia e prática durante o processo revolucionário, preservando semelhanças e introduzindo alguns elementos novos. Ainda assim, concordamos com a ideia segundo a qual o anticomunismo é, generalizadamente, o «movimento político e social que tende à repressão e esmagamento do comunismo»³¹⁵. Compreende-se, assim, que a construção do inimigo é um processo discursivamente trabalhado, sendo possível identificar continuidades e descontinuidades na caracterização do outro. O processo metodológico de Reinhart Koselleck associado à história dos conceitos permite, no nosso caso, demonstrar a pertinência daquilo a que chama de «economia de repetição»³¹⁶. O conceito de anticomunismo, em nosso entender, tem potencial para ser portador dessa capacidade de criar uma estrutura que lhe confere suporte enquanto prática ideológica, não só pela sensação de uma certa regularidade no campo lexical, mas também por causa do objetivo subjacente à difusão dessa retórica: mais do que a defesa, o combate contra o comunismo.

Um dos desafios que se coloca à escrita da história do conceito de anticomunismo está relacionado com a necessidade da existência de «uma teoria sem a qual seja impossível compreender, no mesmo tempo, convergências e divergências»³¹⁷, de modo a verificar as permeabilidades do conceito do passado no presente. Foi esse objetivo que, de forma muito preliminar, se tentou aqui alcançar, ao verificar que ideias e práticas discursivas fizeram parte do imaginário da Igreja Católica ao longo do tempo, com permanências e mutabilidades. Para se chegar a um resultado mais abrangente do ponto de vista das suas posições, seria necessário trabalhar com outras fontes, além da imprensa. Esta constitui uma das limitações

³¹⁴ Réne RÉMOND, "Do político", In *Por uma História Política*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, 442.

³¹⁵ Miguel REAL, *Ob. Cit.*, 405.

³¹⁶ Reinhart KOSELLECK, *Ob. Cit.*, 116.

³¹⁷ Reinhart KOSELLECK, *Ob. Cit.*, 117.

deste trabalho, na medida em que apenas se analisa um jornal diocesano. Apesar da dimensão limitada desta análise, existem também alguns aspetos positivos. O *Jornal da Beira*, sendo um jornal de carácter diocesano, estava associado à defesa de um projeto ideológico específico, subscrito pela maioria da hierarquia católica, em ambos os períodos que foram analisados. E, embora não sejam exatos os dados relativamente ao alcance da sua leitura, defende-se que “a grande força eclesial na imprensa estava, porém, nos semanários diocesanos, que desfrutavam de muita leitura e prestígio”³¹⁸. Do ponto de vista da eficácia na transmissão da mensagem, o *Jornal da Beira* assume, assim, uma particular relevância, atendendo ao contexto e à realidade local, sobretudo se considerarmos que era um jornal amplamente lido pela população.

De resto, o discurso anticomunista faz parte de um movimento muito mais amplo que se insere na dinâmica das disputas políticas e ideológicas do século XX. No caso português, os contextos em que ele se concretiza são um fator fundamental para compreender o seu alcance. Ainda que o anticomunismo se manifeste, durante a ditadura, como uma prática de repressão política, e no processo revolucionário como um movimento de oposição a toda a mundividência comunista, concertado entre forças políticas e apoio popular, a dimensão ideológica e doutrinária não deve ser desprezada, se o objetivo for a concretização de uma história do conceito.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Jornal da Beira

“Comité Internacional para a Defesa da Civilização Cristã”, in *RTP Arquivos*, 1966.

³¹⁸ Luís Salgado de MATOS, *Ob. Cit.*, 66.

Bibliografia

ALLEN, Vic, *The Russians are Coming: The Politics of Anti-Sovietism*, The Moor Press, 1984.

BONET, Luciano, "Anticomunismo", In *Dicionário de Política*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

CRUZ, Manuel Braga da, "A Igreja na transição democrática", *Lusitânia Sacra*, 1996, pp. 519-536.

CHARBONNEAU, Paul-Eugène, *Cristianismo, Sociedade e Revolução*, São Paulo, Editora Herder, 1967.

DONGEN, Luc van; ROULIN, Stéphanie; SCOTT-SMITH, Giles (eds.), *Transnational anti-communism and the cold war: agents, activities and networks*, New York, Palgrave Macmillan, 2014.

ECO, Umberto, *Construir o Inimigo e outros escritos ocasionais*, Lisboa, Gradiva, 2011.

FARIA, Telmo Daniel, "O comunismo: um anátema estado-novista", *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995, pp. 229-161.

HOBBSAWM, Eric, *A Era dos Extremos*, Editorial Presença, 1996.

KOSELLECK, Reinhart, *Futuro e passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2006.

LÖWY, Michael, "Marxismo e Cristianismo na América Latina", *Lua Nova*, 1989, 19, São Paulo, 5-21.

MATOS, Luís Salgado de, "A Igreja na revolução em Portugal (1974-1982)", In *O país em revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001, pp. 63-131.

REAL, Miguel, "Anticomunismo", *Dicionário dos Antis: A Cultura Portuguesa em Negativo Volume I*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2019.

RÉMOND, Réne, "Do político", In *Por uma História Política*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, pp. 441-450.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "Salazar e la sua ideia d'Europa: anticomunista e antidemocrática", In *Memoria d'Europa: Riflessione su dittature, autoritarismo, bonapartismo e svolte democratiche*, Milano, Temi di Storia, 2012, pp. 37-52.

ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: a Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2021.

RYZHENKO, F.; REINHOLD, O., *Contemporary Anti-Communism: Policy and Ideology*, Moscow, Progress Publishers, 1976.

SILVA, Cristiana Lucas, "A estereotipia como barreira: o caso do anticomunismo no Estado Novo". In *Las identidades analizadas através de las segregaciones histórico-culturales*, Madrid, Dakynson S. L, 2023.

Feminismo, história das mulheres e trabalho

O impacto da investigação sobre a condição feminina na Lourinhã, Oeste rural português na transição do século XIX/XX na História Local

Sofia Pina (HTC – NOVA FCSH / CFE-UC)

Resumo

A história local é fundamental para compreendermos a identidade, os valores e as dinâmicas de uma comunidade, resgata memórias, tradições, eventos que moldaram a sua trajectória ao longo do tempo.

Ao reconhecer o passado, é possível fortalecer o sentido de pertença, preservar o património cultural e compreender melhor os desafios e transformações que influenciam o presente e o futuro da sociedade. Este artigo insere-se numa investigação mais ampla, o estudo sobre a condição feminina na Lourinhã, no oeste rural português, na transição do século XIX para o XX, desenvolvida no âmbito da tese de doutoramento, permitindo reavaliar a forma como estas mulheres eram representadas e compreender o seu papel essencial na sustentabilidade das comunidades rurais.

A partir desta análise, pretende-se não só dar visibilidade às suas experiências e contribuições, como também enriquecer o debate sobre a importância do trabalho feminino na construção e manutenção dessas comunidades. Visa-se igualmente destacar o papel desconhecido das mulheres na economia e na sociedade, assumindo lacunas e omissões nas narrativas históricas. Nesta perspectiva, a investigação permite reavaliar a forma como estas mulheres foram sub-representadas e como contribuíram para a sustentabilidade das comunidades rurais, acrescentando evidências sobre a importância da educação e do reconhecimento das contribuições femininas na história local, promovendo uma visão mais inclusiva e equilibrada, além de destacar a relação entre a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de género no meio rural.

Palavras-chave: História das Mulheres, História Rural, História Local, Oeste português contemporâneo, Lourinhã

Abstract

Local history is fundamental to understanding the identity, values and dynamics of a community, as it rescues memories, traditions and events that shaped its trajectory over time.

By recognizing the past, it is possible to strengthen the sense of belonging, preserve cultural heritage and better understand the challenges and transformations that influence the present and future of society.

This article is part of a broader investigation, The study on the female condition in Lourinhã, in the rural west of Portugal, in the transition from the 19th to the 20th century, developed as part of the doctoral thesis, allowing us to reevaluate the way in which these women were represented and understand their essential role in the sustainability of rural communities.

Based on this analysis, the aim is not only to give visibility to their experiences and contributions, but also to enrich the debate on the importance of female work in the construction and maintenance of these communities.

It also aims to highlight the unknown role of women in the economy and society, assuming gaps and omissions in historical narratives.

In this sense, this research allows us to reevaluate the way in which these women were represented and how they contributed to the sustainability of rural communities. This research aims to add evidence to the importance of education and the recognition of female contributions to local history, promoting a more inclusive and balanced vision.

Keywords: Women's History, Rural History, Local History, Contemporary Portuguese West, Lourinhã



Figura 1 : Lourinhã, vista parcial, cerca de 1910, Coleção particular

Introdução

A história local desempenha um papel essencial na construção da identidade colectiva e no fortalecimento da memória histórica das comunidades.

Este estudo incide sobre a condição feminina na Lourinhã, no contexto do oeste rural português, durante a transição do século XIX para o século XX, com o objetivo de evidenciar o impacto das mulheres na economia local, nas dinâmicas sociais e na cultura comunitária. Pretende-se preencher lacunas historiográficas e contribuir para um entendimento mais amplo e inclusivo da sociedade rural portuguesa deste período. Esta investigação insere-se num doutoramento em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, cujo foco é compreender os desafios e restrições impostos às mulheres deste concelho pelas estruturas sociais, económicas, culturais e legais da época, e analisar como estas foram condicionadas ou impulsionadas pelo meio onde nasceram.

Metodologia

A análise documental constitui o principal método de investigação, privilegiando arquivos locais, registos paroquiais, censos demográficos e periódicos da época, complementados por recolha de testemunhos orais e revisão da produção historiográfica sobre História das Mulheres, História Rural, História de Portugal e História das Mentalidades. O estudo baseia-se na leitura crítica e cruzada destas fontes, procurando evidenciar o papel das mulheres nas actividades agrícolas, familiares e comunitárias. Por exemplo, a análise de um artigo jornalístico³¹⁹ sobre Carlota Luíza Rocha de Oliveira exemplifica os limites sociais impostos à autonomia feminina na Lourinhã rural do século XIX/XX. O contexto social era marcado por valores cristãos que definem papéis rígidos: as mulheres eram responsáveis pela moral e pela caridade, enquanto os homens dominavam os espaços públicos, económicos e políticos. A autonomia feminina era restrita à esfera doméstica e religiosa, garantindo a continuidade das tradições e da ordem social vigente.

A abordagem interdisciplinar, que combina história social e história das mulheres, integra análise quantitativa e qualitativa das fontes escritas, na tentativa de reconstruir uma narrativa abrangente e contextualizada sobre a condição feminina.

Contexto histórico, social e geográfico da Lourinhã

A Lourinhã situa-se na região Oeste de Portugal, numa área essencialmente rural marcada pela agricultura e pela pesca, que moldaram a sua estrutura económica e social durante o século XIX e início do XX. Nesta realidade, as mulheres desempenhavam um papel fundamental, embora invisível, tanto na gestão da economia familiar como na manutenção das tradições locais.

A vida quotidiana das mulheres, rurais e urbanas, lourinhanenses estava dividida entre as tarefas domésticas e o trabalho agrícola, actividades que garantiam

³¹⁹ *Gazeta de Torres*, n.º 218, 15 de Novembro de 1931

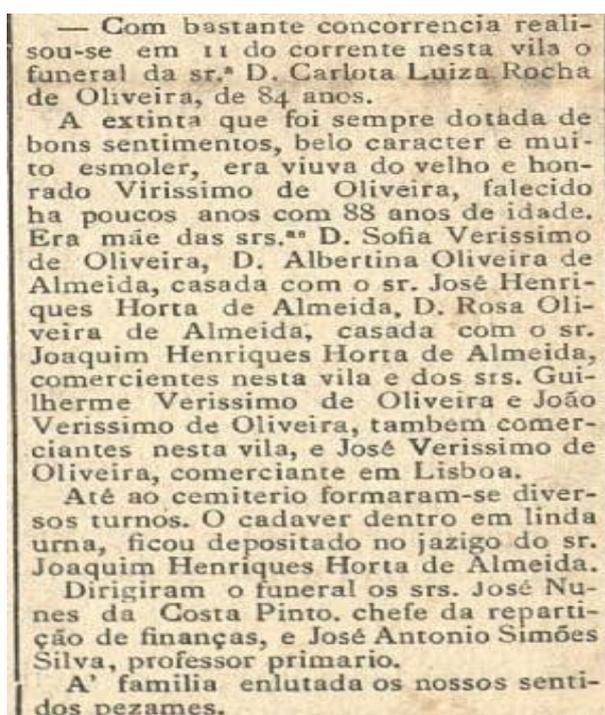
a subsistência e a coesão social da comunidade. Apesar do seu contributo essencial, a sua participação era condicionada por normas patriarcais que limitavam o acesso à educação formal, à autonomia económica e à presença nos espaços públicos.

Este contexto revela uma sociedade em que as mulheres assumiam papéis centrais na prática, mas que eram pouco reconhecidos ou valorizados nas fontes históricas tradicionais. A análise desta realidade local permite compreender melhor as dinâmicas de género específicas de um meio rural português e contribuir para uma história mais inclusiva.

Na sociedade rural da Lourinhã, no final do século XIX / XX, os valores cristãos influenciavam profundamente a organização social e os papéis de homens e mulheres, limitando bastante a autonomia feminina.

Senhoras como D. Carlota Luiza, eram tidas como responsáveis pela moral e pela caridade, com um papel simbólico na família e da comunidade. Já os homens ocupavam os espaços públicos, económicos e políticos. A caridade, considerada uma virtude essencial, reforçava a função das mulheres na preservação dos valores religiosos e na ajuda aos mais desfavorecidos, sem que isso significasse uma participação activa na economia. Os rituais religiosos, especialmente os funerais, eram momentos importantes para reforçar os laços sociais e o prestígio da família, sempre respeitando a hierarquia patriarcal que dava aos homens a liderança. Posto isto, reconhecemos que a autonomia das mulheres era restrita à esfera doméstica, moral e religiosa, garantindo a continuidade das tradições e da ordem social de então.

Figura 2: *Gazeta de Torres*, n.º 218, 15 de Novembro de 1931



Esta abordagem permite compreender melhor as percepções contemporâneas sobre a mulher, a sua representação social e os mecanismos de exclusão e reconhecimento de sua participação na comunidade. A pesquisa assume, portanto, uma abordagem interdisciplinar, combinando métodos da história social e da história das mulheres que, acreditamos, nos permitirá reconstruir uma narrativa abrangente e contextualizada. Adoptamos uma análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos a partir das fontes escritas. Compararemos diferentes documentos e relatos de forma a garantir uma interpretação mais aprofundada da realidade vivida pelas mulheres neste concelho rural na transição do século XIX para o XX.

Impactos na construção historiográfica local. A condição feminina na transmissão do conhecimento e na construção da identidade local: reflexões sobre o passado e o presente

O acesso das mulheres à educação formal sempre foi limitado, condicionando a sua autonomia e participação pública. Contudo, desempenharam papel central na transmissão de conhecimentos práticos e culturais, assegurando a continuidade de técnicas agrícolas, medicina tradicional e narrativas orais que preservam a memória local.

Na Lourinhã, esta transmissão intergeracional foi fundamental à construção da identidade colectiva e salvaguarda do património imaterial. A história de género oferece uma perspectiva que integra estas narrativas no discurso académico, reforçando a memória colectiva e a compreensão das dinâmicas sociais.³²⁰

Hoje, a defesa dos direitos das mulheres continua no centro do debate científico e político, sobretudo no que respeita à igualdade de género. A análise crítica destas questões permite reavaliar as estruturas sociais do passado e informar estratégias

³²⁰ VAQUINHAS, Irene, "Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX" in *Faces de Eva*, nº 3, 1999.

actuais para a promoção da equidade. Valorizar o papel histórico das mulheres é, portanto, essencial para refletir sobre memória, identidade e inclusão social.

A condição feminina na Lourinhã: contexto histórico, geográfico e social

Concelho tradicionalmente rural, a economia da Lourinhã baseava-se na agricultura e pesca, que assim estruturavam a organização social. A vida das mulheres estava profundamente ligada ao trabalho agrícola, às tarefas domésticas, ao cuidar da família, funções essenciais na gestão económica familiar, produção alimentar e transmissão de saberes tradicionais. Apesar do seu contributo fundamental à subsistência e coesão social, persistiam modelos normativos que restringiam o seu acesso à educação formal e a posições de decisão pública. A análise da condição feminina, integrada na realidade nacional, aprofunda a compreensão das dinâmicas de género e do seu impacto na organização social e económica. Integrar estas narrativas na historiografia reforça a memória colectiva e promove uma abordagem inclusiva da história, valorizando o papel das mulheres na construção do tecido social e cultural da Lourinhã e do país.

A história local como ferramenta para a compreensão da identidade feminina e das dinâmicas comunitárias na Lourinhã

A história local torna-se fundamental à compreensão da identidade feminina e as dinâmicas socioculturais de contextos com características idênticas à Lourinhã. A importância deste estudo reside na necessidade de reconhecer as especificidades da condição feminina num meio rural, onde as oportunidades e normas sociais diferem significativamente das realidades urbanas. Estas mulheres, que viviam ambientes rurais, cada uma na sua esfera social, desempenhavam os papéis essenciais à economia local e a coesão comunitária, ainda que sem esse reconhecimento formal.

A invisibilidade do seu trabalho nas fontes históricas dificulta-nos a identificação da sua participação, o que torna o estudo da história local fundamental para colmatar

estas lacunas. Abordagem esta que permitirá uma reavaliação crítica das dinâmicas de género e das estruturas que moldaram a vida das mulheres na Lourinhã, pretendendo-se assim valorizar uma memória colectiva que favoreça uma leitura histórica mais inclusiva e que reconheça realidades até agora marginalizadas.

O impacto na construção historiográfica local: a condição feminina no meio rural e a sua representação

A historiografia local tem, historicamente, negligenciado a experiência das mulheres, já o dissemos, e isso é mais evidente nos contextos rurais (como a Lourinhã), ainda que a onde a sua contribuição tenha sido vital à sustentabilidade económica e à preservação dos costumes.³²¹

Tradicionalmente centrada em figuras masculinas e nas estruturas de poder, a produção histórica ignorou o papel activo das mulheres no trabalho agrícola, na organização familiar ou na preservação cultural. Irene Vaquinhas, entre outras autoras, demonstra-nos que as mulheres rurais portuguesas foram essenciais para a economia, transmissão de saberes e à coesão comunitária, muito além da esfera doméstica. A invisibilização deste contributo resulta numa visão incompleta da história (rural). Recuperar estas narrativas permite reconhecer a relevância da acção feminina, muitas vezes informal, na estruturação das decisões familiares e comunitária. As normas sociais restringiam a mobilidade e o acesso à educação e ao emprego, perpetuaram desigualdades estruturais e limitaram a presença feminina nos espaços públicos. Rever estas questões contribui, assim, a uma historiografia mais representativa e abrangente.³²²

³²¹ COELHO Maria Helena da Cruz, "Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas, A Cidade e o Campo" in *Percursos da Historiografia Portuguesa*, História Revista 2 (1), 1, 1997.

³²² VAQUINHAS, Irene, *Ob. Cit.*, Faces de Eva, nº 3, 1999

O papel das mulheres na economia rural

Já o dissemos, as mulheres rurais lourinhanenses desempenhavam funções essenciais na à economia local. Por exemplo, o abastecimento e a condução de carros de bois ou carroças, depois da recolha de sargaço para adubar terras. O seu trabalho, fundamental, tem sido invisível às narrativas históricas tradicionais, pelo que é urgente recuperar este contributo para uma visão mais completa da realidade.

A educação e a transformação social

A expansão do acesso à educação no final do século XIX e início do XX trouxe novas oportunidades a algumas mulheres. Permitiu -lhes aquisição de conhecimentos e de competências. A abertura de escolas e /ou de salas de aulas nas áreas rurais foi um marco decisivo (embora muito lento) para a melhoria das condições de vida e uma silenciosa e progressiva inserção feminina nas esferas sociais.

A análise das actas da Câmara Municipal da Lourinhã mostra-nos a preocupação crescente com a instrução pública: abertura de escolas primárias, contratação de professores e professoras, atribuição de bolsas de estudo e avaliação escolar eram temas recorrentes, indicando uma institucionalização da educação como instrumento de desenvolvimento local. A inclusão de mulheres no magistério, ainda que minoritária, representava uma das primeiras formas de participação feminina no trabalho remunerado fora da esfera doméstica. Apesar das limitações impostas pelas normas de género e desigualdades socioeconómicas, a escola tornou-se uma oportunidade de mobilidade social para algumas jovens, sinalizando os primeiros passos para a transformação do papel feminino na sociedade rural.³²³

O acesso à educação dependia muito do estatuto socioeconómico das famílias e da cultura patriarcal vigente. Muitas mulheres ficaram excluídas do ensino formal, restringindo a sua mobilidade social e autonomia económica. Embora a sede de

³²³ Câmara Municipal da Lourinhã, *Actas da reunião da Câmara Municipal Lourinhã*, (1886 - 1921), Lourinhã, Câmara Municipal da Lourinhã.

concelho tenha sido das primeiras localidades a dispor de uma escola primária, o acesso nas aldeias e casais mais isolados permanecia difícil, especialmente para as raparigas. Contudo, localmente, cada freguesia esforçava-se por ir abrindo oportunidades a todas as crianças para a aprendizagem das primeiras letras. Cenários diversos numa mesma realidade.

Reavaliação das narrativas históricas

Reinterpretar a história local permite corrigir a marginalização das mulheres nas narrativas tradicionais e valorizar as suas contribuições para a comunidade. Este trabalho procura oferecer uma visão mais equilibrada das relações de género e das transformações sociais ocorridas na época, estabelecendo paralelos com as questões actuais de justiça e igualdade. Destacamos o papel das mulheres na preservação da identidade local e na influência, mesmo informal, em decisões familiares e comunitárias. A análise da notícia jornalística sobre Carlota Luíza exemplifica o contexto de dependência, fornecendo um ponto de partida para aprofundar o debate sobre a representação feminina e a sua participação social, fosse qual fosse a sua posição social. Mas também identificamos excepções.

Conclusão

O estudo da condição feminina na Lourinhã, na transição entre os séculos XIX e XX, pretende evidenciar o papel central das mulheres na estrutura socioeconómica num contexto do oeste rural português. Reconhecer estas contribuições permite-nos o fortalecimento da memória colectiva e ampliar a compreensão das dinâmicas históricas locais.

A investigação em curso pretende aprofundar a relação entre a cultura patriarcal, as resistências e transformações vividas pelas mulheres nestes ambientes rurais.

O impacto da historiografia na identidade e memória da Lourinhã e a importância do estudo na preservação da identidade local são aspectos centrais deste trabalho. Compreender como a estrutura familiar, os papéis sociais e a falta de direitos afectaram a autonomia feminina ajuda-nos a contextualizar desafios de género que ainda hoje encontramos, sendo a história local a ferramenta que nos permite estabelecer a ligação entre as lutas passadas e as actuais, para a transformação social.

Bibliografia e Fontes

Bibliografia

COELHO Maria Helena da Cruz Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas, *A Cidade e o Campo, Percursos da Historiografia Portuguesa*, História Revista 2 (1), 1, 1997.

VAQUINHAS, Irene Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX, *Faces de Eva*, nº 3, 1999.

Fontes

Câmara Municipal da Lourinhã, *Actas da reunião da Câmara Municipal Lourinhã*, (1886 - 1921), Lourinhã, Câmara Municipal da Lourinhã.

Periódicos

Alma Nova, Revista ilustrada, Moreno, Mateus, 1892-1970, S. 2, n.º 1 (Dez. 1915) -n.º 25 (Jan. 1918)

Carta da Lourinhã (A)

Diário Illustrado, (jun. 1872) - a. 39, nº 13301 (7 jan. 1911), Lisboa, Impr. de Souza Neves, 1872-1911

Ecos de Torres: órgão do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, prop. Ecos; dir. António M. Carvalho; ed. lit. Francisco d'Assis Costa, Torres Vedras: Ecos, [1918?]-1921, Torres Vedras, Tipografia e Papelaria Cabral

Folha de Torres Vedras (A), dir. Theodoro da Cunha, A. 1, n. 1 (26 Mar. 1899) a. 13, n. 676 (9 Mar. 1913), Torres Vedras: C.A. de Figueiredo, 1899-1913, Torres Vedras, Typ. e Pap. Cabral

Froebel : revista de instrucção primaria Terenas, Feio, 1850-1920, relat.; Pinto, Caetano, 1859-1938, relat.; Mendes, A. Ferreira, relat.

Gazeta de Lisboa, N.º 1 (10 Ago. 1715) -n.º 52 (26 Dez. 1726), N.º 1 (1 Jan. 1728) -n.º 47 (28 Dez. 1752), N.º 1 (3 Jan. 1754) -n.º 52 (26 Dez. 1754), N.º 1 (1 Jan. 1756)-n.º 52 (27 Dez. 1759), N.º 1 (6 Jan. 1761)-n.º 22 (8 Jun. 1762), N.º 1 (7 Ago. 1778)-supl. ao n.º 52 (2 Jan. 1790), N.º 1 (1 Jan. 1810)-n.º 313 (31 Dez. 1810)Mascarenhas

MONTERROIO, José Freire de, 1670-1760, ed. lit. Disponível em <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm>

Gazeta de Torres Vedras, agrícola, commercial, jurídica e noticiosa, 1893, 1894

Ilustração Portuguesa (A) - Chaves, José Joubert, ed. lit., A. 1, n.º 1 (9 Nov. 1903) -a. 3, n.º 119 (12 Fev. 1906), S. 2, [n.º 1 (1906)]. 2, n.º 947 (12 Abr. 1924)

Imparcial (O), Lourinhã, 1902, 1907, 1908, (...)

Imparcial de Torres Vedras (O), *Semanário agrícola e noticioso*, Dr. Barros e Cunha (Dir.), Júlio Lucas (Red.), 1900, 1901

Jornal de Torres Vedras, agrícola, commercial, noticioso, 1885, 1886, fund. Agostinho Barbosa Sottomayor, Ignacio França, José Manuel de Paula Guimarães

Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro (O)

Recreio (O), *revista semanal litteraria e charadística*, Lisboa, n. 10, 19ª serie , 5 de Agosto de 1895

Semana (A) - periodico de Torres Vedras dedicado à defeza dos interesses agrícolas de toda a região Torreana, 1887 – 1896

Sociedade Futura, Publicação quinzenal de Literatura, Sciencia e Arte (n.º 1); Revista Quinzenal de Educação, Literatura e Sciencia (n.ºs 2-14); Revista de Arte (n.ºs 15-28). (1902 – 1094)

Tentativa (A), Lourinhã, 1902

Torreense (O): órgão do Partido Republicano Liberal, Dir. Alberto da Vieira Mota, ed. Julio Costa, Torres Vedras, 1919, A. 1, n. 1 (26 Mar. 1899) -a. 13, n. 676 (9 Mar. 1913), Torres Vedras: C.A. de Figueiredo, 1899-1913, Torres Vedras, Typ. e Pap. Cabral

Vinha de Torres Vedras (A), [dir.] Joaquim Pedro Marques, A. 1, N.1 (25 de Janeiro de 1894), Torres Vedras, Manuel Francisco Marques

Voz de Torres Vedras (A) , periódico agrícola, commercial, noticioso. 1887, 1888, 1889, 1890

O presente texto foi escrito independentemente do novo acordo ortográfico.

Direitos materno-infantis das operárias na Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos de Xabregas (1927-1938)

Virgínia Baptista (HTC – NOVA FCSH / CFE-UC) e Paulo Marques Alves (Iscte-IUL; DINÂMIA'CET-Iscte)

Resumo

Este texto debruça-se sobre os direitos materno-infantis das operárias parturientes na Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos, instalada no Largo de Santos-o-Novo, em 1927, próximo da Fábrica de Xabregas.

Temos por objetivo central caracterizar as mulheres que recorreram à maternidade e quais os serviços materno-infantis por ela prestados.

Baseámo-nos em relatórios médicos, bibliografia da época e atual sobre a zona oriental de Lisboa e em fontes, como no Arquivo Municipal de Lisboa.

Em meados do século XIX instalaram-se diversas fábricas na zona oriental de Lisboa, concretamente em Xabregas, que se tornou um dos pólos industriais de Lisboa. As operárias constituíam uma mão de obra maioritária nas fábricas têxteis, de vestuário e de tabacos.

A nível internacional, desde finais do século XIX que se elaboram leis sobre a “proteção” do trabalho das mulheres e a assistência materno-infantil, nomeadamente a construção de maternidades fabris, que se enquadravam nas medidas médicas e higienistas da época, em meio industrial.

A maternidade foi fundada no início do século XX num edifício da então Companhia dos Tabacos de Portugal, onde funcionara uma fábrica, o qual foi adaptado para a sua nova função, assim preservando a memória de um património industrial.

A Companhia foi uma empresa privada pioneira que financiou serviços médicos e sociais para as operárias e seus filhos, tal como ficara registado no contrato realizado com o Estado. Sabe-se que na maternidade existiam fichas clínicas

pormenorizadas sobre as operárias e seus filhos, além de fichas sociais com dados familiares e sobre o trabalho realizado pelas operárias.

Pela memória dos habitantes do bairro, a maternidade terá funcionado até inícios dos anos 80, do século XX.

Palavras-chave: Maternidade; Xabregas; operárias; partos; proteção materno-infantil

Abstract

This paper focuses on the maternal and children rights of working women giving birth at the Maternity Hospital of the Portuguese Tobacco Company, set up in Largo de Santos-o-Novo in 1927, close to the factory in Xabregas.

Our main objective is to characterize the women who used the maternity hospital and the services it provided to mothers and their children.

We based our study on medical reports, contemporary and current bibliography on Eastern Lisbon and sources such as the Lisbon Municipal Archives.

In the mid-19th century, several factories were set up in Eastern Lisbon, specifically in Xabregas, which became one of Lisbon's industrial centres. Working women were the majority of the labour force in the textile, clothing and tobacco factories.

At international level, law on the "protection" of women's work and maternal and childcare had been developed since the end of the 19th century, namely the construction of factory maternity hospitals, which were part of the medical and hygiene measures of the time, in an industrial environment.

The maternity hospital was founded at the beginning of the 20th century in a building belonging to the then Companhia dos Tabacos de Portugal, where a factory had operated, which was adapted for its new function, thus preserving the memory of an industrial heritage.

The Company was a private company that was a pioneer in the financing of medical and social services for the workers and their children, as recorded in the contract signed with the state. It is known that in the maternity hospital there were detailed medical records on the workers and their children, as well as social records, with family data and data on the work carried out by the working women.

According to the memory of the neighborhood's inhabitants, the maternity hospital functioned until the early 1980s.

Keywords: Maternity hospital; Xabregas; working women; childbirth; maternal and child protection.

Introdução

O nosso propósito é verificarmos os direitos materno-infantis na Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos, entre 1927-1938, que se situou no largo de Santos-o-Novo, n.º 27, na freguesia denominada de Monte Pedral, entre 1913 e 1952, e onde atualmente funciona o Centro Infantil de Santos-o-Novo, a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Pretendemos destacar a sua importância pela inserção num dos pólos industriais de Lisboa – a zona oriental.

Baseámo-nos em fontes primárias, que se encontram no Arquivo Municipal de Lisboa e revelam parte da história industrial do edifício, e nos estudos elaborados pelo médico Manuel Vicente Moreira, diretor da maternidade. Tivemos também em consideração a legislação e bibliografia nacional e internacional sobre a proteção materno-infantil às trabalhadoras na indústria.

É de referir que as fontes consultadas sobre a Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos são reduzidas, não se conhecendo a localização da documentação referente às fábricas de tabacos que deram origem à Empresa Tabaqueira, sediada atualmente em Albarraque.

As questões sobre as quais pretendemos refletir neste estudo são: Qual a origem do edifício onde se instalou a maternidade? Que adaptações foram realizadas para

que nele se instalasse uma maternidade? Qual a relação da fundação da maternidade da Companhia de Tabacos naquela zona da cidade e as políticas legislativas e sociais materno-infantis para as operárias?

As origens industriais do edifício da Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos

O primeiro documento sobre o edifício a que tivemos acesso data de 12 de novembro de 1881, pelo qual se refere que o requerente, Manuel dos Santos, endereçou um documento à Câmara Municipal de Lisboa (CML) a solicitar a reconstrução do seu prédio para o adaptar a fins comerciais, anexando a respetiva planta para a reedificação³²⁴.

No ano seguinte, a 10 de abril, foi enviado novo requerimento à CML por G. A. Patten Sá Viana, gerente da Empresa Nacional de Indústria, com projeto, a fim de adaptar a casa para oficinas industriais.

No início do século XX, em 1901, encontrava-se no local a funcionar a Fábrica de Santos, propriedade da Companhia dos Tabacos de Portugal³²⁵.

Foi em dezembro de 1927 que a Companhia Portuguesa de Tabacos, com sede em Lisboa, na Avenida da Liberdade, n.º 12, requereu à CML a aprovação para transformar a fábrica numa maternidade. Para esse fim, anexou um projeto (uma tela e dois marons) assinado pelo engenheiro da Companhia, Francisco Manuel Tavares Machado.³²⁶ No próprio projeto escreveu-se que a maternidade fazia parte

³²⁴ Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, *Obra n.º 24 387*, Processo: n.º 411/81, f. 3.

³²⁵ A Companhia dos Tabacos de Portugal (1891-1927), com sede em Lisboa, deu origem à Companhia Portuguesa de Tabacos, SARL, que manteve a atividade de produção de cigarros, entre 1927 e 1965, nas fábricas de Xabregas e Portuense, dando origem na última data à empresa INTAR- Empresa Industrial, SARL. Durante o último período de 1957 e 1965, o fabrico de tabacos transferiu-se, da fábrica de Xabregas, para o novo edifício construído em Cabo Ruivo. Estiveram na administração industriais, já ligados à indústria tabaqueira, das famílias Ulrich, Eugénio de Almeida, Viana e Burnay. Sobre este assunto ver: Deolinda Folgado e Jorge Custódio, *Caminhos do Oriente*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 93-95 e Maria Filomena Mónica, *O Tabaco e o Poder*, Lisboa, COTAPO e Quetzal Editores, 1992, p. 67.

³²⁶ Arquivo Municipal de Lisboa, *Obra n.º 24 387*, 11 de março de 1901.

da obrigação da Companhia Portuguesa de Tabacos para com os seus operários/as, tal como registado no contrato realizado com o Estado.

Na planta do rés do chão previam-se as seguintes divisões: refeitório; cozinha; um WC para o pessoal e outro para o médico; a dispensa e a copa; os quartos das enfermeiras; o quarto das criadas; a rouparia; a casa da caldeira; o quarto do chefe; a sala de espera; a rouparia; a casa de esterilização; a casa de banho; o quarto do médico; o laboratório; a sala de consultas; o quarto do porteiro; o vestíbulo com uma porta envidraçada e a passagem para o andar superior.³²⁷

Para o primeiro andar traçaram-se várias divisões: o quarto do pós-operatório; a sala de operações; o quarto da parteira; a casa de banho; a sala de trabalho de partos; os quartos de “tuberculose” e de “eclâmptica” (estes últimos pensamos tratar-se de quartos de isolamento para parturientes doentes). Observámos que se planearam 14 camas individuais separadas por divisórias.

Em 1928, o subinspetor de saúde do 2.º sector sanitário, António Anastácio Gonçalves, deu um parecer favorável ao projeto da construção da maternidade, após avaliar as condições de higiene e para o funcionamento de um hospital. Como o Estado era o arrendatário das fábricas de tabacos, a Companhia solicitou, anualmente, à CML a licença para o funcionamento da maternidade, que foi autorizada até 1974. Os registos da CML sobre a maternidade terminam em 1975. A história oral de alguns moradores do bairro revelou-nos que a partir de 1983 começou a funcionar, neste prédio, o atual Centro Infantil.

O local da criação da Maternidade era estratégico, situado entre a Fábrica de Tabacos de Xabregas, localizada no antigo Convento de S. Francisco, na Rua de Xabregas (em atividade entre 1844 e 1965) e a Fábrica dos Barbadinhos, situada no antigo Palácio Vasco Veloso, em Santa Apolónia (a funcionar entre 1865 e 1961), ambas pertencendo à Companhia de Tabacos. A instituição destinava-se às operárias da Companhia, às mulheres dos operários e, inicialmente, também às mulheres e crianças das freguesias próximas que a ela acorriam, pois, o hospital público mais

³²⁷ Arquivo Municipal de Lisboa, *Obra n.º 24 387*, processo: n.º 30 008, 26 de dezembro de 1927.

próximo era o de S. José e as trabalhadoras sentiam-se prejudicadas pela perda de horas de trabalho na deslocação.

Além do mais, a maternidade situava-se numa zona industrial que ia desde Santa Apolónia ao Poço do Bispo, com muitas trabalhadoras a habitarem nos bairros populares circundantes, de Xabregas e do Beato, como as vilas Dias e Flamiano e o beco do Grilo.



Imagem 1 Edifício da Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, *Obra n.º 24387*, Processo 8522/DAG/PG/1975, f. 6.

A legislação para as trabalhadoras e as maternidades fabris

Em Portugal, como na restante Europa e nos EUA, a questão do trabalho das mulheres fora de casa, principalmente das mulheres casadas e mães, sempre foi muito controversa. As mulheres das classes populares trabalhavam por necessitarem de aumentar o orçamento familiar. Contudo, políticos, médicos e puericultores temiam que o trabalho excessivo das mulheres, principalmente na indústria, tivesse consequências nefastas para a maternidade, contribuindo para a “degenerescência da raça” (conceito utilizado na época). Também a sociedade e a família temiam os perigos da ausência da mulher do lar, não cuidando adequadamente do bem-estar

dos filhos e pelo contacto com os colegas masculinos e contramestres, ficando sujeitas a injúrias físicas e psicológicas por parte destes³²⁸.

Em Portugal, a taxa de mortalidade infantil era considerada o grande flagelo nacional, principalmente nas cidades de Lisboa e do Porto.

Foi neste contexto que se realizou a Conferência de Berlim, em 15 de março de 1890, para se discutir as “regulamentações do trabalho em estabelecimentos industriais e minas”, sendo aprovadas as leis de limitações ao trabalho feminino. Os Estados consideraram fundamental atuar na proteção do trabalho feminino (redução de horário de trabalho, proibição do trabalho noturno e aos fins de semana e com matérias consideradas perigosas). Igualmente, políticos e médicos defenderam a criação de instituições que fornecessem cuidados materno-infantis, como maternidades, lactários, creches e dispensários, que se estabelecessem próximos das fábricas, onde as mulheres pudessem deixar os filhos, durante o tempo de duração de trabalho, e amamentá-los, nas horas regulamentadas.

Em Portugal, no final do século XIX, em 14 de abril de 1891, o decreto “regularizando o trabalho das mulheres e dos menores em fábricas e oficinas”, emanado do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, no capítulo V, ambigualmente intitulado “Creches”, estabelecia no artigo 22.º uma polémica licença de parto, porque não era subsidiada e prejudicava as mulheres: “a mulher não será admitida a trabalhar nos estabelecimentos industriais nas quatro semanas a seguir ao parto”.³²⁹

As medidas de proteção materno-infantis nas fábricas enquadravam-se nas medidas médicas e higienistas da época em meio industrial. O decreto-lei n.º 14 947, de 29 de outubro de 1927, artigo 9.º, § 3, legislou que cabia ao médico da fábrica e

³²⁸ Sobre as leis de proteção no trabalho feminino a nível internacional ver: Karen OFFEN, *European Feminisms, 1700-1950. A Political History*, California, Stanford University Press, 2000; Gisela BOCK and Pat THANE (ed.), *Maternity and Gender Policies. Women and the rise of the European Welfare States, 1880-1950s*, Routledge, London and New York, 1994; Anne COVA, *Maternité et droits des femmes en France (XIXe-XXe siècles)*, Paris, Anthropos, 1997. Para Portugal, ver, nomeadamente, Elina GUIMARÃES, “O Trabalho Feminino”, in *Indústria Portuguesa*, n.º 108, Fevereiro 1937, p. 38.

³²⁹ *Diário do Governo* n.º 88, 22 de abril de 1891.

dos estabelecimentos industriais “aconselhar aos industriais a adopção de medidas de higiene”. Ainda no âmbito da assistência materno-infantil, o decreto-lei n.º 14 535, de 31 de outubro, do mesmo ano, especificava no artigo 8.º as competências do médico do estabelecimento ou do serviço: “Estabelecer vigilância sobre as grávidas, indicando a moderação do trabalho ou suspensão” (§3.º); “Vigiar o estado de saúde das mães durante o período de amamentação” (§4.º); “Mandar moderar ou suspender o trabalho das mulheres (...) ou mudá-las de ocupação” (§5.º).

O médico da Companhia Portuguesa de Tabacos, desde o início do seu funcionamento, foi Manuel Vicente Moreira (1898-1975). Era filho de Júlia Moreira e de Manuel António Moreira Júnior (1866-1953), médico, professor, deputado, ministro, conselheiro na Monarquia Constitucional, que esteve na direção da Companhia de Tabacos, entre 1918 e 1953.

Manuel Vicente Moreira também teve interesses económicos na Companhia Portuguesa de Tabacos, tendo integrado o Conselho de Administração entre 1958 e 1973. Contudo, será através das palavras de um dirigente associativo que podemos observar a amplitude da sua intervenção médica e social junto das populações operárias e populares da zona oriental de Lisboa. Raul Esteves dos Santos (1889-1954), presidente da Comissão Administrativa da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, em 1933, e dirigente do jornal *A Voz do Operário* caracterizou-o deste modo:

“médico distinto, que ao problema da assistência às classes trabalhadoras dedicou particular atenção, descreve, num dos ensaios médico-sociais que publicou, o inquérito que, na sua apostolizante cruzada, realizou, no decorrer dos anos de 1933-1935, a 405 habitações operárias do pessoal de ambos os sexos da Companhia Portuguesa de Tabacos”.³³⁰

³³⁰ Raul Esteves dos SANTOS, *Os Tabacos. Sua influência na vida da nação*, vol. II, Lisboa, Seara Nova, 1974, nota 1 da p. 334.

Manuel Vicente Moreira demonstrou que, além das consultas às grávidas, a intervenção médica em meio fabril deveria passar, em caso de necessidade, pela proteção da mãe e da criança, pela abolição do trabalho da operária durante todo o período da gestação e da amamentação, prestando-se aconselhamentos sobre puericultura, nas habitações das operárias.

A Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos e os principais cuidados médicos-assistenciais fornecidos

Até à criação da maternidade, as consultas funcionavam nas duas fábricas da Companhia, na de Barbadinhos e na de Xabregas.

Na maternidade, as consultas destinavam-se às operárias doentes e/ou sujeitas a tratamentos, às que frequentassem consultas pré-nupciais e às mulheres dos operários. A maternidade organizou um completo ficheiro clínico, em que cada doente (mulher e criança) tinha a sua ficha clínica e social, com o registo dos dados pessoais, familiares e o trabalho fabril desempenhado.

A Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos compreendia cinco secções clínicas: a consulta pré-natal com o dispensário, inaugurado em 1927; o lactário, que começou a funcionar em 1928; a própria maternidade, aberta em 1931; a assistência domiciliária, por médico e visitadora, e a fiscalização médica, durante o trabalho fabril das grávidas e das mães que amamentavam.

As parturientes operárias da Companhia tinham direito a internamento gratuito durante dois meses – um antes do parto e um mês após o mesmo. Neste período, as operárias recebiam o subsídio diário de 5\$33, o mesmo valor atribuído aos/as operários/as doentes. Muitas das mulheres casadas com operários eram domésticas, outras tinham diversas profissões: criadas; lavadeiras; peixeiras; vendedeiras; operárias (de outras fábricas) e costureiras. Na admissão à maternidade as mulheres

não afetas à Companhia pagavam 1\$00, montante destinado à compra de tecidos para as internadas confeccionarem o enxoval para o/a filho/a.

Pelo quadro 1 observa-se a evolução do movimento das consultas externas na maternidade, entre 1927 e 1937, das mulheres e crianças.

Entre 1927 e 1937, verificou-se um aumento de consultas, no total foram 25 737, correspondendo a 12 229 de mulheres e a 13 544 de crianças. O decréscimo das consultas, neste último ano, deveu-se à abertura do Centro-Maternal Infantil-Fundação Júlia Moreira, na zona, e de outras instituições industriais na zona, que forneceram cuidados materno-infantis. Em 1934, foi o ano em que mais crianças foram consultadas e, no seguinte, em que mais mulheres foram observadas. Sabemos que em 1934 estiveram internadas na maternidade 46 mulheres.³³¹

A taxa de mortalidade das crianças consultadas na maternidade, no primeiro ano de vida, era mais reduzida do que a verificada para o total de Lisboa. Em 1928-1929, na maternidade, a mortalidade foi de 11,2%, diminuindo para 6,06% em 1934. Na restante cidade, no mesmo período, a taxa regrediu apenas de 20% para 18%. É de destacar que 40% das mortes dos bebés eram provocadas por problemas gastrointestinais, como a enterite, frequentemente devido ao desconhecimento da correta alimentação infantil, à insalubridade das casas em que residiam e à falta de cuidados higiénicos apropriados.

³³¹ Manuel Vicente MOREIRA, "A Protecção da Maternidade-Alguns Problemas", in Separata ampliada da *Revista Brotéria*, vol. XXI, fasc. 2-3, Lisboa, Livraria Morais, agosto e setembro de 1935, p. 14.

Anos	Total de consultas	Total de pacientes (mulheres e crianças)	Total de consultas (mulheres)	Total de pacientes (mulheres)	Total de consultas (crianças)	Total de pacientes (crianças)
1927-28	1137	173	544	96	593	77
1928-29	1727	231	980	130	747	101
1930	2034	188	789	109	1285	79
1931	2731	290	1161	151	1565	139
1932	2883	312	1249	166	1634	146
1933	2938	351	1322	172	1616	179
1934	3456	437	1841	201	1615	236
1935	3202	575	1460	306	1742	269
1936	3680	519	1713	275	1967	244
1937	1945	325	1165	185	780	140
Total	25 737		12 229		13 544	

Quadro 1 Movimento da consulta da Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos (1927-1937)

Fonte: Manuel Vicente Moreira, *Apontamentos sobre algumas realizações de protecção à mãe pobre*, Lisboa, Companhia Portuguesa de Tabacos, 1939, p. 22.

As funções das profissionais de saúde – as enfermeiras e as visitadoras

Devido ao movimento das consultas, logo em 1928 surgiu a necessidade de uma parteira visitadora com funções médico-assistenciais: visita a casa de doentes a fim de verificar se os tratamentos médicos estavam a ser seguidos e prestar outros esclarecimentos médicos e higiénicos necessários. Iniciava-se, segundo o médico Manuel Vicente Moreira, a atividade da visitadora obstétrica em Portugal.

Na maternidade cumpria à parteira-enfermeira isolar as crianças e mulheres suspeitas de doenças contagiosas, realizar análises, dar injeções, fazer pensos e outros tratamentos, pesar as crianças, registar as informações e distribuir as farinhas. Para esclarecimento das mães eram entregues folhetos informativos, nomeadamente com o horário das mamadas, que era articulado com o horário laboral das mães, consoante o quadro 2.

Horário das mamadas	Local
6 h	Em casa
9 h	Na fábrica
12 h	Na hora de descanso
15h	Na fábrica
18 h	Em casa
21 h	Em casa
24 h	Em casa

Quadro 2 Horário das mamadas em harmonia com o horário das mães

Fonte: Manuel Vicente, *Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos- Bases da Organização e Síntese do Movimento 1927-1933*, Lisboa, Tipografia da Companhia Portuguesa de Tabacos, 1934, p.15.

À partida, o horário fabril das operárias que amamentavam seria das 8h às 17h, o que perfazia as 8h, retirando a interrupção para o almoço.

No âmbito da prevenção da doença, da puericultura e para cultura geral foi organizada uma biblioteca. Podiam-se encontrar livros de médicos da época como por exemplo: *Conselho às Mães*, de Branca Rumino; *Princípios de higiene*, tradução da Cruz Vermelha Portuguesa; *Contra a tuberculose*, de Cassiano Neves; *Doenças*

venéreas e A.B.C. das Mães, de Fernando Correia; *Cuidai das crianças pela alimentação e pela higiene*, de Sara Benoliel (jornalista feminista que pertenceu ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas) e *Cartilhas Maternais*, de João de Deus.

Por outro estudo, ficamos a conhecer o relatório da ação médica desenvolvida pela maternidade, entre 1927 e 1933, conforme mostra o quadro 3.

Vários exames médicos foram realizados, desde a medição da tensão arterial às análises e exames de deteção da tuberculose. Às crianças recém-nascidas foram administradas vacinas contra a BCG e, em maior número, contra a varíola.

Observámos que foi grande o número de injeções antissifilíticas e outras (não se distinguindo), o que demonstra que a sífilis era uma doença que afetava muitas mulheres e que deixava grandes sequelas nos seus filhos/as.

Tratamentos/ cirurgias	N.º
Tensões arteriais	660
Análise urina	662
Análise sangue para exames de reacção wassermann	74
Expectorações para pesquisa do bacilo kock	27
Injeções anti-sifilíticas e outras	1733
Sessões de raios ultra - violetas.	629
Vacinas contra a varíola	373
Vacinas pelo BCG (recém-nascidos)	83
Pequenas intervenções cirúrgicas	62

Partos e abortos	376
Operações obstétricas	25
Consultas de crianças	6364
Consultas de mulheres	4925
Pacientes- crianças	435
Pacientes- mulheres	417

Quadro 3 Relatório da ação médica desenvolvida pela maternidade entre 1927 e 1933

Fonte: Manuel Vicente Moreira, *Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos, Bases da Organização e Síntese do Movimento (1927-1933)*, Lisboa, Tipografia da Companhia Portuguesa de Tabacos, 1934, pp. 5-6.

No mesmo período, na maternidade, houve a preocupação com a qualidade da alimentação das crianças mais pequenas. Em regra, o leite e as farinhas eram fornecidos quinzenalmente, nos dias das pesagens, em número de latas adequado à idade dos bebés e tendo em atenção a amamentação materna, que era incentivada. Da listagem consta a distribuição, nestes seis anos, de 768 kg de farinha lacto-fosfatada, 79 kg de farinha lacto-búlgara, 91 kg de farinha de trigo e 54 kg de farinha de arroz e a doação de 101 enxovais a recém-nascidos³³². O médico e a visitadora realizaram 483 visitas domiciliárias, das quais 183 por motivos clínicos.

Às mulheres dos operários só eram concedidos o leite e as farinhas depois de provarem que trabalhavam fora de casa, em local para onde não podiam levar os filhos/as e, mesmo neste caso, só obtinham estes alimentos depois do primeiro mês de puerpério, porque, por lei, as mulheres tinham de interromper o trabalho nas quatro semanas a seguir ao parto, salvo nos casos da impossibilidade de amamentação por parte das mães.

³³² Manuel Vicente MOREIRA, *Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos. Bases da Organização e Síntese do Movimento (1927-1933)*, Lisboa, Tipografia da Companhia Portuguesa de Tabacos, 1934, p.6.

A residência das operárias assistidas na Maternidade

Por outro estudo de Manuel Vicente Moreira, relativo ao ano de 1938, numa amostragem de 25 operárias da Companhia, o médico observou que a maioria das trabalhadoras residia muito próximo da Maternidade em zonas como o Alto do Varejão, Xabregas, Chelas e Santa Apolónia, como se pode observar pelo quadro 4.

Destas operárias 12 estavam grávidas, cerca de metade nesse ano. Constatam 16 operárias que tinham 3 ou mais filhos, o que mostra a extensão de muitos destes agregados familiares.

Esta verificação confirmava outro estudo do médico, realizado entre 1933 e 1935, a 407 famílias operárias da Companhia. Manuel Vicente Moreira identificou que mais de um quarto dos agregados familiares era constituído por mais de 6 elementos (de 6 a 16 pessoas)³³³. A maioria das famílias, 73,20%, era formada por até 5 pessoas, assim distribuídas: 23,34% constituída por 3 pessoas, 18,64% com 5 elementos, 17,19% organizada por 4 pessoas e 14,00%, tinha 2 elementos.

Segundo o diretor da maternidade, por motivos pedagógicos e para estudar a vida das operárias na oficina, em casa e na maternidade, e para melhorar as suas condições de vida, o médico realizou o filme intitulado “A ação médico-social da Companhia Portuguesa de Tabacos”, que foi apresentado em outubro de 1931 no Congresso Internacional de Proteção à Infância. O filme foi considerado o primeiro em português sobre puericultura e higiene industrial³³⁴. Em 14 de novembro, desse ano, foi exibido no Rossio, projetado numa tela colocada numa janela do café Chave d’ Ouro.

Era constituído por oito partes – as duas primeiras retratavam o trabalho fabril, a terceira debruçava-se sobre a habitação das operárias e as cinco últimas eram passadas na Maternidade.

³³³ Manuel Vicente MOREIRA, “Ensaio Médico-sociais II, habitações operárias”, in *Separata do Instituto*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1941, p. 24.

³³⁴ *Indústria Portuguesa, Revista da Associação Portuguesa*, 4.º ano, n.º 45 e 46, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, novembro e dezembro de 1931, p. 64. Na exibição foram vistos: “Hidro-Eléctrica da Varosa”; “Fabricação de pão”; “documentário das fábricas da CIPC”.

Morada	Gravidez	Nº de filhos	Idade do filho mais novo
Vila Dias (Xabregas)	Não	4	7 anos
Calçada de S. João da Praça	Não	4	4 anos
Vila Dias (Xabregas)	Não	4	2 anos
Rua de S. Miguel	Não	6	2 anos
Pátio do Gervásio (Beco da Amorosa)	Sim	4	10 anos
Pátio do Gervásio (ao Beco da Amorosa)	Sim	2	6 anos
Ilha do Grilo	Sim	3	10 anos
Calçada dos Barbadinhos	Não	4	10 meses
Pátio José Inglês	Não	8	-
Alto do Varejão	Não	6	19 meses
Rua Lopes (ao Alto do Varejão)	Não	4	1 ano
Travessa da Ilha do Grilo (Quinta D.F.)	Sim	5	19 meses
Rua Lopes	Não	4	3 anos
Calçada de Santa Apolónia	Não	6	3 anos
Cerca da Fábrica da Companhia de Tabacos, Rua de Xabregas	Não	5	19 meses
Travessa do Mato Grosso	Sim	1	14 anos
Rua Direita à Rua Lopes (Alto Varejão)	Não	4	11 meses

Vila Leonor (a Chelas)	Não	4	6 anos
Internada na Maternidade da Companhia	Sim	-	-
Rua Joaquim Casimiro (Alcântara)	Sim	-	-
Azinhaga do Carrascal (Picheleira)	Sim	-	-
Calçada de Santo António (Chelas)	Sim	-	-
Internada na Maternidade da Companhia	Sim	-	-
Rua A à Rua Lopes (Alto Varejão)	Sim	-	-
Rua Alves Paiva Fragoso	Sim	-	-
Total de grávidas	12		

Quadro 4 Residência das grávidas e das mães da Companhia Portuguesa de Tabacos, em 1938

Fonte: Manuel Vicente Moreira, *Apontamentos sobre algumas realizações de proteção à mãe pobre*, Lisboa, Companhia Portuguesa de Tabacos, 1939, anexo III.

Considerações finais

Verificámos que o edifício do largo de Santos-o-Novo, n.º 27, onde atualmente funciona o Centro Infantil, tem uma história centenária ligada à indústria.

De relevar que a maioria dos/as operários/as da Companhia Portuguesa de Tabacos eram mulheres, cerca de 80% do total dos/as trabalhadores/as.

A grande inovação que demonstrámos, no contexto das empresas industriais, foi a sua prestação de cuidados materno-infantis às operárias e mulheres de operários e seus filhos/as.

As operárias da Companhia, aquando do parto, tinham direito à previdência social a cargo do patronato, com uma interrupção do trabalho remunerada, antes e depois do parto, equivalente ao subsídio de doença dos operários. Por outro lado, devido a todos os cuidados médico-assistenciais, na maternidade e em casa, as taxas de mortalidade infantil reduziram-se relativamente às taxas existentes na cidade de Lisboa.

O médico Manuel Vicente Moreira apresentou-se precursor nos cuidados à maternidade na zona operária oriental de Lisboa.

Indelevelmente a maternidade articulou-se com o meio industrial e popular da área envolvente de Xabregas, quer pelo legado do património industrial, quer enquanto instituição de proteção materno-infantil.

Fontes e Bibliografia principais:

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA, obra n.º 24 387 (1881-1975).

BAPTISTA, Virgínia, *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal 1880-1943*, Lisboa, ICS, 2016.

BOCK, Gisela e THANE, Pat (ed.), *Maternity and Gender Policies. Women and the rise of the European Welfare States, 1880-1950s*, Routledge, London and New York, 1994.

COVA, Anne Cova, *Maternité et Droits des Femmes en France (XIXe-XXe siècles)*, Paris, Anthropos, 1997.

Diário do Governo n.º 88, 22 de abril de 1891.

GUIMARÃES, Elina, "O Trabalho Feminino", in *Indústria Portuguesa*, n.º 108, Lisboa, Editora Associação Industrial Portuguesa, Fevereiro 1937, p. 38.

INDÚSTRIA PORTUGUESA, *Revista da Associação Portuguesa*, 4.º ano, n.º 45 e 46, Lisboa, Editora Associação Industrial Portuguesa, Novembro e Dezembro de 1931, p. 64.

MÓNICA, Maria Filomena, *O Tabaco e o poder*, Lisboa, COTAPO-Quetzal Editores, 1992.

MOREIRA, Manuel Vicente Moreira, “Ensaio Médico-sociais II, habitações operárias”, in Separata do *Instituto*, 1941, Coimbra, Gráfica de Coimbra.

MOREIRA, Manuel Vicente Moreira, *Apontamentos sobre algumas realizações de protecção à mãe pobre*, Lisboa, Companhia Portuguesa de Tabacos, 1939.

MOREIRA, Manuel Vicente Moreira, “A Protecção da Maternidade – Alguns Problemas”, in Separata ampliada da *Revista Brotéria*, vol. (XXI), fasc. 2-3, Lisboa, Livraria Morais, agosto e setembro de 1935.

MOREIRA, Manuel Vicente Moreira, *Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos, Bases da Organização e Síntese do Movimento (1927-1933)*, Lisboa, Tipografia da Companhia Portuguesa de Tabacos, 1934.

OFFEN, Karen, *European Feminisms, 1700-1950: A Political History*, California, Stanford University Press, 2000.

PERROT, Michelle, *Os Excluídos da História*, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2021.

SANTOS, Raul Esteves dos Santos, *Os Tabacos. Sua influência na vida da nação*, vol. II, Lisboa, Seara Nova, 1974.

TILLY, Louise A. e SCOTT, Joan W., *Les femmes, le travail et la famille*, Paris, Éditions Payot & Rivages, 2002.

VAQUINHAS, Irene, *Coquettes, Doutoradas e Outras. História das mulheres em Portugal (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Colibri, 2021.

Economia, património e migrações

O Vale do Sousa e a emigração portuguesa para o Brasil: os *brasileiros de torna-viagem*, a sua história e o seu património

Alda Neto (CEPESE)

Resumo

Ao longo do século XIX, verificou-se a partida de milhares de portugueses para as cidades do Rio de Janeiro ou de São Paulo, originários de toda a região Norte. Destes portugueses, alguns deles regressaram às suas terras, após um longo tempo de trabalho, pelo que o retorno se traduziu na concretização de um projeto delineado quer pelos familiares quer pelo próprio emigrante, antes da partida.

O próprio *brasileiro*, pela sua visibilidade social, fomentou a emigração, uma vez que todos aqueles que partiam viam-se como candidatos ao sucesso. O Brasil apresentava-se como a única hipótese devido à falta de oportunidades em território português. Esta ex-colónia portuguesa apresentava-se como um local de intenso trabalho recompensado com a melhoria da sua vida através do alcançar da fortuna.

Ferreira de Castro refere que é preciso descontar por cada um que regressa rico, milhares de desgraçados que perderam a vida ou esmolaram o repatriamento. Aqueles que regressaram enriquecidos, demonstraram o sucesso da sua vivência no Brasil através da edificação de escolas, igrejas ou casas, enquanto outros morreram no esquecimento das terras brasileiras. Homens como Gaspar Ferreira Baltar, António Pereira Inácio, Adriano Moreira de Castro ou Zeferino de Oliveira constituem exemplos de *torna-viagem* com sucesso que se destacaram quer no Brasil quer em Portugal, através das diferentes intervenções públicas, do património edificado ou da filantropia desenvolvida em prol das suas comunidades. Desta forma, é premente a realização de estudos biográficos sobre estas personalidades e das suas localidades incidindo nos processos migratórios e nas marcas de retorno. Este património deverá ser alvo de um intenso trabalho de conhecimento por parte da comunidade local. Assim, todas as pessoas têm o direito de se implicarem e de participarem na valorização deste

património, segundo as suas escolhas, como modo de assegurar o direito a tomar parte livremente na história da sua localidade.

Palavras-chave: emigração; arquitetura; património; memória

Abstract

The Sousa Valley and Portuguese Emigration to Brazil: The Returnee Brazilians (*brasileiros de torna-viagem*), Their History, and Their Heritage

Throughout the 19th century, thousands of Portuguese people left for the cities of Rio de Janeiro or São Paulo, coming from the entire northern region. Some of these Portuguese emigrants returned to their homeland after a long period of work, and their return represented the fulfillment of a project planned either by their families or by the emigrants themselves before their departure.

The returnee Brazilian, due to their social visibility, encouraged further emigration, as those who left saw themselves as candidates for success. Brazil appeared as the only option due to the lack of opportunities in Portuguese territory. This former Portuguese colony was seen as a place of intense labor, rewarded with an improved quality of life through the achievement of fortune.

Ferreira de Castro notes that for everyone who returns wealthy, thousands of unfortunate individuals lost their lives or begged for repatriation. Those who returned enriched demonstrated their success in Brazil by building schools, churches, or houses, while others died in obscurity in Brazilian lands.

Men such as Gaspar Ferreira Baltar, António Pereira Inácio, Adriano Moreira de Castro, and Zeferino de Oliveira are examples of successful returnees who stood out both in Brazil and Portugal through various public initiatives, architectural heritage, or philanthropic efforts in favor of their communities.

Therefore, it is crucial to conduct biographical studies on these figures and their localities, focusing on migratory processes and the marks of their return. This heritage should be the subject of thorough research and recognition by the local community. Everyone has the right to engage in and contribute to the appreciation of this heritage, according to their choices, as a way of ensuring the right to freely participate in the history of their locality.

Keywords: emigration; architecture; heritage; memory

O que é o Património?

O património é **tudo** aquilo que nos arriscamos a perder, a atribuição de valor patrimonial a o que quer que seja dá-nos uma ideia das ameaças mais sérias que pairam sobre o mundo rural. Assim, deve-se ter em conta que o património, enquanto legado, pode ser acumulado, perdido ou transformado de uma geração a outra.

A ideia de património foi-se alterando ao longo do tempo e continua a modificar-se de acordo com as diferenças culturais, políticas, sociais e económicas que separam épocas, países e regiões, e que se sucedem inerentes ao desenvolvimento dos processos históricos. Por outro lado, o património material ou imaterial representa valores e necessidades que estabelecem vínculos entre o presente e o passado, legitimando a sua afirmação como representantes de uma realidade característica de uma região ou de uma personalidade. Deste património destacam-se as diferentes manifestações materiais e imateriais legadas por sucessivas gerações de emigrantes portugueses.

Assim, urge referenciar diferentes tipologias de património e associá-lo a uma história de gentes e comunidades que pretendem valorizá-lo. As casas, as escolas, as igrejas, os teatros ou os hospitais incorporam o património local construído ao longo dos tempos. Relativamente às casas, igrejas, escolas e outros edifícios mandados construir pelos emigrantes, enquanto exemplos de uma realidade do Noroeste do país,

as populações deverão participar na salvaguarda e conservação da história e memória da emigração.

A História Local e a emigração

Francisco Ribeiro da Silva³³⁵ refere que a História visa o Homem e a vida de cada homem desenvolve-se em pequenos espaços. É neles que cada um se insere e se realiza, integrado numa família e numa comunidade. Assim, a História local é um campo da história marcado pela valorização ou desvalorização, pois, não representa uma perspetiva global, mas uma pequena parte mais localizada, mais centrada numa comunidade, numa região. Almeida Garrett³³⁶, na sua obra *Viagens na Minha Terra* refere que “a História, lida ou contada nos próprios sítios, em que se passou, tem outra força e outra graça”.

“Toda a história é local”, pelo que acontecimentos como os movimentos de deslocação das pessoas atingem dimensões locais, nacionais e internacionais, revelando grandes alterações nas comunidades. As comunidades assistem à partida dos seus habitantes quer para as cidades quer para outros territórios além-fronteiras. Como refere Joaquim Leite³³⁷, *as notícias que chegavam do outro lado do Atlântico apresentavam a promessa de novidade e melhoria de vida. O desafio seria avaliado de forma diferente por diferentes indivíduos e famílias (...)*”.

Seria impossível abordar a história de cada uma das localidades do Norte de Portugal sem sublinhar o papel dos movimentos migratórios, sobretudo as migrações internas para Lisboa e Porto e as deslocações para o Brasil.

³³⁵ Francisco Ribeiro da SILVA, *História local: objectivos, métodos e fontes* in Carlos Alberto Ferreira de Almeida: *in memoriam*, vol. II. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 383-396.

³³⁶ Almeida GARRETT, *Viagens na Minha Terra*. Porto, Porto Editora, 1999.

³³⁷ Joaquim da Costa LEITE, *O Brasil e a imigração portuguesa (1855-1914)* in FAUSTO, Boris (org.), *Fazer a América*, São Paulo, EDUSP, 1999.

O *brasileiro* torna-se uma figura notável que faz parte da sociedade portuguesa no final do século XIX e no início do século XX. Esta personagem instala-se nos contextos rurais ou urbanos, localizados maioritariamente no Noroeste de Portugal.

O Minho foi, ao longo de todo o século XIX, a província mais afetada pela saída de homens jovens, que buscavam melhores condições de vida. As partidas para o Brasil eram compostas, essencialmente, por jovens, maioritariamente filhos de camponeses e de pequenos proprietários. Estes partiam sozinhos, deixando os seus pais ou a família entretanto criada, nas suas terras de origem. Esta partida para o Brasil foi concretizada em vários casos com uma consecução dos objetivos definidos, nomeadamente melhores condições de vida para si e para a família que permanece em Portugal. Alguns destes portugueses tiveram sucesso e regressaram a Portugal e às suas comunidades. Eugénio dos Santos³³⁸ na obra *Os Brasileiros de Torna-viagem* refere que

“(...) o emigrante, desde que partiu, foi-se transformando numa outra pessoa, influenciou o meio em que se inseriu, onde procurou instaurar comportamentos, hábitos, ideias e valores idênticos aos das suas raízes humanas e sociais, mas, uma vez longe, assumiu uma nova identidade, forjada pela osmose do modelo da sociedade que o acolheu. Ao tornar à sua terra de origem, o brasileiro pouco possuía já de idêntico ao jovem de outrora: mudaram comportamentos, hábitos, vestuário, valores éticos e morais, alteraram-se convicções e práticas, relativizaram-se modelos, aprendera a ser pragmático e filantropo.”

Como destaca Oliveira Martins³³⁹, nos finais do século XIX, os regressados são tanto *“os pequenos comerciantes que regressam trazendo consigo os seus haveres”*

³³⁸ Eugénio dos SANTOS (coord.), *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

³³⁹ José M. Amado MENDES, *A emigração portuguesa, nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa*, in *Revista Portuguesa de História*, 24 (1988), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social, 1988, p. 293-308.

como os “capitalistas opulentos que, deixando no Brasil toda ou parte das suas fortunas, trazem apenas dinheiro para gastos”.

O *brasileiro de torna-viagem* ao regressar endinheirado procura evocar o sacrifício no Brasil através de demonstrações materiais como as casas e palacetes, nas praças, igrejas e capelas, nos hospitais e asilos, nas fábricas e no comércio, nos cemitérios, na iluminação, nos jardins, nas escolas ou nas festas anuais.

Maria Beatriz Rocha-Trindade, no seu artigo *Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil* refere o seguinte:

“(…) Ao brasileiro não basta já o simples reencontro com a memória doce-amarga do passado: em nome dessa memória, por generosidade ou por ostentação, distribui benesses, funda obra que permaneça em favor das crianças, ou dos pobres ou dos doentes. Torna-se assim personagem influente no círculo local, provavelmente regional, talvez até ao nível nacional. (...) Falam dele os jornais e as gazetas, referem-no a propósito do palacete que construiu, da obra que desenvolveu(...)”³⁴⁰.

A maior parte dos *brasileiros* da região do Vale do Sousa deslocaram-se dos concelhos de origem (Paredes, Penafiel, Lousada, Felgueiras e Paços de Ferreira) para as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, São Salvador da Baía e Belém do Pará.

O retorno dos emigrantes é referido, com regularidade, nos jornais locais, como se pode ver no jornal *O Novo Paredense* que, em 1925, noticia o regresso do *brasileiro* Zeferino Alves Lamas ou as constantes viagens de António Pereira Inácio a Portugal.

O Comendador António Pereira Inácio constitui um exemplo desses portugueses que emigraram para o Brasil com o objetivo de desenvolver uma profissão (sapateiro), cuja aprendizagem já tinha iniciado em Portugal. Em alguns casos, a aprendizagem

³⁴⁰ Maria Beatriz ROCHA-TRINDADE, *Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil*, in *Análise Social*, vol. 22, n.º90, Lisboa, 1986.

de um ofício no país de origem constituía um ponto de partida para outros horizontes na terra de emigração.

O comércio emerge como uma das atividades com um maior número de efetivos. Os caixeiros e negociantes partiram em grande número durante todo o século XIX, como foram os casos de Gaspar Ferreira Baltar ou Manuel Pereira da Silva (Barão do Calvário).

Apesar de permanecerem várias décadas no Brasil, os *brasileiros* continuaram a manter um contacto bastante próximo com as terras de origem, pois uma parte das suas famílias aí permaneceu e enviavam remessas para a aquisição de terras ou para pagar os estudos de um filho ou afilhado.

O *brasileiro* que constituiu grandes fortunas alcançadas de distintas formas no Brasil, representa em Portugal, um modelo e estilo de sociedade distinto das condições quotidianas portuguesas. Este emigrante influenciou um estilo de vida, tornando-se uma figura totalmente diferente daquela que tinha partido, evidenciando um comportamento distinto, pois trazia consigo referências ao lugar de permanência, ideias e um sotaque linguístico incomum.

Este português regressado tornou-se alvo de críticas e caricaturas quer da população local quer da própria literatura³⁴¹. A peça *Aleijões Sociais* de Francisco Gomes Amorim versa sobre o tema do emigrante luso no Brasil, explorado pelos seus patrícios. *O Brasileiro Pancrácio*, uma opereta cómica, estreada em 1893, da autoria do escritor Sá de Albergaria e musicada pelo compositor Freitas Gazul, apresenta o português, originário do Minho, com pouca instrução, mas profundamente honesto, regressa rico, falando português com sotaque do Brasil, e constrói um palacete na terra de origem, onde realiza diversas benfeitorias, recebe títulos honoríficos e convive com as personalidades da região.

³⁴¹ Maria da Conceição Meireles PEREIRA, *O Brasileiro no Teatro Musicado Português – duas operetas paradigmáticas*, in *A Emigração Portuguesa para o Brasil* (2007). Porto: CEPESE/ Edições Afrontamento, p. 449-463.

Este investimento no desenvolvimento económico, social, político e cultural constituía um fato primordial para o seu regresso. Nos meios urbanos construiu escolas, hospitais, parques públicos, jardins, igrejas e capelas, assumindo-se como uma figura exemplar e de destaque na sociedade. Todo este contributo teve um grande impacto nas principais cidades portuguesas como o Porto ou Lisboa. No caso da cidade do Porto, destaca-se o papel desempenhado pelos *brasileiros* na definição do porto marítimo de Leixões ou na criação da primeira linha de caminho de ferro privada, que fazia a ligação entre as cidades do Porto e da Póvoa do Varzim. No caso da cidade de Lisboa, destaca-se a participação da comissão responsável pela edificação do Monumento aos Restauradores da Pátria ou o permanente apoio económico à Associação de Albergues Noturnos.

O Património Construído: exemplos de chegada no Vale do Sousa

Em 1925, foi publicado no jornal *O Novo Paredense* um artigo acerca dos *brasileiros de torna-viagem* escrito por um militar e, também, emigrante de origem paredense, o Tenente-Coronel José Ribeiro da Costa Júnior. Neste artigo, o autor exalta o trabalho desenvolvido pelos emigrantes quer em terras portuguesas quer em terras brasileiras, destacando, o património que começava a ser construído na terra natal.

“(...) No concelho de Paredes estão bem patentes as produções resultantes do dinheiro dos brasileiros, por exemplo temos: na sede do concelho, o palácio dos Viscondes de Paredes, a igreja nova, as vivendas do Calvário, a casa de Moreira Martins e as escolas oficiais semi – Conde de Ferreira; em Baltar os palacetes dos Pereiras; em Louredo a Castrália e a sua mola; em Vilela as casas de Sarilhos, Outeiro e Coucieiro, etc; (...)”

Se Camilo tivesse anotado, de norte a sul do nosso país, o que os «brazileiros» tem feito de útil e de belo, mesmo de grandioso, em vivendas, quintas, estradas, igrejas e hospitais!... (...)»³⁴².

Já em 1886/1887, José Augusto Vieira³⁴³ (1886/1887) tinha publicado um artigo na sua obra *“O Minho Pitoresco”* intitulado *“O Brasileiro”*. Neste artigo é destacada a importância da emigração enquanto recurso necessário para a libertação de mão de obra em excesso existente na região minhota e o papel do Brasil como território de atração. *“Partiram minhotos de raça, voltam brasileiros de adopção.”* Este autor³⁴⁴ refere que *“(...) o minhoto que regressa do Brazil, só de todo se torna brasileiro e afirma verdadeiramente a sua individualidade, quando reconstrue a casa paternal, ou edifica predio novo no verde canto da aldeia, onde brincou na sua infância. (...)”*

José Augusto Vieira (1886/1887) na sua obra destaca o regresso destes *brasileiros de torna-viagem* e a sua ação nas suas comunidades, realçando os investimentos na construção de edifícios habitacionais ou a sua intervenção na modernização das infraestruturas. No entanto, as suas descrições realçam as características das casas, como se pode verificar nesta transcrição relativa ao concelho de Paços de Ferreira:

“(...) Neste progredir excêntrico do antigo couto – tome-se a palavra no verdadeiro sentido geométrico – tem modernamente o brasileiro desempenhado um importante papel, a ponto de não haver quilómetro de estrada em que não se encontre o confortável palacete, pintado a ouro e verde, ou guarnecido a azulejos amarelos, com as luzentes e faiscantes bolas de vidro nas calara-boias em zimbório. (...)»³⁴⁵.

³⁴² *O Novo Paredense*, n.º57, 5 de abril de 1925.

³⁴³ José Augusto VIEIRA, *O Minho Pittoresco*, Tomo II, Valença, Edição Rotary Club de Valença, 1987.

³⁴⁴ José Augusto VIEIRA, *O Minho Pittoresco*, Tomo II, Valença, Edição Rotary Club de Valença, 1987.

³⁴⁵ José Augusto VIEIRA, *O Minho Pittoresco*, tomo II, Valença, Edição do Rotary Club de Valença, 1987.



Figura 1 Palacete em Paços de Ferreira (foto da autora)

Como refere Domingos Tavares³⁴⁶, o *brasileiro* ao construir uma casa própria para habitação permanente ou temporária, procura ocupar a sua posição na sociedade. A casa representa, assim, a imagem e o gosto do emigrante, que procurará fazer refletir as suas vivências, as suas influências. O emigrante conseguiu ocupar um lugar entre os novos-ricos, quer através da fortuna alcançada, quer através dos diferentes gestos de filantropia que pratica, ou dos cargos políticos que exerce.

O fenómeno social da emigração e, posterior regresso do Brasil, associou-se à construção de vilas e palacetes espalhados por toda a região Noroeste de Portugal, e, posteriormente à ruína de um passado recente que tende a desaparecer.

³⁴⁶ Domingos TAVARES, *Casas de Brasileiro – Erudito e Popular na Arquitectura dos Torna-Viagem*. Porto: Dafne Editora, 2015.

Manuel Pereira da Silva, um felgueirense em terras de Penafiel

Manuel Pereira da Silva nasceu a 16 de janeiro de 1813, na freguesia de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras), filho de um casal de proprietários agrícolas – António Pereira da Silva e Maria Josefa Mendes. Em 1827 partiu para São Salvador da Baía, onde trabalhou no comércio. Nesta cidade

“(…) seguiu a carreira commercial, e conduziu-se tão dignamente que o seu nome, então modesto, era proferido em todos os centros do extinto império por correcto entre os mais correctos (...). Foi investido no lugar de director da Caixa Commercial da Bahia, um estabelecimento bancário de renome; mas já a sua bondade o levou a penetrar nos institutos piedosos e de beneficência, tornando-se affectuoso e dedicado: desempenhou diversos cargos na Ordem Terceira de S. Francisco e nas Confrarias do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, da mesma cidade, fazendo-as florescer pelos seus serviços inolvidáveis e de summa importancia. (...)”³⁴⁷.



Em 1845, casou com Rosa Adelaide Leal da Silva, filha de emigrantes portugueses naturais de Lousada. Deste casamento resultou, apenas, uma filha – Lídia Pereira Coelho da Silva. Em 1851, foi obrigado a regressar a Portugal por questões de saúde, fixando-se em Penafiel e, nesse mesmo ano adquiriu a Quinta do Paço, no lugar do Calvário, onde existiam «vastos silvados», tendo iniciado de imediato as obras de construção do seu palacete e o cultivo dos terrenos agrícolas.

Figura 2 Manuel Pereira da Silva ou Barão do Calvário (imagem retirada do jornal *Mala da Europa*)

³⁴⁷ *Mala da Europa*, nº103, 27 de dezembro de 1897.

“(...) Amigo sincero das classes productoras, desejando o desenvolvimento da indústria nacional, o illustre barão do Calvário fundou uma fábrica de lanifícios na freguesia de Padronello, concelho d’Amarante, sob a firma de Garcia Ribeiro & C.^a, de que era o principal societário, fornecendo o capital necessário á sua sustentação. (...)

Ao lado da officina fez que se abrissem de par em par as portas d’uma escola, comprehendendo que sem instrucção não podia attingir-se o desenvolvimento industrial, e n’ella tiveram ingresso os trabalhadores obscuros ávidos do pão do espírito. (...)”³⁴⁸.

Em 1872, Manuel Pereira da Silva recebeu no seu palacete a visita do rei D. Luís I e da comitiva real que se tinham deslocado para visitar o Quartel Militar e o Regime de Infantaria 6. Neste mesmo ano, a 22 de agosto, foi-lhe concedido o título de Barão do Calvário por Decreto Real.

“(...) Foi na magnifica quinta do Calvário, que tantos cuidados lhe mereceu, onde teve a honra de receber esplendidamente, em 1872, a S. M. El-Rei D. Luiz I, a S. A. O Infante D. Affonso e aos ministros d’Estado, á frente dos quaes se encontra o conselheiro Fontes Pereira de Mello, saudosíssimo chefe do partido regenerador, no qual se achava filiado o benemérito titular. El-Rei conferiu-lhe então, o título honorífico, sciente de que d’elle era merecedor pelas suas virtudes cívicas e character imaculado. (...)”³⁴⁹.

Após esta receção, o Barão do Calvário foi agraciado com a comenda da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

As obras da Igreja do Calvário, de acordo com Pinho Leal, na obra *Portugal Antigo e Moderno*³⁵⁰, foram continuadas e concluídas graças à intervenção deste ilustre

³⁴⁸ *O Comércio de Penafiel*, nº2:677, de 21 de dezembro de 1901.

³⁴⁹ *O Comércio de Penafiel*, nº2:677, de 21 de dezembro de 1901.

³⁵⁰ Augusto Soares Barbosa de Pinho LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 6, Lisboa, Livraria Editora de Matos, 1873-1890.

brasileiro que realizou vários donativos e, criou, em parceria com outros penafidelenses, um fundo para custear as despesas de celebração eucarística semanal ao domingo e nas Quintas-feiras santas.

Após o regresso a Portugal, fundou a associação “Montepio de Socorros Mútuos da Ordem Terceira de São Francisco” e foi um dos fundadores do Hospital da Misericórdia de Penafiel.

Faleceu a 19 de dezembro de 1901 e, no seu testamento contemplou os mais necessitados e todas as instituições e obras de caridade que apoiou ao longo de toda a sua vida. Como é referido no jornal local “*O Commercio de Penafiel*”, do dia 21 de dezembro: “*Finou-se ante-hontem, no seu palacete, á rua Formosa, o sr. Barão do Calvário, a figura que mais se evidenciou entre nós, desde muitos annos, na pratica d’obras de benemerência e philantropia, que de todos os penafidelenses são indubitavelmente conhecidas: - cabia-lhe sem hyperbole, o título de pai dos pobres. (...)*”³⁵¹.

O Palacete do Barão do Calvário localiza-se na principal avenida da cidade de Penafiel, destacando-se pela composição do conjunto edificado, nomeadamente os dois torreões encimados por uma balaustrada e por jarrões em granito. Este edifício localiza-se no espaço anteriormente ocupado pela Quinta do Paço que se encontrava em ruínas.

No ano da morte do Barão do Calvário (1901), o Palacete foi doado ao neto, Manuel da Silva Leal. Em 1928, o Palacete foi adquirido pela Câmara Municipal de Penafiel, para aí instalar as repartições públicas, como o Tribunal.

³⁵¹ *O Commercio de Penafiel*, n.º 2:677, 21 de dezembro de 1901.



Figura 3 Palacete do Calvário (foto da autora)

Em 1946, a Biblioteca Municipal foi transferida para este edifício, tendo-se instalado no 1º piso. De forma a possibilitar melhores acessos à fachada posterior do edifício, em 1947 foram demolidos dois edifícios de um único piso e aí abertas duas ruas.

Entretanto, o edifício tornou-se a sede da Comissão Municipal de Cultura e, posteriormente, em 1948, foi aí criado e instalado o Museu de Arte, Arqueologia e Etnografia.

A partir da década de 1950, os fundos bibliográficos, do Arquivo e do espólio museológico foram colocados neste edifício até à década de 1990. Atualmente, este espaço é ocupado pela Biblioteca Municipal de Penafiel.

Adriano Moreira de Castro e a Castrália

Adriano Moreira de Castro nasceu na freguesia de Louredo, concelho de Paredes a 09 de dezembro de 1858. Por volta de 1872, emigrou para a cidade de Belém do Pará, onde começou por ser aprendiz no comércio. Posteriormente, criou a empresa Araújo, Castro & C^a que, se tornou numa importante empresa paraense.

No Brasil casou com Maria Angélica de Magalhães, natural de Melgaço. Esta faleceu a 22 de outubro de 1894, tendo deixado uma única filha, Enedina Moreira de

Castro. Posteriormente, viria a casar com Gregória Pacheco de Castro, natural do Estado do Pará, sem qualquer descendência.

Regressou a Portugal no início do século XX, tendo fixado residência em Louredo, tendo construído "(...) *uma linda e apalaçada vivenda da Castrália, que é um folgar de olhos pelas belezas que aí encerra*.³⁵²", num dos terrenos que adquiriu.

Em 1912, foi eleito Presidente da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Paredes, tendo pedido exoneração do cargo nesse mesmo ano. Entre 1912 e 1918, financiou a construção de uma escola na freguesia de Louredo, que foi inaugurada com a presença de importantes personalidades da época, entre elas, D. António Augusto de Castro Meireles e José Coimbra Pacheco, proprietário da Estância de Louredo. O Ministro da Instrução, Dr. Alfredo Magalhães, foi convidado para a inauguração, mas não esteve presente na mesma.

O jornal *República*, no dia 12 de outubro de 1918, publicou um artigo sobre o *brasileiro* e a inauguração da escola, salientando sobretudo a defesa da instrução como um valor republicano – *Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo* (frase que esteve inscrita na fachada principal da escola). Adriano Moreira de Castro foi exaltado como um modelo dos ideais republicanos, assentes sobretudo na instrução e na educação do povo. Este *brasileiro* defendia o alargamento da instrução a todas as classes sociais, ajudando para tal os mais necessitados através da concessão de bolsas de estudo e da dádiva dos materiais necessários, como é ainda recordado por algumas pessoas da freguesia. Após a inauguração do edifício, o *brasileiro* instituiu donativos anuais para que os jovens mais necessitados pudessem frequentar a escola e, criou prémios de mérito escolar. O seu empenho e trabalho em prol da instrução foram reconhecidos a 7 de abril de 1936, pelo Presidente da República, General Óscar Carmona que lhe conferiu o título de Cavaleiro da Ordem da Instrução Pública.

³⁵² *A Behetria de Louredo*, n.º2, 22 de janeiro de 1922.



O *brasileiro* foi um constante impulsionador da imprensa regional, destacando-se como colaborador e financiador. Através dos seus textos, destacou-se local e nacionalmente, em publicações como o jornal *A Behetria de Louredo* e o *Almanaque Luso-Brasileiro*, editado por Parceria A. M. Pereira. Nos textos publicados, Adriano Moreira de Castro destacou o percurso realizado e a busca da riqueza e, simultaneamente, valorizava o Estado do Pará como neste exemplo:

Figura 4 Adriano Moreira de Castro (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Paredes)

*“Linda terra paraense / Deixa que um teu amigo, / Te recorde
e em ti pense / E vê conversar contigo. / Despedi-me aí de tudo,
/ Quando embarquei no vapor, (...) Terra de grandes poetas /
jardins, parques, monumentos, / De mui frondosas florestas.
(...)”³⁵³.*

Do ponto de vista ideológico, Adriano Moreira de Castro era um fervoroso defensor dos ideais republicanos, tendo inclusive organizado vários comícios no concelho de Paredes e na sua vivenda, a *Castrália*. Esta casa, espaço de convívio entre as diferentes classes sociais, foi, simultaneamente, o ponto de encontro de republicanos e intelectuais.

Em 1909, Adriano Moreira de Castro encomendou uma coleção de três postais onde estavam representados o emigrante e a casa. Desde 1910 que surgiam referências à habitação deste *brasileiro de torna-viagem* na imprensa. A casa era

³⁵³ *Almanaque Luso-Brasileiro*, 1923.

referida com epítetos como linda, luxuosa, belíssima e apalaçada, o que causava imensa curiosidade na imprensa da época, quer pelo permanente movimento cultural e político, quer pelas suas dimensões e características arquitetónicas.

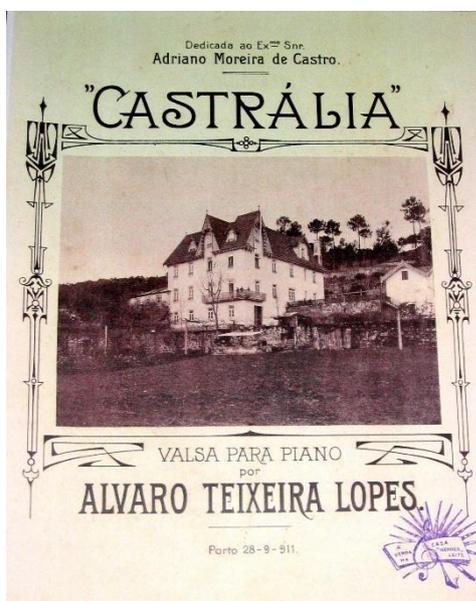


Figura 5 Frontispício da obra "Valsa da Castrália" (Arquivo Particular da Castrália)

Este conjunto edificado é composto pela habitação e por um grupo de construções anexas, como a garagem, o celeiro e pequenos espaços de apoio à atividade agrícola.

O portão principal, onde se encontra a inscrição – *Castrália* - conduz a um pequeno pátio e à entrada principal. A fachada principal apresenta, no primeiro andar, um balcão rematado por uma balaustrada, com as figuras alegóricas do Comércio e da Indústria. No interior da casa, destacam-se, sobretudo, a Sala da Música, o Escritório e a Sala de Jantar, o que cria um contraste com a sobriedade dos quartos da família e com as áreas de serviço.

O espaço de maiores dimensões é a Sala de Jantar, cujas janelas se estendem para o pátio principal e a porta para o pequeno jardim. Esta sala destaca-se pela decoração das paredes e pelo teto em estuque policromo. No teto estão representados motivos florais e animais, em alto-relevo. O pavimento da sala de jantar foi executado em pau-brasil e pau-cetim, madeiras importadas do Brasil por este. No centro do pavimento, encontra-se o monograma de Adriano Moreira de Castro – AMC. As paredes são decoradas com pinturas murais, alusivas ao Brasil, nomeadamente ao Estado do Pará, como é o caso da praça com uma fonte com sereias ou a alameda com palmeiras e edifícios neoclássicos. As alegorias apresentadas ao longo da sala de jantar constituem uma demonstração da importância da cidade do Pará no percurso do emigrante, assemelhando-se a autênticos bilhetes-postais perpetuados nas paredes desta sala.

Este palacete foi citado em obras da época, como a *Monografia de Paredes*, onde o seu autor, Dr. José do Barreiro, refere o seguinte:

“O capitalista, regressado do Brazil, snr. Adriano Moreira de Castro, edificou aí um palacete para sua habitação, a que poz o nome de Castralia, para o que mandou vir ricas madeiras do Brazil (...). Panorama encantador/ Desde a Castrália à estrada./ Quantas belezas encerra/ Esta nossa terra amada! (...)”³⁵⁴

Outras construções

Os *brasileiros*, também, se envolveram na reconstrução/construção de construções religiosas – Igrejas e Capelas. O Santuário de Nossa Senhora da Piedade e dos Santos Passos, em Penafiel, foi construído com remessas enviadas pelos emigrantes penafidelenses no Brasil, que auxiliaram na construção quer do edifício quer do jardim e parque existentes em volta. O jardim e parque envolventes deste Santuário foram nomeados como “Parque Zeferino Oliveira”, numa alusão à filantropia deste *brasileiro*. O Santuário de Nosso Senhor dos Remédios é um importante exemplo de um edifício religioso construído no topo de uma colina, na freguesia de Rio de Moinhos (Penafiel), por iniciativa do *brasileiro* Francisco Moreira da Fonseca:

“O sr. Fonseca tomou a seu cargo quarenta pobres da freguesia; concorreu com 200\$000 reis e com terreno para a construção de um cemitério n’esta freguesia; (...) por ultimo tenciona mandar soalhara igreja, após a construção do cemitério, bem como erigir um sanctuario, com ajuda de alguns amigos do Brazil, no monte do Senhor dos Remedios. (...)”³⁵⁵

³⁵⁴ José do BARREIRO, *Monografia de Paredes*, Porto, Tipografia Barros e Costa, 1924.

³⁵⁵ *O Comércio de Penafiel*, n.º 132, 21 de novembro de 1894.

No concelho de Felgueiras, destaca-se a Capela de Santa Quitéria, que sofreu melhorias significativas introduzidas pelas fortunas dos *brasileiros* que começavam a regressar à terra natal. Destas melhorias destacam-se a escadaria de acesso à igreja, a colocação de um relógio e de um carrilhão, bem como a construção de diversos edifícios nas proximidades.

No concelho de Lousada, a Capela de Nossa Senhora da Ajuda, construída na freguesia de Nevogilde, era referida desde 1690. No entanto, sofreu alterações ao longo dos séculos, nomeadamente nos séculos XIX e XX. Em 1830, a capela foi restaurada por ordem de Manuel Albino Pacheco, da Casa das Vinhas, devido à graça recebida, de acordo com a inscrição na lápide, colocada na frontaria do edifício. A 13 de outubro de 1907, o periódico *Jornal de Louzada*³⁵⁶ publicou um artigo onde era relatada a vontade do Visconde de Nevogilde, em construir uma igreja em Santa Marinha de Lodares. Este emigrante, reconhecido na cidade do Rio de Janeiro pela sua intensa atividade filantrópica, auxiliou e custeou as obras de recuperação da Capela de Nossa Senhora da Ajuda. A 7 de novembro de 1909, o Visconde de Nevogilde e o comendador José Ferreira Ribeiro visitaram as obras, tendo realizado doações para a sua conclusão. A maior parte dos custos foram suportados pelo visconde de Nevogilde, pois este custeou a construção da torre sineira, os 4 sinos, o para-raios, o revestimento a mosaico na torre, os 2 mostradores de mármore e o relógio. O comendador, por seu lado, financiou a colocação do pavimento em madeira, o douramento dos altares e as sanefas interiores. A 20 de dezembro de 1909, realizou-se o batismo solene dos sinos novos, dedicados a Nossa Senhora da Ajuda pelo Conde de Nevogilde. Em maio de 1910, o relógio adquirido pelo conde para este edifício, esteve em exposição numa relojoaria no centro de Lousada.

No ano seguinte, nos dias 27 e 28 de agosto, realizou-se uma grandiosa festa de inauguração oficial das obras de restauro. No final da festa foi descerrado um retrato a óleo do Visconde, oferecido pelo abade de Nevogilde.

³⁵⁶ *Jornal de Louzada*, n.º113, 7 de novembro de 1909.



Figura 6 Capela de Nossa Senhora da Ajuda (foto da autora)

As romarias locais em honra dos diferentes santos e a comemoração de datas importantes para a comunidade local constituíram uma outra forma de afirmação dos recém-regressados portugueses. Um exemplo é o *brasileiro* Adriano Moreira de Castro patrocinou diversas festividades quer em Louredo quer em Penafiel. Em 1901, Adriano Moreira de Castro auxiliou a realização da festa em honra de São Sebastião, após o seu regresso do Brasil.

No caso de Lousada, é de destacar a festividade da Senhora da Aparecida, na freguesia de Torno. Após o regresso de alguns *brasileiros*, nomeadamente Abílio de Magalhães, as festas ganham um maior dinamismo, nas décadas de 1920 e 1930. Comerciante ativo e inovador, Abílio de Magalhães regressou definitivamente a Lousada, decidido a reforçar a importância da Aparecida, onde tinha localizado o seu estabelecimento comercial herdado do pai, a Casa de Ferragens. No jornal *Vida Nova*, do qual era proprietário, foram publicadas diversas notícias alusivas ao Santuário da

Aparecida, nomeadamente as promessas que eram pagas pelos fiéis que subiam a rua de joelhos ou então a própria procissão dos caixões. Como todos os emigrantes de retorno, Abílio de Magalhães fez questão de ser um dos maiores financiadores da festa local. Esta vontade está relacionada com o facto de ser proprietário de duas grandes casas comerciais, e atrair à Aparecida um grande número de potenciais consumidores e de promover o desenvolvimento da região. Outros emigrantes como Valentim da Silva Machado (proprietário no Rio de Janeiro) e João Ribeiro de Magalhães (comerciante na Baía) contribuíram para o êxito da romaria, através da entrega de elevadas quantias ou patrocinando as obras da Capela de Nossa Senhora da Conceição.

No concelho de Felgueiras destaca-se a construção de um teatro, à qual foi associado o nome de um *brasileiro* que procurou auxiliar o seu concelho a partir do Brasil. António José da Fonseca Moreira partiu para o Rio de Janeiro, bastante jovem, onde conseguiu angariar uma vasta fortuna, que lhe permitiu viajar e dedicar-se às letras e à escrita. No entanto, enviava, com frequência, para Felgueiras, avultadas quantias que eram repartidas entre as coletividades e os mais pobres. Tornou-se, assim, um importante benemérito, tendo auxiliado na construção do teatro na segunda década do século XX que, viria a ser inaugurado a 20 de novembro de 1921.

António José da Fonseca Moreira foi um importante escritor teatral, uma vez que aos 17 anos já publicava poesias, artigos literários. Ao longo da sua estadia no Brasil, foi procurando desenvolver a sua instrução, dedicando-se sobretudo à escrita de peças como «Feitiço contra Feiticeiro», peça que foi representada aquando da inauguração do teatro de Felgueiras. Em 1929, por iniciativa dos seus amigos Auspício Ferreira, Joaquim de Barros Leite e Manuel Sampaio foi proclamado «Benemérito da República». Na sequência da sua morte, o *brasileiro* fez vários legados, destacando-se a doação de cem contos de reis para a construção de uma escola pública em Felgueiras.

Conclusão

O património material (casas, igrejas, capelas, hospitais) constitui a representação mais evidente do retorno.

As casas de *brasileiros* constituem uma necessidade dos emigrantes em desprenderem-se da atividade agrícola, uma vez que não estando ligados socialmente à aristocracia procuram afirmar-se a partir da sua riqueza e de todas as atividades que desenvolvem como é o caso dos bailes temáticos e das festas. São de destacar o grande número de festas e bailes que surgem retratados na imprensa, como é o caso das festas e bailes de Carnaval organizados na Assembleia Penafidelense ou das festas organizadas pelo Natal na *Castrália* pelo *brasileiro* Adriano Moreira de Castro ou nos Palacetes dos Pereiras em Baltar.

O reconhecimento dos atos de filantropia destes *brasileiros* tem vindo a ser realizada ao longo do século XX, sendo necessário, no entanto, um estudo mais aprofundado de todo o património construído, preservado ou mesmo alterado por estes. Este levantamento deverá ser usado para contar a história do património material e imaterial dos *brasileiros* do Vale do Sousa.

Os «brasileiros» merecem pois as minhas homenagens e daqui os saúdo efusivamente. (...)»³⁵⁷.

“No entanto, a imagem da terra distante não desaparecia: afirmavam com orgulho o nome de Portugal e das suas terras nos títulos das associações de cultura e de benemerência. Socorriam com donativos nas desgraças, e acediam aos pedidos de ajuda na promoção de melhoramentos das terras de origem. Naturalmente, havia muitos outros que nunca perdiam a ideia de regresso, e acabavam por a concretizar. Nas décadas da viragem do século os regressos terão representado cerca de metade das partidas (...)»³⁵⁸.

³⁵⁷ *O Novo Paredense*, n.º57, 5 de abril de 1925.

³⁵⁸ Carolina LEITE, *Casas de emigrantes: gosto de alguns, desgosto de muitos*, in *Sociedade e Território*, n.º8, Porto, 1989, p. 67-72.

Bibliografia e Fontes

ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros – emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Edição de autor, 1994.

BARREIRO, José do, *Monografia de Paredes*, Porto, Tipografia Barros e Costa, 1924.

GARRETT, Almeida, *Viagens na Minha Terra*. Porto, Porto Editora, 1999.

LEAL, Augusto Soares Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 6, Lisboa, Livraria Editora de Matos, 1873-1890.

LEITE, Joaquim da Costa, *O Brasil e a imigração portuguesa (1855-1914)* in FAUSTO, Boris (org.), *Fazer a América*, São Paulo, EDUSP, 1999.

LEITE, Maria Carolina, *Casas de emigrantes: gosto de alguns, desgosto de muitos*, in *Sociedade e Território*, n.º8, Porto, 1989, p. 67-72.

LEITE, Maria Carolina, *A casa em construção: actores e decisores*, in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 98-107.

MENDES, José M. Amado, *A emigração portuguesa, nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa*, in *Revista Portuguesa de História*, 24 (1988), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social, 1988, p. 293-308.

MONTEIRO, Isilda Maria Braga da Costa; SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, *Lousada – Percursos de Memória*, Paredes, Reviver Editora, 2008.

MONTEIRO, Miguel, *Representações Materiais do “Brasileiro” e Construção Simbólica do Retorno*, in *Turbulência Cultural em Cenários de Transição – O século XIX Ibero-americano*. São Paulo, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 165-189.

MONTEIRO, Miguel, *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926) - Territórios, Itinerários e Trajectórias*, Braga, Universidade do Minho, 1996.

MONTEIRO, Miguel *Fafe dos Brasileiros (1860-1930)- Perspectiva Histórica e Patrimonial*, Fafe, edição de autor, 1991.

MONTEIRO, Miguel, *O papel dos brasileiros nas vilas do Minho, O Caso de Fafe*, in ALVES, Jorge Fernandes (coord.), *Os Brasileiros da Emigração*, Vila Nova de Famalicão, 1998, p. 107.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *O Brasileiro no Teatro Musicado Português – duas operetas paradigmáticas*, in SOUSA, Fernando et al., *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto, CEPESE/ Edições Afrontamento, 2007, p. 449-465.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil*, in *Análise Social*, vol. 22, n.º90, Lisboa, 1986.

SANTOS, Eugénio dos (coord.), *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

SILVA, Francisco Ribeiro, *História local: objectivos, métodos e fontes* in Carlos Alberto Ferreira de Almeida: *in memoriam*, vol. II. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 383-396.

TAVARES, Domingos, *Casas de Brasileiro – Erudito e Popular na Arquitectura dos Torna-Viagem*, Porto, Dafne Editora, 2015.

VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo II, Valença, Edição Rotary Club de Valença, 1987.

A Colónia de Andaluzes residente em Vila Real de Santo António (C. 1850-1914)

João Romero Chagas Aleixo (IHC - NOVA FCSH)

Resumo

Este artigo aborda a migração de andaluzes para o concelho de Vila Real de Santo António (daqui em diante VRSA), ao longo do século XIX.

Nesse sentido, especificam-se as principais causas migratórias que originaram esses contínuos fluxos migratórios, assim como identificam-se as principais terras de origem desses migrantes, assim como as ocupações profissionais a que se dedicaram no concelho de VRSA.

Analisa-se a importância que os industriais estrangeiros – dois genoveses e seis andaluzes – tiveram na criação, implementação e desenvolvimento da indústria conserveira no concelho de VRSA, entre 1879 e 1914, nomeadamente três desses capitães: Sebastián Ramírez (El Almendro, 1828 – VRSA, 1900), Juan Maestre Cumbreira (Villanueva de los Castillejos, 1840 – VRSA, 1923) e Francisco Rodríguez Tenório (Villanueva de los Castillejos, 1843 – VRSA, 1907), que dominaram, por largos anos, a indústria conserveira na vila. Analisam-se, igualmente, o estatuto socioeconómico e sociopolítico que essas famílias de andaluzes atingiram no concelho.

Palavras-chave: Migrações transfronteiriças, Andaluzia, Algarve, Século XIX, História Económica e Social.

Abstract

This article addresses the migration of Andalusians to the municipality of Vila Real de Santo António (VRSA), throughout the 19th century.

In this sense, we specify the main migratory causes that give rise to these continuous migratory flows, as well as the identification of the main lands of origin of these migrants, as well as the professional occupations they dedicated themselves to in the municipality of VRSA.

It analyzes the importance that foreign industrialists – two Genoese and six Andalusians – in the creation, implementation and development of the canning industry in the municipality of VRSA, between 1879 and 1914, named in honor of three of these captains: Sebastián Ramírez (El Almendro, 1828 – VRSA, 1900), Juan Maestre Cumbreira (Villanueva de los Castillejos, 1840 – VRSA, 1923) and Francisco Rodríguez Tenório (Villanueva de los Castillejos, 1843 – VRSA, 1907), who dominated, for many years, the canning industry in the town. It also analyzes the socio-economic and socio-political status that these Andalusian families occupy in the municipality.

Keywords: Cross-border migrations, Andalusia, 19th century, Algarve, Economic and Social History.

Introdução

Este artigo aborda a colónia de andaluzes a residir em VRSA, entre meados do século XIX e o início da primeira guerra mundial.

A temática escolhida não tem merecido a atenção de muitos investigadores, sendo de realçar a tese de Doutoramento em História de João Romero Chagas Aleixo que aborda a migração de andaluzes para o Algarve e para o Baixo Alentejo, entre c. 1810 e 1914³⁵⁹. A que se deve acrescentar as recentes obras de António Horta Correia, fundamentais para compreender VRSA ao longo do período estudado: a biografia de Sebastián Ramirez³⁶⁰; a publicação de fontes primárias, no caso um diário manuscrito

³⁵⁹ João Romero Chagas ALEIXO, *A Migração de Andaluzes para o Algarve (1850-1914): os casos de Loulé e Vila Real de Santo António*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2022.

³⁶⁰ António Horta CORREIA, *Sebastian Ramirez (1828-1900). Subsídio documental para uma biografia*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2008.

entre 1863 e 1909³⁶¹; e, finalmente, as biografias de três dos maiores capitães da indústria conserveira de VRSA (Sebastián Ramirez, Francisco Rodriguez Tenório, Juan Maestre Cumbreira)³⁶².

Nesse sentido, o inquérito historiográfico do presente artigo tenta responder às seguintes questões de partida: quais foram as principais causas migratórias de andaluzes para VRSA? Quais foram os andaluzes de primeira e de segunda geração que iniciaram o surto conserveiro em VRSA? Qual o estatuto sócio-económico que algumas famílias andaluzas alcançaram na vila? Qual o estatuto sócio-político que alguns membros da colónia andaluza radicada em VRSA alcançaram na vila, no concelho, no distrito e até a nível nacional?

Para tal, utilizou-se a seguinte metodologia e fontes: para quantificar os andaluzes residentes em VRSA investigou-se os censos gerais da população de Portugal, entre 1864 e 1911; para mapear as fábricas de tecelagem e de conservas por eles fundadas em VRSA consultou-se o *Inquérito Industrial de 1881*; para mapear as actividades comerciais, assim como prestação de serviços financeiros (banca e seguros) a que se dedicaram, consultou-se as *Licenças de Comércio, para o concelho de VRSA, entre 1850 e 1882*, concedidas pela Câmara Municipal de VRSA, bem como os *Anuários comerciais de Portugal, Ilhas e Ultramar*, entre 1901 e 1913; para aferir o seu estatuto sócio-político consultaram-se algumas monografias locais e regionais.

1. As principais causas migratórias

As principais causas da migração de andaluzes para o Algarve, ao longo do século XIX, estiveram relacionadas com motivos militares, económicos e sociais.

³⁶¹ António Horta CORREIA, *Memórias & Documentos, vol. II – Vila Real de Santo António (1863-1909): notas de António dos Santos Machado*, Albufeira, Arandis Editora, 2019.

³⁶² António Horta CORREIA, *Memórias & Documentos, vol. III – Francisco Rodríguez Tenório, Juan Maestre Cumbreira, Sebastián Ramírez*, Albufeira, Arandis Editora, 2020.

O facto de Villanueva de los Castillejos ter albergado o Quartel-General das tropas espanholas na defesa da região do Condado de Niebla (sensivelmente a superfície territorial que compõem a actual província de Huelva) na denominada Guerra da Independência – conflito militar que em Portugal é designado por Invasões Francesas –, entre Janeiro de 1810 e Agosto de 1812, terá sido fulcral para a existência de um primeiro fluxo migratório. Recorde-se que, durante o auge dessa Guerra na região, os municípios vizinhos de Villanueva de los Castillejos e de El Almendro (comarca do Andévalo, província de Huelva)³⁶³ sofreram dezassete invasões das tropas francesas, o que provocou um rastro de destruição e de ruína económica³⁶⁴.

Durante grande parte do conflito militar, os municípios do Andévalo estiveram obrigados a fornecer as duas tropas em contenda – a espanhola e a francesa – de homens, bens alimentares e cavalos³⁶⁵. Uma vez que a guerra provoca destruição, ruína económica e decréscimo demográfico, numa escalada negativa difícil de superar, a migração era uma das soluções disponíveis. E foram, justamente, os andaluzes naturais destes dois municípios vizinhos os que mais migraram para o Algarve, ao longo de todo o século XIX, como escreveu o Padre Emiliano Rodriguez na sua inédita *Monografia de El Almendro*.

Outra das causas que esteve na base desta migração foram os dois processos de desamortização das terras (1837 e 1856), e, em especial, a privatização dos «proprios y comunales» – terrenos municipais comunitários, administrados por cada município, normalmente utilizados pelos habitantes para a criação da pecuária – dos municípios vizinhos de Villanueva de los Castillejos³⁶⁶ e de El Almendro, dado que

³⁶³ Para uma caracterização geográfica, histórica, demográfica, sócio-política e sócio-económica dos municípios de Villanueva de los Castillejos e de El Almendro, para o período compreendido entre o século XVIII e 1920, veja-se João Romero Chagas ALEIXO, *A Migração de Andaluzes para o Algarve (1850-1914): os casos de Loulé e Vila Real de Santo António*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2022, pp. 98-115.

³⁶⁴ Padre Emiliano RODRIGUEZ, *Monografia de El Almendro*, El Almendro, 1904, fl. 5.

³⁶⁵ Antonio Mira TOSCANO, Juan Villegas MARTÍN, Antonio Suardíaz FIGUERO, *La batalla de Castillejos y la Guerra de la Independencia en el Andévalo Occidental*, Huelva, Diputación Provincial de Huelva, 2010, p. 198 e p. 203.

³⁶⁶ Juan Manuel Núñez MÁRQUEZ, “Villanueva de los Castillejos”, in *Los pueblos de Huelva*. Tomo IV, Madrid, Editora Mediterráneo, 1997, p. 1264.

provocaram um maior aprofundamento das diferenças económicas e sociais entre a população, o que originou uma maior propensão para a migração para países receptores onde a situação fosse mais favorável.

Deste modo, conseguiu-se identificar, pelo menos, uma rede migratória de andaluzes naturais de Villanueva de los Castillejos rumo a Loulé. A documentação municipal disponível – concessão e registo de passaportes – revela que, já no início da década de 1810, eram os andaluzes naturais desse município aqueles que em maior número residiam na vila e que solicitavam passaportes para da vila se deslocarem. Tendência que se foi avolumando com o passar dos anos, pelo que, no início do século XX, continuava a ser de Villanueva de los Castillejos a maior parte dos migrantes andaluzes radicados em Loulé.

Mas as guerras nunca vêm só, uma vez que trazem, sempre, outros factores e consequências políticas e económicas de curta, média e longa duração. Factores que influem, fortemente, na decisão de migrar: a fuga às «quintas»³⁶⁷; o aumento dos «prófugos» (desertores); a fuga à justiça; a fuga a determinados compromissos políticos (políticos eleitos para cargos municipais). Situações que não estiveram somente bastante presentes durante a Guerra da Independência (1808–1814), mas, igualmente, ao longo de grande parte do conflituoso século XIX espanhol, através das três Guerras Carlistas de sucessão ao trono espanhol: 1833–1840, 1846–1849 e 1872–1876. E para fugir a um alistamento militar ou desertar de um exército que melhor maneira haveria do que migrar? E, de preferência, para a região vizinha – o Algarve –, uma vez que só as separava o rio Guadiana, fronteira natural de águas calmas e tranquilas.

Às causas migratórias já enumeradas deve, ainda, ser acrescentado um conjunto de factores económicos:

³⁶⁷ Designação dada à percentagem de habitantes que eram sorteados para ingressar no exército, isto é, cerca de 20% do total dos homens válidos, com idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos de idade, residentes em cada município.

- a) O baixo desenvolvimento agrícola, provocado pela pobreza dos solos – maioritariamente terras xistosas – e pelo clima árido do Andévalo ocidental³⁶⁸;
- b) A estrutura das propriedades agrícolas da região: a penetração do capitalismo na agricultura supôs o início do chamado processo de «descampesinação», desencadeado à custa dos pequenos proprietários. Devido à falta de recursos necessários para afrontar a modernização agrícola, foram, a pouco e pouco, se reduzindo as possibilidades de uma economia campesina assente em minúsculas explorações, o que ajuda a explicar que, no caso da região andaluza, se migre mais onde a pequena propriedade é mais característica³⁶⁹;
- c) A oportunidade única para aumentar o espaço de comercialização e de transacções económicas³⁷⁰;
- d) A crise mineira (decadência e/ou estagnação)³⁷¹;
- e) O abandono das gentes do campo, provocada pela crise vitivinícola originada pela praga de «filoxera» (1877-1878)³⁷²;

³⁶⁸ Rafael Cáceres FERIA, “El Andévalo: Una Mirada Desde La Antropología”, in *El Andévalo: território, história y identidad (actas de las I Jornadas del Patrimonio de El Andévalo, Alosno, Huelva, 19 y 20 Noviembre 2010)*, Huelva, Diputación de Huelva, 2011, p. 49.

³⁶⁹ Antonio M. BERNAL, “La emigración de la Andalucía”, in Nicolás Sánchez-Albornoz (Comp.), *Españoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*, Madrid, Alianza Editorial S.A., 1988, pp. 156-157.

³⁷⁰ José Saldaña FERNÁNDEZ, “La Guerra de la Independencia en la Frontera Sur Hispano-Portuguesa: Un Espacio Para La Reflexión”, in Juan Luis Carriazo Rubio (Coord.), *Fortificaciones, Guerra y Frontera en el Marquesado de Gibraleón*, Huelva, Diputación Provincial de Huelva, Servicio de Publicaciones, 2012, p. 292.

³⁷¹ Juan A. Márquez DOMINGUEZ, “El Patrimonio Natural de El Andévalo. Territorio y Paisaje em un Desarrollo Difícil”, in *El Andévalo: território, história y identidad (actas de las I Jornadas del Patrimonio de El Andévalo, Alosno, Huelva, 19 y 20 Noviembre 2010)*, Huelva, Diputación de Huelva, 2011, p. 24.

³⁷² Ricardo ROBLEDO, “La crisis agraria y éxodo rural: emigración española a Ultramar (1880-1920)”, in *La crisis agraria del finis del siglo XIX*, Barcelona, Editorial Critica, 1988, p. 228.

f) A taxa cambial da moeda espanhola face à moeda portuguesa, que valorizava a peseta em relação ao real, até 1911, e, a partir de 1911, em relação ao escudo³⁷³.

Factores que originaram a migração de centenas de andaluzes para Portugal, com colónias bem demarcadas em relação às suas terras natais. É essa a conclusão que se consegue extrair, quando se correlaciona os fluxos migratórios entre os locais de origem e os locais de destino, tendo, a este respeito, identificado-se os seguintes fluxos migratórios: de Villanueva de los Castillejos para Loulé; de Ayamonte, da Isla Cristina e de vários municípios do Andévalo para VRSA; e de El Almendro para o distrito de Beja, no Baixo Alentejo.

Verificava-se, pois, que a selecção do local de destino era resultado da análise e da interação de um conjunto de factores micro e macro. Se, por um lado, a migração representava uma estratégia laboral na hora de escolher um lugar de estabelecimento temporário ou permanente, de acordo com objectivos pessoais e familiares; por outro, tais decisões eram influenciadas por um outro conjunto de circunstâncias – individuais, sociais e locais – tomadas no contexto estrutural da mudança³⁷⁴.

Assim, em resumo, para o desencadear desse acto de migrar, em muito terá contribuído um conjunto alargado de factores – sociais, culturais e económicos – que fez com que esses fluxos migratórios continuassem a verificar-se. De entre os vários factores, destacaria:

- a) Facilidade de comunicação linguística;
- b) Facilidade de integração dos primeiros migrantes;

³⁷³ Carlos Manuel dos Santos Alves Ferreira FAÍSCA, *El negocio corchero en Alentejo: explotación forestal, industria y política económica, 1848-1914*, Badajoz, Universidad de Extremadura, 2019, pp. 240-255.

³⁷⁴ Marcelo J. BORGES, "Padrões de migração transatlântica e escolhas de destino no Sul de Portugal", in *Ler História*, 2009, n.º 56, Lisboa, p. 101.

- c) Êxito económico alcançado pelos primeiros migrantes (almocreves, negociantes e comerciantes);
- d) Influência das cadeias migratórias e das redes sociais na protecção e na ajuda de migrantes já instalados na chamada, instalação e conseqüente integração dos novos migrantes;
- e) Trabalho em rede com colónias de andaluzes residentes noutros concelhos do Algarve e até em Lisboa. Sabe-se que os Formosinho de Loulé trabalhavam em rede com os Formosinho de Lagos (casas comerciais) e que os Centeno de VRSA trabalhavam em rede com os Centeno de Lisboa (casas comerciais, negócios vários e a concessão do contrato de iluminação a gás de VRSA, em 1893)³⁷⁵.

2. A Indústria

Ao longo do último quartel do século XIX um conjunto de actividades ligadas ao mar – pescas, salinas e conservas – começavam, pouco a pouco, o seu processo de industrialização. Que seria rápido. Chegando a indústria conserveira vila-realense, no virar do século, a ser, a par da indústria conserveira de Setúbal, um dos dois maiores polos industriais conserveiros a Sul do Tejo.

Por outro lado, a pesca deixava de ser uma actividade eminentemente artesanal, para dar lugar a uma indústria forte e cada vez mais pujante, com a entrada em acção das primeiras traineiras ou galeões a vapor³⁷⁶. E, nas conservas, a partir de 1879, fundaram-se as primeiras fábricas, propriedade de genoveses e de andaluzes.

³⁷⁵ António Horta CORREIA, *Memórias & Documentos, vol. II – Vila Real de Santo António (1863-1909): notas de António dos Santos Machado*, Albufeira, Arandis Editora, 2019, p. 355; João Romero Chagas ALEIXO, *A Migração de Andaluzes para o Algarve (1850-1914): os casos de Loulé e Vila Real de Santo António*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2022, p. 244 e pp. 284-288.

³⁷⁶ Segundo Ríos JIMÉNEZ, “La industrialización de la pesca en la provincia de Huelva (1800-1930)”, in *Historia Agraria*, Diciembre de 2002, n.º 28, pp. 49-51 e p. 55.

O *Inquérito Industrial de 1881* confirma o peso da indústria conserveira no sector industrial do concelho. Das quatro fábricas descritas no *Inquérito* só uma não era de conservas mas de tecelagem. Todas elas constituídas entre 1879 e 1881. E tendo a particularidade de todos os seus fundadores e proprietários serem de naturalidade estrangeira: dois genoveses (Ângelo Parodi fu Bartolomeu e Sebastião Migoni), um de El Almendro (Sebastián Ramírez), um de Puebla de Guzmán (Huelva) (Alfonso Gomez Sanches) e dois de Villanueva de los Castillejos (Maria del Carmen Garcia-Pêgo, viúva de Miguel Gomes Roldan, e Francisco Rodrigues Tenório)³⁷⁷. Refira-se, porém, que alguns dos futuros industriais conserveiros do final do século XIX tinham iniciado a sua actividade pelo comércio, na qualidade de marçano ou de caixeiro. Essa foi, por exemplo, a primeira ocupação profissional de três dos mais bem sucedidos empresários conserveiros dos finais de *Oitocentos*: Sebastián Ramírez, caixeiro, na vila, em 1849; Francisco Rodríguez Tenório, marçano, numa loja em Loulé, nos finais da década de 1840; e, finalmente, Juan Maestre Cumbreira, lojista, em VRSA, em 1865.

O surto conserveiro foi rápido e alterou, em grande parte, a vida sócio-económica da vila. Até 1901 seriam fundadas mais sete unidades conserveiras. Quase todas de capital financeiro estrangeiro: quatro de capital andaluz, duas de capital português e uma de capital genovês. E foram as de capital andaluz e genovês as que mais prosperaram³⁷⁸. Abrindo, inclusive, unidades fabris em outros concelhos, como, por exemplo, a família Ramirez em Olhão³⁷⁹.

³⁷⁷ *Inquérito Industrial de 1881: Inquérito directo*, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 18.

³⁷⁸ João Romero Chagas ALEIXO, *A Migração de Andaluzes para o Algarve (1850-1914): os casos de Loulé e Vila Real de Santo António*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2022, pp. 270-284.

³⁷⁹ Ataíde OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, 3.^a edição, Faro, Algarve em Foco Editora, 1999 [1908], p. 112.

Procedendo-se à análise das primeiras fábricas de conservas instaladas em VRSA, entre 1879 e 1894, verifica-se a preponderância de industriais andaluzes e genoveses aí radicados. Vejamos.

Ano da fundação	Nome da fábrica	Proprietário(s)	Naturalidades dos proprietários
1879	Santa Maria	Firma Parodi & Roldan	Ângelo Parodi fu Bartolomeu (Génova), Maria del Carmen Garcia-Pêgo (Villanueva de los Castillejos, Huelva), viúva de Miguel Gomes Roldan (Puebla de Guzmán, Huelva) e Alfonso Gomez Sanches (Puebla de Guzmán)
1880	São Francisco	Francisco Rodrigues Tenório	Villanueva de los Castillejos
1881	São Sebastião	Sebastião Migoni	Génova
1884	Fábrica Ramírez	Sebastián Ramírez	El Almendro (Huelva)
1886	Barreto & C. ^a	António Soares Barreto e Juan Maestre Cumbreira	António Soares Barreto (Portugal) e Juan Maestre Cumbreira (Villanueva de los Castillejos)
1894	Peninsular	Centeno, Cruz & C. ^a	Alberto Rodrigues Centeno (Villanueva de los Castillejos) e os restantes eram de naturalidade portuguesa

Quadro n.º 1 Primeiras fábricas de conservas de atum em escabeche fundadas em VRSA, entre 1879 e 1894

Fontes: *Inquérito Industrial de 1881*, 1881, pp. 18-23; Grilo, 2010, p. 158 e p. 187; Amaro, 2020, pp. 4-11; Correia, 2020, pp. 130-131; informações prestadas pelo Dr.º António Capa Horta Correia.

Fábricas que irão necessitar, cada vez mais, de mão-de-obra para alimentá-las. Originando o rápido crescimento do operariado conserveiro a trabalhar na vila: 242 operários e operárias em 1881, 388 em 1890, 818 em 1903 e 1 007 em 1907³⁸⁰. Chegam novos andaluzes provenientes do Andévalo. E adquirem-se as primeiras máquinas a vapor – para a fábrica de conservas Santa Maria, da firma Parodi & Roldan, em 1879; e para a fábrica de conservas São Sebastião, de Francisco Rodríguez Tenório, em 1884 –, que se destinavam a fazer funcionar as máquinas operadoras para o fabrico do vazio e/ou a impressão litográfica, assim como complementar as caldeiras de pressão que estas duas fábricas já possuíam³⁸¹.

Em 1907, a vila era um dos principais centros conserveiros do país, somente atrás de Setúbal e equiparado a Vila Nova de Portimão, no barlavento algarvio.

3. O sector financeiro

As instituições de crédito locais eram espaços institucionais onde convergia muito da circulação monetária local e regional, assim como, igualmente, muito do exercício de influência na vila e no próprio concelho. As redes, por vezes promíscuas, dos negócios e da política, conferiam poder económico e estatuto social e político. Deste modo, ser «agente local» numa determinada localidade era sempre um cargo de alguma influência, e, por tal, apetecível. Mas, para o conseguir, eram precisas três qualidades: conhecimentos, credibilidade e crédito. Características que três andaluzes, entre outros, detinham. Assim, nos primeiros anos do século XX, o mapa bancário e de seguros em VRSA era composto pelos seguintes agentes, todos andaluzes (ver quadro 2).

³⁸⁰ Joaquim Manuel Vieira RODRIGUES, “Vila Real de Santo António, centro piscatório e conserveiro”, in Maria da Graça MARQUES (Coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias (elementos para a sua história)*, Lisboa, Edições Colibri e Fernando Mão de Ferro, 1999, p. 420.

³⁸¹ Jorge CUSTÓDIO, “A indústria conserveira vila-realense. Um caso peculiar de urbanização industrial e de património”, in *Monumentos*, Dezembro de 2009, n.º 30, s/l, Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, pp. 117-118.

Nome	Actividade	Anos
Ramires & C. ^a	Agente bancário do banco Economia Portuguesa	Pelo menos entre 1901 e 1913
	Agente bancário do Banco Comercial de Lisboa, do Banco Comercial do Porto, do Banco do Alentejo e do Banco Aliança	Pelo menos entre 1905 e 1907
	Agente de seguros da Sociedade Portuguesa de Seguros	Pelo menos entre 1911 e 1913
Juan Maestre Cumbreira	Agente bancário	Pelo menos entre 1907 e 1913
	Agente de seguros das seguradoras La Union y Fenix Español	Pelo menos entre 1905 e 1913
Manuel Cumbreira	Agente de seguros da La Equitable	Pelo menos entre 1905 e 1912
	Agente de seguros da Tagus	Pelo menos entre 1909 e 1913

Quadro n.º 2 Agentes bancários e de seguros a operar em VRSA entre 1901 e 1913

Fontes: BNP, *Anuario Commercial ou Anuario Official de Portugal Ilhas e Ultramar*, coord. de Caldeira Pires, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901; *Anuario Commercial de Portugal Ilhas e Ultramar*, coord. de Caldeira Pires, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912 e 1913.

O Quadro n.º 2 revela que algumas das famílias andaluzas mais ricas e prósperas da vila, além de ligadas às actividades industriais das pescas e das conservas, também se dedicavam à banca e aos seguros.

4. O estatuto sócio-político

No último quartel do século XIX, a presença dos industriais nos escalões superiores da vida política não era uma prática muito comum. Eram poucos os que se candidatavam e chegavam ao Parlamento, porém, ao invés, a sua presença ao nível dos cargos políticos a nível local era mais notória. Eram eleitos presidentes de câmara, vereadores municipais e, outros ainda, transformavam-se em poderosos caciques locais, arregimentando e negociando votos junto dos seus operários em troca de favores. Situação não muito diferente à verificada para o caso britânico, em que existia, desde meados do século XIX, uma repartição tácita de funções e esferas políticas de actuação: a pequena burguesia concentrava-se na política local e municipal e a grande burguesia ocupava-se com a política estatal³⁸².

Nesse sentido, a autarquia de VRSA é um exemplo paradigmático. Pelo menos a nível regional, senão mesmo a nível nacional. Ou não tivesse sido governada, entre 1841 e 1965, por membros da colónia andaluza local. Vejamos: entre 1841 e 1965 onze andaluzes de primeira, de segunda ou de terceira geração, presidiram, por vinte e duas ocasiões distintas, aos destinos da autarquia. Porém, se cingirmos a análise somente até ao limite cronológico do presente estudo, verifica-se que, entre 1841 e 1914, houve quatro andaluzes de primeira, segunda ou de terceira geração que ocuparam o cargo de presidente da Câmara Municipal de VRSA por sete diferentes mandatos:

³⁸² Xoxé M. Núñez SEIXAS, "Una clase inexistente? La pequeña burguesía urbana española (1808-1936)", in *Historia Social*, 1996, n.º 26, p. 29.

a) Pedro Cabot (natural da Isla Cristina; quatro mandatos): presidente da câmara municipal nas gestões de 1841-1842, 1846, 1849-1851 e 1858-1859;

b) Frederico Alexandrino Garcia Ramirez (progenitores naturais de El Almendro; um mandato): presidente da câmara municipal na gestão de 1902-1904;

c) Fernando Barbosa y Pêgo (avós maternos e paternos todos naturais de Villanueva de los Castillejos; um mandato): presidente da câmara municipal na gestão de 1908;

d) Manuel Cumbreira (ambos os pais naturais de Villanueva de los Castillejos; três mandatos): presidente da câmara municipal nas gestões de 1910-1913, 1921-1922 e 1926³⁸³.

Este cargo continuou a ser ocupado por elementos da colónia andaluza, praticamente até 1965³⁸⁴. Essa comunidade era constituída por pessoas influentes e preocupadas com os interesses locais e alinhou por diversas tendências políticas: regeneradores e progressistas, monárquicos e republicanos, democratas e salazaristas. Havia, inclusive, maçons. Porém, da primeira para a segunda e terceira gerações de andaluzes ter-se-á dado uma transformação. Se a primeira geração de migrantes andaluzes se dedicou ao comércio e à indústria, os filhos e os netos desses grandes industriais conserveiros – por sua vez já (bem) nascidos em solo português –, ter-se-ão dedicado mais à política local, regional e nacional, conforme se pode comprovar através do seguinte quadro-resumo:

³⁸³ João Romero Chagas Aleixo, *A Migração de Andaluzes para o Algarve (1850-1914): os casos de Loulé e Vila Real de Santo António*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2022, pp. 291-295.

³⁸⁴ Entre 1841 e 1965 onze andaluzes de primeira, de segunda ou de terceira geração, presidiram, por vinte e duas ocasiões distintas, os destinos da autarquia.

Nome e filiação paternal	Cargos políticos	Mandatos
Frederico Alexandrino Garcia Ramirez (filho de Sebastián Ramírez)	Líder do Partido Progressista no Algarve	c. 1890-c. 1910
	Deputado eleito pelo Partido Progressista, para a Câmara dos Deputados	1892-1908
	Presidente da Câmara Municipal de VRSA	1902-1904
	Governador Civil do distrito de Faro	1904-1905
Manuel Pérez Cumbreira (filho de Juan Maestre Cumbreira)	Presidente da Câmara Municipal de VRSA	1910-1913; 1921-1922; 1926
Sebastião Garcia Ramires ³⁸⁵ (filho de Frederico Alexandrino e neto de Sebastián Ramírez)	Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura	1932-1933
	Ministro do Comércio e Indústria	1933-1936
	Deputado à Assembleia Nacional (pela União Nacional)	1934-1969

Quadro n.º 3 Cargos políticos de alguns descendentes dos industriais conserveiros

Fontes: AHMARM, *Lista completa de todos os presidentes da Câmara Municipal de VRSA, entre 1834 e 2019*; Correia, 2019 p. 143, p. 203 e p. 288; Correia, 2008, p. 17; Gomes, 2010, pp. 185-187.

³⁸⁵ Sobre os principais traços biográficos de Frederico Alexandrino Garcia Ramirez, Manuel Pérez Cumbreira e Sebastião Garcia Ramires, veja-se o citado estudo de João Romero Chagas Aleixo, pp. 446-448, pp. 417-418 e pp. 443-445, respetivamente.

Os cargos referidos no Quadro n.º 3 seriam possíveis de alcançar em virtude do sucesso pessoal destes indivíduos, a par da sua integração nos círculos de poder da época.

A sua influência não se fazia sentir só a nível político e partidário, estava também visível no desempenho de cargos simbólicos na sociedade, mercê da sua popularidade e êxito comercial: encontram-se na direção de associações e clubes recreativos, sociedades filarmónicas, companhias teatrais, comissões promotoras do Carnaval, comissões organizadoras de festividades religiosas, na Mesa da Santa Casa da Misericórdia, etc.

Conclusão

A migração de andaluzes para o Algarve, em geral, e para o concelho de VRSA, em particular, foi uma migração muito localizada no tempo, datando-se os seus maiores fluxos migratórios entre o segundo e terceiro quartel do século XIX. E muito localizada no espaço de origem desses migrantes, uma vez que a esmagadora maioria era proveniente dos municípios ocidentais da província de Huelva.

A colónia andaluza a residir em VRSA era a colónia estrangeira mais numerosa a residir em qualquer um dos concelhos algarvios: 100 em 1864 (3,3% do total da população residente), 193 em 1878 (4,6%), 311 em 1900 (5,04%) e 248 em 1911 (3,47%)³⁸⁶.

Colónia heterogénea e interclassista. Homens do mar – mestres, contra-mestres, pescadores e salgadores –, naturais dos municípios costeiros da costa ocidental da província de Huelva (Ayamonte e Isla Cristina), que se misturavam com

³⁸⁶ *Estatística de Portugal, Censo no 1.º de Janeiro de 1864, vol. I*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868; *Estatística de Portugal, Censo no 1.º de Janeiro de 1878, vol. I*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890, vol. I*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900, vol. I*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905; *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911, parte I*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

negociantes, comerciantes e caixeiros-viajantes, naturais de municípios do interior da mesma província (Villanueva de los Castillejos, El Almendro, Puebla de Guzmán ou Villablanca). Comércio, dominado por andaluzes, que teve o seu período áureo entre 1850 e 1880, conforme se pode ler num despacho do consulado de Espanha em VRSA, emitido em 1868, em que se ficava a saber que o comércio na vila era «compuesto casi en su totalidad de Españoles [...]»³⁸⁷.

Porém, em 1879, com a abertura da primeira fábrica de conserva de atum em todo o concelho, a vila nunca mais seria a mesma. O surto industrial conserveiro foi rápido e alterou, por completo, a estrutura social e económica da população. E para isso muito contribuiu a colónia de andaluzes residentes, uma vez que até 1894 todas as seis unidades conserveiras fundadas na vila tiveram capital financeiro e tecnológico estrangeiro – dois genoveses e todos os restantes andaluzes.

Colónia numerosa, trabalhadora e empreendedora, que conseguiu, por mérito próprio, alcançar um prestígio sócio-económico e sócio-político ímpar no Algarve, que se fez sentir e repercutiu por sucessivas gerações.

A segunda e terceira geração de andaluzes, alguns deles mantendo-se à frente dos negócios herdados da família, parece que dedicou mais do seu tempo à política. Só assim se compreende que, entre 1902 e 1965, dez andaluzes de segunda e terceira geração tenham exercido, por dezoito ocasiões, o cargo de presidente da câmara municipal de VRSA. Eram, normalmente, licenciados, proprietários e/ou empresários, que geriam as heranças herdadas dos seus familiares, fortunas, essas, já realizadas em Portugal, nomeadamente no comércio, mas, fundamentalmente, na indústria conserveira.

³⁸⁷ AHN, Fondo del Ministerio de Exteriores – H, *Consulado de España en Villa Real de San Antonio, 1868*, cx. 2093, despacho n.º 8, de 4 de Junio de 1868.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes (AHMARM), *Licenças de Comércio, para o concelho de VRSA, entre 1850 e 1882*.

Archivo Histórico Nacional (AHN), Fondo del Ministerio de Exteriores – H, *Consulado de España en Villa Real de San Antonio, 1868*, cx. 2093, despacho n.º 8, de 4 de Junio de 1868.

Fontes impressas

Anuario Commercial de Portugal Ilhas e Ultramar, coord. de Caldeira Pires. Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912 e 1913.

BNP, *Anuario Commercial ou Anuario Official de Portugal Ilhas e Ultramar*. coord. de Caldeira Pires, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911, parte I. Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890, vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900, vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

Estatística de Portugal, Censo no 1.º de Janeiro de 1864, vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Estatística de Portugal, Censo no 1.º de Janeiro de 1878, vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Inquérito Industrial de 1881: Inquérito directo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

OLIVEIRA, Ataíde, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, 3.^a edição. Faro, Algarve em Foco Editora, 1999 [1908].

RODRIGUEZ, Padre Emiliano, *Monografia de El Almendro*. El Almendro, 1904.

Bibliografia

ALEIXO, João Romero Chagas, *A Migração de Andaluzes para o Algarve (1850-1914): os casos de Loulé e Vila Real de Santo António*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2022.

AMARO, Armando Filipe da Costa, *A indústria conserveira na construção da malha urbana no Algarve: das estruturas produtivas à habitação operária (1900-1960)*, Évora, Universidade de Évora, 2020.

BERNAL, Antonio M., "La emigración de la Andalucía", in Nicolás Sánchez-Albornoz (Comp.), *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*, Madrid, Alianza Editorial S.A., 1988, pp. 143-165.

BORGES, Marcelo J., *Correntes de Ouro. Emigração Portuguesa para a Argentina em Perspectiva Regional e Transatlântica*, Lisboa, I.C.S. Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

BORGES, Marcelo J., "Padrões de migração transatlântica e escolhas de destino no Sul de Portugal", in *Ler História*, 2009, n.º 56, Lisboa, pp. 83-104.

CÁCERES FERIA, Rafael, "El Andévalo: Una Mirada Desde La Antropología", in *El Andévalo: território, história y identidade (actas de las I Jornadas del Patrimonio de El Andévalo, Alosno, Huelva, 19 y 20 Noviembre 2010)*, Huelva, Disputación de Huelva, 2011, pp. 39-55.

CORREIA, António Horta, *Memórias & Documentos, vol. II – Vila Real de Santo António (1863-1909): notas de António dos Santos Machado*, Albufeira, Arandis Editora, 2019.

CORREIA, António Horta, *Memórias & Documentos, vol. III – Francisco Rodríguez Tenório, Juan Maestre Cumbreira, Sebastián Ramírez*, Albufeira, Arandis Editora, 2020.

CORREIA, António Horta, *Sebastian Ramírez (1828-1900). Subsídio documental para uma biografia*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2008.

CUSTÓDIO, Jorge, “A indústria conserveira vila-realense. Um caso peculiar de urbanização industrial e de património”, in *Monumentos*, Dezembro de 2009, n.º 30, s/l, Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, pp. 106-121.

FAÍSCA, Carlos Manuel dos Santos Alves Ferreira, *El negocio corchero en Alentejo: explotación forestal, industria y política económica, 1848-1914*, Badajoz, Universidad de Extremadura, 2019.

GOMES, Neto, *Governo Civil do Distrito de Faro – 175 anos de História*, 2.ª edição, s./l., edição do Governo Civil de Faro, 2010.

GRILO, Márcia Luísa, “A moderna indústria conserveira em Vila Real de Santo António: aspectos socioeconómicos”, in *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista*, catálogo da exposição «Algarve do Reino à Região», Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2010, pp. 158-169.

MÁRQUEZ DOMINGUEZ, Juan A., “El Patrimonio Natural de El Andévalo. Territorio y Paisaje em un Desarrollo Dificil”, in *El Andévalo: territorio, história y identidad (actas de las I Jornadas del Patrimonio de El Andévalo, Alosno, Huelva, 19 y 20 Noviembre 2010)*, Huelva, Disputación de Huelva, 2011, pp. 19-38.

MIRA TOSCANO, Antonio, VILLEGAS MARTÍN, Juan, SUARDÍAZ FIGUERO, Antonio, *La batalla de Castillejos y la Guerra de la Independencia en el Andévalo Occidental*, Huelva, Diputación Provincial de Huelva, 2010.

NÚÑEZ MÁRQUEZ, Juan Manuel, "Villanueva de los Castillejos", in *Los pueblos de Huelva*, Tomo IV, Madrid, Editora Mediterráneo, 1997, pp. 1261-1276.

RÍOS JIMÉNEZ, Segundo, "La industrialización de la pesca en la provincia de Huelva (1800-1930)", in *Historia Agraria*, Diciembre de 2002, n.º 28, pp. 45-67.

ROBLEDO, Ricardo, "La crisis agraria y éxodo rural: emigración española a Ultramar (1880-1920)", in *La crisis agraria del finís del siglo XIX*, Barcelona, Editorial Critica, 1988, pp. 212-244.

RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, "Vila Real de Santo António, centro piscatório e conserveiro", in Maria da Graça Marques (Coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias (elementos para a sua história)*, Lisboa, Edições Colibri e Fernando Mão de Ferro, 1999, pp. 416-423.

SALDAÑA FERNÁNDEZ, José, "La Guerra de la Independencia en la Frontera Sur Hispano-Portuguesa: Un Espacio Para La Reflexión", in Juan Luis Carriazo Rubio (Coord.), *Fortificaciones, Guerra y Frontera en el Marquesado de Gibrleón*, Huelva, Diputación Provincial de Huelva, Servicio de Publicaciones, 2012, pp. 265-295.

SEIXAS, Xoxé M. Núñez, "Una clase inexistente? La pequeña burguesía urbana española (1808-1936)", in *Historia Social*, 1996, n.º 26, pp. 19-45.

A Lavoura do Minho – o Retrato da Agricultura Minhota

José Pedro Reis (CIDEHUS)³⁸⁸

Resumo

O presente estudo de investigação aborda a história da agricultura na região do Minho, mais concretamente no concelho de Vila Nova de Famalicão.

A publicação do periódico “A Lavoura do Minho”, fundado em 1912, será objeto de análise. Este periódico que, surgiu no contexto da Associação da Agricultura Famalicense, durante a o período da Primeira República Portuguesa, visava, aparentemente, contrariar o marasmo que assolava a agricultura nacional, imprimindo-lhe um carácter progressista e aproximando-a do setor industrial.

O concelho em análise apresenta uma forte tendência agrícola, resultante da sua vasta área geográfica. Esta afirmação será comprovada no decorrer desta população. No entanto, aparentemente, este desenvolvimento foi prejudicado por uma procrastinação crónica que se prolongava no momento histórico em questão.

O periódico em questão irá efetuar um acompanhamento mensal das diversas práticas agrícolas, apresentando múltiplas análises que permitirão a extração de explicações para os cenários em questão. Estas análises também se traduzirão em abordagens simplificadas ao estado de lavoura naquele período da história, abordando as suas dinâmicas e oportunidades de formação que poderiam ser úteis aos números agricultores estabelecidos neste território.

A associação em questão forneceu um apoio contínuo que se materializou na utilização das suas páginas como principal meio de comunicação. Neste período foram destacados os movimentos festivos e as figuras notáveis da agricultura famalicense, bem como o empenho destas para o surgimento da Caixa de Crédito Agrícola entre outras benfeitorias.

³⁸⁸ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020

Em última análise, temos um estudo de história local que poderá e deverá fornecer suportar para o estudo da agricultura portuguesa na época contemporânea. Neste sentido é importante salientar a capacidade de organização económica e social, bem como o movimento associativo, que inclui as várias Caixas de Créditos Agrícolas, surgidas em diversas localidades do país. Esta questão foi devidamente tratada nos vários textos publicados nas páginas deste jornal.

Palavras-Chave: Lavoura, Minho, Vila Nova de Famalicão

Abstract

This research study addresses the history of agriculture in the Minho region, more specifically in the municipality of Vila Nova de Famalicão.

The publication of the periodical 'A Lavoura do Minho', founded in 1912, will be analysed. This periodical, which emerged in the context of the Famalicense Agriculture Association during the First Portuguese Republic, apparently aimed to counteract the stagnation that was ravaging national agriculture, giving it a progressive character and bringing it closer to the industrial sector.

The municipality under analysis has a strong agricultural tendency, resulting from its vast geographical area. This statement will be proven in the course of this population. However, apparently, this development was hampered by chronic procrastination that continued during the historical moment in question.

The periodical in question will monitor the various agricultural practices on a monthly basis, presenting multiple analyses that will allow explanations to be drawn for the scenarios in question. These analyses will also translate into simplified approaches to the state of agriculture in that period of history, addressing its dynamics and training opportunities that could be useful to the farmers established in this territory.

The association in question provided continuous support, which materialised in the use of its pages as the main means of communication. During this period, the

festive movements and notable figures of Famalicense agriculture were highlighted, as well as their commitment to the emergence of the Agricultural Credit Bank, among other improvements.

Ultimately, we have a study of local history that can and should provide support for the study of Portuguese agriculture in the contemporary era. In this sense, it is important to highlight the capacity for economic and social organisation, as well as the associative movement, which includes the various Agricultural Credit Banks that emerged in different parts of the country. This issue was duly addressed in the various articles published in the pages of this newspaper.

Keywords: Farming, Minho, Vila Nova de Famalicão

Introdução

Em 1912, foi publicada a primeira edição do periódico *A Lavoura do Minho*, o qual era editado no centro da cidade de Vila Nova de Famalicão e pertencia à Associação de Agricultura Famalicense e ao Sindicato Agrícola de Famalicão. A sua localização privilegiada, próxima dos centros de poder e de decisão deste município, confere-lhe uma posição de influência na adoção ou validação de políticas económicas e agrárias.

A região minhota, outrora um dos principais polos agrícolas do país, com um impacto significativo na economia local, representando uma das principais imagens de marca da sua identidade, foi, durante várias décadas do século XX, um dos principais concorrentes da industrialização no território.

No momento em questão, a região em análise apresentava uma população aproximadamente de 40 mil habitantes, o que a posicionava como um dos concelhos mais populosos do país. A tendência de crescimento seria, inclusive, mantida nas décadas subsequentes, confirmando-se, deste modo, que o sucesso económico não era fugaz.

Na primeira edição, e na primeira página do próprio jornal, os seus propósitos eram claramente assumidos sendo inclusive apresentados agradecimentos pelo apoio prestado por outros colegas de imprensa e por outros sindicatos agrícolas do norte. Este apoio serviria de estímulo e incitamento a continuar, uma vez que, em conjunto com estes, defendiam a nobre missão de propaganda agrícola.³⁸⁹

As incertezas acerca da sua finalidade foram dissipadas, tendo sido indubitavelmente estabelecida uma extensa dinâmica em seu redor. De facto, a direção do Sindicato Agrícola de Vila do Conde manifestou, desde os primeiros números, a preocupação de se aliar a este jornal, o que pode ser interpretado como uma testemunha da sua extrema importância para a região, na defesa e na instrução de uma classe que se encontrava tão desprotegida, conforme se afirmava nas suas páginas, e que autorizava o envio a todos os seus sócios.³⁹⁰

É um facto comprovado que existe uma grande proximidade geográfica entre os municípios de Vila do Conde e Vila Nova de Famalicão. Não obstante, é de salientar o valor intrínseco da partilha de autoria e o apoio à publicação deste periódico, o que confere uma elevada importância e um elevado espírito agregador, com um concelho vizinho a participar ativamente num projeto editorial sobre agricultura.

Conforme foi mencionado, este periódico seria publicado durante vários anos até ao fim do regime republicano, realizando, conforme será comprovado neste estudo, um acompanhamento exaustivo da agricultura da região, nomeadamente dos agricultores mais dinâmicos, que eram apresentados como sendo um exemplo a seguir pelos seus restantes parceiros. Este acompanhamento incidia também sobre os avanços e problemáticas de diversos assuntos que afetavam este setor de atividade.

Esta questão reveste-se de grande importância, sobretudo quando se considera que a primeira mensagem dirigida aos leitores é a seguinte:

³⁸⁹ "Agradecimento", in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, maio de 1912, p.3.

³⁹⁰ "Notícias Diversas", in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, maio de 1912, p.4.

“A Direcção da Associação da Agricultura Famalicense, reconhecendo que o resultado da agricultura, não é, nem pode ser, comum para todos os lavradores que continuam a seguir o caminho rotineiro dos seus associados, e desejando contribuir, nas forças, para levantar a Agricultura e a precária e desolador estado de atraso, ainda se encontra, à altura a que tem direito, resolveu criar a -Folha Agrícola – que será distribuída gratuitamente pelos seus associados, dando-lhes assim o grande benefício dos novos processos de cultura, fornecido pelo estudo e pela experiência”.³⁹¹

A necessidade de criação de um caminho de progresso, que só seria alcançado mediante uma colaboração com os agricultores que fosse fundamentada pela imprensa, o meio mais comum e útil, à época, para a realização dessa missão.

Em última análise, será executada uma análise exaustiva do periódico em questão, com vista a classificar os cenários económicos vigentes no período histórico em apreço, os seus principais intervenientes e, evidentemente, a explicação da história local do concelho de Vila Nova de Famalicão.

O estado da lavoura

Para compreender o estado da lavoura nesta região, é necessária uma leitura atenta das páginas do jornal, que proporcionam uma visão abrangente da realidade, destacando as suas fragilidades e as oportunidades de crescimento que, por uma razão ou outra, ainda não tinham sido concretizadas.

³⁹¹ “Famalicão”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, maio de 1912, p.1.

“A direção da Associação da Agricultura Famalicense, reconhecendo que o resultado do labor agrícola não é, nem pode ser com para todos, os lavradores que continuam a seguir o caminho rotineiro dos seus associados, e desejando contribuir, nas medidas das suas forças para levantar a agricultura do precário e desolador estado, felizmente, ainda se encontra, á altura... que tem direito, resolveu criar - Folha Agrícola - que será distribuída gratuitamente pelos seus associados...”.³⁹²

O excerto, apresentado no parágrafo precedente, torna evidente as afirmações realizadas até ao momento relativamente ao atraso da agricultura nacional, sobretudo nesta região do país, em que se revela necessário implementar diversas medidas para, segundo o seu autor, promover o desenvolvimento da agricultura e, por conseguinte, torná-la mais atrativa economicamente.

Associação de Lavradores Famalenses

A escrita sobre este periódico e a omissão da referência à Associação de Lavradores Famalenses são impensáveis, uma vez que este jornal é o resultado da intervenção desta organização agrícola. Este órgão de comunicação social representa um meio de difusão que permite a transmissão rápida e democrática da mensagem aos seus associados e, adicionalmente, a um público mais vasto.

Atendendo à análise das suas páginas, infere-se que o mesmo foi publicado pouco tempo após a fundação da associação, confirmando a ligação umbilical anteriormente referida.

³⁹² “Folha Agrícola”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, março de 1912, p.1.

A fundação desta organização é registada nas suas páginas: “Os abaixo assinados, entendendo da máxima conveniência a criação, n’este concelho d’uma associação de lavradores, que dedica e cuidadosamente trate da defesa dos interesses agrícolas da localidade....”.³⁹³

É possível que este jornal tenha sido um dos primeiros projetos empreendidos por esta organização, com o intuito de facilitar a realização do seu propósito de desenvolvimento do panorama agrícola local.

Dinâmicas

Ao longo das várias páginas deste periódico, é evidente a preocupação em estabelecer dinâmicas de crescimento, nas quais a comunicação com as empresas locais se revelou fundamental para alcançar o sucesso. Nos seus primeiros números, temos o exemplo desta situação, concretamente com o “Centro Agrícola-Industrial do Minho” que se encontrava localizado na Folgosa da Maia, no concelho da Maia e que se dedicava ao fabrico de debulhadores de milho, tararas e muitas outras máquinas agrícolas. Nesse sentido, quem procurasse esta empresa teria um abatimento no preço deste tipo de maquinaria agrícola.³⁹⁴

É possível que estejamos perante um empenhamento na concretização de uma dinâmica de industrialização do setor agrícola, na qual a máquina era considerada um elemento necessário para alcançar o desejado progresso deste setor e facilitar a consecução do seu objetivo primordial.

A impressão de uma dinâmica de crescimento revelou-se uma tarefa notoriamente complexa, era virtude de considerações de natureza cultural, conforme evidenciado durante a exposição dos factos. Num dos artigos é feita referência à

³⁹³ “Centro Agrícola”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, agosto de 1911, p.2.

³⁹⁴ “Centro Agrícola-Industrial do Minho”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, junho de 1912, p.4.

potencialidade de surgimento de uma empresa de laticínios neste território, apresentando as seguintes vantagens:

“É certo que a nossa população rural tem-se conservado, até hoje, muito avessa ao princípio associativo e d`ahi tem resultado o mallogro d`estas empresas. Espero, porem, que em muito breve tempo os nossos lavradores se convençam da necessidade que têm de conjugar os seus esforços pelo princípio associativo. Da prática d`esse princípio depende a criação das associações d`esta natureza entre nós, e o efeito seguro para a prosperidade a que devemos aspirar”.³⁹⁵

Num primeiro momento, após a leitura do parágrafo precedente, torna-se evidente a dificuldade da concretização desta missão que estava a tentar ser concretizada pelo movimento associativo, até porque a população local está alheia a este processo. Todavia, era afirmado que seria necessário conjugar esforços para que esse movimento se tornasse uma realidade, até porque, segundo o seu autor, era fundamental para concretizar a prosperidade necessária.

Para além do incentivo à industrialização do setor agrícola, era evidente a preocupação em fomentar dinâmicas de desenvolvimento, como a realização de exposições de tubérculos plantados com o uso de adubos em diversas freguesias do concelho. Nos artigos em questão, foi realizada uma referência ao seu produto, bem como ao total de produção obtida, com o intuito de fomentar um espírito empreendedor e de desenvolvimento que fosse capaz de aplicar com maior consistência este tipo de melhorias para a agricultura.³⁹⁶

³⁹⁵ “A indústria leiteira”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, agosto de 1912, p.4.

³⁹⁶ “Esplêndido Resultado”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, setembro de 1912, p.3.

Informação e formação aos agricultores

O periódico objeto de análise neste estudo desempenha um papel significativo na difusão de informações e no desenvolvimento dos agricultores da região.

Era imperativo acompanhar as dinâmicas observadas no restante continente europeu, particularmente nas regiões onde a agricultura florescia, com o propósito de maximizar os lucros e em virtude do acentuado aumento da capacidade produtiva.

No decurso do tempo, foram publicadas várias rubricas, das quais se destacam: “Proteção à Lavoura”, “Trabalhos do mez”, etc.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, é evidente que o teor da publicação não é contínuo, podendo variar em função de variáveis como o tempo, fase do ano ou a prática agrícola, etc.

A adubação química constitui um dos temas abordados, no qual se assevera que muitos lavradores pretendiam empregar os adubos, contudo, não o faziam por desconhecerem o tipo de adubos que deveriam adquirir. De facto, a aplicação e escolha dos adubos químicos representavam um desafio demasiado complexo para ser resolvido pela maioria dos agricultores que desconheciam a constituição dos seus terrenos.³⁹⁷

Para além da introdução dos adubos químicos, existe igualmente a preocupação de adquirir conhecimentos aprofundados sobre agricultura, de modo a não descuidar nenhum dos elementos que podem ser fundamentais, nomeadamente o tipo de solo e as suas características. Conforme tem sido referido, a ideia é a de que se trata de um aproveitamento claro neste setor.

A tentativa de aproximar a agricultura do tecido industrial é evidente, como se pode verificar no parágrafo anterior deste capítulo na alusão relativa à indústria

³⁹⁷ “Adubação Chimica”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, maio de 1912, p.3.

leiteira, em que se refere que nenhuma outra província de Portugal se prestava tanto ao desenvolvimento daquele tipo de indústria como a região do Minho.³⁹⁸

Como demonstrado anteriormente, esta afirmação constitui uma situação atípica, não só naquela região, mas também a nível nacional, uma vez que se procedia à importação de produções lácteas de outros países, quando o nosso país poder ser autossuficiente, caso se tivesse realizado um investimento substancial neste setor agrícola.

Apoios aos associados

Na presente publicação, os órgãos de comunicação social, usufruindo de facilidade de comunicação inerente à sua atividade, veicularam múltiplos anúncios com o intuito de alertar para a necessidade de satisfazer as necessidades dos associados, de modo a potenciar um maior retorno desta atividade económica.

“Pedimos a todos os sócios da Associação de Agricultura Famalicense, que desejem obter enxofre, por intermédio da Associação, o favor de virem declarar na sua sede, até ao dia 17 do corrente, qual a quantidade que desejam. Findo este prazo não nos podemos responsabilizar pelas suas encomendas”.³⁹⁹

Conforme demonstrado no excerto anterior, é evidente a preocupação em garantir que todos os agricultores filiados tenham acesso a um recurso fundamental na atualidade: o uso do enxofre na agricultura.

³⁹⁸ “A indústria leiteira”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, agosto de 1912, p.10.

³⁹⁹ “Expediente”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, abril de 1912, p.1.

As suas múltiplas aplicações na agricultura, em que pode ser utilizado de múltiplas formas, como sendo um produto fitossanitário para proteção de culturas, com propriedades fungicidas, entre outras, são evidências do seu largo uso ao longo dos séculos. Este facto, por si só, seria suficiente para que a sua utilização se tornasse banal e corriqueira.

Constatou-se, contudo, que a associação dos agricultores manifestava uma preocupação evidente em assumir a responsabilidade pelo uso deste tipo de produtos pelos agricultores, garantindo o seu fornecimento e demonstrando, uma vez mais, a precariedade dos métodos de cultivo e de desenvolvimento do setor primário.

Notáveis

A análise das diversas edições deste periódico evidencia uma preocupação constante em destacar figuras notáveis nos setores económico e social, com uma atenção particular para os indivíduos que se destacam no setor agrícola.

A figura de Joaquim Moreira Pinto emerge nas primeiras edições, particularmente na número 5, datada de 1 de agosto de 1912, onde se observa uma valorização exagerada deste indivíduo. Nos discursos elogiosos, destaca-se que este ator social não herdou uma fortuna nem títulos nobiliárquicos. Em conformidade com os dados apresentados, é possível afirmar que o indivíduo em questão se distinguiu pela sua educação exemplar e elevada competência profissional. Ademais, é importante ressaltar que foi graças à sua iniciativa que se promoveu a união e a coesão entre todos os lavradores da região, com o objetivo inicial de os congregar em reuniões nas quais se destacava o valor da associação.⁴⁰⁰

Acabaria por desempenhar um papel preponderante noutros empreendimentos, sendo, por exemplo, o fundador da Casa Bancária Pinto e Companhia. Em resultado do desenvolvimento deste negócio, iria envolver mais associados e dinamizar negócios

⁴⁰⁰ “Joaquim Moreira Pinto”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, agosto de 1912, p.4.

noutras partes do globo de forma célere. Em primeiro lugar, importa destacar que os negócios em questão se encontram localizados em Vila Nova de Famalicão, o que é demonstrativo da sua importância para o desenvolvimento da comunidade local.

Duarte Maria Pinheiro de Azevedo é igualmente um dos intervenientes referidos nas suas páginas, sobre o qual se escreve o seguinte:

“Fez-se, muito por si, pela sua intelligencia, pelo seu estudo, dedicando-se com amor ao conhecimento deste tão importante e tão pouco versado ramo do saber humano – a agricultura – a fonte das maiores riquezas, a riqueza por excellencia. Pode dizer-se que o Snr. Duarte Menezes é hoje uma autoridade no assumpto, o que bem se demonstra pelo apreço em que este jornal é tido pelos que se dedicam a esta especialidade, se não tivesse ainda a prova-lo também a forma como é fabricada a sua magnifica quinta de Crujes, em Gondifelos”⁴⁰¹

O sujeito em questão é um estudioso dos problemas da lavoura nacional, que utilizava a sua quinta, localizada numa das freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão, mais concretamente em Gondifelos, como um laboratório de experiências. Estas experiências contribuíam para um maior desenvolvimento desse setor, o qual poderia e deveria funcionar como estímulo para o desenvolvimento da agricultura.

A publicação da *Lavoura do Minho*, que se dedicava a este tipo de louvores e reconhecimentos públicos, e expandiu a sua esfera de ação para o estudo, não só da história agrícola, mas também da bibliografia, destacando o papel de determinadas figuras no progresso das suas comunidades.

⁴⁰¹ “Duarte de Menezes”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, fevereiro de 1913, p.2.

A Caixa de Crédito Agrícola

A Caixa de Crédito Agrícola viria a assumir um papel de destaque na implementação do movimento mutualista em Portugal. Neste sentido, é imperativo destacar que a implementação deste fenómeno económico e social, cuja implementação se perde na memória coletiva, só foi possível graças à atuação de vários atores.⁴⁰²

Ao longo da História, foram observadas diversas manifestações de mutualismo e de associativismo, bem como a implementação de uma confraria de beneficência, de socorro mútuo e de piedade. Esta última foi instituída por moradores e mercadores da cidade de Beja em 8 de julho de 1297, sendo considerada a primeira instituição mutualista de que há registo. Outra manifestação relevante é a Confraria do Corpo Santo, criada na mesma década por empresários das artes da pesca, que exerciam atividades como armadores e pescadores. Esta confraria terá dado origem a várias organizações de cariz social, nomeadamente associações de socorros mútuos no Algarve.⁴⁰³

A criação das Santas Casas da Misericórdia, em 1498, por iniciativa da Coroa, sob a égide da Rainha D. Leonor e de Frei Miguel Contreiras, constitui uma referência para as atividades da instituição, que incluíam a concessão de empréstimos sob caução, aos lavradores, com vista ao desenvolvimento da agricultura. Os empréstimos, sujeitos a juros moderados, não se enquadram no conceito de crédito gratuito. Adicionalmente, foi estabelecido que os bens hipotecados não poderiam ser objeto de penhores, embargos ou execuções de qualquer natureza.⁴⁰⁴

O empenhamento evidente para o desenvolvimento da agricultura, patente desde o início no setor mutualista, é referido com naturalidade numa associação de agricultores.

⁴⁰² Dina SANTOS, *Do mutualismo ao mercado. A Banca Mutualista em Portugal Estudo de Caso: O Crédito Agrícola Mútuo*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p.5.

⁴⁰³ *Idem*, p.13.

⁴⁰⁴ *Ibidem*.

Com o objetivo de compreender a implementação geográfica e, por conseguinte, as dinâmicas de desenvolvimento e massificação, as primeiras autorizações para o funcionamento das Caixas de Crédito Agrícola foram concedidas no início do século XX. A primeira foi emitida em Peso da Régua, em 17 de agosto de 1907, e a segunda, em Abrantes, em 28 de novembro do mesmo ano. De acordo com os registos existentes, a construção foi licenciada em Vila Flor a 9 de julho de 1908, em Mirandela a 27 de abril de 1909 e em Elvas a 18 de julho de 1910.⁴⁰⁵

Num curto espaço de tempo, a propagação é rápida, alcançando grande parte do território nacional. A eventual chegada ao Minho, ou até mesmo a Vila Nova de Famalicão, é uma questão de tempo.

De acordo com o programa de valorização da história local “Famalicão ID”, dinamizado pela Câmara Municipal de Famalicão, a primeira Caixa de Crédito Agrícola Mútuo no Minho surgiria neste município por escritura pública, com a data de 12 de agosto de 1913, dois anos após a publicação do decreto que instituiu modelos de financiamento para os agricultores.

Considerando que o período decorrido desde a fundação da primeira Caixa de Crédito Agrícola na Régua era de apenas seis anos, é possível considerá-la uma das instituições mais antigas em Portugal.

A criação da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Nova de Famalicão está associada aos mesmos elementos que, poucos meses antes, fundaram o Sindicato Agrícola de Vila Nova de Famalicão, um tema abordado no texto.

A partir de 9 de setembro de 2010, a Caixa de Crédito Agrícola de Vila Nova de Famalicão passou a incorporar a Caixa de Santo Tirso, dando origem à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave.

⁴⁰⁵ *Idem*, p.65.

Conclusão

De acordo com os dados analisados, nomeadamente os constantes números do periódico *A Lavoura do Minho*, é evidente que este se tornou o veículo de comunicação agrícola predominante na região de Famalicão, desempenhando um papel crucial na gestão da comunicação com os seus associados e com a população em geral.

Conforme demonstrado nas páginas da publicação, é possível identificar a possibilidade de se efetuar o acompanhamento das dinâmicas organizacionais da instituição, com destaque para os seus intervenientes, nomeadamente os agricultores, que constituíam o principal foco da publicação. De facto, procurava-se, de forma quase contínua, que estes indivíduos atuassem como elementos motivadores para a melhoria das práticas neste setor.

Esta publicação periódica constitui um recurso académico de relevo para o estudo de diversas ciências sociais e económicas, facilitando a compreensão da realidade económica deste concelho. A publicação apresenta múltiplas referências aos seus atores económicos, quer individuais quer coletivos, demonstrando o seu crescimento, dinamismo e envolvimento com o meio, não só em Famalicão, mas também em localidades e concelhos vizinhos, o que atesta a sua importância.

O empenho, patente nas suas páginas, evidencia a preocupação em imprimir um carácter indubitavelmente industrial à agricultura, transpondo uma fase que se apresenta manifestamente rural e que se restringia o desenvolvimento da agricultura, a qual, aparentemente, se encontrava condenada a ser meramente de subsistência.

Nesse sentido, observamos um empenho evidente de um conjunto de individualidades na modernização do setor agrícola, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento da economia nacional.

Em última análise, ficou manifesto o programa alcançado com as suas práticas inovadoras, conselhos e ligações com o tecido empresarial de outras áreas económicas, sempre com o propósito de desenvolver não só Vila Nova de Famalicão, mas também a região envolvente. O projeto em questão não se insere apenas no

contexto local, mas rapidamente adquire uma dimensão regional e, inclusivamente, nacional, em virtude do seu comprovado sucesso na realização dos seus principais propósitos.

Bibliografia e Fontes

Fontes

“A indústria leiteira”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, agosto de 1912, p.4.

“Adubação Chimica”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, maio de 1912, p.3.

“Agradecimento”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, maio de 1912, p.3.

“Centro Agrícola”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, agosto de 1911, p.2.

“Centro Agrícola-Industrial do Minho”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, junho de 1912, p.4.

“Duarte de Menezes”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, fevereiro de 1913, p.2.

“Esplêndido Resultado”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, setembro de 1912, p.3.

“Expediente”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, abril de 1912, p.1.

“Famalicão”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, maio de 1912, p.1.

“Folha Agrícola”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, março de 1912, p.1.

“Joaquim Moreira Pinto”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, agosto de 1912, p.4.

“Notícias Diversas”, in *A Lavoura do Minho*, Famalicão, Associação de Agricultura Famalicense, maio de 1912, p.4.

Dissertações

SANTOS, Dina, *Do mutualismo ao mercado. A Banca Mutualista em Portugal Estudo de Caso: O Crédito Agrícola Mútuo*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012.

O Impacto do Caminho de Ferro na região do Baixo Tâmega na primeira metade do século XX

João Fidalgo (FLUP)

Resumo

A região do Baixo Tâmega foi, na primeira metade do século XX, impactada pela construção da Linha do Tâmega. Os municípios de Marco de Canaveses, Amarante, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Cabeceiras de Basto receberam a forte influência desta via de comunicação. Analisando os impactos ao longo da sua construção, de 1905 a 1949, é objetivo entender o resultado das expropriações, do transporte de passageiros e mercadorias na região, bem como o efeito que a ferrovia implicou no seu desenvolvimento demográfico.

Através da análise de periódicos locais e dos censos realizados na primeira metade do século XX é possível entender como o desenvolvimento da via-férrea afetou a população. A extrapolação da informação para representações cartográficas é essencial para perceber os diversos parâmetros do estudo.

A investigação apresentada visa compreender o impacto das expropriações, que, apesar de em número reduzido, demonstram-se inevitáveis, afetando terrenos, recursos naturais e moradias.

A questão do transporte é também essencial, olhando-a por dois prismas distintos. Por um lado, as mercadorias revelaram-se o setor mais importante no início de atividade da linha, sobretudo em direção ao Porto, exportando produtos da região, mas por outro lado, a capacidade de conectar a população a diferentes pontos do país tornou o transporte de passageiros capital, consolidado com a chegada das automotoras na década de 1940.

Por fim, a passagem do caminho de ferro pelas diferentes localidades tem um impacto inegável na estrutura demográfica da sua área de influência, contribuindo para o seu desenvolvimento.

É inevitável concluirmos que a introdução do caminho de ferro na região do Baixo-Tâmega revelou significativos impactos. A ligação com as demais regiões foi um fator de clara evolução para as populações servidas pela ferrovia, vendo as suas condições económicas e de mobilidade melhorarem.

Palavras-Chave: Caminhos de ferro; Linha do Tâmega; Transporte; Mobilidade; Baixo-Tâmega.

Abstract

The Baixo Tâmega region was, in the first half of the twentieth century, impacted by the construction of the Tâmega Line. The municipalities of Marco de Canaveses, Amarante, Celorico de Basto, Mondim de Basto and Cabeceiras de Basto received the strong influence of this communication route. Analyzing the impacts throughout its construction, from 1905 to 1949, it is objective to understand the result of expropriations and the transport of passengers and goods in the region, as well as the effect that the railroad implied in its demographic development.

Through the analysis of local periodicals, as well as the censuses carried out in the first half of the twentieth century, it is possible to understand how each development of the railway affected the population. The extrapolation of information to cartographic representations is essential to understand the various parameters of the study.

The research presented aims to understand the impact of expropriations, which, although few, are inevitable, affecting land, natural resources and housing.

The issue of transport is also essential, looking at it from two different perspectives. On the one hand, goods proved to be the most important sector at the beginning of the line's activity, especially towards Porto, exporting products from the region, but on the other hand, the ability to connect the population to different parts of the country made passenger transport capital, consolidated with the arrival of railcars in the 1940s.

Finally, the passage of the railway through the different localities has an undeniable impact on the demographic structure of its area of influence, contributing to its development.

It is inevitable to conclude that the introduction of the railway in the Low-Tâmega region has had significant impacts. The connection with the other regions was a factor of clear evolution for the populations served by the railway, seeing their economic and mobility conditions improve.

Key-Words: Railways; Tâmega Railway; Transport; Mobility; Low-Tâmega.

Introdução

“Atualmente todo o rendimento desta estação tem atingido a média mensal de réis 1:500\$000, o que ninguém supunha que daria este pequeno ramal de 12 quilómetros. [...] Se já assumiu tanta importância o ramal construído, o que será quando a linha atingir o seu *terminus*, atravessando regiões populosas e com uma intensa vida agrícola! O Estado não pode vacilar um momento, devendo ordenar a sua rápida conclusão.”⁴⁰⁶

É desta forma que a imprensa da região reage ao sucesso quase instantâneo da Linha do Tâmega, poucos meses após a sua abertura, reivindicando a construção da totalidade do trajeto. Se o sucesso estava presente nos primeiros 12 quilómetros, toda a região usufruiria destes avanços. Assim, este artigo foca-se na influência, quer positiva, quer negativa, exercida pela implementação da Linha do Tâmega, compreendendo os impactos causados pelas expropriações, o transporte de mercadorias e passageiros e, sobretudo, na evolução demográfica da região.

⁴⁰⁶ “A Linha Férrea do Vale do Tâmega”, in *Jornal de Cabeceiras*, n.º 710, Cabeceiras de Basto, 14 de novembro de 1909, p. 2.

Partindo da questão essencial sobre “Qual o impacto da Linha do Tâmega no desenvolvimento da região do Baixo Tâmega?” foram reunidas informações através dos Recenseamentos Gerais da População, entre as edições de 1900 e 1960, abrangendo assim informação entre a saída do século XIX e a entrada na segunda metade do século XX. Fontes de informação importantes foram também a Revista especializada *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, além de três periódicos locais, a *Flor do Tâmega*, o *Celoricense* e o *Jornal de Cabeceiras*, apesar de estes últimos, infelizmente, em cronologia reduzida.

Assim, é possível compilar informação sobre os objetivos enumerados, entendendo como a região é afetada pelo avanço ferroviário. A posterior extrapolação da informação para representações cartográficas é essencial para revelar os diversos parâmetros do estudo apresentado, auxiliando numa leitura mais eficaz dos dados recolhidos.

A bibliografia base para este trabalho prende-se, além das obras gerais fundamentais, com dois artigos, “Caminho de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930”, de 2011, de uma equipa liderada por Espinha da Silveira, onde é possível encontrar o grande exemplo de perceção do impacto do caminho de ferro na evolução demográfica de Portugal. Também “As bees attracted to honey. Transport and job mobility in Portugal, 1890-1950”, de Maria Eugénia Mata, onde é possível compreender as dinâmicas das mudanças de local de trabalho das populações e a influência do caminho de ferro nas mesmas. A dissertação de Mestrado de João Fidalgo é a investigação mais recente sobre a Linha do Tâmega, base para este estudo. Por fim, “A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910). As Vias e o Tráfego”, de Maria Fernanda Alegria, permite apreender a evolução das vias de comunicação da segunda metade do século XIX até à primeira década do século XX.

1. A Linha do Tâmega na Rede Ferroviária Nacional

Até ao início do século XX não havia ainda um plano diretor para a rede ferroviária nacional. Apesar das principais ferrovias do país estarem construídas, o Estado português não tinha ainda aprovado a realização de uma rede coesa para todo o território.⁴⁰⁷ Sem um plano para organizar os avanços ferroviários, cada linha acabava por cair na influência do Ministro em exercício. Esta visão precária sobre as ferrovias nacionais levou ao inevitável atraso da economia nacional, sobretudo dos transportes.⁴⁰⁸

A 6 de outubro de 1898, por força de decreto, são estabelecidas as comissões que viriam a compilar os primeiros planos ferroviários para Portugal. Um plano para o Norte do Mondego e outro para Sul do Tejo, sendo lançada em 1905 a comissão para o Entre Tejo e Mondego.⁴⁰⁹ É no mesmo ano que a comissão a Norte do Mondego vê o seu trabalho aprovado, transformada em decreto a 15 de fevereiro de 1900.

Firma-se o Plano geral das vias-férreas ao norte do Mondego, ficando projetados novos caminhos de ferro para o Litoral entre o Porto e a Figueira, para a região do Minho Litoral e para a área de influência da Linha do Douro, abarcando os seus afluentes de Trás-os-Montes, bem como a via-férrea do Tâmega. Para o Douro, a Linha do Sabor conseguiria conectar o leste transmontano, enquanto o prolongamento da Linha do Tua, até Mirandela e Bragança, ligava a capital do distrito à rede. Já o Corgo ligaria a Régua a Vila Real, daí seguindo pelos polos termais de Vidago e Pedras Salgadas, chegando a Chaves.

Aquele que era considerado o corredor primordial entre o Porto e a fronteira de Chaves era sem dúvida o da Linha do Tâmega, passando por Amarante e atravessando a região de Basto. O seu percurso estabelecia-se entre a Livração na Linha do Douro, seguindo pela margem esquerda até Amarante, prosseguindo até Cavez, onde após

⁴⁰⁷ Hugo PEREIRA, *A Política Ferroviária Nacional (1844-1899)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012, pp. 448-457.

⁴⁰⁸ Maria Fernanda ALEGRIA, *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910). As Vias e o Tráfego*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1990, p. 295.

⁴⁰⁹ João FIDALGO, *A Linha do Tâmega (1900-1949). Da idealização à construção*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2023, p. 26.

entroncar com a Linha de Guimarães, seguiria até Vidago (mais tarde alterado para Pedras Salgadas), entroncando na ferrovia do Corgo e terminando em Chaves.⁴¹⁰

1.1 A incompleta e difícil construção – As vicissitudes do século XX

Apesar do desejo de construção rápida, o avanço do caminho de ferro do Tâmega esteve longe do repto, como atestamos na Figura 1. É importante referir que, numa cronologia tão extensa, os contextos técnicos, mas sobretudo políticos, alteram-se, com quatro regimes políticos a marcar a construção. A decisão técnica mais importante prendeu-se com a bitola a utilizar, optando-se pela métrica. Esta escolha cimentou-se no plano económico, com um custo inferior à bitola larga do restante da rede, mas também pela maior facilidade em ultrapassar a orografia da região.⁴¹¹

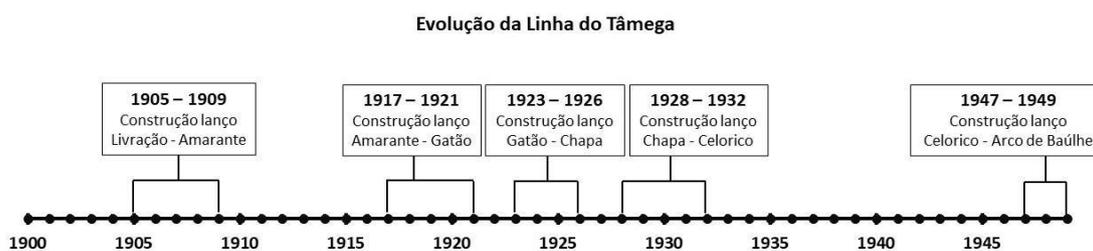


Figura 1 Evolução da Linha do Tâmega

Fonte: *Flor do Tâmega*, Amarante, 1900-1949. João FIDALGO, *A Linha do Tâmega (1900-1949). Da idealização à construção*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2023, p. 65.

A construção iniciou-se em 1905 e, apesar de um trajeto curto de apenas 12 quilómetros, com apenas três obras de arte, vários contratemplos levaram a um lento avanço, iniciando-se o serviço a 21 de março de 1909, entre a Livração e Amarante.

Até ao avanço seguinte, o salto temporal dá-se sobretudo pelas mudanças políticas entre a Monarquia e a República, num período marcado também pela Primeira Guerra Mundial, alocando recursos, sobretudo humanos, que faziam falta

⁴¹⁰ “Rede Complementar ao Norte do Mondego”, in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 372, Lisboa, 16 de junho de 1903, pp. 203-205.

⁴¹¹ João FIDALGO, *op. cit.*, p. 64.

aos corredores ferroviários.⁴¹² Ainda assim, é neste contexto que a Linha do Tâmega avança até Gatão, progresso lento para a curta extensão, onde se encontra o único túnel desta via-férrea. No entanto, o objetivo era atingir Celorico de Basto, ainda longe de Gatão. Antes ainda, era preciso chegar a Chapa, ainda no concelho de Amarante, sendo inaugurado este troço a 22 de fevereiro de 1926.

Em 1928, advindo a política de privatizações da Ditadura Militar, a posse da Linha do Tâmega passa para a Companhia de Caminhos de Ferro do Norte de Portugal (CCFNP). Num contrato celebrado entre o Estado, a referida Companhia e ainda a Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (CP), passava a CCFNP a responsável pela construção e exploração.⁴¹³ É neste contexto que se inicia a construção do troço entre a Chapa e Celorico, uma construção eficaz, inaugurada a 20 de março de 1932.

O período que se encontra entre a inauguração dos dois últimos troços deste caminho de ferro é longo, evidenciando o período conturbado vivido no país. O Estado Novo apresentou a Lei de Reconstituição Económica em 1935, prevendo a conclusão das redes, ainda que lhe atribuísse um orçamento diminuto em relação aos restantes transportes, sendo uma percentagem de 2% de todos os investimentos.⁴¹⁴

A década de 1940, marcada pela Segunda Guerra Mundial, não possibilitou grandes investimentos nas vias-férreas, sobretudo regionais, afetadas pelo advento rodoviário. Também neste período, a exploração dos caminhos de ferro sofre uma profunda mudança, com o Estado a resgatar e controlar todas as Linhas do país (à exceção da Linha de Cascais). A 1 de janeiro de 1947 são aprovados novos estatutos para a CP, fundindo em si todas as empresas ferroviárias. Ainda que não se tenha tornado uma empresa pública, a CP é reorganizada para facilitar novos investimentos, com o objetivo de reativar a ferrovia.⁴¹⁵

⁴¹² Ângela SALGUEIRO, "Caminhos de Ferro e a Grande Guerra", in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 517-518.

⁴¹³ João FIDALGO, *op. cit.*, p. 35.

⁴¹⁴ Ana Bela NUNES; Nuno VALÉRIO, "A lei de reconstituição económica e a sua execução", in *Estudos de Economia*, Vol. III, n.º 3, Lisboa, ISEG, 1983, pp. 331-359.

⁴¹⁵ "Fusão das empresas ferroviárias", in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 1416, Lisboa, 16 de dezembro de 1946, pp. 750-751.

Já o último troço, entre Celorico de Basto e Arco de Baúlhe, já a encargo da CP, tinha já alguns trabalhos efetuados ao longo da década de 1930, sobretudo obras de arte. Porém, é nos anos de 1947 a 1949 que o assentamento de via e trabalho de estações avançam, num trabalho rápido, levando à abertura em janeiro de 1949.

Contudo, esta chegada a Arco de Baúlhe estava ainda distante do objetivo final de 1900, com o troço até Cavez longe de ser realidade e a ligação ao Corgo e a Chaves cada vez mais improvável.⁴¹⁶ Ficava assim, no final da primeira metade do século XX, a Linha do Tâmega concluída apenas no percurso entre a Livração e Arco de Baúlhe, como podemos analisar através do mapa da Figura 2.

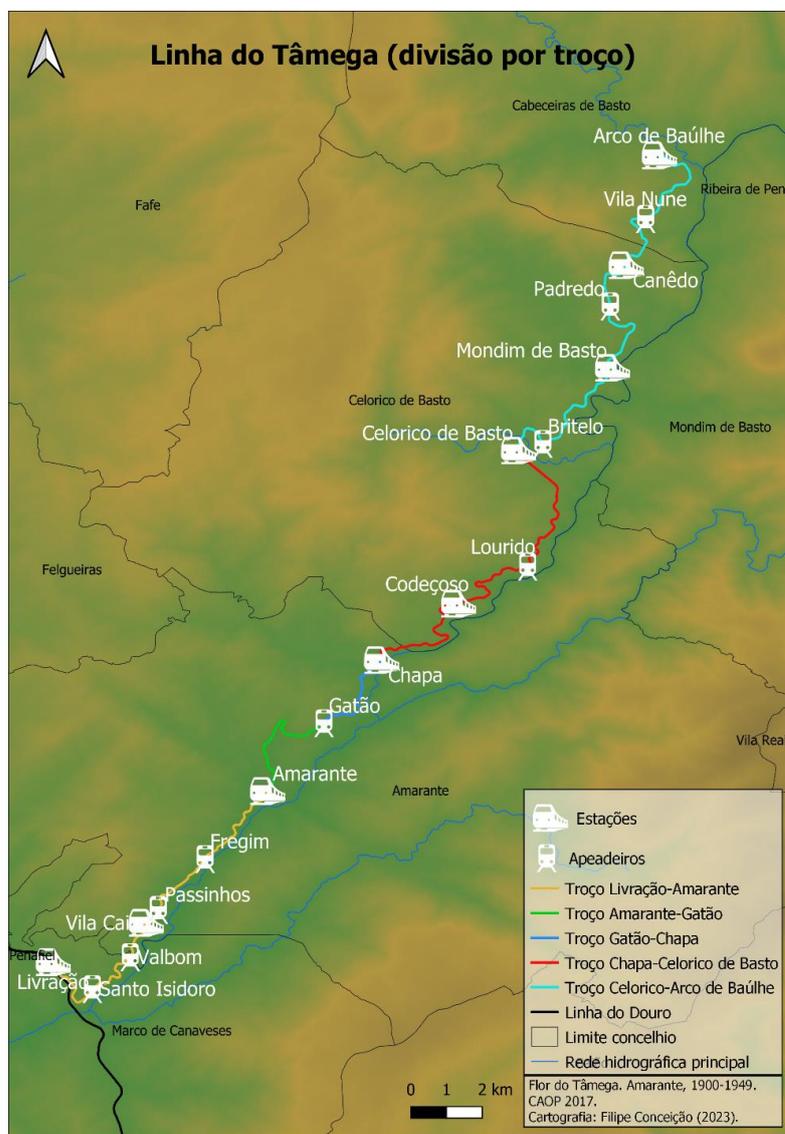


Figura 2 Linha do Tâmega (divisão por troço)⁴¹⁷

⁴¹⁶ João FIDALGO, *op. cit.*, pp. 63-90.

⁴¹⁷ *Idem*, p. 69.

2. Os inegáveis impactos da Linha

A Linha do Tâmega, construída numa região com dificuldades de comunicação, sobretudo económica, alterou nitidamente as dinâmicas sociais. Esta investigação versa sobre três aspetos em que o caminho de ferro impactou o Baixo Tâmega. Estes estão longe de esgotar toda a influência que a via-férrea exerceu, todavia, outros como o Turismo merecem, pela sua complexidade e importância, por si só uma investigação de fundo.

2.1 As expropriações

Esta inevitabilidade da construção dos caminhos de ferro demonstrava ser, em muitos casos, uma despesa de até 2% do custo total.⁴¹⁸ Se na entrada da centúria não havia ainda legislação específica relativa às expropriações, em 1931 estava já regulamentado o processo no que respeitava ao caminho de ferro. Era possível agir sobre os terrenos, podendo ignorar o direito de propriedade, garantindo-se apenas o pagamento devido.⁴¹⁹

Logo na fase inicial da construção, em 1905, as “dificuldades [...] na expropriação de vários tratos de terreno”⁴²⁰, atrasavam imediatamente a obra, problema resolvido contraindo um empréstimo.⁴²¹ O maior exemplo de uma mudança de projeto estava no final do primeiro troço, com a localização da estação de

⁴¹⁸ Magda PINHEIRO, “A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90)”, in *Análise Social*, vol. XXIV (2.º- 3.º), n.º101-102, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998, p. 760.

⁴¹⁹ João FIDALGO, *op. cit.*, pp. 92-93.

⁴²⁰ “Linhas Portuguesas”, in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 423, Lisboa, 1 de agosto de 1905, p. 235.

⁴²¹ João FIDALGO, *op. cit.*, p. 93.

Amarante a ser alterada de uma posição mais favorável à sua progressão para evitar “expropriações caras”⁴²², permitindo poupar 33 mil réis.⁴²³

Na preparação do último troço, entre Celorico e Arco de Baúlhe, são várias as expropriações necessárias para o avanço do ramal. Se em alguns casos as desapropriações resultavam de pequenas parcelas, noutros eram várias as habitações afetadas, com 200 metros quadrados a serem retirados, num dos exemplos.⁴²⁴ Já na reta final são expropriados 1100 metros quadrados em dois terrenos, bem como outros espaços de apoio à construção.⁴²⁵

Apesar dos contratemplos que esta situação provocava na vida dos que se viram afetados, a legislação, atualizada como vimos, protegia-os. O pagamento devido a estas pessoas devia ser efetuado até ao início dos trabalhos, tal como aconteceu em 1916, antes do início da construção do segundo troço. Só assim seria possível avançar com o projeto e à “arrematação [...] de 3 empreitadas”.⁴²⁶

Este processo, apesar de constituir um direito dos cidadãos prejudicados, não era automático. Através de editais urgia-se a população a procurar a compensação, quer pela desapropriação, quer mesmo por trabalhos, pois se não o fizessem não seriam ressarcidos.⁴²⁷ Exemplos disso mesmo encontram-se em 1926, quando 3 pessoas são notificadas para a reclamação, “no prazo de 20 dias” do que lhes era devido, aquando da conclusão do tramo até à freguesia da Chapa.⁴²⁸

⁴²² “Linha do vale do Tâmega”, in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 583, Lisboa, 1 de abril de 1912, p. 106.

⁴²³ João FIDALGO, *op. cit.*, p. 93.

⁴²⁴ *Idem*, pp. 94-95.

⁴²⁵ “Parte oficial”, in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 1421, Lisboa, 1 de março de 1946, p. 226.

⁴²⁶ “Linha férrea de Amarante a Celorico”, in *O Celoricense*, n.º 457, Celorico de Basto, 17 de fevereiro de 1916, p. 2.

⁴²⁷ João FIDALGO, *op. cit.*, p. 94.

⁴²⁸ “Anúncio. Expropriação”, in *Flor do Tâmega*, n.º 2053, Amarante, 9 de maio de 1926, p. 2.

2.2 O Transporte

Indubitavelmente o impacto mais esperado foca-se no transporte. O movimento de pessoas e mercadorias possibilitou uma aproximação com outras regiões, numa área historicamente isolada e, como já vimos, com uma rede de comunicações insipiente.

As regiões a norte, com as redes para o Minho e para o Douro, procuravam escoar os seus produtos em direção ao Porto e a sua estrutura portuária. O planeamento do início do século previa a ligação a Espanha, mas era ainda uma miragem.⁴²⁹ A principal mercadoria da região era, à semelhança de toda a rede do Douro, o vinho. Tendo este setor crescido nas regiões servidas pelas restantes linhas do Plano complementar, o Tâmega manteve a tendência.⁴³⁰

Numa via-férrea como a do Tâmega, com orografia difícil de transpor, o custo de circulação era elevado. Isto sentia-se sobretudo no transporte de passageiros, daí um primeiro investimento sobretudo focado nas mercadorias. Os primeiros meses de atividade são surpreendentes, com o período de março a novembro a registar “cerca de 200 pipas de vinho exportadas” da estação de Amarante.⁴³¹ O extraordinário “rendimento desta estação tem atingido a média mensal de réis 1:500\$000, o que ninguém supunha que daria esta pequeno ramal de 12 quilómetros”, causa surpresa da imprensa regional, como referimos na abertura deste artigo, dando assim razão a quem solicitava a construção como um importante avanço económico.⁴³²

Em 1911 ficaram a conhecer-se os resultados do ano de abertura, tendo a Linha do Tâmega, entre março e dezembro, “100 toneladas expedidas e 159

⁴²⁹ Maria Fernanda ALEGRIA, *op. cit.*, pp. 398-405.

⁴³⁰ Maria Helena Mesquita PINA, “Alguns reflexos da implantação do caminho de ferro no Alto Douro no final do século XIX”, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol. XIX, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 252.

⁴³¹ “Estação de Amarante”, in *Flor do Tâmega*, n.º 1197, Amarante, 14 de novembro de 1909, p. 3.

⁴³² “A Linha Férrea do Vale do Tâmega”, in *Jornal de Cabeceiras*, n.º 710, Cabeceiras de Basto, 14 de novembro de 1909, p. 2.

recebidas".⁴³³ Em 1910, primeiro ano completo de atividade, transportam-se 51 toneladas de bagagens e 406 em recovagens⁴³⁴.

Com a passagem do tempo e o desenvolvimento do transporte rodoviário, aliado à crise do caminho de ferro, o transporte ferroviário de mercadorias sofre um duro golpe. Sucumbe sobretudo à mercê da modernizada camionagem, mais flexível e eficiente.⁴³⁵ Por outro lado, o transporte de passageiros assumiu uma importância irrefutável. Apesar de ser menos lucrativo que as mercadorias, sobretudo pela existência de classes de bilhetes na modalidade de passageiros, os primeiros resultados foram consideráveis.⁴³⁶ Com a apresentação do primeiro horário, presente na Figura 3, em 1909 a estação de Amarante recebe 25000 passageiros, com o ano de 1910 a elevar a fasquia para os 28000.

⁴³³ "A estatística de 1909 do Minho e Douro", in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 573, Lisboa, 1 de novembro de 1911, p. 321.

⁴³⁴ "Linha do Vale do Tâmega", in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 583, Lisboa, 1 de abril de 1912, p. 106.

⁴³⁵ Maria Eugénia MATA, "As bees attracted to honey. Transport and job mobility in Portugal, 1890-1950", in *The Journal of Transport History*, Vol. 29, n.º 2, Lancaster University, 2008, p. 178.

⁴³⁶ João FIDALGO, *op. cit.*, p. 98.

Amarante – Porto			Porto – Amarante					
Estações	Número comboio		Ligação de Lisboa	Ligação com o noturno saído de Lisboa às 21:30, chegada às 7:30.	Ligação com “Sud-Express” saído de Lisboa às 9:45, chegada às 15:08.			
	1004-104	1006-106						
Amarante	06:00	15:35						
Fregim	06:12	15:47						
Vila Caiz	06:25	16:00						
Livração <small>Linha do Tâmega</small>	06:45	16:20						
Transbordo			Estações	Número comboio				
				1001-101	1003-103			
Livração <small>Linha do Douro</small>	06:58	16:33	Campanhã	7:50	15:20			
Campanhã	8:50	18:55	Livração <small>Linha do Douro</small>	10:05	17:10			
Ligação a Lisboa	Número 56, chegada a Lisboa às 14:40.	Ligação a noturno com saída do Porto às 21:50, chegada às 6:25.	Transbordo					
			Livração <small>Linha do Tâmega</small>	10:15	17:15			
			Vila Caiz	10:37	17:37			
			Fregim	10:49	17:49			
			Amarante	11:00	18:00			

Figura 3 1.º Horário da Linha do Tâmega (março de 1909)

Fonte: João FIDALGO, *A Linha do Tâmega (1900-1949). Da idealização à construção*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2023, p. 97.

Com a ferrovia em funcionamento, as Companhias ajustavam os horários consoante as necessidades, adicionando horários de verão em 1913, acertando os comboios com as ligações em direção ao Porto na Livração. De igual forma, com o crescimento da Linha eram adicionados novos horários, procurando assim garantir o escoamento das necessidades. Quer com a chegada a Chapa, quer a Celorico, foram adicionados comboios, quer para a Livração, quer apenas até Amarante.⁴³⁷

⁴³⁷ João FIDALGO, *op. cit.*, pp. 99-100.

A ligação entre o transporte de passageiros e o de mercadorias estava também conectado, sendo o transporte primordial para a população conseguir atingir mercados antes apenas alcançáveis com grande esforço. Em 1936 foram criados bilhetes “a preços reduzidos, em dia de mercado em Amarante, Celorico de Basto e Porto”, numa tentativa de fomentar também o comércio, quer em vendas, quer em compras.⁴³⁸

A década de 1940 trouxe a grave crise dos caminhos de ferro, com a Linha do Tâmega a sofrer com paragens prolongadas, abrindo paulatinamente a partir de 1947, preparando-se também para a chegada a Arco de Baúlhe. Um regresso à normalidade marcado pela introdução de automotoras suecas, como podemos observar na Figura 4, as primeiras do género a entrarem ao serviço na rede do Douro. Este avanço tornou o transporte de passageiros, irreversivelmente, na principal atividade desta ferrovia.⁴³⁹



Figura 4 Família junto a automotora em Arco de Baúlhe, 1950

Fonte: Museu Terras de Basto, *Família Carvalho e Silva ao lado de uma automotora*, Arco de Baúlhe, 1950. João FIDALGO, *A Linha do Tâmega (1900-1949). Da idealização à concretização*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2023, p. 136.

⁴³⁸ “Parte oficial”, in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 1168, Lisboa, 16 de agosto de 1936, p. 450.

⁴³⁹ João FIDALGO, *op. cit.*, p. 101.

2.3 O impacto demográfico

Seguindo a divisão apresentada por Orlando Ribeiro, adaptada desde então à realidade que nos versamos, a Linha do Tâmega enquadra-se na região do Norte Atlântico, apesar de numa posição limítrofe com o Norte Interior.⁴⁴⁰ Assim, esta ferrovia encontrava-se na região mais populosa e mais beneficiada com o caminho de ferro.

À saída do século XIX, Portugal entrou no processo de transição demográfica. É na primeira metade de novecentos que o contraste populacional começa a alterar-se, passando de um contraste Norte-Sul para dar lugar à oposição litoral-interior, sobretudo a Norte do Tejo. Começa a notar-se uma uniformidade entre o Norte Interior e o Sul, em relação ao Litoral, numa dicotomia notória por toda a península.⁴⁴¹

Se no século XIX a migração interna acaba por se basear muito dentro da diocese, muito ligada ao casamento⁴⁴², a evolução populacional da centúria em estudo explicasse, em grande parte, “pela transferência interna de indivíduos do interior para o litoral e também para os centros urbanos”.⁴⁴³

O caminho de ferro fez com que as indústrias e o emprego migrassem para o litoral, tornando o espaço entre Lisboa e Porto no principal corredor industrial do país. Ao mesmo tempo que a indústria passava de 20% da quota de mercado para 80%, a população também crescia, com Lisboa a atingir o milhão de habitantes e o Porto 650 000.⁴⁴⁴

Se, de uma perspetiva, o caminho de ferro abriu portas para as populações do interior, dilacerando as indústrias tradicionais, ligadas à pastorícia ou à agricultura.

⁴⁴⁰ Luís Espinha da SILVEIRA; Daniel ALVES; Nuno Miguel LIMA; Ana ALCÂNTARA; Josep PUIG-FARRÉ, “Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930”, in *Ler História*, 61, 2011, p. 11.

⁴⁴¹ Luís Espinha da SILVEIRA [et al.], *op. cit.*, pp. 17-18.

⁴⁴² Álvaro Ferreira SILVA, “Padrões de mobilidade interna em Portugal na segunda metade do século XIX”, in *História Económica de Portugal 1700-2000*, Vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 384.

⁴⁴³ Teresa Rodrigues VEIGA, “A transição demográfica”, in *História Económica de Portugal 1700-2000*, Vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 43.

⁴⁴⁴ Maria Eugénia MATA, *op. cit.*, p. 178.

Em contrapartida, é perceptível que a ferrovia ajudou a criar dois polos industriais no país, à volta de Lisboa e do Porto. Além da ligação entre os dez centros urbanos existentes, o caminho de ferro fez nascer outros quinze aglomerados.⁴⁴⁵ A oferta de trabalho no litoral fez com que as localidades do interior se vissem esvaziadas.⁴⁴⁶

O século XX trouxe o acesso à ferrovia a mais de metade da população nacional, chegando aos 56% na década de 1930. Foi o Norte Atlântico a registar maior percentagem de população com acesso ao comboio, em contraste com o Norte Interior. Nas freguesias com acesso a população cresceu de forma mais rápida, ao contrário das freguesias fora da influência do comboio. Este crescimento foi “tanto maior quanto mais cedo o comboio se tornou acessível”.⁴⁴⁷ Conquanto, o crescimento não se revelou igual por todo o país, podendo, em alguns casos, contribuir para a evolução negativa da população, até em centros urbanos, em detrimento de freguesias rurais que passavam a aceder ao caminho de ferro.

Neste período, há um reforço da mobilidade da população dentro do país, “coincidindo com a extensão da rede de caminho de ferro a todo o território nacional”. Cerca de 67% desta população migrante encontrava-se no Norte Atlântico, muito influenciado pelas grandes áreas urbanas. Neste aspeto o caminho de ferro parece ter favorecido a movimentação da população, sendo sempre maior nas freguesias com acesso ao comboio. Também a emigração terá sido afetada pelo caminho de ferro dada a facilidade que o mesmo trouxe para a movimentação.⁴⁴⁸

No que diz respeito ao impacto demográfico, e olhando para a região em estudo, esta insere-se no Norte Atlântico, limítrofe ao Norte Interior. No Douro, a Linha do Tua, em atividade desde 1887 e única até hoje estudada nesta dimensão, demonstrou impacto positivo no crescimento da população. Assim, procuramos perceber a evolução demográfica ao nível da freguesia, subdividindo esta procura em duas categorias. Por um lado, as freguesias por onde a Linha do Tâmega avançou, com

⁴⁴⁵ Luís Espinha da SILVEIRA [et al.], *op. cit.*, pp. 26-27.

⁴⁴⁶ Maria Eugénia MATA, *op. cit.*, pp. 187-188.

⁴⁴⁷ Luís Espinha da SILVEIRA [et al.], *op. cit.*, p. 25.

⁴⁴⁸ Joel SERRÃO, “Conspecto histórico da emigração portuguesa”, in *Análise Social*, Vol. VIII, n.º 32, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1970, p. 606.

influência direta na estrutura das mesmas. Por outro lado, as freguesias influenciadas pela presença da ferrovia, tendo para isso selecionado as que se encontram num diâmetro de 5 km à volta das estações.

No que respeita às freguesias presentes na Linha do Tâmega, perceptíveis através do mapa da Figura 5, a cronologia relativa à construção é relevante, pois o impacto da primeira fase de construção é claramente mais duradouro e extenso do que em cronologias mais avançadas.

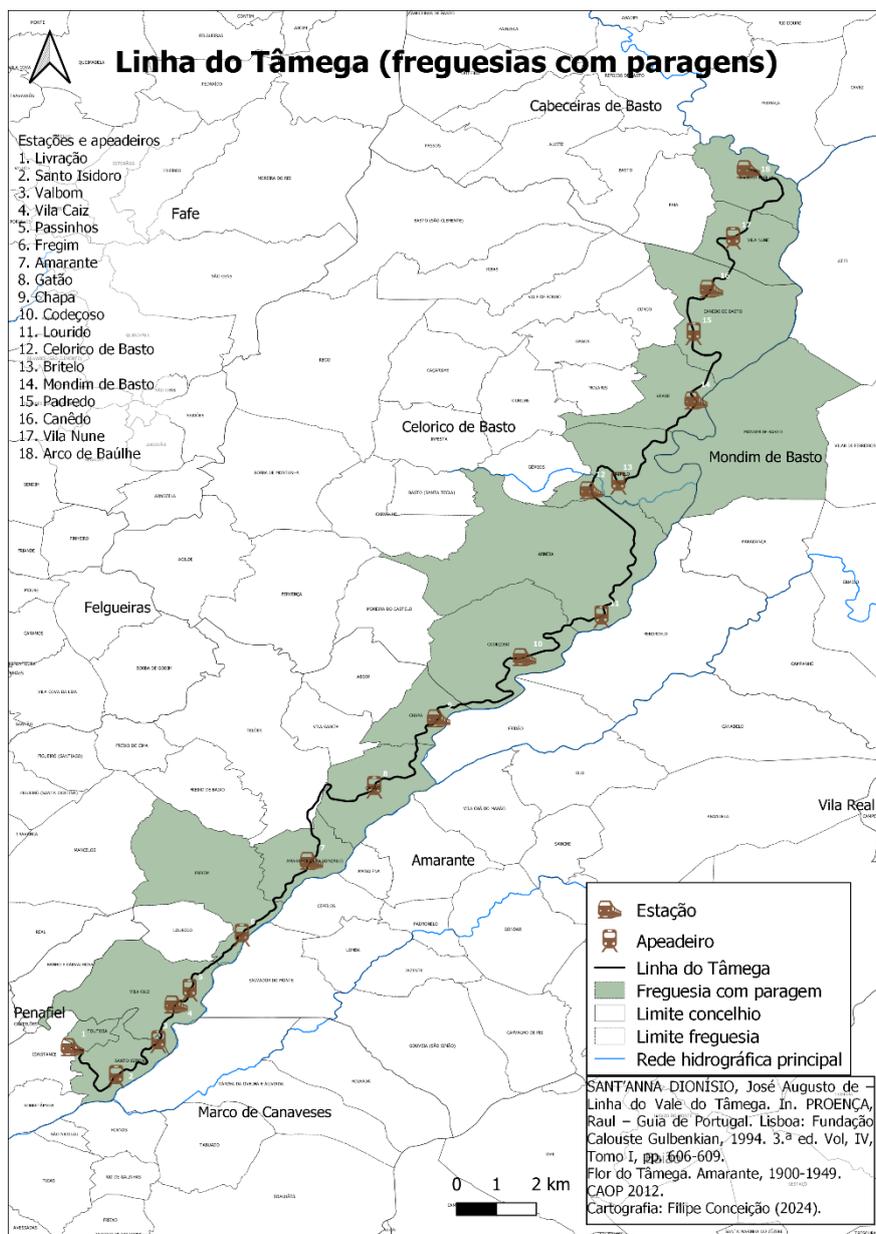
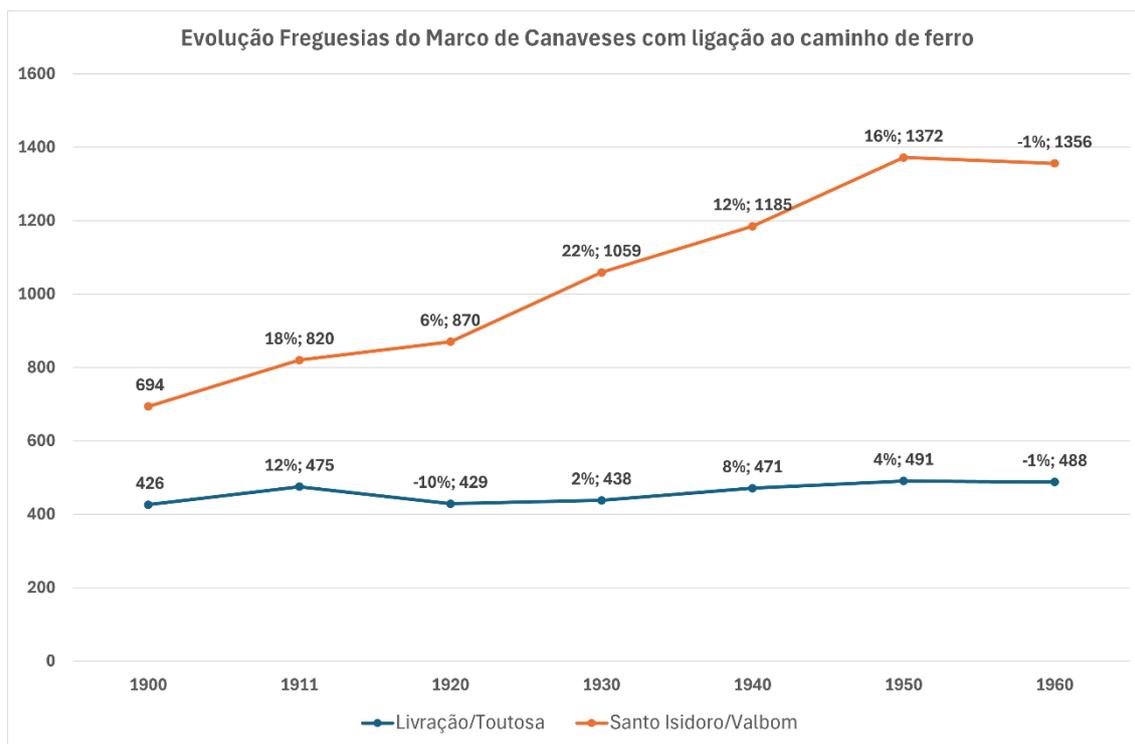


Figura 5 Linha do Tâmega (freguesias com paragens)

O primeiro grupo de análise prende-se com as freguesias do concelho de Marco de Canaveses, Toutosa (Livrção) e Santo Isidoro. No caso destas, não só o impacto da ferrovia do Tâmega tem importância, mas também a Linha do Douro, com paragem precisamente na Livração.

Gráfico 1 Evolução Freguesias do Marco de Canaveses com ligação ao caminho de ferro

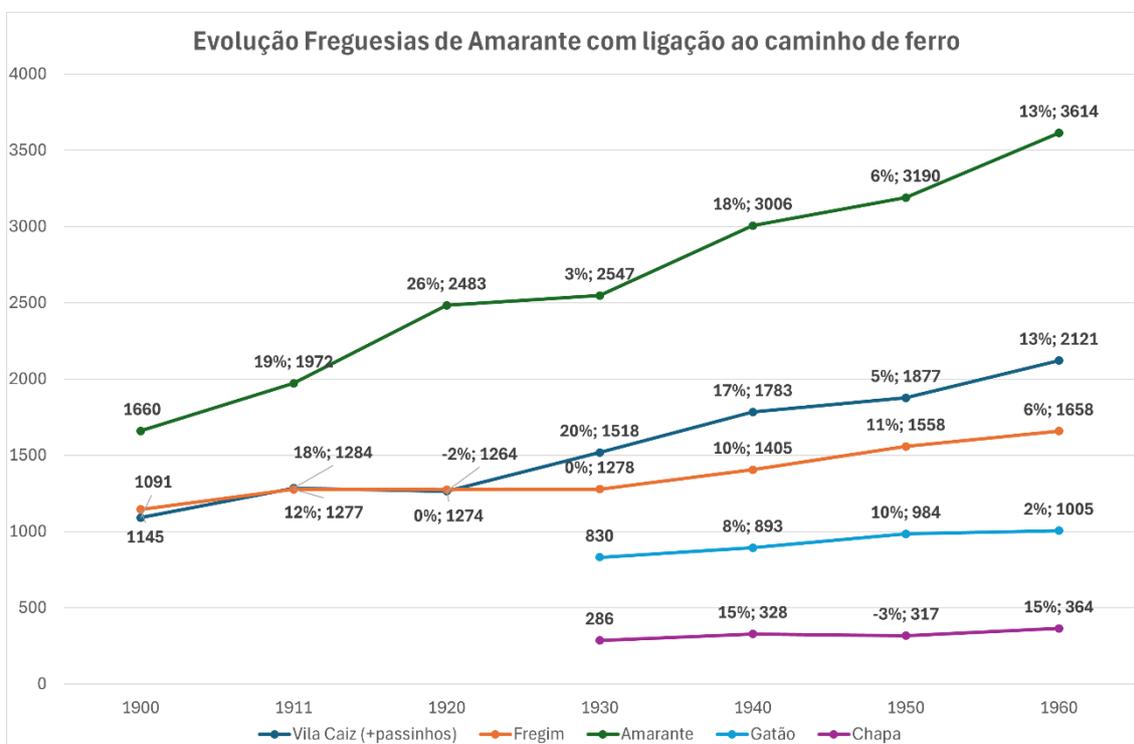


É notório o salto populacional ocorrido após a abertura do primeiro troço, tendo as duas freguesias sentido evoluções diferentes ao longo das décadas. Enquanto Livração/Toutosa decresce em 1920 e estabiliza nas décadas seguintes, Santo Isidoro apenas não cresce na década de 1950, depois de saltos significativos no crescimento demográfico. Este recenseamento, sendo o culminar da década de 1940, está em linha com a crise que o caminho de ferro viveu nesses anos. Com a acessibilidade à ferrovia, no Tâmega ou no Douro, este terá sido um fator de incremento.

Ainda na primeira fase de construção foi atingida, em 1909, a vila de Amarante que, já sem influência direta da Linha do Douro, se vê conectada com a rede ferroviária. No gráfico 2, além das freguesias do concelho atravessadas pela linha

desde o primeiro lanço são ainda adicionadas a chegada a Gatão e a Chapa, de forma a criar uma comparabilidade concelhia.

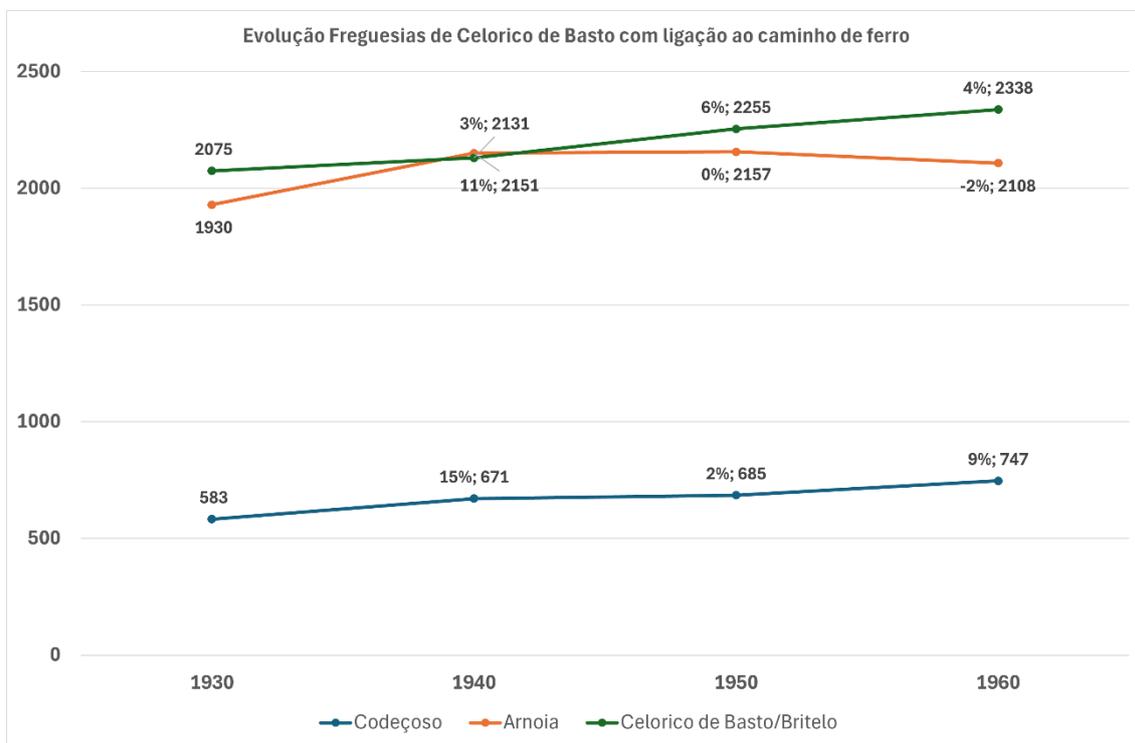
Gráfico 2 Evolução Freguesias de Amarante com ligação ao caminho de ferro



Continuando a tendência, o primeiro registo revela-se como um momento de crescimento populacional, que, relativamente ao primeiro troço, foi gradual, sem grandes sobressaltos e na linha do anteriormente referido, uma década de 1940 afetada pela crise da ferrovia. Todavia, há que assinalar que Vila Caiz, Fregim e Amarante se encontram num registo mais próximo de urbanidade, ao contrário de Gatão e Chapa, em ambientes rurais, onde o crescimento abranda relativamente ao concelho.

De 1928 a 1932, foi levada a cabo a obra entre Chapa e o centro da Vila de Celorico de Basto, adicionando assim mais um concelho ao impacto.

Gráfico 3 Evolução Freguesias de Celorico de Basto com ligação ao caminho de ferro.

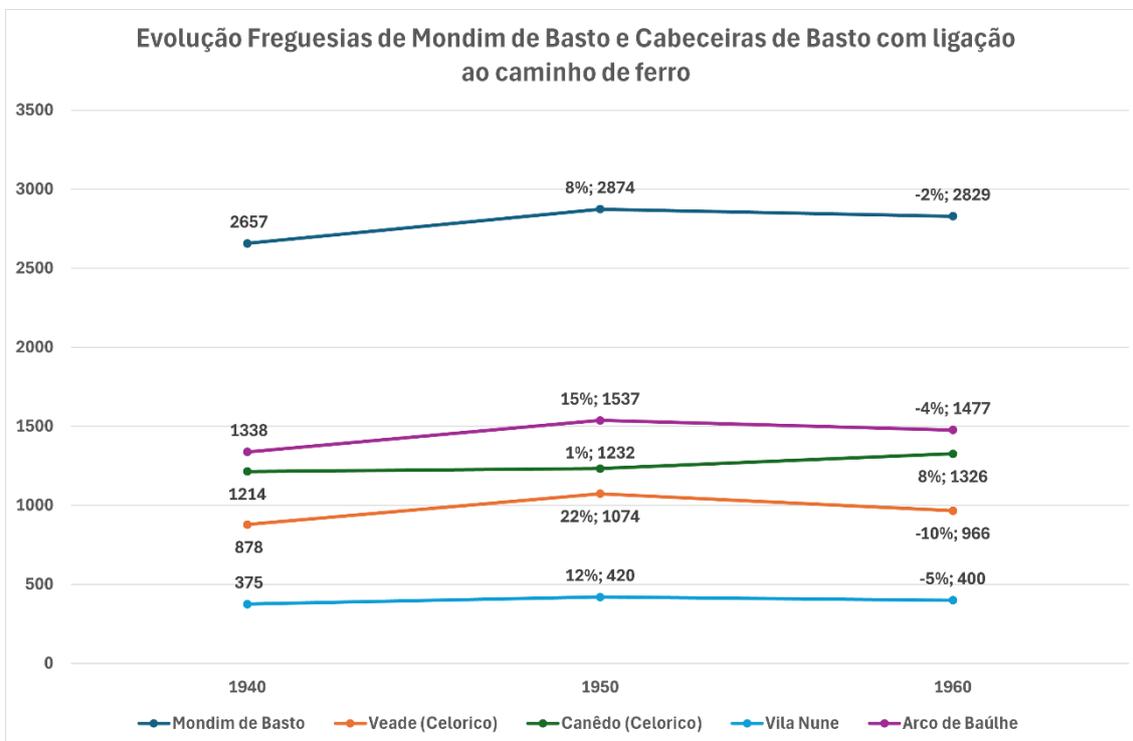


Na mesma linha das fases anteriores, também para o caso de Celorico o recenseamento imediatamente após a abertura do troço indicia um crescimento considerável na população, sobretudo nas freguesias rurais (Codeçoso e Lourido (Arnoia)). Denotando ainda a típica redução em 1950, o impacto da ferrovia parece esbater-se com o avançar dos quilómetros e a diminuição de importância da ferrovia na hierarquia dos transportes.

É apenas 17 anos depois aberto aquele que viria a ser o último troço da Linha do Tâmega, ligando Celorico a Arco de Baúlhe. Este avanço trouxe ainda a ligação a Mondim de Basto, apesar da estação que servia a sede desse concelho não se encontrar nos seus limites. Neste caso, foram seleccionadas quer a freguesia onde se encontra a estação, Veade, no concelho de Celorico, quer Mondim de Basto, sede de concelho, à qual a estação servia e assumia o nome.

Gráfico 4 Evolução Freguesias de Mondim de Basto e Cabeceiras de Basto com ligação ao caminho de ferro.

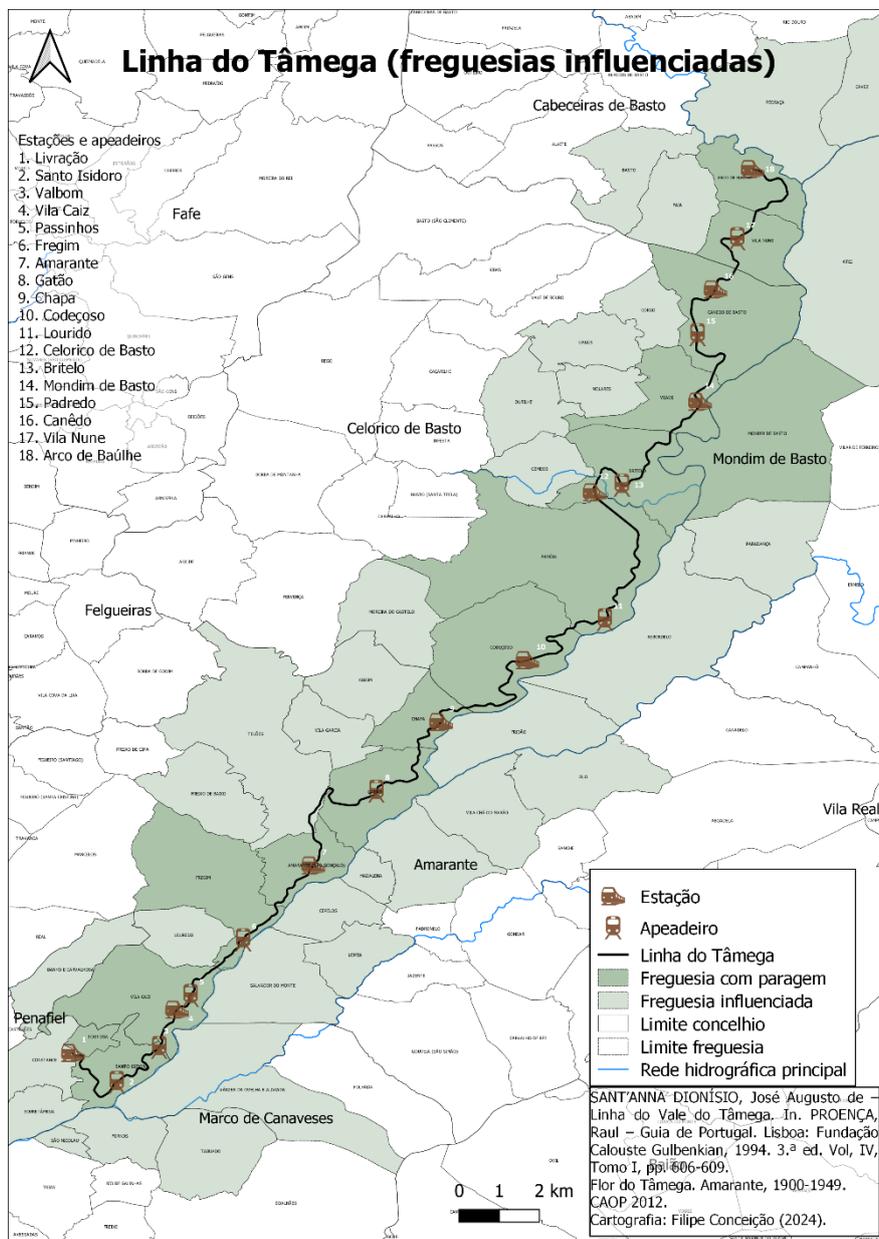
Fonte: Recenseamento Geral da População, 1940-1960.



Tendo iniciado funções em 1949, com o caminho de ferro em recuperação, a primeira década onde o impacto pode ser contabilizado revela um decréscimo da população, excetuando Canêdo, uma das freguesias mais extensas do concelho de Celorico. Em Cabeceiras de Basto, as freguesias de Vila Nune e Arco de Baúlhe acabaram por perder população, podendo assim apontar a introdução do caminho de ferro como um veículo para a saída de pessoas da região.

A segunda categoria de análise prende-se com as freguesias influenciadas pela presença da ferrovia, no critério que definimos anteriormente.

Figura 6 Linha do Tâmega (freguesias influenciadas)



Este grupo apresenta uma divisão essencial naquilo que é a influência do caminho de ferro, a divisão pelo curso do Rio Tâmega, com a margem direita menos influenciada. O crescimento demográfico existe, contudo, em percentagem inferior. Denota-se que as freguesias mais próximas da sede do concelho crescem mais e, seguindo a lógica das freguesias na Linha, o crescimento é inferior para lá do concelho de Amarante. O caso mais notável é a freguesia de Cavez, freguesia limítrofe a Arco

de Baúlhe, que cresce 45% na abertura da Linha. Esta era a freguesia onde originalmente entroncariam as linhas de Guimarães e do Tâmega. Sem dúvida, a influência vai-se tornando mais reduzida a cada avanço da ferrovia e da cronologia, ligada sobretudo ao desenvolvimento da rede de estradas.

Conclusão

Concluindo esta tentativa de entender os impactos criados pela introdução do caminho de ferro no Baixo Tâmega, é inegável o impacto positivo capaz de se aglutinar ao desenvolvimento deste meio de transporte.

Apesar de ser procurada uma construção com o menor número de expropriações possível, processo sempre dispendioso, alterando os orçamentos, estas foram obrigatórias. Podendo afetar qualquer tipo de estrutura, exerceram um papel disruptivo nas comunidades que atravessaram. Ainda assim, o seu impacto diminuto na quantidade de estruturas afetadas não pode ser classificado como negativo.

Com o enfoque no transporte de mercadorias, os primeiros lucros advieram da exportação de vinho, num surpreendente sucesso para a região. Além disso, esta passou a ligar ao Porto e Lisboa, contribuindo para resultados positivos no transporte de passageiros, ganhando esta modalidade mais importância com o avançar da infraestrutura. Com o último troço, a chegada das automotoras trouxe mais passageiros, relegando o transporte de mercadorias para segundo plano, com a concorrência da rodovia.

Por fim, o caminho de ferro terá contribuído para o crescimento demográfico da região, sobretudo nos dois primeiros concelhos. Como referido anteriormente, a influência é atenuada com o avanço da Linha. Se em certos casos o caminho de ferro abriu as portas do crescimento, em compensação, trouxe a oportunidade para a saída de uma região até então isolada.

Assim, importa refletir que, mesmo sendo desenvolvida num contexto conturbado, os impactos da Linha do Tâmega mostram que a capacidade de sucesso

estava presente, devendo o estudo destas dinâmicas continuar, criando assim uma visão completa sobre a ferrovia.

Bibliografia e Fontes

Fontes

Direcção Geral da Estatística, *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913 (6 vol.).

Direcção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1920. 6º Recenseamento Geral da População*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925.

Direcção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1930. 7º Recenseamento Geral da População*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.

Direcção Geral da Estatística e dos Proprios Nacionaes, *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900. Quarto Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE, 1905.

Flor do Tâmega: semanário noticioso e literário, Amarante, 1900-1949.

Gazeta dos Caminhos de Ferro, Lisboa, 1903-1949.

Instituto Nacional de Estatística, *VIII Recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes em 12 de dezembro de 1940*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1947.

Instituto Nacional de Estatística, *IX Recenseamento Geral da População no continente e ilhas adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1952.

Instituto Nacional de Estatística, *X Recenseamento Geral da População no continente e ilhas adjacentes às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960*, Lisboa, INE, 1964.

O Celoricense: defensor dos interesses da lavoura, Celorico de Basto, 1907-1919.

O Jornal de Cabeceiras: semanário republicano, Cabeceiras de Basto, 1907-1949.

Bibliografia

ALEGRIA, Maria Fernanda, *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910). As Vias e o Tráfego*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1990.

FIDALGO, João, *A Linha do Tâmega (1900-1949). Da idealização à construção*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2023.

MATA, Maria Eugénia, "As bees attracted to honey. Transport and job mobility in Portugal, 1890-1950", in *The Journal of Transport History*, Vol. 29, n.º 2, Lancaster University, 2008, pp.173-192.

NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno, "A lei de reconstituição económica e a sua execução", in *Estudos de Economia*, Vol. III, n.º 3, Lisboa, ISEG, 1983, pp. 331-359.

PEREIRA, Hugo, *A Política Ferroviária Nacional (1844-1899)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

PINA, Maria Helena Mesquita, "Alguns reflexos da implantação do caminho de ferro no Alto Douro no final do século XIX", in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol. XIX, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 397-414.

PINHEIRO, Magda, "A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90)", in *Análise Social*, vol. XXIV (2.º-3.º), n.º101-102, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998, pp. 745-767.

SALGUEIRO, Ângela, "Caminhos de Ferro e a Grande Guerra", in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 517-521.

SERRÃO, Joel, "Conspecto histórico da emigração portuguesa", in *Análise Social*, Vol. VIII, n.º 32, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1970, pp. 597-617.

SILVA, Álvaro Ferreira, "Padrões de mobilidade interna em Portugal na segunda metade do século XIX", in *História Económica de Portugal 1700-2000*, Vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 375-392.

SILVEIRA, Luís Espinha da; ALVES, Daniel; LIMA, Nuno Miguel; ALCÂNTARA, Ana; PUIG-FARRÉ, Josep, "Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930", in *Ler História*, 61, 2011, pp. 7-37.

VEIGA, Teresa Rodrigues, "A transição demográfica", in *História Económica de Portugal 1700-2000*, Vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 37-63.

Bago a bago, enche-se a tripa e fica-se com a morcela: a morcela de arroz da região de Leiria

Leonardo Sousa (FLUC)

Resumo

Em perspetiva histórica, a alimentação tem sido um dos campos de investigação com mais força nas últimas décadas. Desde os trabalhos sobre os rituais da alimentação em contexto dos vários estratos sociais, às abordagens relacionadas com a circulação de alimentos, de receitas e de modos de fazer, aos autores que abordam este tema por via da literatura, as abordagens são muitas, e com contributos expressivos.

Desta vasta produção historiográfica resulta a ideia, cada vez mais clara, que os estudos sobre a alimentação constituem uma das formas mais interessantes para captar aspetos relacionados com o passado histórico das diversas comunidades locais e das estratégias de adaptação ao meio e ao espaço desenvolvidas em cada território. Partindo desta premissa, esta comunicação pretende explorar a produção e o consumo de uma das iguarias tradicionais da gastronomia portuguesa, ou seja, a morcela de arroz.

A primeira parte procurará apresentar diversos exemplos nos quais a sua utilização é encontrada em fontes coevas, desde os tempos medievais, até ao presente. São exemplos o *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, a *Arte de Cozinha*, de Domingos Rodrigues, o *Cozinheiro Moderno ou Nova Arte de Cozinha*, de Lucas Rigaud, ou até mesmo as referências encontradas nos dicionários dedicados à alimentação, e as receitas em livros contemporâneos, como é o caso daquela que é considerada a bíblia da cozinha portuguesa, de Maria de Lourdes Modesto, ou mais recentemente o livro dedicado em exclusivo aos fumeiros e enchidos de Portugal, de Nuno Diniz.

Em segundo lugar, será intenção destacar a imensa variedade de formas de confeção e consumo da morcela, no concelho de Porto de Mós, no qual, ainda hoje, é possível localizar vários modos de preparar esta iguaria. Esta diversidade revela bem a imensa riqueza gastronómica portuguesa, ainda que em territórios relativamente circunscritos. Como se procurará demonstrar, a morcela é uma das mais antigas iguarias portuguesas que todas as populações, das mais ricas às mais pobres, souberam adaptar às exigências do meio no qual se inseriam.

Palavras-chave: história da alimentação, gastronomia, morcela, Porto de Mós, Região de Leiria

Abstract

From a historical perspective, food history has been one of the most prominent topics of research in recent decades. From works on table rituals in the context of various social strata, to approaches related to the circulation of food, recipes and related customs. The approaches have been many, throughout the literature.

This historiographical production highlights how food studies reveal local communities' historical past and adaptation strategies. This presentation explores the production and consumption of a traditional Portuguese delicacy: morcela de arroz (rice blood sausage).

The first part will seek to present various examples in which its use is found in coeval sources, from medieval times to the present day. Examples include *Infanta D. Maria's Cookery Book*, Domingos Rodrigues' *Arte de Cozinha*, Lucas Rigaud's *Cozinheiro Moderno or Nova Arte de Cozinha*, or even references found in food dictionaries and recipes in contemporary books, such as Maria de Lourdes Modesto's compendium of Portuguese cuisine or, more recently, Nuno Diniz's book dedicated exclusively to Portuguese smoked meats and sausages.

Secondly, I would like to highlight the immense variety of ways in which morcela is prepared and consumed in the municipality of Porto de Mós, where you can still find various ways of preparing this delicacy. This diversity reveals the immense richness of Portuguese gastronomy, albeit in relatively limited territories. As we will try to demonstrate, morcela is one of the oldest Portuguese delicacies that all populations, from the richest to the poorest, have been able to adapt to the demands of their environment.

Keywords: food history, gastronomy, morcela, Porto de Mós, Leiria Region

Origem etimológica do vocábulo morcela

As informações referentes à origem etimológica do vocábulo morcela são relativamente escassas, com algumas exceções, que importam assinalar.

De acordo com o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, o vocábulo morcela, deriva do castelhano “*morcilla*”, com origem incerta⁴⁴⁹. No entanto, nos dicionários eletrónicos da língua portuguesa, nomeadamente na *Infopedia*, a informação associada a este vocábulo deriva do latim “*mauricella-*”, que significa “da cor do sangue”, cuja definição retrata que é um “enchido em que o elemento principal é o sangue de porco com gordura e condimentos” ou “chouriço doce”⁴⁵⁰. Na *Priberam*, a definição encontrada faz apenas referência a um “chouriço de sangue” ou “chouriço doce”⁴⁵¹. Estas duas últimas referências retratam aquilo que conhecemos hoje como a morcela, tanto salgada, tal como a morcela de arroz, quanto doce, com as morcelas doces de Arouca.

⁴⁴⁹ José Pedro MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. 4, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

⁴⁵⁰ “morcela” in *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, acedido em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/morcela>, a 15/11/2024 às 22h55m.

⁴⁵¹ “morcela” in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, acedido em <https://dicionario.priberam.org/morcela>, a 15/11/2024 às 22h58m.

Mas será que os dicionários de épocas anteriores já seguiam esta mesma definição? Ou será que houve uma evolução do seu significado ao longo dos últimos séculos?

Morcelas nas fontes coevas do Antigo Regime (séculos XV-XVIII)

O *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, considerado o mais antigo manuscrito de cozinha português, datável do século XV, contém uma receita de morcelas com os seguintes ingredientes: pão ralado, água-de-flor, pinhões, amêndoas, cravo, canela, gemas de ovos, sal, banhas do porco frescas, pão e açúcar. Pela observação dos ingredientes, é fácil identificar que a morcela na época medieval seria uma iguaria doce, que previa inclusivamente a introdução de carne de porco⁴⁵².

Uma outra receita surge na *Arte de Cozinha*, de Domingos Rodrigues, datado de 1693, o primeiro livro de cozinha impresso em Portugal. Esta obra conta com uma receita de morcelas, também elas doces, cuja confeção se fazia a partir do pão de centeio ou de rala, manteiga de vaca, amêndoas, açúcar, ovos, cravo, pimenta, sal e canela⁴⁵³.

No *Cozinheiro Moderno ou Nova Arte de Cozinha*, de Lucas Rigaud, datado de 1785, já começam a surgir semelhanças com a morcela salgada, que é semelhante àquela que identificamos na região de Leiria em geral, e de Porto de Mós em particular. A grande diferença que se consta é a não introdução de qualquer tipo de cereal no recheio, mais precisamente o arroz. Neste caso, a receita apresentada era obtida através de um preparado com cebolas, banha ou toucinho, banhas, papadas e barriga de porco, sangue de porco, leite ou caldo, e sal, pimenta, especiarias finas, coentro, erva doce e salsa⁴⁵⁴.

⁴⁵² Giacinto MANUPPELLA, *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

⁴⁵³ João da MATA, *Arte de Cozinha*, Lisboa, Vega, 1993.

⁴⁵⁴ Lucas RIGAUD, *Cozinheiro Moderno ou Nova Arte de Cozinha*, Sintra, Colares Editora, 1999.

Morcelas na época contemporânea (séculos XIX-XXI)

Existem inúmeras alusões da morcela na literatura portuguesa, nomeadamente em dicionários ou enciclopédias relacionadas com a gastronomia.

Caso disso, é a referência que Maria de Lourdes Modesto lhes dedica na *Grande Enciclopédia da Cozinha*, descrevendo a morcela como uma “espécie de chouriço cujo elemento principal é o sangue de porco”. Para além desta menção ao enchido salgado, como a grande maioria das pessoas a conhece na atualidade, Maria de Lourdes Modesto refere-se ainda à morcela como um “enchido doce, especialidade de Arouca, que se faz com miolo de pão, açúcar, canela, amêndoas pisadas, banha de porco, etc.”⁴⁵⁵.

Maria Antónia Goes, no *Dicionário de Gastronomia*, refere que a morcela é um “enchido de sangue temperado com cominhos, cravo e alho”⁴⁵⁶. Neste caso, a autora ignora a sua variação doce, referindo-se apenas à forma de confeção mais comum.

Uma outra referência surge no *The Oxford Companion to Food* em que a morcela surge classificada como um enchido de sangue, cuja definição remete para os enchidos cheios de sangue, com cereais ou outras matérias vegetais para o absorver, e gordura. Em perspetiva histórica, a morcela é apresentada como um dos mais antigos enchidos, cujas raízes recuam ao primeiro século da Cristandade. Nesta referência, é mencionado que já na obra de Apicius se descreve a morcela como uma iguaria com um recheio sem cereais, mas com gemas de ovos cozidos picados, pinhões, cebolas e alhos franceses num pedaço de intestino⁴⁵⁷.

Continuando com os dicionários portugueses, Ana Pereira e Maria Pericção descreveram a morcela, como um “enchido sem carne, de cor escura característica, feito com sangue de porco, gordura de porco, farinha ou arroz”. Nesta obra de 2015, a morcela de arroz foi tratada em entrada distinta, sendo descrita como um “prato tradicional de Leiria que surgiu com o objetivo de reaproveitar todas as partes do

⁴⁵⁵ Maria de Lourdes MODESTO, *Grande Enciclopédia da Cozinha*, vol. 2, Lisboa, Editorial Verbo.

⁴⁵⁶ Maria Antónia GOES, *Dicionário de Gastronomia*, Sintra, Colares Editora, 2007.

⁴⁵⁷ Alan DAVIDSON, *The Oxford Companion to Food*, Oxford, Oxford University Press, 2014.

suíno, juntando arroz às aparas de carne, para obter uma refeição pronta e económica”. Faz-se ainda referência à “morcela de arroz sem sangue, chamada Branca, feita nalgumas localidades desta região”⁴⁵⁸.

Já no *Dicionário Prático da Cozinha Portuguesa* são referenciadas várias morcelas que existem nas regiões de Portugal, no entanto, a morcela surge descrita como um “termo genérico para enchidos com sangue e temperados com cominhos, cravo-da-Índia e alho, podendo também ser doces”. Importa referir, que além de não ser feita referência específica à morcela de arroz da região de Leiria, surgem ainda duas definições dedicadas às morcelas da Estremadura, definidas como “enchidos feitos com sangue de porco, arroz, cebola, salsa, hortelã, rissol de porco, véu de porco, cominhos, cravinho em pó e sal” e às morcelas de Mira de Aire, apresentadas como “enchidos feitos com sangue de porco, carne de porco entremeada, alho, sal e pimenta, colorau doce, cravinho em pó, cominhos, vinho branco, arroz, cebola e toucinho”⁴⁵⁹.

A morcela de arroz na região de Leiria

A morcela de arroz da região de Leiria é um enchido típico dos concelhos da Alta Estremadura, tais como Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Ourém e Porto de Mós. Em todos estes concelhos há referências a morcelas típicas, com características e formas de preparação únicas⁴⁶⁰.

Não existem certezas quanto à origem da morcela de arroz da região de Leiria. Sabe-se, através de diversos autores conhecidos, que as morcelas serão provenientes dos povos gregos e romanos, já com ingredientes e modos de preparação semelhantes aos habituais da atualidade.

⁴⁵⁸ Ana Marques PEREIRA e Maria da Graça PERICÃO, *Do Comer e do Falar... Tudo Vai do Começar – Vocabulário Gastronómico*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2015.

⁴⁵⁹ Virgílio Nogueiro GOMES, *Dicionário Prático da Cozinha Portuguesa*, Barcarena, Marcador Editora, 2015.

⁴⁶⁰ Laura ESPERANÇA, *À Volta da Morcela de Arroz de Leiria*, Leiria, Hora de Ler, 2022.

No caso da morcela de arroz da região de Leiria existem referências de que tenha surgido no século XIX, como forma de aproveitar todas as partes do porco, após a matança. Todavia, por falta de fontes escritas que comprovem o mesmo, não é perceptível saber com exatidão a referida informação⁴⁶¹.

Nos finais do século XX, Isabel Amado, numa monografia culinária dedicada ao concelho de Porto de Mós, retratou todo o processo de elaboração da morcela de arroz desta região. Esta iguaria era obtida na sequência da matança do porco, tradição que normalmente contava com o convívio, direto ou indireto, de toda a comunidade local. Esta autora destaca igualmente a enorme variedade de receitas de morcelas no território de Porto de Mós que, de grosso modo, se refletia na utilização, em maior ou menor proporção, de ingredientes como o arroz ou a carne de porco. Neste âmbito, a morcela nesta região conta com a carne de porco entremeada, o alho, o vinho branco, a água, o arroz, o sangue de porco líquido, a cebola, o sal, colorau doce e picante, piri-piri, cravinho, cominhos, as tripas de porco largas e os limões, como ingredientes base para esta iguaria⁴⁶².

Porto de Mós é assim o concelho da região de Leiria que apresenta uma maior variedade de morcelas de arroz no seu receituário gastronómico, de tal forma que em freguesias que distam a menos de um quilómetro entre si, a maneira de fazer este enchido difere. Em Mira de Aire, Alvados e no Alqueidão da Serra, a morcela apresenta-se com mais carne e arroz, e menos sangue. Já nas localidades da zona de Porto de Mós, este enchido tem na composição do seu recheio, arroz, sangue e algumas gorduras, e menos carne magra. Os temperos, tais como a cebola, o alho, os cominhos, o cravinho ou a salsa, também variam em quantidade e em função das tradições de cada terra, dando origem a morcelas com sabores identitários próprios.

Maria de Lourdes Modesto, no livro *Festas e Comeres do Povo Português*, denomina as morcelas como “chouriço de arroz”, típicas da localidade de Mira de Aire, no concelho de Porto de Mós. Segundo esta autora, o método de preparação do

⁴⁶¹ “História da morcela de arroz da região de Leiria”, acedido em <https://edeleiria.pt/historia-da-morcela>, a 14/11/2024 às 22h30m.

⁴⁶² Isabel AMADO, *Nas Adegas dos Avós*, Mira de Aire, Canelas – Artes Gráficas, Lda., 1994.

“chouriço de arroz” era idêntico ao da típica morcela de arroz, com a diferença que no lugar de ser cozido segundo o método tradicional, era posto “ao fumeiro durante 8 dias, mudando-lhes a posição diariamente”⁴⁶³.

Numa outra obra, considerada como a bíblia da culinária portuguesa, intitulada de *Cozinha Tradicional Portuguesa*, Maria de Lourdes Modesto apresenta duas receitas de morcelas, uma referente às morcelas de Mira de Aire e uma outra às morcelas de Valado dos Frades. Estes dois enchidos obedecem a formas de confeção semelhantes, com a exceção de alguns ingredientes. Assim, a última das duas devia contar apenas com as gorduras de porco, enquanto que a morcela de Mira de Aire previa que fossem utilizados pedaços de carne de porco, além da gordura⁴⁶⁴.

Recentemente, já no século XXI, aparecem na literatura gastronómica várias receitas dedicadas à morcela de arroz, com ingredientes como: arroz carolino, cominhos, colorau, cebola, salsa, sangue de porco, gordura de porco e sal. Estas receitas surgem em publicações de cariz regional, como o livro editado pela Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, intitulado de *Saberes antigos e Sabores atuais*⁴⁶⁵, ou de Laura Esperança dedicado em exclusivo à morcela de arroz de Leiria⁴⁶⁶, e em livros dedicados à cultura gastronómica nacional, como a obra de Nuno Diniz, *Entre Ventos e Fumos – Fumeiros e Enchidos de Portugal*⁴⁶⁷. São, de facto, exemplos de enorme riqueza de receitas associado ao universo das morcelas e à sua enorme variedade de formas de confeção.

⁴⁶³ Maria de Lourdes MODESTO e Afonso PRAÇA, *Festas e Comeres do Povo Português*, vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 1999

⁴⁶⁴ Maria de Lourdes MODESTO, *Cozinha Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, 2012.

⁴⁶⁵ Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, *Saberes antigos e Sabores atuais*, Porto de Mós, Gráfica Almondina, 2016.

⁴⁶⁶ Laura ESPERANÇA, *À Volta da Morcela de Arroz de Leiria*, Leiria, Hora de Ler, 2022.

⁴⁶⁷ Nuno DINIZ, *Entre Ventos e Fumos – Fumeiro e Enchidos de Portugal*, Lisboa, Bertrand Editora, 2019.

Conclusão

Com esta comunicação, através de todas as referências abordadas ao longo do presente artigo e previamente analisadas, concluiu-se que a morcela entre os séculos XV a XVII era vista como uma iguaria doce pelos ingredientes que eram utilizados na época. Só a partir do final do século XVIII surgiram as morcelas com a introdução das carnes, gorduras e do sangue do porco.

A morcela de arroz da região de Leiria surge, neste âmbito, como uma iguaria única e muito versátil na mesa portuguesa, que parte de uma variação da “receita original”, na qual o sabor doce dá lugar aos ingredientes que lhe conferem atualmente um paladar salgado. As morcelas do concelho de Porto de Mós são um dos melhores exemplos do valioso património gastronómico associado a estes enchidos, tendo como denominador comum o arroz e o sangue de porco. No entanto, existe uma grande variedade de morcelas de arroz com identidades próprias, consoante a freguesia em que se inserem.

Ainda assim, é fácil verificar que a morcela foi uma iguaria que se foi adaptando ao longo dos tempos, quer na sua variedade doce, como também na vertente salgada, tornando-se numa das riquezas gastronómicas da região de Leiria e de Portugal.

Bibliografia

AMADO, Isabel, *Nas Adegas dos Avós*, Mira de Aire, Canelas – Artes Gráficas, Lda., 1994.

DAVIDSON, Alan, *The Oxford Companion to Food*, Oxford, Oxford University Press, 2014.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, acedido em <https://dicionario.priberam.org/morcela>, a 15/11/2024 às 22h58m.

DINIZ, Nuno, *Entre Ventos e Fumos – Fumeiros e Enchidos de Portugal*, Lisboa, Bertrand Editora, 2019.

É DE LEIRIA, acessido em <https://edeleiria.pt/historia-da-morcele>, a 14/11/2024 às 22h30m.

ESPERANÇA, Laura, *À Volta da Morcela de Arroz de Leiria*, Leiria, Hora de Ler, 2022.

GOES, Maria Antónia, *Dicionário de Gastronomia*, Sintra, Colares Editora, 2007.

GOMES, Virgílio Nogueiro, *Dicionário Prático da Cozinha Portuguesa*, Barcarena, Marcador Editora, 2015.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. 4, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

MANUPPELLA, Giacinto, *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

MATA, João da, *Arte de Cozinha*, Lisboa, Veja, 1993.

MODESTO, Maria de Lourdes, *Cozinha Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, 2012.

MODESTO, Maria de Lourdes, *Grande Enciclopédia da Cozinha*, vol. 2, Lisboa, Editorial Verbo.

MODESTO, Maria de Lourdes; PRAÇA, Afonso, *Festas e Comerres do Povo Português*, vol. 1, Lisboa, Editorial Verbo, 1999.

Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, Porto, Porto Editora, acessido em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/morcele>, a 15/11/2024 às 22h55m.

PEREIRA, Ana Marques; PERICÃO, Maria da Graça, *Do Comer e do Falar... Tudo Vai do Começar – Vocabulário Gastronómico*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2015.

RIGAUD, Lucas, *Cozinheiro Moderno ou Nova Arte de Cozinha*, Sintra, Colares Editora, 1999.

RODRIGUES, Domingos, *Arte de Cozinha*, Sintra, Colares Editora, 2001.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTO DE MÓS, *Saberes antigos e Sabores atuais*, Porto de Mós, Gráfica Almondina, 2016.

Sociabilidades, associativismo e memória social

Sociedade Filarmónica Ereirense, uma banda filarmónica centenária no Ribatejo: crise e superação (1920-2020)

Fábio Alexandre Faria (CIES-Iscte)

Resumo

A Sociedade Filarmónica Ereirense (SFE), fundada a 5 de janeiro de 1920, comemorou recentemente o seu primeiro centenário. Sedeada na pequena aldeia de Ereira, no concelho do Cartaxo (distrito de Santarém), esta banda filarmónica, a mais antiga associação ainda em funcionamento na localidade, tem sobrevivido aos muitos e constantes desafios que ao longo dos tempos têm sido colocados a associações deste género, sejam políticos, económicos, sociais ou culturais. Este texto procura resgatar do anonimato o percurso da SFE no meio filarmónico português ao longo de um século. Com recurso a fontes escritas na posse da associação, nomeadamente estatutos e atas, e à metodologia da história oral, este texto analisa os diversos momentos de crise e as estratégias adotadas para superar essas dificuldades, mormente económicas e humanas. Como tal, insere-se o caso da Sociedade Filarmónica Ereirense no panorama filarmónico português do último século e avalia-se de que forma se aproximou e se demarcou desta realidade nacional.

Palavras-Chave: Bandas Filarmónicas, Sociedade Filarmónica Ereirense, Associação Cultural, Século XX.

Abstract

Sociedade Filarmónica Ereirense (SFE), founded on January 5, 1920, recently celebrated its first centenary. Based in the small village of Ereira, in the municipality of Cartaxo (district of Santarém), this philharmonic band, the oldest association still operating in the locality, has survived the many and constant challenges that have been posed to this kind of associations, whether political, economic, social or cultural. This text seeks to rescue from the anonymity the trajectory of SFE in the portuguese

philharmonic scene over the course of a century. Using written sources held by the association, namely statutes and minutes, and the methodology of oral history, this text analyzes the various moments of crisis and the strategies adopted to overcome these difficulties, especially economic and human problems. As such, the case of Sociedade Filarmónica Eirense is included in the portuguese philharmonic panorama of the last century and an assessment is made of how it approached and distanced itself from this national reality.

Keywords: Philharmonic Bands, Sociedade Filarmónica Eirense, Cultural Association, 20th Century.

Introdução

A Sociedade Filarmónica Eirense (SFE), fundada a 5 de janeiro de 1920, comemorou recentemente, em 2020, cem anos de existência. São já vários os estudos que se debruçam sobre o movimento filarmónico em Portugal na época contemporânea, assim como sobre o percurso de diversas filarmónicas ao longo do último século⁴⁶⁸. No entanto, até bem recentemente, não havia um estudo que retratasse a história desta coletividade, sobretudo porque se encontra inserida numa pequena localidade. Em julho de 2024, publicámos um livro intitulado *Sociedade Filarmónica Eirense: 100 anos de História(s) e de Música(s)*, que pretendeu, precisamente, colmatar esta lacuna, merecido por todo o impacto que esta associação sempre teve na freguesia e na região a que pertence (Ereira, concelho do Cartaxo, distrito de Santarém)⁴⁶⁹. O texto que aqui se apresenta resulta da comunicação

⁴⁶⁸ Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017; Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019; Ana Sílvia Alves LEMOS, *A Banda Filarmónica como Associação e meio de Animação Sociocultural: Estudo de caso da Banda de Amares*, Braga, Universidade do Minho, 2013; Helena LOUROSA, *À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-UI*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2012.

⁴⁶⁹ Fábio Alexandre FARIA, *Sociedade Filarmónica Eirense: 100 anos de História(s) e de Música(s)*, Ereira, SFE, 2024.

apresentada no *VIII Congresso de História Local*, realizado em novembro de 2024, na cidade de Vila Nova de Famalicão.

Devido à escassez de fontes escritas, excetuando alguns estatutos e algumas atas de reuniões na posse da associação, emprega-se a metodologia da história oral, com o objetivo de analisar os diversos momentos de crise e as estratégias adotadas para superar essas dificuldades, nomeadamente ao nível económico e humano, uma realidade transversal a muitas coletividades, deste e de outros géneros. Com este estudo insere-se o caso da SFE no panorama filarmónico português do século XX e analisa-se em que medida se aproximou ou afastou da realidade nacional.

O movimento filarmónico em Portugal na época contemporânea: breves notas

A SFE é uma entre as muitas associações filarmónicas existentes em Portugal e, tal como todas as restantes, é um símbolo da freguesia a que pertence, fazendo parte da identidade e da cultura de uma pequena freguesia ribatejana. Foi fundada em 1920, já no decorrer da Primeira República, mas o movimento filarmónico em Portugal data da primeira metade do século XIX, com o aparecimento dos primeiros clubes e associações na década de 1830, como o Clube Lisbonense e a Assembleia Filarmónica⁴⁷⁰. Não obstante, alguns autores datam o aparecimento de outras sociedades, ainda, da década anterior, caso da Sociedade Filarmónica de Lisboa, em 1822, reforçando que o espírito liberal da época impulsionou o desenvolvimento do movimento associativo⁴⁷¹. Outros ainda referem a fundação da banda de Pampilhosa da Serra (Coimbra), em 1700, e destacam o desenvolvimento do gosto pelas filarmónicas na sequência da vitória portuguesa contra os franceses nos inícios do

⁴⁷⁰ Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 9.

⁴⁷¹ Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 56.

século XIX, surgindo, então, as bandas militares com a reorganização das tropas portuguesas⁴⁷².

Estas bandas militares influenciaram o desenvolvimento das bandas civis, constituindo um exemplo a seguir ao nível de organização, repertório e fardamento⁴⁷³. No entanto, as bandas civis, embora inspiradas nas bandas militares, não nasceram subitamente à sua imagem⁴⁷⁴. Prova disso é o facto de existirem diversas terminologias associadas aos grupos musicais em Portugal ao longo do século XIX, que remetem para o meio militar ou para o meio civil. Se a designação de “banda” estava associada ao contexto militar, os termos “filarmónica”, “orquestra” e “capela” inseriam-se no contexto civil. Outras designações, como “música”, “charamela”, “fanfarra” e “charanga”, podiam ser aplicadas num ou noutro caso⁴⁷⁵.

No que toca à criação de bandas filarmónicas no século XIX, podemos estabelecer um antes e um depois de 1850. Até então, o clima de forte instabilidade política, económica e social condicionou o aparecimento destes grupos musicais, situação que se alterou nas últimas décadas dessa centúria, já que “foi durante o período da Regeneração que se assistiu, de facto, à época áurea das filarmónicas, muitas delas estimuladas por rivalidades políticas”⁴⁷⁶. Em termos numéricos, assistiu-se à fundação de mais de 600 bandas civis até à implantação da República, em 1910, a maioria das quais após 1850 e com particular destaque para as últimas décadas do século XIX. Em relação ao distrito de Santarém, registou-se a criação de cerca de trinta bandas civis entre 1850 e 1910⁴⁷⁷. Durante este período, foram criadas várias

⁴⁷² Ana Sílvia Alves LEMOS, *A Banda Filarmónica como Associação e meio de Animação Sociocultural: Estudo de caso da Banda de Amares*, Braga, Universidade do Minho, 2013, p. 48.

⁴⁷³ Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 26.

⁴⁷⁴ Helena LOUROSA, *À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-UI*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2012, p. 88.

⁴⁷⁵ Helena LOUROSA, *À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-UI*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2012, p. 96-97.

⁴⁷⁶ Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 59.

⁴⁷⁷ Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, pp. 20-23.

bandas no seio das fábricas, enquanto resultado da influência do ambiente associativo então em florescimento no país, algumas das quais apresentavam uma forte conotação política, relacionadas com o movimento republicano que se estava a desenvolver⁴⁷⁸.

Já no período da Primeira República, a década de 1920 representou um novo fulgor ao nível da criação de novas bandas, algumas das quais corresponderam a reorganizações de bandas anteriormente extintas, com destaque para os distritos de Aveiro, Leiria, Coimbra e Santarém. Em relação a este último, onde se insere a SFE, assistiu-se ao nascimento de seis bandas durante a década de 1920⁴⁷⁹. Foi também ao longo da primeira metade do século XX que começaram a surgir diversos agrupamentos musicais, que coexistiram com as bandas civis, denominados por tunas, concertos, Sol e Dó ou *jazzes*⁴⁸⁰. Denota-se, portanto, a grande influência exercida pelo *jazz*, estilo musical de origem norte-americana, na constituição destes grupos.

Contrariando a tendência anterior, o período ditatorial português, compreendendo a Ditadura Militar e o autodenominado Estado Novo, foi menos profícuo para o movimento filarmónico, assistindo-se a um abrandar da atividade das bandas. No contexto do Estado Novo, muitas bandas filarmónicas sofreram uma reorganização, ao serem integradas em Casas do Povo, mas também em corpos de Bombeiros, na Legião Portuguesa e em Municípios, sobretudo devido a dificuldades económicas⁴⁸¹. Foi especialmente a partir de 1944 que o número de bandas filarmónicas integradas em Casas do Povo ganhou maior expressão, rondando sempre

⁴⁷⁸ Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 74.

⁴⁷⁹ Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 29.

⁴⁸⁰ Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 82.

⁴⁸¹ Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 60.

as seis dezenas⁴⁸². Na fase final do regime salazarista e no período marcelista, o movimento filarmónico continuou a apresentar o mesmo padrão de crise, somando-se aos problemas económicos a acentuada emigração e a guerra colonial. Estes acontecimentos impactaram significativamente a composição humana das bandas filarmónicas, grupos predominantemente masculinos, uma vez que levaram à saída de muitos homens para o estrangeiro.

Após o 25 de Abril de 1974 assistiu-se ao reflorescimento do movimento associativo e filarmónico, com novas reorganizações ao longo das décadas de 1980 e 1990, recuperando-se, inclusive, algumas bandas que haviam sido extintas⁴⁸³. Esta foi uma fase mais positiva, sobretudo devido ao aumento do interesse dos mais jovens pelas filarmónicas, levando a que nas décadas finais do século XX se registasse um incremento do número de elementos nas bandas, uma redução da idade média e uma crescente inclusão de mulheres⁴⁸⁴. Esta revitalização das filarmónicas em contexto democrático beneficiou da ação do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL), substituto do organismo ditatorial da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), que se destacou ao nível do auxílio financeiro e do incentivo à formação de maestros e músicos, organizando diversos cursos⁴⁸⁵. Neste âmbito, foi também benéfica a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, permitindo que várias instituições e organismos pudessem usufruir de fundos provenientes das entidades europeias⁴⁸⁶.

Assim, observamos que o contexto político, económico e social do país influenciou e condicionou o panorama cultural português, onde se insere o movimento

⁴⁸² Daniel MELO, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto das Ciências Sociais, 2001, p. 181.

⁴⁸³ Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 41.

⁴⁸⁴ Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 177.

⁴⁸⁵ Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 367.

⁴⁸⁶ Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 215.

filarmónico, com as bandas a sentirem necessidade de se adaptarem às novas realidades para garantirem a sua sobrevivência e o seu funcionamento. A este respeito, a SFE constitui um bom exemplo a ter em linha de conta, ilustrativo das dinâmicas que marcaram o movimento filarmónico em Portugal ao longo do último século.

A fundação da Sociedade Filarmónica Ereirense

A SFE foi criada no dia 5 de janeiro de 1920, resultado da vontade de um conjunto de homens de que a sua freguesia contasse com uma “banda de música”. Não foi alheia a este desejo uma antiga rivalidade existente com a freguesia vizinha, Lapa, que, nesta altura, ainda estava agregada à freguesia da Ereira⁴⁸⁷, mas que já contava com uma banda filarmónica desde 1909, fundada no dia 6 de janeiro. Muitas das bandas foram fundadas por indivíduos com ligações à política ou por pessoas que gozavam de algum reconhecimento nas diversas localidades, como padres, professores e proprietários⁴⁸⁸. A SFE insere-se neste último caso, já que o seu principal fundador era um proprietário da freguesia, João Damião dos Santos. Este ereirense foi decisivo na fundação e nos primeiros anos de existência da associação, ao empenhar as suas propriedades para que a associação pudesse comprar os instrumentos em Lisboa, necessários para o início da atividade. Além de ser considerado o principal fundador da SFE, João Damião dos Santos foi também o primeiro presidente eleito da coletividade, cuja importância para a cultura da localidade foi reconhecida ao ter sido dado o seu nome a uma das ruas da freguesia.

Nestes primeiros anos de atividade da SFE, destaca-se também o nome de José Afonso Aires de Aguiar, o primeiro maestro contratado, que, por essa razão, ficou conhecido como “o maestro da fundação”. José Aguiar encontrou-se quase vinte anos

⁴⁸⁷ As duas freguesias só ficaram separadas a partir de 8 de abril de 1921, por intermédio do Decreto-Lei n.º 1.142.

⁴⁸⁸ Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 61.

à frente da banda da SFE, entre 1920 e 1938, sendo o segundo maestro que exerceu funções durante mais tempo. Todas as filarmónicas têm um hino, um dos seus principais símbolos e elementos identificativos, uma vez que é uma música original, tocada apenas por aquela banda. Em alguns casos, são os próprios maestros os responsáveis pela composição dessa música. Devido à escassez de registos escritos, procurámos saber junto de músicos e de ex-músicos como havia surgido o Hino da SFE e as opiniões convergem no sentido de ter sido o maestro José Aguiar a compô-lo durante o período em que dirigiu a banda⁴⁸⁹.

Os estatutos mais antigos conhecidos desta primeira fase da SFE datam de julho de 1936, aprovados já durante o período do Estado Novo. Estes estatutos delineavam que o principal objetivo da SFE era manter em funcionamento um centro de instrução que permitisse aos sócios (executantes e auxiliares) a aprendizagem da música. É interessante notar que, seguramente devido ao contexto político vivido, um indivíduo que pretendesse ser sócio, tinha de passar por uma fase de aprovação do seu comportamento durante uma semana, estando o seu nome exposto numa das salas da Sociedade para que se recolhesse o maior número de informações sobre o proponente. Nesta altura, os corpos gerentes eram constituídos por Direção, Comissão Fiscal e Assembleia, num total de onze pessoas⁴⁹⁰. No entanto, assinados em 1936, estes estatutos não vigoraram durante muito tempo, já que, cerca de dois anos mais tarde, a SFE encerrou a atividade.

O primeiro momento de crise

Este constituiu o primeiro e mais grave momento de crise da história da SFE que, devido à falta de dinheiro e de pessoas para gerir a associação, se viu obrigada a fechar as portas. Esta situação manteve-se durante cerca de dez anos, mais precisamente entre 1938 e 1947, cumprindo-se o estipulado no artigo 38.º dos

⁴⁸⁹ António da Silva PINTO, *As memórias da SFE*, 5 de abril de 2017; Francisco Leal CARNIÇA, *As memórias da SFE*, 20 de janeiro de 2023.

⁴⁹⁰ Sociedade Filarmónica Ereirense, *Estatutos da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 8 de julho de 1936.

estatutos e ficando todos os instrumentos e uniformes à responsabilidade da Junta de Freguesia⁴⁹¹. Durante este período, a freguesia da Ereira não teve uma banda filarmónica em atividade, mas, à semelhança do que havia ocorrido em 1920, um grupo de ereirenses uniu-se e reergueu a coletividade no ano em que comemorava o vigésimo sétimo aniversário. Neste grupo destacavam-se homens conhecidos na aldeia, como Abílio Vinagre e António Leal, que era, inclusive, o presidente da SFE quando esta encerrou atividade nos finais da década anterior⁴⁹².

O reinício da atividade da SFE no final da década de 1940 insere-se na realidade do movimento filarmónico nacional desse período. Com efeito, quando foi reerguida em 1947, a SFE passou a estar integrada na Casa do Povo da Ereira, que havia sido fundada há poucos anos, em dezembro de 1941, sob denominação de Filarmónica da Secção Cultural e Recreativa da Casa do Povo da Ereira. Por esta razão, nos anos que se seguiram, a coletividade passou a estar sediada no mesmo espaço que a Casa do Povo, em particular num edifício de dois andares, funcionando a banda no piso de baixo e a Casa do Povo no piso superior⁴⁹³. Dadas as dificuldades, especialmente monetárias e humanas, foi esta a forma encontrada para recuperar a existência da SFE, algo que, como vimos, foi bastante comum neste período de Norte a Sul de Portugal.

Os primeiros estatutos desta nova fase datam de setembro de 1949 e demonstram que, ao contrário do período anterior, a SFE passava a estar dependente de outra entidade, a quem se deveria justificar e prestar contas e todos os esclarecimentos solicitados a respeito da sua atividade. Estes estatutos continuavam a manter a exclusividade de apenas serem aceites como sócios os indivíduos que se destacassem pela manutenção de um bom comportamento. Note-se que esta questão era, de facto, importante para a pertença à coletividade, já que um comportamento menos digno implicava a expulsão da categoria de sócio, cuja readmissão só seria

⁴⁹¹ Sociedade Filarmónica Ereirense, *Estatutos da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 8 de julho de 1936.

⁴⁹² António da Silva PINTO, *As memórias da SFE*, 5 de abril de 2017.

⁴⁹³ António da Silva PINTO, *As memórias da SFE*, 5 de abril de 2017; Francisco Leal Carniça, *As memórias da SFE*, 20 de janeiro de 2023.

possível um ano mais tarde. Por outro lado, valorizava-se o compromisso e a dedicação à associação. A sala de concertos musicais dispunha de um quadro de honra que registava a assiduidade dos músicos ao longo do ano. Aquele que contabilizasse um maior número de presenças e que tivesse tido um comportamento digno, dentro e fora da Secção, beneficiaria de uma estadia em Lisboa, com viagem incluída, oferecida pela Casa do Povo para assistir a um concerto musical, um espetáculo desportivo no Estádio Nacional ou um passeio ou excursão a decidir em consonância com a FNAT⁴⁹⁴.

A integração da SFE na Casa do Povo da Ereira teve uma duração superior a três décadas, prolongando-se para lá do 25 de Abril de 1974. Aquando da tomada de posse dos corpos gerentes em janeiro de 1978, a coletividade ainda tinha a denominação de Filarmónica da Secção Cultural e Recreativa da Casa do Povo da Ereira. Tendo em consideração que, nesta altura, os corpos gerentes exerciam funções por um período de três anos, ao contrário do biénio que vigora atualmente, concluímos que a desanexação entre as duas associações se concretizou nos inícios da década de 1980, recuperando então a anterior designação de Sociedade Filarmónica Eirense, que ainda hoje mantém⁴⁹⁵.

Pós-25 de Abril e o segundo momento de crise

A recuperação da autonomia com a desanexação da Casa do Povo da Ereira constituiu o primeiro grande acontecimento que marcou a história da SFE no pós-25 de Abril. Outro feito marcante foi a edificação da sede da coletividade, na Rua Dr. Lopes Batista N.º 1, nos inícios da década de 1990. Os primeiros passos começaram a ser dados ainda nos finais da década anterior, levando à compra do espaço para o efeito, uma antiga oficina de ferrador, em 1988, oficializada em março do ano

⁴⁹⁴ Sociedade Filarmónica Eirense, *Estatutos da Sociedade Filarmónica da Secção Cultural e Recreativa da Casa do Povo da Ereira*, 20 de setembro de 1949.

⁴⁹⁵ Sociedade Filarmónica Eirense, *Livro de Contas*, 1978.

seguinte⁴⁹⁶. Este foi um acontecimento que mobilizou uma importante parte da população local, uma vez que a construção da nova sede resultou da entreatada e da colaboração entre músicos e direção da banda e alguns ereirenses⁴⁹⁷. Nos inícios da década de 1990, procedeu-se também a uma alteração dos estatutos da SFE no Cartório Notarial do Cartaxo. Em comparação aos últimos estatutos conhecidos, datados de 1949, registaram-se algumas alterações, nomeadamente ao nível da composição dos órgãos diretivos, que então passavam a ser Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal, e do seu mandato, que passava a ser de apenas dois anos⁴⁹⁸.

Os últimos anos do século XX trouxeram o segundo momento de crise para a SFE, que chegou a encerrar a atividade novamente, embora por um período mais curto, entre 1998 e 1999. Esta fase ficou marcada por problemas de diferente natureza, como a não apresentação de contas aos sócios, referentes ao período entre janeiro e setembro de 1996, as dificuldades relacionadas com o bar da SFE e a falta de pessoas para assumir os corpos gerentes. Por estas razões, a gestão da coletividade ficou à responsabilidade de uma Comissão Administrativa, que procurou assegurar as atividades até que alguma lista demonstrasse vontade de assumir a direção da associação. Este momento foi também um marco histórico pelo facto de ter sido a primeira vez que uma mulher desempenhou funções na gestão da coletividade⁴⁹⁹. Os novos corpos gerentes foram eleitos em julho de 1999 e a SFE passou a utilizar as instalações da Casa do Povo da Ereira para lecionar as aulas da escola de música, realizar os ensaios da banda e apresentar os concertos. A partir de então, foi criado um Regulamento Geral Interno, que apresentava a vantagem de não ser necessária a alteração dos estatutos através de uma escritura feita no Notário, já que qualquer

⁴⁹⁶ Sociedade Filarmónica, *Cópia do Termo de Declaração referente à compra da sede da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 6 de março de 1989

⁴⁹⁷ Francisco Leal CARNIÇA, *As memórias da SFE*, 20 de janeiro de 2023.

⁴⁹⁸ Sociedade Filarmónica, *Estatutos da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 24 de abril de 1990.

⁴⁹⁹ Sociedade Filarmónica Ereirense, *Livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica Ereirense*, Atas n.º 1, 2 e 3, de 31 de janeiro, 8 de fevereiro e 15 de fevereiro de 1997, respetivamente.

modificação ao funcionamento da associação passava a poder ser realizada apenas com a aprovação da Assembleia Geral⁵⁰⁰.

A SFE tem mantido as suas atividades sem interrupção desde os finais do século XX, embora se continue a deparar com muitas dificuldades, nomeadamente ao nível de recursos humanos, uma realidade que se prolonga desde os inícios do século XXI. A partir daqui assistiu-se a um acentuar de problemas como a escassez de pessoas interessadas em desempenhar funções diretivas e na execução musical e a carência de fundos. Com o objetivo de garantir a continuidade da banda filarmónica nos anos seguintes, a SFE apostou também em melhorar o funcionamento da escola de música. Atualmente, a banda da SFE conta com cerca de vinte elementos e a escola de música contabiliza catorze alunos, a que se somavam os cento e vinte sócios, que, através do pagamento de uma quota mensal, também contribuem para a manutenção da SFE. Estes números refletem, por um lado, o decréscimo do número de habitantes da freguesia da Ereira e, por outro, o crescente desinteresse pela cultura em geral na aldeia.

Conclusão

À semelhança de muitas bandas filarmónicas em Portugal, os últimos cem anos da SFE foram marcados por dificuldades do foro financeiro e humano, registando dois momentos de crise, que levaram ao encerramento da atividade, entre 1938 e 1947 e entre 1998 e 1999. Devido à vontade e à ação de alguns resistentes, a SFE sempre conseguiu superar essas dificuldades e recuperar o exercício das suas atividades. Notamos que a banda de uma pequena aldeia acompanhou a tendência do movimento filarmónico português do século XX, padecendo de muitos dos problemas que marcaram o percurso destes agrupamentos e seguindo o caminho trilhado por muitas filarmónicas ao nível do fardamento, do repertório e das atividades desenvolvidas. Um dos exemplos mais sonantes desta inserção da SFE no panorama filarmónico

⁵⁰⁰ Sociedade Filarmónica Ereirense, *Livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica Ereirense*, Ata n.º 4, 25 de setembro de 1999.

nacional foi a integração na Casa do Povo, na década de 1940, tal como fizeram outras tantas dezenas de bandas durante o salazarismo.

Fontes e Bibliografia

Fontes

António da Silva Pinto, *As memórias da SFE*, 5 de abril de 2017.

Decreto-Lei n.º 1.142, 8 de abril de 1921.

Francisco Leal Carniça, *As memórias da SFE*, 20 de janeiro de 2023.

Sociedade Filarmónica, *Cópia do Termo de Declaração referente à compra da sede da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 6 de março de 1989.

Sociedade Filarmónica Ereirense, *Estatutos da Sociedade Filarmónica da Secção Cultural e Recreativa da Casa do Povo da Ereira*, 20 de setembro de 1949.

Sociedade Filarmónica Ereirense, *Estatutos da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 8 de julho de 1936.

Sociedade Filarmónica Ereirense, *Estatutos da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 24 de abril de 1990.

Sociedade Filarmónica Ereirense, *Livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica Ereirense*, Atas n.º 1, 2 e 3, de 31 de janeiro, 8 de fevereiro e 15 de fevereiro de 1997.

Sociedade Filarmónica Ereirense, *Livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica Ereirense*, Ata n.º 4, 25 de setembro de 1999.

Sociedade Filarmónica Ereirense, *Livro de Contas*, 1978.

Bibliografia

FARIA, Fábio Alexandre, *Sociedade Filarmónica Ereirense: 100 anos de História(s) e de Música(s)*, Ereira, SFE, 2024.

LEMOS, Ana Sílvia Alves, *A Banda Filarmónica como Associação e meio de Animação Sociocultural: Estudo de caso da Banda de Amares*, Braga, Universidade do Minho, 2013.

LOUROSA, Helena, *À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-UI*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2012.

MADUREIRA, Bruno César Pinto, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019.

MELO, Daniel, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto das Ciências Sociais, 2001.

SOUSA, Pedro Marquês de, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017.

A cooperativa Operária Barreirense Os Corticeiros e a questão das subsistências do operariado Corticeiro do Barreiro

Guilherme Costa Sequeira (NOVA FCSH)

Resumo

A comunicação “A cooperativa Operária Barreirense Os Corticeiros e a questão das subsistências do operariado Corticeiro do Barreiro” apresentada no VIII Congresso de História Local, em novembro de 2024, incidiu sobre a *Cooperativa Operária Barreirense* e de que modo é que esta foi importante para o desenvolvimento material, social e económico dos operários corticeiros barreirenses e qual a sua importância na subsistência dos mesmos.

Na comunicação apresentei datas importantes do processo de estabelecimento e consolidação da indústria corticeira no Barreiro e outras indústrias das quais não se pode dissociar, como a dos caminhos-de-ferro e da CUF. Depois expliquei de que modo é que a fundação da cooperativa esteve diretamente ligada a este fenómeno, uma vez que esta é indissociável do crescimento do operariado corticeiro, das crescentes necessidades de subsistência do mesmo, das degradações condições laborais e de vida e da sua capacidade de organização.

Em 1896 é fundada uma outra cooperativa a antecessora da cooperativa atual que foi só fundada em 1911, adquirindo em 1912 os terrenos para a edificação da sede. Na comunicação procurei definir os dois grandes pilares da ação da cooperativa: garantir aos cooperantes a oferta de bens essenciais a preços acessíveis e distribuir equitativamente esses bens e os lucros.

A cooperativa oferecia vários serviços, como um talho, padaria, adega, mercearia, onde os sócios compravam bens com uma moeda interna e não com o escudo, mas também outras atividades culturais e que contribuíam para a instrução dos cooperantes como uma biblioteca, aulas para os filhos dos sócios, excursões ou realização de conferências.

Na parte final apresentei as conclusões, respondendo à pergunta de partida: “De que maneira é que a cooperativa contribuiu para a mitigação da crise de subsistências do operariado corticeiro barreirense?”. A conclusão a que cheguei é que para se compreender o tema das subsistências do operariado corticeiro no Barreiro durante o século XX, tem de se atentar ao papel que a *Cooperativa Operária Barreirense* desempenhou, visto que foi fundada para promover a união e desenvolvimento económico e cultural do operariado barreirense, que assim passou a usufruir de uma instituição capaz de garantir o sustento dos operários, que controlava os preços e a oferta dos alimentos básicos para a sua sobrevivência, que tantas vezes, no início do século XX eram inacessíveis a esta franja da população.

Palavras-chave: Barreiro, Cooperativa, Corticeiros, Operariado, Subsistências

Abstract

The communication presented at the VIII Congress of Local History, in november 2024, focused on the *Cooperativa Operária Barreirense “Os Corticeiros”* and how it was important for the material, social, and economic development of the cork workers in Barreiro, as well as its significance for their subsistence.

In my presentation, I shared important dates in the establishment and consolidation of the cork industry in Barreiro and other industries that cannot be dissociated from it, such as the railways and CUF (a large industrial conglomerate in Portugal). I then explained how the foundation of the cooperative was directly linked to this phenomenon, as it is inseparable from the growth of the cork workers, their increasing subsistence needs, their degrading working and living conditions, and their capacity for organization.

In 1896, another cooperative was founded, a predecessor to the current one, which was only founded in 1911, acquiring land in 1912 for the construction of its headquarters. In the presentation, I sought to define the two main pillars of the

cooperative's actions: Ensuring that its members had access to essential goods at affordable prices and distributing these goods and profits equitably.

The cooperative offered several services, such as a butcher's shop, bakery, wine cellar, grocery store, where members purchased goods with an internal currency instead of the escudo. It also offered cultural activities that contributed to the education of its members, such as a library, classes for members' children, excursions, and lectures.

In the final section, I presented my conclusions that answered the initial question: "How did the cooperative contribute to alleviating the subsistence crisis of the cork workers in Barreiro?" The conclusion I reached is that, to understand the issue of subsistence for the cork workers in Barreiro during the 20th century, one must pay attention to the role played by the Cooperativa Operária Barreirense. It was founded to promote the unity and economic and cultural development of the Barreiro workers, who thus benefited from an institution capable of ensuring the workers' livelihoods, controlling the prices and supply of basic foods for their survival, which were often inaccessible to this segment of the population in the early 20th century.

Keywords: Barreiro, Cooperative, Corkworkers, Workingclass, Subsistente

Introdução

Este artigo foi elaborado a partir da comunicação: "*A cooperativa Operária Barreirense Os Corticeiros e a questão das subsistências do operariado Corticeiro Barreirense*", apresentada no VIII Congresso de História local, em Famalicão, em novembro de 2024. O seu tema foi a questão das subsistências do operariado corticeiro barreirense durante o século XX e tinha como objetivo perceber de que maneira é que a *Cooperativa de Consumo Operária Barreirense "Os Corticeiros"* contribuiu para o desenvolvimento material, social e económico dos operários corticeiros barreirenses e qual a sua importância na sua subsistência.

Estado de arte

O tema das subsistências do operariado corticeiro reúne alguma produção historiográfica, assim como a história da indústria e a história das famílias operárias barreirenses. Nestes temas existem algumas obras de referência, como: *“A Fábrica e a Família”* e *“A cortiça nos debates Parlamentares da Nação Portuguesa 1839-1899”*. A obra *“Crescimento Económico. Dicionário de história da I república e do republicanismo”* é também uma fonte bibliográfica útil para uma boa compreensão da história económica e social da Primeira República. É importante não deixar de elencar o trabalho desenvolvido pelo Espaço Memória, que tem vindo a desenvolver temas importantíssimos da história do Barreiro.

O desenvolvimento da indústria corticeira e do operariado no Barreiro

A chegada da linha de ferro ao Barreiro em 1861 e o fácil escoamento de mercadorias para Lisboa, foram primordiais para o aparecimento da indústria corticeira, instalando-se nos anos de 1860 no Barreiro. A notícia mais antiga sobre o aparecimento de uma fábrica de cortiça no Barreiro é de 1865, da autoria de Augusto Gomes Araújo que afirma *“embora surja mais tarde que no Alentejo ou no Algarve, está, pois, instalado no Barreiro (...) um fabrico de cortiça”*⁵⁰¹.

Entre 1852 e o final da década de 1880, Portugal registou algum crescimento económico⁵⁰² e em 1890 já existiam duas corticeiras no Barreiro, a *Garrelon e Companhia* e a corticeira de *João Reynolds*. Outro exemplo deste crescimento verificou-se na década de 1920, visto que o número de fábricas no Barreiro aumentou (em grande medida devido ao estabelecimento da CUF nesta vila e ao início da sua produção em 1908). Nesta década os corticeiros representavam já 1/3 da população local, o que explica o crescimento da sua força reivindicativa, o aumento da sua

⁵⁰¹“A Indústria corticeira e o Barreiro”, consultado em: <http://memoriaefuturo.cm-barreiro.pt/pt/portal/espaco-memoria/rota-do-trabalho-e-da-industria/industrializacao-e-associativismo/a-industria-corticeira-e-o-barreiro.html>

⁵⁰² B. A. NUNES, “Crescimento Económico” in Dicionário de história da I república e do republicanismo. Coord. Maria Fernanda Rollo, 2014.

importância dentro do operariado local e a sua crescente necessidade em ter um mecanismo de resposta à situação de precariedade laboral, pobreza e dificuldades em subsistir. Os corticeiros desenvolveram desde cedo uma consciência de grupo coesa, o que explica a fundação em 1890 da *Associação dos Operários Corticeiros*, que 11 anos depois já tinha 200 membros.

Os anos finais da Monarquia e os primeiros anos da República, foram marcados por greves das quais o Barreiro não é alheio. Nos dias que antecederam a implantação da república, o Barreiro viu-se a braços com uma enorme onda de contestação e de greves de descarregadores de cortiça, cuja atividade disruptiva exigiu mesmo que o governo de Lisboa enviasse tropas.

É igualmente importante ter em conta as reivindicações do operariado na transição do século XIX para o XX, que passavam por: obter salários que se compagassem com o aumento do custo de vida, pela redução do horário, por melhores condições de higiene no trabalho e contra a substituição de operários por mulheres ou crianças.

O grande embate que a indústria corticeira sofreu ocorreu nos anos seguintes à Grande Guerra, devido à perda de mercados, à proliferação da cortiça norte africana nos mesmos, ou à proliferação do plástico. A atividade corticeira no Barreiro, foi fortemente abalada por esta conjuntura de crise, sendo que no rescaldo da mesma, apenas restava a *Reynolds*.

A transição do século XIX para o XX foi marcada pelo crescimento das fábricas de cortiça no Barreiro, o que não significa que os apoios sociais e as cooperativas tivessem crescido de igual forma. Os operários corticeiros, os mais numerosos no Barreiro durante esta cronologia, davam alguns sinais de que seria proveitoso criar uma cooperativa operária, que servisse de apoio social aos operários e que funcionasse como ponto aglutinador para os mesmos, contribuindo para o fortalecimento do seu espírito enquanto grupo social e coesão do mesmo.

O desenvolvimento do cooperativismo entre o operariado corticeiro, os primeiros anos da *Cooperativa Operária Barreirense* e os seus objetivos

A ideia de fundar a cooperativa remonta a 1896, ano em que foi fundada a *Cooperativa de Consumo, Produção e Edificação Operária Barreirense*, considerada o “embrião” da atual, que só foi fundada em 1911. Para ser possível compreender o que é a Sociedade Cooperativa de Consumo Operária Barreirense e em que contexto é que esta surgiu, é necessário atentar ao seu primeiro regulamento, aprovado em assembleia geral a 27 de novembro de 1912⁵⁰³. Com base no mesmo, verifica-se que a cooperativa funcionava com base na igualdade e diálogo. As atas tinham as horas das reuniões, assim como o nome dos sócios participantes. Com base nestes documentos pode-se perceber sobre que assuntos é que as assembleias gerais incidiam, assim como que sócios é que eram mais participativos na vida associativa da cooperativa.

O presidente da mesa era o garante da ordem e da capacidade de diálogo, o que é visível pela leitura do quinto ponto do artigo 12: “Fazer guardar a ordem e o respeito, encaminhando as questões com a máxima imparcialidade”⁵⁰⁴. Outro exemplo da imparcialidade e seriedade que o cargo de presidente da mesa da assembleia acarretava está patente no artigo 13: “Se o presidente tomar parte na discussão, deixa a presidência ao 1º secretário, e só a retoma, quando terminada a discussão em que tomou parte e a votação que se seguir”⁵⁰⁵.

A natureza democrática e associativa é também revelada pelo facto de qualquer sócio ter o direito de entrar nas discussões das assembleias gerais, assim como apresentar projetos, substituições, requerimentos, interpelações, emendas ou pedir informações sobre qualquer documento. Não obstante, o sócio se pretendesse ter os direitos previamente mencionados, teria de se inscrever na assembleia e esperar que

⁵⁰³ O documento em questão data de 20 de março de 1913. Logo este regulamento foi escrito algumas semanas de ter sido aprovado.

⁵⁰⁴ Quinto ponto, do décimo segundo artigo do Regulamento interno original da Sociedade Cooperativa de Consumo Operária Barreirense, presente na sala de direção da atual escola de Jazz do Barreiro.

⁵⁰⁵ Décimo terceiro artigo do Regulamento interno original da Sociedade Cooperativa de Consumo Operária Barreirense, presente na sala de direção da atual escola de Jazz do Barreiro.

o presidente lhe concedesse o direito a expressar-se, sendo que este poderia não autorizar que os sócios se expressassem.

Com o intuito de manter a ordem, todos os discursos nas assembleias eram redigidos ao presidente da mesa e somente o orador é que poderia estar de pé. Se, porventura, a desordem prevalecesse, cabia ao presidente voltar a repô-la. Se não fosse possível, a sessão seria interrompida e só poderia ser retomada passado meia hora. A manutenção da ordem e civismo está, novamente presente, uma vez que no artigo 22, que diz que se o orador não tivesse em conta as advertências do presidente por duas vezes, perderia o direito a expressar-se.

No *"Singelo relatório oferecido gentilmente ao ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres"*, é vincado que a cooperativa funcionava graças a operários, que após o término do horário ocupavam as suas funções como diretores, caixeiros, empregados e cujos turnos encerravam, na maioria das vezes, à meia-noite. É também frisado que nunca houve sócios *"das classes chamadas liberais"*⁵⁰⁶.

Também está escrito que um dos objetivos da cooperativa era *"(...) fazer o seu desenvolvimento Cooperativista dentro do campo social em prol dos associados, livrando-se assim do igoismo do comércio, porque nestas sociedades dá-se a Cesar o que é de Cesar (...)"*⁵⁰⁷. A este, segue-se outro parágrafo que afirma que não existem quaisquer ambições individuais na cooperativa, o que é espelhado pela divisão anual dos lucros líquidos pelos cooperantes. Este espírito, não pode passar despercebido, visto que mostra o compromisso da cooperativa em contribuir da forma mais equitativa possível para questão do combate à falta de bens, na sua maioria alimentares e na redistribuição dos lucros monetários gerados pela mesma. Para que fosse possível fazer frente ao *"igoismo do comércio"*, como foi referido anteriormente, era urgente que os membros da direção estivessem a par das flutuações dos preços dos produtos, algo que está presente neste relatório que revela que os membros da

⁵⁰⁶ Excerto do *Singelo relatório oferecido gentilmente ao ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres*. 22 de abril de 1951. P. 9.

⁵⁰⁷ Excerto do *Singelo relatório oferecido gentilmente ao ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres*. 22 de abril de 1951. PP.6-7.

direção eram leitores assíduos de revistas e jornais ligados à indústria e ao comércio, que os colocava a par dos preços dos produtos, das quantidades e da oferta e procura referentes aos mesmos.

A 13 de novembro de 1910, deu-se a primeira assembleia geral da cooperativa na *Associação dos Operários Corticeiros do Barreiro*. A cooperativa acabou por ser formalmente constituída a 19 de janeiro de 1912 e começou com um conjunto de 30 corticeiros que, consoante a sua disponibilidade, pagavam mil reis.

É visível, a partir de um artigo emoldurado na sede denominado *“Em prol dos associados e do Barreiro”*, que a cooperativa tinha como objetivo

“Fazer o seu desenvolvimento cooperativista dentro do campo social e prol dos associados, livrando-os assim do egoísmo do comércio, porque nestas coletividades dá-se a Cesar o que é de Cesar através das medidas, pesos e qualidades sempre as melhores possíveis, como manda os nossos estatutos... Quanto a benefícios individuais não temos, mas sim coletivamente falando, como seja a divisão anual os lucros líquidos de cada ano”⁵⁰⁸.

Este excerto confirma nitidamente o cunho cooperativista e os objetivos primordiais desta organização social: Criar condições económicas capazes de fazer frente às leis do mercado, garantir aos cooperantes uma panóplia de bens essenciais a preços acessíveis e assegurar a distribuição destes o mais equitativamente possível. No fundo, a própria existência da cooperativa está indissociavelmente ligada ao problema das subsistências, uma questão que afetou fortemente o nosso país nas duas primeiras décadas do século XX.

⁵⁰⁸ Excerto tirado de um artigo de jornal presente na sala da direção da cooperativa, consultado a 16 de março de 2024.

A reunião de assembleia geral inaugural precedeu a fundação oficial da cooperativa por 5 meses e reuniram-se nesta ocasião 20 associados, sendo o presidente desta assembleia o sócio número um da cooperativa, Domingos Gomes Pablo. A função de secretário da reunião foi incumbida a dois sócios, José Maria Alves e Félix Peixoto, que era simultaneamente o tesoureiro. A sessão abriu às 19h30. A hora tardia não é de espantar, uma vez que a grande maioria da atividade da cooperativa começava depois do encerramento do dia de trabalho dos operários, que se deslocavam à mesma após saírem das respetivas fábricas. Esta assembleia, por ser a primeira, teve um carácter muito introdutório, visto que a grande finalidade da mesma foi verificar qual a maneira mais fácil de iniciarem os trabalhos.

Segundo a ata, o sócio Félix Peixoto, deu a ideia de que os 30 sócios fundadores da cooperativa deveriam entrar com um capital de 1.000 reis, que seria adicionado às quotas, para que no final de 1910 a cooperativa tivesse um capital de 84.000 reis (valor que chegou a ultrapassar os 80.000 reis sugeridos por João José da Faustina). Graças a esta ata, pode-se perceber que os alicerces financeiros da cooperativa foram construídos com o esforço financeiro coletivo dos seus associados, que abriam mão de parte dos seus rendimentos em prol do cooperativismo, sendo que não existe menção a qualquer tipo de subsídio estatal na documentação.

Foi também proposto que o bem que a cooperativa deveria obter em primeiro lugar fosse pão, algo que é perceptível devido à importância deste alimento na alimentação da população. O sócio Luís Patrício, "*como prático na matéria*"⁵⁰⁹, colocava-se ao dispor da cooperativa para fazer de padeiro, sendo que receberia uma quantia de 50.000 reis. Pode-se verificar que existia, entre os sócios, uma enorme vontade de colocar a cooperativa a funcionar o mais cedo possível (o que também espelha a importância da mesma para as subsistências do operariado corticeiro barreirense, no início da década de 1910) e que para isso, alguns disponibilizavam-se, consoante as suas habilidades e mestrias, para o desempenho de algumas funções,

⁵⁰⁹ Ata número um do primeiro livro de atas das assembleias gerais da *Cooperativa Operária Barreirense*, 1910.

o que revela um enorme sentimento de solidariedade, companheirismo e espírito associativo existente entre o operariado corticeiro barreirense.

Nesta reunião ficou vincada a natureza consumista da cooperativa. É importante não esquecer que a sua principal finalidade era dar resposta à frágil questão das subsistências, fornecendo aos associados géneros de qualidade, a um preço que estava ao alcance da grande maioria dos operários. Os membros da cooperativa, resolveram combater a alta de preços de bens essenciais e escassez dos mesmos, através da fabricação e venda de pão, que foi seguida pela venda de vinho.

A intervenção da Cooperativa na questão das subsistências

A partir da ata da segunda reunião de assembleia geral, percebe-se que em dezembro de 1910, a cooperativa já produzia pão, visto que a ata termina com a seguinte frase: “(...) *O cidadão presidente pede para que todos os sócios faz-sam a deligência a entrar com os mil reis de joia para que todos possam ir consumindo pão da cooperativa*”⁵¹⁰. Com base neste excerto, é possível verificar a celeridade com que a cooperativa começou a garantir o abastecimento de pão, o que simultaneamente revela a escassez que existia deste produto.

Para a produção de pão, alugou-se uma padaria na rua Aguiar, uma das mais efervescentes do Barreiro no início do século XX. Mais tarde foi construído um forno na cooperativa, que passou a produzir o pão, sendo que ainda funcionou em simultâneo com a padaria original situada na rua Aguiar, o que mostra (devido à existência de duas padarias em simultâneo) que a venda do pão era uma atividade lucrativa para a cooperativa e, devido à procura por este produto, que os Barreirenses podiam contar com a produção panificadora da cooperativa para assegurar a sua alimentação. Mais tarde, já nos anos 60 e 70, a cooperativa continuava a produzir pão e servia de abastecedora para outras padarias, que o revendiam, aspeto que mostra que a cooperativa estava totalmente inserida na economia local até meados

⁵¹⁰ Ata número dois do primeiro livro de atas das assembleias gerais da *Cooperativa Operária Barreirense*, 1910.

da segunda metade do século XX e que o seu papel importante na questão das subsistências perdurou até muito depois da sua fundação. Pouco tempo após a produção de pão ter tido início, a cooperativa abriu uma adega e tornou-se num estabelecimento revendedor de vinho.

A assembleia geral reuniu uma terceira vez a 29 de dezembro de 1910. Segundo a análise da ata, esta reunião foi motivada pela existência de pessoas que pretendiam consumir pão da cooperativa, sem se associarem, algo que ia contra os estatutos da mesma⁵¹¹. Venceu-se a necessidade de angariar mais capital e foi também dito que seria mais proveitoso se o vinho fosse vendido em vasilhas em vez de garrafas, para que os sócios pudessem usufruir do mesmo nas suas casas. Esta ideia chegou a concretizar-se dado que a adega da cooperativa não era um local de consumo, era apenas onde os sócios iam comprar o vinho.

Domingos Gomes Pablo promoveu iniciativas onde eram comprados os produtos alimentares que mais tarde seriam consumidos, a um preço mais acessível, pelos operários que os adquiririam na cooperativa. Estas iniciativas em que os 30 fundadores compravam os produtos, não custavam nada à cooperativa, visto que os produtos eram adquiridos através do dinheiro de cada um, método que mais tarde entrou em desuso.

A atividade agrícola, outra componente importante da alimentação dos portugueses estava também presente na cooperativa, sendo que existia nas suas instalações, um quintal onde vários sócios plantavam flores e algumas culturas para consumo, que eram regadas com água retirada de um poço existente dentro dos espaços da cooperativa, que servia para abastecer grande parte da população do Barreiro, que afluía à cooperativa também para buscar água.

⁵¹¹ Só décadas mais tarde, já na segunda metade do século, é que a cooperativa passou a vender produtos à população em geral, devido ao decréscimo de operários corticeiros no Barreiro.

Como é que uma Cooperativa no Barreiro, no início do século XX, funcionava?

É importante, para se entender o “*modus operandi*” da cooperativa, que se clarifique que funções é que a direção e o seu presidente tinham. A direção devia zelar pela prosperidade e interesses da cooperativa e mostrar quando fosse oportuno a caixa com os documentos comprovativos da receita e despesa⁵¹². Este órgão tinha também o direito de exigir a qualquer sócio esclarecimentos, verbais ou por escrito, quando achasse necessário e fiscalizar a assiduidade dos empregados da cooperativa.

O presidente tinha de examinar todos os documentos onde estivessem patentes as receitas e as despesas, assinar com os restantes membros da direção o balanço mensal das contas assim como autorizar as ordens de pagamento.

O artigo 29 diz respeito ao primeiro secretário, que devia despachar toda a correspondência, prestar qualquer esclarecimento que lhe seja pedido pelo conselho fiscal ou pela mesa da assembleia. Ao segundo secretário competia que auxiliasse o primeiro na realização das suas tarefas.

O tesoureiro devia receber todas as receitas e passar recibo sobre as mesmas, dar a conhecer à direção, pelo menos mensalmente, as contas da cooperativa, ou sempre que esta o exija. Os vogais devem assistir a todas as reuniões da direção, fazer propostas que considerem importantes, assinar os relatórios e as atas. Os vogais, se não cumprissem com o que estava estipulado no regulamento interno, sujeitavam-se a pagar uma multa de 200 reis. Não obstante, se o vogal provar que foi ludibriado e que isso o levou ao incumprimento do estipulado no regulamento interno, a pena cairia sobre aquele que o enganou e levou a cometer o ato ilícito.

No quinto capítulo, o regulamento aborda os direitos e deveres dos sócios, que segundo o artigo 45, só têm de prestar contas pelos seus atos à direção e é apenas a este órgão que os associados devem elaborar queixas. Tendo em conta a questão das subsistências, é de extrema importância a alínea 4 do artigo 46, “*A conferir com o caixeiro, as compras efectuadas, reclamando imediatamente qualquer diferença*”

⁵¹² O espólio que se encontra na escola de jazz, contem vários cadernos que registam as compras e vendas da cooperativa, assim como os respetivos valores.

*encontrada*⁵¹³. Este excerto do regulamento vai ao encontro daquilo que verifiquei aquando as minhas visitas à cooperativa, sendo que existem vários livros de caixa, que preservam o registo daquilo que a cooperativa comprava e vendia, as contas da mesma, as suas despesas e fazendas gerais e ainda os seus fornecedores. Com base nestes livros, é possível ter a perceção de quais os produtos que mais eram consumidos pelos operários corticeiros do Barreiro, as flutuações dos preços dos mesmos ao longo dos anos, tendo em conta as conjeturas e a quantidade de operários corticeiros que se abasteciam na cooperativa em questão.

O resto do presente capítulo, apresenta informações sobre a conduta que os sócios deveriam ter, como também os problemas referentes ao atraso do pagamento das quotas. Se um sócio se atrasar no pagamento de 4 quotas será avisado pela direção e terá 8 dias para pagar esse valor. Caso a situação se mantenha, a pessoa em questão será demitida da sua condição de sócio e perderá o direito a qualquer regalia que tivesse.

O sexto capítulo refere-se aos inspetores, caixeiros, pesadores, medidores e fachinas. Estes últimos, por sua vez tinham a função de fazer todo o serviço interno da cooperativa. Estavam responsáveis por levar os géneros para a mercearia da cooperativa e assegurar a limpeza desta e das máquinas e instrumentos lá existentes.

O capítulo seguinte, tem informações sobre os fiscais de serviço, que fiscalizavam todas as dependências da cooperativa relativamente aos trabalhos dos caixeiros, inspetores, pesadores, medidores, fachinas e do padeiro. Era necessário que estivesse sempre, pelo menos um fiscal na sede, visto que eram estes que fiscalizavam os outros serviços. O oitavo capítulo tem informações que dizem respeito ao *"Fiel d'Armazem"*⁵¹⁴. Este funcionário era escolhido pela assembleia e teria de guardar todos os géneros na cooperativa, função diretamente ligada à questão das subsistências visto que os produtos alimentares, dos quais dependiam vários operários corticeiros, estavam sob a guarda deste. O *"Fiel d'Armazem"* deveria

⁵¹³ Quadragésimo sexto artigo do Regulamento interno original da Sociedade Cooperativa de Consumo Operária Barreirense, presente na sala de direção da atual escola de Jazz do Barreiro.

⁵¹⁴ Expressão utilizada no regulamento.

fornecer todos os géneros que fossem necessários na mercearia, padaria, taberna e outros serviços da cooperativa.

O relatório de 1951 dá a conhecer a natureza das remunerações ao pessoal empregado na cooperativa. Os caixeiros, ajudantes, fiéis de armazém e inspetores recebiam as remunerações pelos serviços prestados anualmente, no fim de cada ano, num período inicial, mas que em 1951 a remuneração era já mensal. A atribuição mensal dos salários é tida em conta como um fator que agravou as despesas da cooperativa e a preservação de um sentimento de igualdade entre os empregados.

É importante salientar que a cooperativa era composta na sua grande maioria por operários portugueses, mas estes não compunham a totalidade do corpo associativo da mesma. Apesar de não existirem datas mais concretas, a partir da análise do relatório sabe-se que existiam “*meia dúzia de estrangeiros*”⁵¹⁵, entre os associados, sendo a maioria espanhóis. Esta informação revela que o Barreiro nos anos 1950, conseguia exercer alguma atração, ainda que reduzida, a operários estrangeiros, o que se devia em grande parte, à existência da CUF, grupo industrial e económico incontornável do século XX não só barreirense, mas também nacional.

Não obstante, seria um erro afirmar que a cooperativa apenas dava resposta às necessidades materiais e alimentares dos operários, uma vez que tinha também uma forte oferta de dinamização cultural, através da realização de excursões, da sua biblioteca⁵¹⁶, da realização de exposições, conferências ou momentos de cinema. É possível constatar que a cooperativa também contribuía para o combate ao analfabetismo e para a dinamização cultural da vila.

⁵¹⁵ Excerto do *Singelo relatório oferecido gentilmente ao ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres*. 22 de abril de 1951. P. 9.

⁵¹⁶ Cujo espólio ainda pode ser observado no edifício da cooperativa.

Atividades, ofertas culturais da cooperativa e a sua inclusão no associativismo à escala nacional

A biblioteca foi fundada em 1938 e era inicialmente dirigida por uma comissão de sócios e filhos dos mesmos, que emprestavam os 1100 livros existentes para que os cooperantes lessem em casa.

É possível encontrar informações sobre o funcionamento da mesma através da análise do *"Singelo relatório oferecido gentilmente ao ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres*. A nona página começa com uma referência à biblioteca, que mostra que este espaço albergava palestras e eventos culturais *"para enriquecimento espiritual da massa associativa"*⁵¹⁷. Os temas da biblioteca são variadíssimos e existem algumas obras de autores sonantes, como Emílio Zola e obras mais conhecidas, como a *"Grande enciclopédia portuguesa e brasileira"*, composta por 40 volumes, ou um livro de história de Portugal da autoria de Rocha Martins. Os sete elementos responsáveis pelo funcionamento deste espaço trabalhavam de noite. A biblioteca permitia que os sócios criassem um *"espírito para uma vida melhor de trio poético, ser sábio, santo e sadio"*⁵¹⁸. Está patente aqui, mais uma prova, do compromisso que a cooperativa tinha para com o desenvolvimento cultural e literário dos sócios.

Existem provas neste relatório de que a direção não se preocupava só com a subsistência dos consumidores, mas preocupava-se também em proporcionar atividades e serviços que dinamizassem culturalmente os seus clientes e empregados. O documento faz também referência à vontade de criar aulas para promover o cooperativismo e a sua defesa e uma escola infantil para os filhos dos associados. A cooperativa nunca chegou a ter uma escola sua a funcionar nas suas instalações (até aos anos 90 com a instalação da escola de jazz), mas mesmo assim albergou algumas aulas de instrução primária lecionadas por iniciativa da câmara municipal. Com base

⁵¹⁷ Excerto do *Singelo relatório oferecido gentilmente ao ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres*. 22 de abril de 1951. P. 9.

⁵¹⁸ Excerto do *Singelo relatório oferecido gentilmente ao ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres*. 22 de abril de 1951. P.10

na vontade expressa neste relatório, é possível perceber que existia um sentimento de dever para com o desenvolvimento intelectual da população que frequentava a cooperativa, numa altura em que o analfabetismo continuava a ter números consideráveis em Portugal. A cooperativa, propunha-se então a contribuir para o “(...) progresso do comércio nacional e humano em Portugal”⁵¹⁹. Apesar do exagerado impacto que estas declarações previam, não deixa de ser importante assinalar o contributo que a cooperativa pretendia dar no combate ao analfabetismo, numa escala mais reduzida, dado que o impacto da possível escola sentir-se-ia num contexto mais local, a vila do Barreiro.

A *Cooperativa Operária Barreirense*, sendo um dos principais polos do associativismo entre os operários no Barreiro, estava totalmente inserida no associativismo à escala nacional. O carácter cooperativista é, uma vez mais, perceptível graças à cedência do salão nobre a outras associações que não tinha sede própria. A cooperativa trabalhava, através da cedência do seu espaço, em conjunto com o poder político local, em prol do desenvolvimento escolar da população barreirense, sendo que é da maior justiça mencionar esta faceta, menos conhecida da *Cooperativa Operária Barreirense* e o contributo desta para a escolarização da população local, o que favorecia a sua afirmação dentro do Barreiro. Pode-se afirmar que a sua ação, extravasava o domínio do cooperativismo e as suas obrigações enquanto cooperativa de consumo operária.

A *Cooperativa Operária Barreirense* também realizava excursões, onde se dava prioridade à realização de visitas a outras cooperativas, de modo a promover a entreajuda entre estas. Nestes passeios, existiam sempre trocas de galhardetes com outras cooperativas, sendo que na sala da direção existem emoldurados três galhardetes destes, um de 1950 proveniente de Silves, oferecido por uma cooperativa cujo nome não conta nos registos, outro oferecido pela *Cooperativa de Crédito e Consumo “A Sacavenense”* em 1948 e um terceiro, oferecido no mesmo ano pela *S.C.C.P.*, cuja origem também não foi possível identificar. Estas ofertas eram

⁵¹⁹ Excerto do *Singelo relatório oferecido gentilmente ao ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres*. 22 de abril de 1951. PP.6-7.

estimadas e valorizadas pelos membros da cooperativa em estudo, visto que são descritos como: “*objetos para o tesouro moral de cada cooperativa em particular*”⁵²⁰.

Pode-se assim concluir que *Os Corticeiros* estavam totalmente inseridos, pelo menos nas décadas de 1940 e 1950, nos movimentos cooperativista e associativo nacionais e que existia uma cooperação entre estas organizações a nível nacional, tendo em conta os contactos estabelecidos por esta cooperativa com outras congéneres, de diferentes partes do país.

Os frutos do trabalho dos *Corticeiros* não passavam ao lado do cooperativismo nacional, o que é visível pelo facto da *Cooperativa Operária Barreirense* ter também retratos na sua sede de “*figuras prestigiosas no nosso meio cooperativista*”⁵²¹, como é o caso de um retrato de Raúl Tamagnini Barbosa, importante vulto do cooperativismo português na transição dos séculos XIX para o XX, que presenciou a inauguração do seu quadro numa conferência efetuada no salão nobre. A cooperativa foi também visitada por António Sérgio, nome incontornável da história do cooperativismo português, quando este era dirigente do *Boletim Cooperativista*.

Conclusão

Para se compreender o tema das subsistências do operariado corticeiro no Barreiro durante o século XX tem de se ter em conta o papel que a *Cooperativa Operária Barreirense* desempenhou nesta questão, visto que foi fundada para promover a união e desenvolvimento económico e cultural do operariado corticeiro barreirense, que assim passou a usufruir de uma instituição capaz de garantir o sustento dos operários, que controlava os preços dos alimentos básicos para a sua sobrevivência e a oferta dos mesmos, que tantas vezes, no início do século XX eram inacessíveis a esta franja da população.

⁵²⁰ Excerto do *Singelo relatório oferecido gentilmente ao ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres*. 22 de abril de 1951. P. 8.

⁵²¹ Excerto do *Singelo relatório oferecido gentilmente ao ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres*. 22 de abril de 1951. P. 8.

Bibliografia e Fontes

Bibliografia

“A Indústria corticeira e o Barreiro”, consultado em: <http://memoriaefuturo.cm-barreiro.pt/pt/portal/espaco-memoria/rota-do-trabalho-e-da-industria/industrializacao-e-associativismo/a-industria-corticeira-e-o-barreiro.html>

NUNES, B. A., “Crescimento Económico” in *Dicionário de história da I república e do republicanismo*. Coord. Maria Fernanda Rollo, 2014.

Fontes

Livro de admissão de sócios (1912-1921).

Livro de atas das assembleias gerais da *Cooperativa Operária Barreirense* (1913).

Livro de caixa da obra de construção do atual edifício da *Cooperativa Operária Barreirense* (1947-1952).

Segundo livro de caixa da *Cooperativa Operária Barreirense* (1919-1935).

Livro de caixa da filial da *Cooperativa Operária Barreirense* do Lavradio (1972-1973).

Regulamento interno original da Sociedade Cooperativa de Consumo Operária Barreirense (1913).

Singelo relatório oferecido gentilmente ao ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres (1951).

Anexos



Figura 1 A grande parte do espólio existente na cooperativa. Foto tirada quando a primeira visita à cooperativa, na sala da direção.



Figura 2 Caderneta de Consumo do sócio n.º 394 Evaristo José da Costa.



Figura 3 Grupo de cooperantes. Sem data.

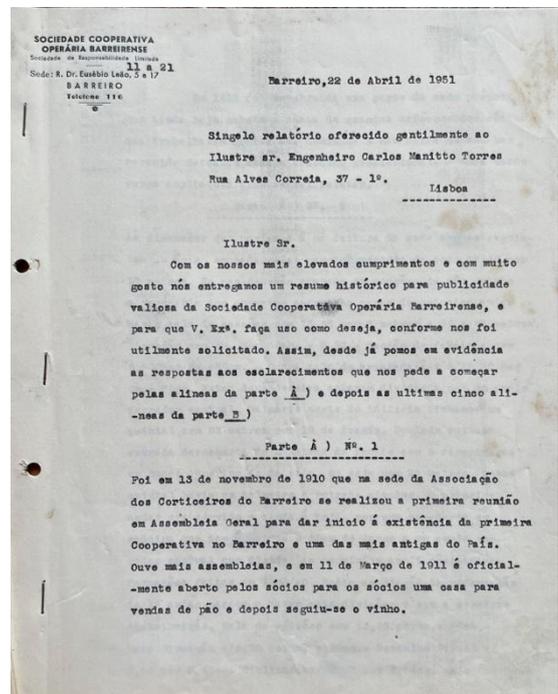


Figura 4 Singelo Relatório oferecido gentilmente ao Ilustre sr. Engenheiro Carlos Manitto Torres (1951).

“Vai depressa, que houve uma revolução. Não vou, estou de licença!”: Mansores (Arouca) antes, durante e depois de Abril de 1974

José António Rocha (CEHR-UCP)

Este artigo é referente a uma comunicação apresentada no VII Congresso de História Local, Lisboa 2023.

Resumo

Com base em fontes escritas e em testemunhos orais, apresenta-se um estudo sobre a receção social e política do golpe militar de 25 de Abril de 1974 na freguesia de Mansores (Arouca) e sobre os efeitos locais da mudança de regime espoletada por esse acontecimento fundador da Democracia em Portugal.

Palavras-Chave: Mansores, Arouca, 25 de Abril.

Abstract

Drawing on written sources and oral testimonies, this text explores the social and political reception of the April 25 1974, military coup in the parish of Mansores (Arouca), as well as the local impact of the regime change triggered by this foundational event of Democracy in Portugal.

Keywords: Mansores, Arouca, April 25 (Carnation Revolution).

Introdução

Pretendemos neste estudo resgatar e registar memórias, trabalhar fontes e produzir conhecimento sobre a receção do golpe militar de 25 de Abril de 1974 na freguesia de Mansores (Arouca), à época uma comunidade rural, e os efeitos locais da mudança de regime então ocorrida.

À partida para este trabalho tínhamos produzida uma monografia⁵²² de Mansores pelo que nos lançámos num primeiro passo aos conteúdos já recolhidos e processados nessa obra e que versassem sobre o tema do 25 de Abril em Mansores. As fontes que compulsáramos devolveram-nos abundantes registos acerca da reação social e política local (i.e, ao nível específico da freguesia) aos regimes saídos da revolução de 5 de outubro de 1910 e do golpe militar de 28 de maio de 1926, mas um aparente silêncio a respeito da revolução de abril de 1974 e dos meses que se seguiram. Não encontrámos registos locais dos entusiasmos então havidos na Capital e noutros burgos da nação. Considerando as fontes identificadas, a comunidade parecia ter sido indiferente à revolução. Pusemo-nos a escavar um pouco mais fundo e revisitámos as fontes; o que desenterrámos, o que descobrimos e procurámos contextualizar e interpretar é o que se segue.

1. Antes

1.1. Tempos de caldo e côdeas (para alguns, não para todos)

Em 1950, o médico e cientista Egas Moniz publicou um livro de memórias intitulado “A nossa casa” no qual narrou uma viagem ocorrida pelo ano de 1876 quando os seus tios Augusto e João António, acompanhados pelo Manuel *Canastreiro* de Mansores, foram a cavalo de Rossas (Arouca) ao Porto. Nessas memórias refere Egas Moniz:

⁵²² José António ROCHA, *O livro de Mansores*, Mansores, Bucólica, Associação Cultural, 2024.

“Os três cavaleiros partiram [de Rossas] muito cedo e fizeram viagem apressada. Passaram o rio Arda com prudência, pela ponte da Cela, ao tempo de madeira. O gado suportou a custo a subida do Borracheiro, íngreme e de mau piso. Depois a comitiva recreou a vista pelo aspeto e situação de Mansores, linda aldeia que alegra a subida da serra do Castelo e que o sol fazia realçar em lucilações de variados tons.”⁵²³

Sensivelmente um século depois desse ano de 1876, em 1974 a ponte da Cela já era de pedra, e a estrada nacional que, atravessando-a, seguia de Arouca para as cercanias do Porto, passando por Mansores, era percorrida pela *camioneta da carreira*. Mas não havia uma única fábrica nem empresas do *setor terciário* em atividade na freguesia, ou trabalhadores da administração pública. A povoação, que, quando do Recenseamento Geral da População de 1970, era de 1.192 residentes, ocupava-se maioritariamente na Agricultura e na Silvicultura. O cultivo das terras fazia-se em minifúndio e policultura, com os campos de regadio cultivados em regime rotativo de campo-prado. À entrada para os anos 70 havia um único trator agrícola na freguesia.

Viajemos para esses tempos através de uma história de vida. Agostinho Gomes da Rocha (1922-2016), nascido na vizinha freguesia de São Miguel do Mato, veio para Mansores como criado de servir, teria cerca de nove anos. O pai emigrara para o Brasil e Agostinho, que não chegara a ir à escola, foi posto pela mãe a servir num *patrão*, mas, face à violência física que sofreu, Agostinho fugiu; então, a mãe pô-lo a servir num outro *patrão*, em Mansores. Ali cresceu, como *criado de servir*, e é essa a designação da sua profissão inscrita no seu registo de casamento, ocorrido em 1946.

Uma década antes, a 6 de maio de 1936 D. António Augusto de Castro Meireles, bispo do Porto, na visita pastoral que fez à freguesia, e ao despedir-se dos fiéis, “manifesta o seu contentamento, a boa impressão que leva de Mansores, louva o sr.

⁵²³ Egas MONIZ, *A nossa casa*, Lisboa, Paulino Ferreira, imp. 1950, p. 117.

Abade pelo seu apostolado em favor do bom caminho das almas, terminando por desejar a paz nos lares 'onde nunca falte um caldinho quente a fumar e um bocadinho de pão saboroso'".⁵²⁴

Dois anos depois, numa entrevista que seguramente Agostinho não leu, até porque não sabia ler, um outro António afirmaria: "nas aldeias, ou nas pequenas vilas, a miséria total é mais rara. Deixa-se às vezes de trabalhar, mas deixa-se raramente de comer. Não há dinheiro, falta, por vezes, a roupa necessária, mas há sempre uma côdea ou um caldo".⁵²⁵

O caldo, muitas vezes limitava-se a água e couve galega. As côdeas, o pão, naquela zona do país fazia-se essencialmente com farinha de milho. Por ordem do patrão, Agostinho chegou a contrabandear aquele cereal⁵²⁶ no período do racionamento de bens decretado pelo Estado em 1943. O patrão lucrou muito com o contrabando e com a exploração dos criados. E investiu o lucro⁵²⁷. E gozou-o: por esses anos, nalguns estios Agostinho foi, a pé à soga dos bois, levar a família do patrão a Espinho, quando esta ali passava temporadas de férias. Numa das vezes partiram num sábado pelas 4 horas da tarde e chegaram a Espinho ao amanhecer do dia seguinte⁵²⁸; e depois de uma pausa para descanso dos bois e algum alimento, bois e criado regressaram a Mansores.

Por esses anos, em Coimbra era inaugurado o Portugal dos Pequenitos. Ignoramos se Agostinho lá entrou alguma vez, mas sabemos que passou a maior parte da vida dentro do *Portugal dos pequenitos* do qual aqueloutro se erigiu como réplica miniatura

⁵²⁴ *Defesa de Arouca*, 16-05-1936, n.º 539, Arouca, p. 3.

⁵²⁵ António de Oliveira Salazar, em entrevista a António Ferro, em 1938. Apud. Fernando ROSAS, "O Estado Novo (1926-1974)" in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 7, S.I., Círculo de Leitores, 1994, p. 15.

⁵²⁶ Nessa altura o milho contrabandeado "dava a 120 escudos o alqueire, pagavam-no a 120 escudos o alqueire. E ele aqui era pr'aí a 16 ou 17." José António ROCHA, *Nós, se fôssemos a contar o que se passou... Memórias do casal Agostinho Gomes da Rocha e Guilhermina Rosa da Conceição*, Mansores, [ed. Autor], 2017, p. 99.

⁵²⁷ Certa ocasião o patrão pediu ao Agostinho que lhe guardasse um pacote por alguns dias. Quando o foi reaver, disse ao criado "'Olha que tinhas aí lá pra 300 contos.' Foi quando comprou uma casa no Porto com aquele dinheiro". ROCHA, *Nós, se fôssemos a contar*, p. 100.

⁵²⁸ ROCHA, *Nós, se fôssemos a contar*, p. 100-101.

e, mesmo não sabendo ler nem escrever, subscreveria o sugestivo lema ali inscrito: “O trabalho é o pai da felicidade. Deus dá sempre a quem trabalha”.

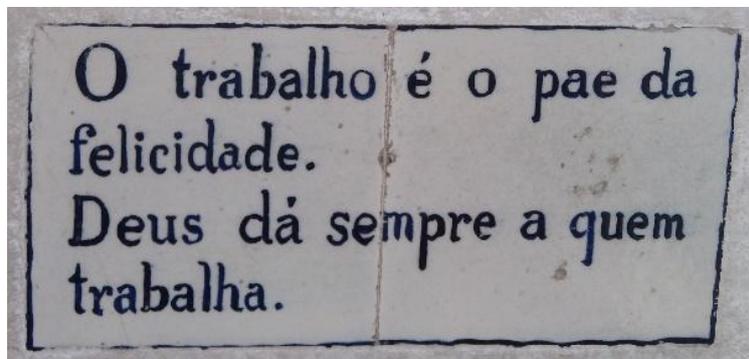


Figura 1 Inscrição numa das casas do Portugal dos pequenitos, em Coimbra. Foto do autor.

Agostinho casou, pois, e gerou 10 filhos. Um deles, nado-morto por falta da adequada assistência médica. Os outros nove foram, como tantas outras,

“crianças meias nuas e descalças, mesmo em pleno inverno, que trabalhavam desde pequenas, tornando-se uma mão de obra imprescindível para os seus pais. Percorriam quilómetros a pé, como os adultos, cuidavam do gado, apanhavam mato para os currais, ajudavam a cavar as terras, a transportar pedra para os muros e casas, ou seja, dentro das suas limitações físicas faziam tudo o que os adultos faziam, trabalhando praticamente o mesmo número de horas.”⁵²⁹

Os filhos saíram cedo de casa, uns para servir, outros para serem *apadrinhados* por tios estéreis. Uma das filhas emigrou para a República Federal da Alemanha. Só três deles completaram os 18 anos ainda residindo em casa dos pais.

⁵²⁹ Maria Alice SAMARA; Raquel Pereira HENRIQUES, “Breves retratos de Portugal no tempo de Salazar”, in *Circular Informação*, Associação de Professores de História, Setembro 2014, p. 17.

Em junho de 1971 o filho António embarcou para a guerra, para servir em Angola. Em janeiro de 1972, estava o António em Angola, e também o Nelson partiu para o serviço militar.

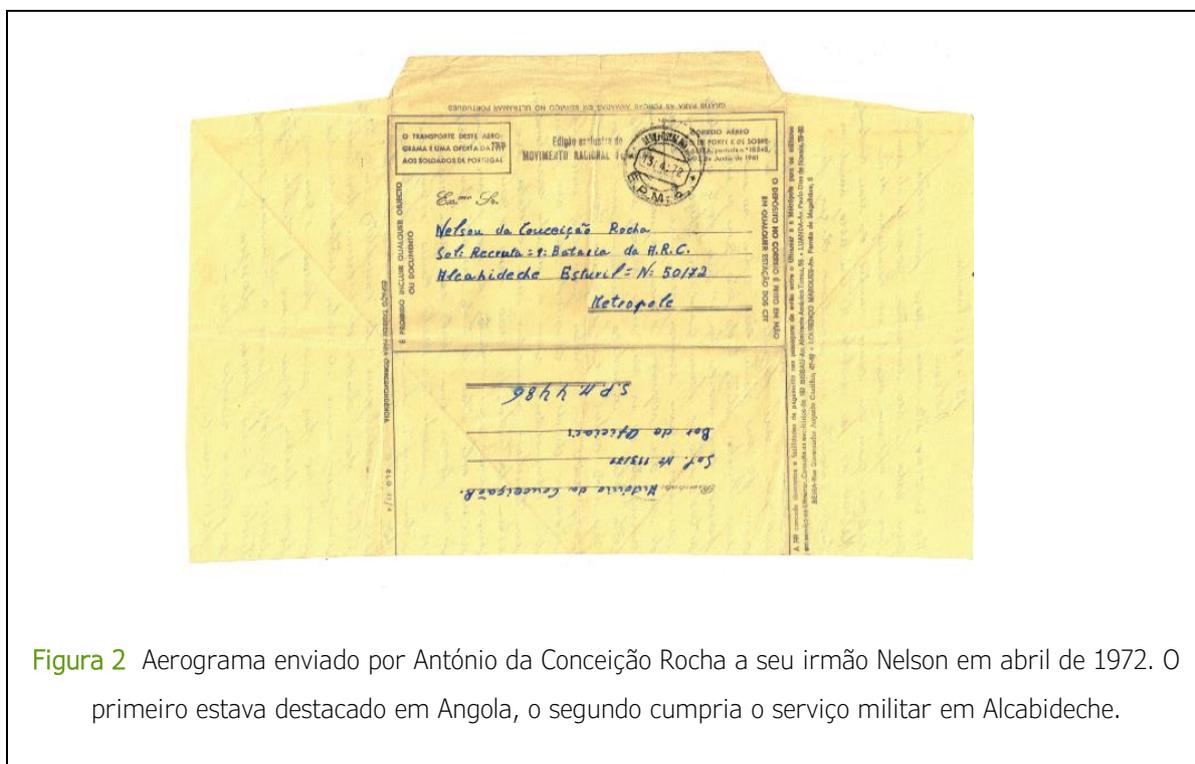


Figura 2 Aerograma enviado por António da Conceição Rocha a seu irmão Nelson em abril de 1972. O primeiro estava destacado em Angola, o segundo cumpria o serviço militar em Alcubideche.

A construção da memória social tem os seus paradoxos: criou-se e enraizou-se nalguns cidadãos, mesmo tendo vivido em condições de pobreza como as que apontámos, e persistiu, localmente em Mansores e não só, uma memória mitificada e etiológica com narrativas como aquela que afirma ter Salazar vivido consagrado ao País e morrido pobre, deixando os cofres cheios de ouro, uma espécie de síndrome de Estocolmo reforçada pela narrativa de que depois vieram *comunistas* e *socialistas* que desbarataram a riqueza do país. Esta memória ignora, por exemplo, que “cerca de 60% do salário dos moçambicanos a trabalhar, forçadamente, nas minas de ouro da África do Sul era entregue diretamente em ouro ao Estado Português, e o estado pagava uma parte aos trabalhadores, em moeda local, vindo o resto direto para os cofres da metrópole”⁵³⁰. E ignora que as ditaduras, como foi o caso do Estado Novo,

⁵³⁰ Raquel VARELA, *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand, 2014, p. 22.

são altamente corruptas; a propósito, testemunhou-nos Domingos da Conceição Moreira (n. 1946), mansorense destacado para Moçambique na Guerra Colonial que aqueles foram tempos bons para muitas das altas patentes militares, que em cada comissão de dois anos ganhavam para comprar um apartamento em Lisboa; havia roubos de bens nos quartéis... usava-se de sobrefaturação, desviava-se combustível..., etc.⁵³¹.

1.2. Tempos de guerra e repressão

A célebre propaganda “Livro-vos da guerra, mas não sei se vos livro da fome” a respeito da II Guerra Mundial terá então gerado sentimentos de gratidão em muitos cidadãos que, anos mais tarde, entre 1961 e meados da década seguinte, viram os seus filhos compelidos a dedicar três a quatro anos de vida ao serviço das Forças Armadas, muitos deles em cenário de guerra nas então designadas províncias ultramarinas, muitos perdendo a vida. Nascidos em Mansores, 58 jovens militares estiveram destacados em Angola, Moçambique e Guiné entre 1961 e 1975. Antes deles, nos anos 50, dois conterrâneos haviam servido na Índia e um cumprira o serviço militar em Angola. Um outro foi destacado para São Tomé e Príncipe.

Ao contrário do que ocorrera na Grande Guerra, não houve mortos entre os jovens de Mansores destacados para a Guerra Colonial, o que foi tido como uma graça, mas “noivas ficaram por casar”. Há memória de alguns destes combatentes terem sido gravemente feridos em combate, como é o caso de Manuel da Silva Neves Moreira, filho de António da Silva Neves⁵³² (1892-1970), heroico combatente na Grande Guerra.

⁵³¹ Este testemunho, empírico, é certo, não destoa de referências como as que referem que “a maior parte dos generais eram jovens oficiais dos anos 30 (...) com alguma fortuna, vivendo sobretudo em Lisboa, tinham pouca experiência de África, mas comandavam e tinham interesses económicos em empresas do Estado ou privadas”. António BARRETO, *Anatomia de uma revolução: a reforma agrária em Portugal, 1974-1976*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1987, p. 33.

⁵³² Arquivo Histórico Militar, Boletins Individuais de militares do CEP. Ref.^a PT/AHM/DIV/1/35A/2/43/40257.

Quer para os que embarcaram, quer para os que os viram partir, a experiência desta guerra foi dramática e intensa. Há memória de que toda a comunidade sofria sempre que corria notícia de que as Forças Armadas tinham convocado mais um soldado para a guerra. Enquanto serviam no Ultramar, os soldados mantinham-se em ligação com a terra através de correspondência regular, alguns casaram nessa altura por procuração, muitos criaram amizades e camaradagem que ficaram para a vida. Alguns admitem que por lá passaram bons tempos, por exemplo, cumprindo funções como padeiros, cozinheiros ou condutores, com vida de quartel e de cidade, sem ter chegado a ir para o mato. Para vários deles a guerra foi uma oportunidade para romper com o destino e os limites da aldeia e ganhar mundo.

A apreensão e o sofrimento da comunidade, consequência da Guerra, podem bem enquadrar-se neste testemunho de Jorge Wemans:

“Eu fiz vários ‘campos de férias’ com malta dos liceus, no interior do País. Quando percorríamos as aldeias e falávamos com as pessoas aldeãs sobre a guerra, era simples, era só perguntar onde é que estavam os filhos e as conversas apareciam com naturalidade sobre a dificuldade de cultivar os campos. As duas grandes realidades eram a emigração e a guerra. E as pessoas estavam revoltadas contra a guerra.”⁵³³

Quanto a episódios de repressão política sobre a liberdade de expressão, ação e organização que tivessem ocorrido localmente, na freguesia, durante o Estado Novo, não encontramos o seu registo. A natureza rural e periférica da comunidade, a presença da autoridade do regedor e do pároco, a ausência de outras instituições locais, que não a Junta de Freguesia e a Paróquia, explicam-no em parte. Porém, o contraste com a Primeira República e com os anos da ditadura militar que antecedeu

⁵³³ AAW, *25 de Abril: permanências, ruturas e recomposições*, coord. Centro de Estudos de História Religiosa, Lisboa, Conferência Episcopal Portuguesa, 2024, p. 35-36.

o Estado Novo é claro e não sabemos explicá-lo: nessas duas décadas, Mansores foi a única freguesia do concelho a ter um subposto da Guarda Nacional Republicana (GNR), com militares ali residentes e episódios de repressão sobre alguns fregueses; a luta entre fações políticas foi recorrente e registaram-se conflitos eleitorais e a invasão de uma assembleia de voto pela GNR⁵³⁴; o pároco, resistente à proposta de pensão do Estado, recebeu diversas ameaças, inclusive o lançamento de uma bomba à sua residência, etc.

Não há memórias de ter havido em Mansores expressões de resistência e luta contra a ditadura ou de oposição pública à guerra. Nem de casos concretos de informadores da PIDE/DGS (Polícia Internacional e de Defesa do Estado / Direção-Geral de Segurança). Note-se, ainda assim, que localizámos o registo de um mansorense que colaborou com a PIDE/DGS: Manuel Moreira Ferreira (n. 1927), que foi inspetor daquele organismo do regime, não na Metrópole, mas em Angola⁵³⁵.

2. Durante

2.1. O dia da revolução e os meses do período revolucionário

Em abril de 1974 Nelson da Conceição da Rocha (n. 1951) servia o exército português, integrado no Regimento de Artilharia de Costa, no Quartel de Oeiras. No dia 25 desse mês estava de licença em Mansores. Enquanto de madrugada uma coluna militar saída da Escola Prática de Cavalaria de Santarém se dirigia a Lisboa a fim de virar o regime, este militar de licença dirigia-se, acompanhado pelo irmão de 13 anos e pelos bois da família, para um dos campos que faziam de renda, a fim de virar a terra. Na manhã desse dia "... andavam o Nelson e o Abílio a lavrar no campo dos Preseirões e a Maria Júlia veio das Agradar dar a notícia de que houvera uma revolução, e disse ao Nelson, que na ocasião estava de licença da tropa: 'Vai depressa!', ao que

⁵³⁴ Cf. *Defesa de Arouca*, 03-04-1926, n.º 14, Arouca, p. 1-2.

⁵³⁵ *Relação dos agentes, pessoal administrativo e auxiliar da Ex-PIDE/DGS*, Lisboa, Ministério da Administração Interna, Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos, 1975, p. 50.

este respondeu: ‘Não vou. Estou de licença!’⁵³⁶ E não foi mesmo. Só se apresentou no quartel quando terminou a licença⁵³⁷. Eis o bucolismo de um jovem soldado de mãos nas *cabritas* do arado a lavrar a terra, a mais de 300 km de distância de Lisboa, no exato momento em que seus camaradas de armas tomavam a capital na revolução que não menos bucolicamente se designou de *revolução dos cravos* e que para muitos é “o dia mais importante da história de Portugal”⁵³⁸.

Aquele *dia inicial inteiro e limpo* (assim nomeado em verso de Sophia de Mello Breyner Andresen) e o seu rescaldo contaram, porém, com a participação ativa de jovens militares que se vieram a ligar a Mansores. Natalino Oliveira Ferreira da Silva⁵³⁹, que entrevistámos a 24 de abril de 2024, estava, 50 anos antes, ao serviço na Base Naval de Lisboa, vulgo Alfeite, onde cumpriu a maioria dos seus 51 meses de serviço militar. Conseguiu livrar da ida à guerra, graças à intervenção de um *padrinho*, e tirar a especialidade de motorista. Na manhã de 26 de abril de 1974, conduziu um autocarro com cerca de 40 marinheiros que integraram o destacamento da Armada que atravessou a Ponte Salazar (depois denominada Ponte 25 de Abril) em direção à Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, para ajudar à tomada da sede da PIDE/DGS. Quando chegou a Alcântara, só circulavam viaturas militares. Durante o resto da manhã e início da tarde fez várias viagens entre a Rua António Maria Cardoso e a prisão de Caxias transportando no autocarro dezenas de colaboradores da PIDE/DGS, algemados. Um deles, lembra, chorava e evocava ter dois filhos e temer o que lhe poderia acontecer. Uma imagem que guarda muito fresca na memória é a do contraste entre a tristeza dos que entregava algemados em Caxias e a alegria dos que dali saíam em êxtase; uns a ser libertados, outros a ser aprisionados.

⁵³⁶ ROCHA, *Nós, se fôssemos a contar*, p. 57.

⁵³⁷ Em entrevistas que lhe fizemos, contou-nos que, regressado ao quartel, nos primeiros tempos participou com os seus camaradas em várias ações de recolha de bens em edifícios que não recorda se eram da PIDE/DGS, mas, daquilo que experienciou e observou, o que bem recorda foram os meses que se seguiram aos acontecimentos de Abril, marcados por relaxamento da disciplina militar nos quartéis, furtos de armas, munições e géneros alimentares, etc.

⁵³⁸ Segundo uma sondagem publicada pelo jornal *Expresso* a 19 de abril de 2024, para 65% dos portugueses “25 Abril é o dia mais importante da história de Portugal”.

⁵³⁹ Nasceu na vizinha freguesia de Fajões, mas em 1977 casou em Mansores, onde reside desde então.

Regressemos a Mansores. A notícia do golpe militar chegou à freguesia através da rádio. Segundo testemunhos orais que recolhemos (não há registos textuais, sonoros ou gráficos coevos), o sentimento foi de apreensão e temor. “O povo ficou assustado...”, “Ai, Jesus...”, suspirava-se, segundo nos relataram. Nada que se assemelhasse aos festejos havidos nas grandes cidades. António Fernando Pereira Miranda (n. 1964) era uma criança de 10 anos em abril de 1974. Frequentava a quarta classe na escola da Serra da Vila, inaugurada no ano em que nascera. No dia 25 de Abril, segundo testemunhou,

“levava o leite ao posto e tive informação (...) que tinha havido uma revolução em Lisboa (...) essa revolução, de certa maneira, dizia a senhora, era uma guerra civil e tinha interferência direta na cidade do Porto. Eu (...) tinha familiares na altura na cidade do Porto (...) esses familiares estavam em perigo, que ia acontecer uma revolução no Porto e iam destruir a ponte D. Luís. O exército (...) tinha ordens precisas para bombardear a ponte D. Luís (...) isto criou grande celeuma dentro da família, preocupação (...) e depois na passagem por casa de um familiar que na altura tinha televisão, a primeira coisa que constatámos é que o televisor dizia ‘última hora’ e essa era uma mensagem muito forte (...)”⁵⁴⁰.

Nos tempos que se seguiram à revolução, o país, desde os grandes centros às pequenas aldeias, foi *invadido* por múltiplas iniciativas de sensibilização cívica e política: ações de esclarecimento do Movimento das Forças Armadas, comícios de partidos políticos, artigos de opinião na imprensa sobre política, liberdade e democracia, pinturas murais, etc. Não consta que em Mansores tenha havido ações públicas neste sentido, mas lembramo-nos dos apelos ao voto e de siglas e acrónimos

⁵⁴⁰ António Fernando Pereira Miranda, “Juventude de Abril”, 23 de abril de 2024 (entrevista realizada pela associação “4540 Jovem”, disponível em <https://www.facebook.com/4540jovem>).

de partidos políticos que permaneceram por anos pintados em paredes e portas da freguesia. A *libertação* foi sentida, sobretudo no que toca ao fim da Guerra.

Mas se do impacto imediato na freguesia não se fala, também ao nível do concelho parece que as *novas* já chegaram *velhas*. O único jornal em publicação no concelho e, portanto, o que mais penetração tinha nas casas da freguesia, o semanário *Defesa de Arouca* – fundado em 1926 e alinhado com o regime –, com publicação aos sábados, omitiu qualquer menção à revolução na sua edição de 27 de abril; naquela edição os artigos e as publicidades dominantes prendem-se com a agricultura, e na p. 4 há uma caixa com alusão ao “Concelho [*sic*] de Ministros” de 23 de abril presidido pelo Prof. Dr. Marcelo Caetano⁵⁴¹.

Só a 4 de maio o jornal noticia a revolução, sob um editorial “Viva Portugal!”⁵⁴², claramente defensivo e sem qualquer comprometimento ideológico com a nova ordem. Assume que “muitas vezes aplaudimos os servidores do regime deposto nas inúmeras medidas que adotou de inegável vantagem para o progresso do País e bem-estar da grei portuguesa, não esquecendo os benefícios dispensados ao próprio concelho.” Espera que a nova situação possa gerir “um surto de progresso ainda maior” e “que prossiga no mesmo ritmo, o processo de desenvolvimento e prosperidade da pequena pátria que é esta nossa terra – a nossa Arouca bem amada” (sublinhados nossos). Esta edição de 4 de maio publica ainda o programa de ação da Junta de Salvação Nacional.

⁵⁴¹ *Defesa de Arouca*, 27-04-1974, n.º 959, Arouca, p. 4.

⁵⁴² *Defesa de Arouca*, 04-05-1974, n.º 960, Arouca, p. 1.



Figura 3 1.ª página da Defesa de Arouca de 27-04-1974



Figura 4 1.ª página da Defesa de Arouca de 04-05-1974

2.2. O comportamento cívico, político e eleitoral

Após a revolução de Abril, os executivos autárquicos foram-se demitindo ou sendo demitidos, mas alguns demoraram vários meses a sê-lo. As atas das sessões da Junta de Freguesia de Mansores de 1974 nada dizem da revolução. A Junta continuou a reunir após abril, se bem que com menos frequência, mas sem fazer qualquer registo acerca da mudança de regime. E só a 5 de dezembro de 1974 tomou posse a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia, presidida por Sebastião da Conceição Martins. Houve somente uma pequena polémica na formação da Comissão Administrativa, porquanto a 4 de janeiro de 1975 a Defesa de Arouca publicou um texto intitulado “Progressismo a mais na Comissão Administrativa de Mansôres? Assim o afirma o senhor António Ferreira da Rocha” em que consta que o dito António Ferreira da Rocha teria sido inicialmente indigitado, mas depois afastado da Comissão Administrativa. Esta comissão cessou funções após as primeiras eleições livres para a Assembleia de Freguesia, realizadas a 12 de dezembro de 1976.

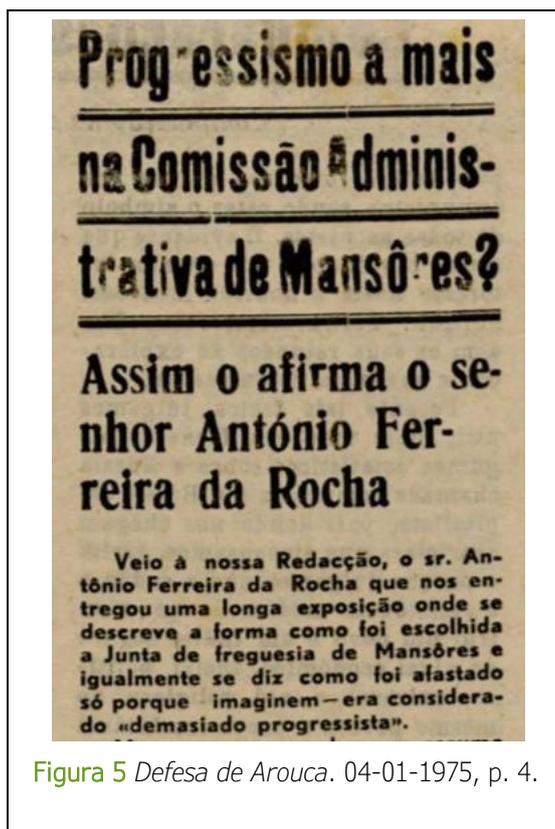


Figura 5 Defesa de Arouca. 04-01-1975, p. 4.

Essas foram as primeiras eleições democráticas e universais autárquicas. No caso da Assembleia (e Junta) de Freguesia, ganhou por maioria absoluta a Candidatura Democrática Independente de Mansores e saiu derrotado o PPD/PSD, não havendo sequer candidaturas de esquerda. No caso das eleições para a Câmara Municipal, os votos dos eleitores da freguesia no PPD/PSD e no CDS, somados, ficaram muito perto dos 90%.

Concorrentes	Votos	%	Mandatos
GR.I	295	53,15	4
PPD/PSD	227	40,90	3
Em branco	16	2,88	
Nulos	17	3,06	
Votantes	555	73,61	
Abstenções	199	26,39	
Inscritos	754		
Total de mandatos			7

Quadro 1 Eleições de 12 de dezembro de 1976 para a Assembleia de Freguesia

Concorrentes	Votos	%
PPD/PSD	334	60,18
CDS	154	27,75
PS	33	5,95
FEPU	12	2,16
Em branco	14	2,52
Nulos	8	1,44
Votantes	555	73,61
Abstenções	199	26,39
Inscritos	754	

Quadro 2 Eleições de 12 de dezembro de 1976 para a Câmara Municipal

Em abril de 1975 e em abril de 1976, as eleições para a Assembleia (Constituinte e da República) tiveram os resultados que se podem ver nos quadros 3 e 4.

Concorrentes	Votos	%
PPD	426	62,83
CDS	156	23,01
PS	46	6,78
PCP	9	1,33
MDP/CDE	6	0,88
MES	5	0,74
FEC(M-L)	2	0,29
PUP	2	0,29
Em branco	26	3,83
Nulos	0	0,00
Votantes	678	96,31
Abstenções	26	3,69
Inscritos	704	

Quadro 3 Eleições de 25 de abril de 1975 para a Assembleia Constituinte

Não havendo na freguesia publicações periódicas, coletividades ou movimentos sociais ou profissionais, não subsistiram, além dos referidos resultados eleitorais, registos escritos que permitam medir o comportamento cívico e político da comunidade local. A fonte textual mais próxima da qual se pode tentar inferir o ambiente local vivido nos meses que se seguiram à revolução é a imprensa local, mas sendo de âmbito concelhio, não representa uma freguesia apenas. Por exemplo, o já referido jornal *Defesa de Arouca*, a 11 de maio de 1974 noticia a substituição do diretor, a 18 de maio noticia a realização de um comício em Arouca, a 22 de junho noticia a demissão do presidente da Câmara Municipal, a 13 de julho refere-se a um comício havido na freguesia de Canelas (a 30 km de distância de Mansores), mas nestes e nos meses seguintes nada notícia sobre ações ocorridas na freguesia de Mansores e relacionadas com a mudança de regime.

3. Depois

3.1. Impactos sociais e económicos

Num louvável exercício de registo de memória social sobre a construção do movimento camponês nas regiões do Centro e Norte nos meses e anos que se seguiram a 25 de Abril de 1974, Vasco Paiva menciona por diversas vezes ocorrências e envolvimento das comunidades do território de Arouca no contexto do movimentos e organizações de agricultores dos anos 1974 a 1975. “Em 1 de junho [de 1974] realizou-se um comício popular em Arouca, com a presença de 1.000 pessoas, dirigido pelo Padre João Rodrigues (...) em que exigiram a devolução dos baldios”⁵⁴³. Porém, a questão dos baldios afetava particularmente as comunidades de freguesias de outra zona do concelho; em Mansores a partilha dos baldios fizera-se genericamente entre 1876 e 1917⁵⁴⁴. Mesmo que ainda em 2011, segundo registo da Câmara Municipal de Arouca⁵⁴⁵, existisse em Mansores uma área baldia residual, de cerca de 10ha, esta pertencia à Junta de Freguesia. Nos anos quentes da democratização do país, a questão dos baldios colocou-se, pois, bem perto, mas, ainda assim, fora do perímetro da freguesia.

Também a questão da extinção dos foros não se colocou em Mansores no pós-25 de Abril, pese embora tenha levado à criação, em julho de 1975, de um designado “Movimento de Extinção dos Foros” com significativas ações no Centro e Norte⁵⁴⁶. Na freguesia não se pagavam foros significativos em 1974. Porém, até 1973 os orçamentos e as contas da Junta tinham entre as suas poucas rubricas de receita uma rubrica relativa aos foros dos montes⁵⁴⁷. Ainda recuperámos a história contributiva do foro do “campo da Cortinha”, no lugar do Vale, Mansores, paradigmático do grau de minúcia da economia de minifúndio da região. Em tempo

⁵⁴³ Vasco PAIVA, *O desbravar dos caminhos*, Coimbra, Lápis de Memórias, 2023, p. 23.

⁵⁴⁴ Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores, *Processos de partilha dos baldios*; ANTT, *Livros de desamortização e foros*, liv. 5, fl. 175-179v.

⁵⁴⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE AROUCA, *Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal, 2011.

⁵⁴⁶ PAIVA, *O desbravar dos caminhos*, p. 32-38.

⁵⁴⁷ Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores, *Livros de atas da Junta de Freguesia e Registo de contas de receita e despesa*.

da Monarquia este campo pagava um foro à Confraria do Santíssimo Sacramento de Mansores; com o advento da Primeira República e com a Lei da Separação, o campo foi expropriado e passou para a propriedade do Estado, a quem o enfiteuta (rendeiro) tinha de pagar o foro. Mais tarde, a propriedade foi comprada; contudo, o proprietário, apesar de ter o domínio útil da propriedade, teve de manter o pagamento anual do foro ao Estado. Em 1972, o proprietário requereu, através da repartição de Finanças de Arouca, a remissão do foro e do laudémio a que estava obrigado. Tendo-lhe sido autorizada, celebrou com o Estado um auto de remissão no dia 30 de janeiro de 1974, portanto, às portas da mudança de regime ocorrida em 1974⁵⁴⁸ e dois anos antes do Decreto-Lei n.º 195-A/76, de 16 de março, que determinou a abolição dos foros sobre prédios rústicos.

Importante e impactante foi o surgimento da previdência rural. Em Mansores, nos anos 70, a Agricultura continuava a ser a principal atividade económica. Mas, recordemos que à entrada para 1974 “os agricultores, por lei, não tinham direito a abono de família (...) as reformas eram baixas, verificava-se uma discriminação entre homens e mulheres e as viúvas nem sequer tinham pensão”⁵⁴⁹. A *Defesa de Arouca* anunciou na edição de 1 de junho de 1974 várias medidas sociais em preparação pelo Governo, entre as quais o aumento significativo das pensões mínimas de reforma e invalidez e o projeto de substituição dos sistemas de previdência e assistência, porque “O novo regime é o regime do povo. E o povo das nossas aldeias, o povo que desconhece, infelizmente, todos os meandros da política, irá pouco a pouco aperceber-se da injustiça que durante tantos anos lhe norteou a vida”⁵⁵⁰. Em resposta a esta injustiça, nasceu em Coimbra, em 1975, o Movimento de Agricultores para uma melhor Previdência Rural, e a sua ação também se estendeu ao distrito de Aveiro, sendo que a Casa do Povo de Arouca foi uma das 12 que deram contributos para o caderno reivindicativo que aquele movimento aprovou no 1.º Encontro sobre

⁵⁴⁸ O processo conducente à remissão do foro conserva-se no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. ACMF/Arquivo/DGFP1/AVE/ARO/FOROS/027.

⁵⁴⁹ PAIVA, *O desbravar dos caminhos*, p. 70.

⁵⁵⁰ *Defesa de Arouca*, 01-06-1974, n.º 964, Arouca, p. 3.

Previdência Rural, realizado em fevereiro de 1977⁵⁵¹. Da ação deste Movimento, mesmo que não a tenhamos documentado, presumimos que beneficiaram diretamente os muitos agricultores de Mansores, para os quais até então a previdência social era limitadamente prestada por via da Casa do Povo de Arouca.

Voltemos ao testemunho de António Fernando Pereira Miranda. Na primavera de 1974 estava na chamada 4.^a classe, e era dos mais novos da turma; antes da revolução, a professora previa levar a exame da 4.^a classe apenas uma seleção de alunos que entendia mais bem preparados, porque a taxa de aprovação tinha consequências diretas no seu salário, pelo que António, segundo testemunha o próprio, fazia parte do grupo que não iria a exame e estaria destinado a reprovar. A revolução valeu-lhe, pois permitiu que todos os alunos fossem a exame. Foi e passou. Sendo de condição social pobre (o pai morrera e a mãe tinha poucos recursos para sustentar uma prole numerosa), foi-lhe oferecida a possibilidade de frequentar um colégio Salesiano que à época funcionava em Arouca; aproveitou a oportunidade, estudou com apoios públicos e tornou-se professor. É dos pouquíssimos conterrâneos da sua geração que frequentaram o ensino superior e, portanto, um exemplo concreto de ascensão social por via da educação.

3.2. Os retornados e o projeto da Cooperativa de Desenvolvimento de Arouca (CODA)

O ano de 1975 ficou particularmente marcado, também em Arouca, pela chegada dos *retornados*. A Câmara Municipal acolheu gabinete destinado ao apoio à criação de emprego e pequenos negócios por parte destes cidadãos chegados das Províncias Ultramarinas.

⁵⁵¹ PAIVA, *O desbravar dos caminhos*, p. 75.

Em meados de 1976 foi criada na vila de Arouca, por iniciativa de alguns desses *retornados*, uma cooperativa chamada Cooperativa de Desenvolvimento Agrícola de Arouca, a qual ficou conhecida pelo seu acrónimo, CODA.

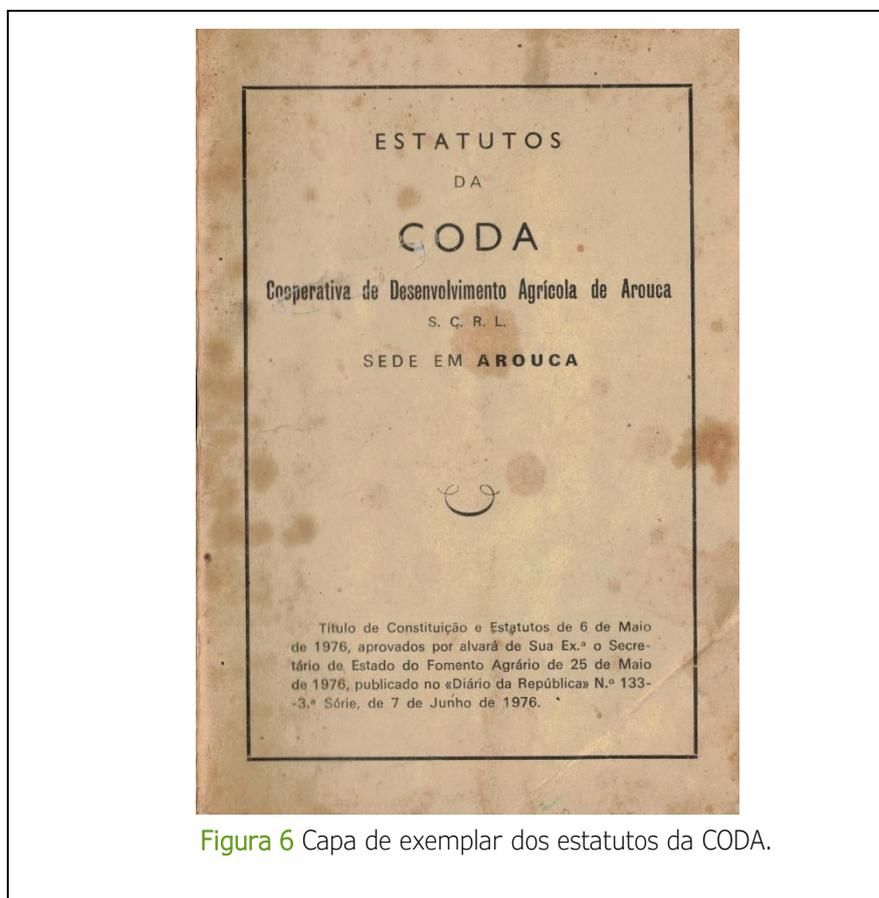


Figura 6 Capa de exemplar dos estatutos da CODA.

A CODA, embora sempre tivesse por objetivo representar todo o concelho de Arouca, esteve particularmente ligada à freguesia de Mansores por várias razões. Sublinha-se que fez em Mansores o seu maior investimento, comprando um terreno e projetando nele um grande complexo de transformação de madeiras; e o seu principal mentor e primeiro presidente da direção foi António Teixeira Pereira da Conceição, natural de Mansores e também ele um *retornado*.

A cooperativa pretendeu envolver-se nas atividades económicas de maior expressão do concelho: a agropecuária e a silvicultura, assessorando os agricultores, promovendo o escoamento dos seus produtos e integrando também a valência típica

das cooperativas de consumo. Teve planeadas as seguintes secções: compra e venda, serviços de procuradoria, máquinas agrícolas, construção civil, coelhos, frutas, vinhos, madeiras e farinhas e rações; serviços de carpintaria, serralharia, transportes e compra e venda de mercearias; armazéns distribuídos pelas freguesias para compras e vendas, uma fábrica de latas e de transformação de frutos, outra de farinhas e rações, uma adega de vinhos e uma indústria de transformação de madeiras.

A CODA teve muitos projetos e concretizou alguns deles. Mas contraiu empréstimos que não conseguiu pagar, acumulou dívidas fiscais e três anos depois de criada já não tinha atividade e estava a decidir em assembleia se devia transferir para outra instituição o terreno e o projeto de transformação de madeiras adquirido em Mansores.

Era um projeto totalizante, de certo modo, um projeto gizado por empresários habituados a projetos de sucesso nas terras largas e prósperas do Ultramar, mas incapazes de desarmar as desconfianças e o fechamento das comunidades de Arouca daqueles tempos, secularmente habituadas a gerir familiar e integralmente os seus próprios processos de sobrevivência económica. Teve resistências de pessoas e instituições já vocacionadas para o apoio à agricultura local e não foi capaz de se adaptar às difíceis circunstâncias com que se deparou.

António Teixeira Pereira da Conceição envolveu-se em polémicas na imprensa, nomeadamente polemizando com um articulista de pseudónimo *Zé da Vila*, na sequência da publicação regular na *Defesa de Arouca*, entre junho e setembro de 1976, de um boletim chamado *Notícias da CODA*. Da leitura do boletim e da polémica na imprensa compreende-se a relação da CODA com o drama dos *retornados*. Tomemos este texto de sua autoria:

“Como a ideia inicial [da CODA] foi dos retornados, e como os RETORNADOS são alvo fácil para todas as calúnias e maledicências mercê duma mentalização feita nesta gente ignorante por sabidos políticos aliados do Diabo desde há muito tempo; vai daí, é com base na ‘classe dos retornados’ que pretendem à viva força criar (neste País sem classes) que são assestados os ataques contra a CODA. Imaginávamos que, nesta altura, já seria possível falar-se apenas na CODA e esquecer-se esta maldita palavra RETORNADOS que ainda há de ser dor de consciência para muito boa gente. Pois atualmente os associados da CODA que não são retornados devem ser cerca de 80% do total; e cerca de 30% dos trabalhadores da CODA não são nem nunca foram colonialistas, retornados, exploradores de pretos ou brancos, nem sequer emigrantes. Antigamente os tais retornados ou colonialistas, quando cá vinham passar as suas férias, em bons carros e com dinheiro, viam os seus sapatos lambidos pelas mesmas pessoas que hoje quase vomitam ou morrem de síncope só em olhar para eles, porque eles foram miseravelmente traídos e roubados e estão pobres; essas pessoas dedicam-se agora inteirinhas a adular e lambar as botas aos nossos irmãos emigrantes chegados do Brasil, da França, da Alemanha ou de outro lado qualquer. Dizem que ‘estes’, sim, estes são diferentes. Basta apreciar a maneira diferente como uns e outros são tratados em qualquer lado, duma maneira especial naquilo a que na nossa terra chamam pensões. Que estes nossos irmãos tenham os olhos bem abertos, que se deixem de generosidades com tal gente ou escumalha, pois serão traídos, abandonados e mesmo condenados se infelizmente amanhã lhes caírem em cima desgraças, como a nós sucedeu. E, em muitos casos, será a própria família, que agora os mete no coração, que os virá a pôr fora da porta, a meter em palheiros ou currais e, por cima, a inventar as maiores calúnias contra eles a fim de sossegarem as suas próprias consciências.”⁵⁵²

⁵⁵² *Defesa de Arouca*, 09-07-1976, n.º 1072, Arouca, p. 2.

Mesmo criada dois anos após a revolução de Abril, a CODA chegou tarde. Já em 1944 fora criada, na sede do concelho, a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Lacticínios de Arouca, a terceira da região e uma das fundadoras da LACTICOOP⁵⁵³, e o Grémio da Lavoura continuava ativo. A cooperativa arouquense trouxera, entre fins dos anos 60 e inícios dos anos 70, grande dinamismo ao setor leiteiro da freguesia, agindo como intermediária da LACTICOOP, tirando o protagonismo que fora da Lacto-Lusa, de Vale de Cambra, e construindo postos de recolha de leite, um em cada um dos seguintes lugares: Avitureira, Agradas, Estrada, Ribeira e Vila, além de promover a criação de duas ordenhas mecânicas coletivas, uma na Bouça e outra na Mata. E, voltando a 1944, quase por premonição, também nesse ano foi criada, com sede em Mansores, uma outra cooperativa, denominada Cooperativa Agrícola dos Agricultores Exploradores de Árvores Florestais do Concelho de Arouca (CAAEAFCA), da qual nem sequer há memória de que tenha chegado a ter atividade, e a sua existência esfumou-se no tempo⁵⁵⁴. Por tudo isto, não só, mas também, a CODA não singrou.

Em entrevista que realizámos a 14 de maio de 2024 a José Artur de Almeida Gomes, outro *retornado*, que integrou desde a primeira hora os corpos sociais da CODA e foi funcionário daquela cooperativa, ficámos a saber que a CODA teve um arranque fulgurante e promissor: abriu 5 lojas no concelho, onde vendeu rações, adubos e outros bens; comprou frutas, hortícolas e outros produtos aos pequenos agricultores e revendeu-os em mercados do Porto; adquiriu uma linha de engarrafamento mecanizado de vinho e comercializou vinho da região, e edificou algumas moradias. Segundo nos testemunhou o entrevistado, em certo momento a CODA foi informada de que teria de alterar a sua natureza jurídica, convertendo-se em Sociedade para continuar a ser elegível para os empréstimos bancários de que necessitava; porém, António Teixeira Pereira da Conceição persistiu na figura da Cooperativa e isso implicou o fim do financiamento à mesma.

⁵⁵³ PAIVA, *O desbravar dos caminhos*, p. 184-85.

⁵⁵⁴ COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS AGRICULTORES EXPLORADORES DE ÁRVORES FLORESTAIS DE AROUCA, *Estatutos*, S.l., [1944]. Os estatutos foram aprovados por alvará do Ministro da Economia, de 21 de julho de 1944, publicado no *Diário do Governo* n.º 174, 2.ª série, de 28 de julho do mesmo ano, nos termos do Decreto n.º 4.022 de 29 de março de 1918.

3.3. As casas económicas

A 25 de abril, não de 1974, mas de 1918, o Governo publicou o decreto n.º 4137, estabelecendo várias providências atinentes a promover a construção de casas económicas a fim de alojar as “classes menos abastadas”. A vaga de *retornados* trouxe também a Mansores, na segunda metade dos anos 70, o então chamado *problema da habitação*, que foi à época um dos temas mais presentes na sociedade e na política nacional. O Governo, aliás, criou um programa específico para a resolução deste problema. Foi no quadro deste programa que esteve prevista em 1977 a construção, no sítio do *viso* das Agrads, de uma pequena urbanização de sete casas pré-fabricadas, também chamadas casas económicas⁵⁵⁵. O processo arrastou-se e em inícios de 1985 foi tornado público que vários moradores se opunham à sua implementação⁵⁵⁶. Simultaneamente, chegou a estar pensada a construção de blocos residenciais para cerca de 60 moradias em local próximo do complexo madeireiro da CODA. Mas, também este projeto não saiu do papel.



Figura 7 Excerto da planta topográfica do local onde iriam ser instaladas as casas pré-fabricadas. Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores.

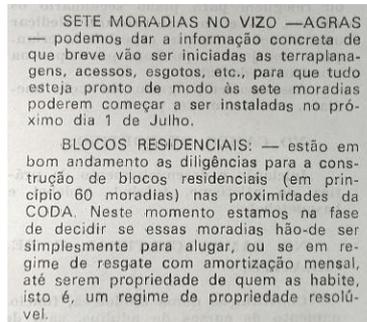


Figura 8 Excerto de notícia do *Jornal de Arouca*, n.º 10, 16-06-1977, p. 3.

⁵⁵⁵ *Jornal de Arouca*, n.º 10, 16-06-1977, p. 3.

⁵⁵⁶ O Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores conserva um processo com um ofício da Direção Geral dos Serviços de Urbanização, a planta topográfica do local onde iriam ser instaladas as casas pré-fabricadas e o abaixo-assinado que deu entrada na Câmara Municipal de Arouca a 5 de julho de 1978 e no qual um conjunto de habitantes do lugar onde estavam projetadas as casas pré-fabricadas protestavam e se expressavam lesados pelo projeto, advogando que: a urbanização iria inutilizar um caminho e “iríamos ser prejudicados por pessoas de fora do lugar e possivelmente de fora da freguesia, quando um morador do lugar das Agrads pediu para construir uma casa neste sítio e lhe foi negada a venda do terreno para a mesma.”

Conclusão

Mansores era à entrada de 1974 uma comunidade rural, mal servida de comunicações e distante de grandes centros, sem indústria, habituada a sobreviver à custa da pequena agricultura familiar de minifúndio e de outros ofícios de autossustentação; o drama da Guerra e fuga para o estrangeiro haviam marcado durante décadas muitas das famílias.

À semelhança do resto do país, aquela comunidade beneficiou da viragem política ocorrida com a revolução primaveril desse ano. A notícia do golpe militar de 25 de Abril foi recebida na freguesia com apreensão; e, tanto quanto as fontes nos permitiram aferir, foi com cautela e sem fervor que a população reagiu. A confirmá-lo, está a expressão eleitoral residual que os partidos de esquerda alcançaram na freguesia nos atos eleitorais em 1975 e 1976, com destaque para as eleições para a Assembleia Constituinte (1975) e para a Assembleia da República (1976).

Apresentámos alguns exemplos das mudanças trazidas pelo novo regime político, particularmente a nível económico e social, entre os quais o surgimento da previdência rural e o apoio à formação escolar de alunos carenciados; evidenciámos dois projetos (a CODA e as casas económicas) que, mesmo gorados, foram expressão local de problemas nacionais. Enfim, os dados estavam lançados: a Democracia, o empreendedorismo dos cidadãos e os incentivos financeiros do Estado e da União Europeia viriam a concorrer para que o pós-25 de Abril fosse um período de desenvolvimento económico e de mudanças sociais naquela freguesia.

Fontes e bibliografia

Fontes

CÂMARA MUNICIPAL DE AROUCA, *Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal, 2011.

COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS AGRICULTORES EXPLORADORES DE ÁRVORES FLORESTAIS DE AROUCA, *Estatutos*, S.l., [1944].

MONIZ, Egas, *A nossa casa*, Lisboa, Paulino Ferreira, imp. 1950.

Relação dos agentes, pessoal administrativo e auxiliar da Ex-PIDE/DGS, Lisboa, Ministério da Administração Interna, Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos, 1975

Fontes de arquivo

Arquivo Histórico Militar

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores

Imprensa

Defesa de Arouca

Expresso

Jornal de Arouca

Entrevistas

Agostinho Gomes da Rocha e Guilhermina Rosa da Conceição, 26 de agosto de 2008

António Fernando Pereira Miranda, “Juventude de Abril”, 23 de abril de 2024 (entrevista realizada pela associação “4540 Jovem”, disponível em <https://www.facebook.com/4540jovem>)

Domingos da Conceição Moreira, 23 de maio de 2024

José Artur de Almeida Gomes, 14 de maio de 2024

Natalino Oliveira Ferreira da Silva, 24 de abril de 2024

Nelson da Conceição da Rocha, várias datas

Bibliografia

AAW, *25 de Abril: permanências, ruturas e recomposições*, coord. Centro de Estudos de História Religiosa, Lisboa, Conferência Episcopal Portuguesa, 2024.

BARRETO, António, *Anatomia de uma revolução: a reforma agrária em Portugal, 1974-1976*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1987.

PAIVA, Vasco, *O desbravar dos caminhos*, Coimbra, Lápis de Memórias, 2023.

ROCHA, José António, *Nós, se fôssemos a contar o que se passou... Memórias do casal Agostinho Gomes da Rocha e Guilhermina Rosa da Conceição*, Mansores, [ed. Autor], 2017.

ROCHA, José António, *O livro de Mansores*, Mansores, Bucólica, Associação Cultural, 2024.

ROSAS, Fernando, "O Estado Novo (1926-1974)", in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 7, S.l., Círculo de Leitores, 1994.

SAMARA, Maria Alice; HENRIQUES, Raquel Pereira, "Breves retratos de Portugal no tempo de Salazar", in *Circular Informação, Associação de Professores de História*, Setembro 2014.

VARELA, Raquel, *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand, 2014.

Património, território e memória em rede

Rota Estrada D. Maria I / D. Maria Pia

Lúcia Serralheiro (UAb – CEMRI; Fórum Terra Mágica das Lendas, CRL)

Resumo

O itinerário da RED (Rota Estrada D. Maria I / D. Maria Pia) estende-se de Rio Maior à Batalha. Tem como objetivo estudar as suas comunidades e o seu Património Natural e Cultural, iniciando-se, de sul para norte, pelas freguesias de Asseiceira, Rio Maior, Benedita, Turquel, Évora de Alcobaça, Aljubarrota e Batalha.

Esta Rota é uma iniciativa da TML fundada em 2006. A RED, a decorrer num período de 5 anos (2023-2027) pretende contribuir para a História Local das comunidades envolvidas. Iniciou-se registando memórias individuais e coletivas e organizando eventos com as associações locais e/ou juntas de freguesia, interessadas no estudo das suas Memórias, Identidades, História Local e Educação Patrimonial.

A metodologia da História Oral dá-nos pelas vozes dos seus habitantes testemunhos que cruzados ou não, com registos escritos de cada localidade, abrem novos critérios na construção da História Local ao longo da RED.

Palavras-Chave: História Oral, Comunidades, Identidades, Património Cultural e História Local.

Summary

The itinerary RED (Rota Estrada D. Maria I/D. Maria Pia) extends from Rio Maior to Batalha. It aims to study their communities and their natural and cultural heritage, starting from south to north in the parishes of Asseiceira, Rio Maior, Benedita, Turquel, Évora de Alcobaça, Aljubarrota and Batalha. This Route is a initiative of TML (Terra Mágica das Lendas, a Cultural Cooperative) founded in 2006. RED, taking place for a period of 5 years, (2023-2027,) aims to contribute to the Local History of the communities involved. It began by recording individual and collective memories and

organizing events with local associations and/or parish councils, interested in the study of their Memories, Local History, Identities and Heritage Education.

The methodology of Oral History gives us, through the voices of its inhabitants, testimonies that, whether crossed or not, with written documents of each locality, open up new criteria in the construction of Local History throughout the RED.

Keywords: Oral History, Communities, Identities, Cultural Heritage and Local History

RED (Rota Estrada D. Maria I / D. Maria Pia) - Nota Prévia

A rainha D. Maria I (1734-1816) ordenou a construção da Estrada Real de Lisboa ao Porto em 1791, que ficou conhecida pelo seu nome, Estrada D. Maria I, exceto no concelho de Alcobaça nas freguesias de Benedita, Turquel, Moleanos de Évora e Moleanos de Aljubarrota, onde tem o nome de Estrada D. Maria Pia. Por isso, o título da Rota assume esses dois nomes. Contudo, neste contexto, o título D. Maria Pia, não se refere à rainha consorte, D. Maria Pia (1847-1911), que foi casada com o rei D. Luís I (1838-1889).

A velha Estrada Real nesta RED em estudo está em parte soterrada pelo IC2 (Itinerário Complementar 2), mas o seu itinerário foca-se apenas nos traçados originais existentes, paralelos ao IC2 ou à sua esquerda, ou à sua direita, habitados e ainda utilizados. Quem lá mora? Como vive? Que relação há com a paisagem e com a vizinhança de um e do outro lado da serra e entre si mesmos? Quem veio, ou quem ainda vem, de fora para lá viver? Quem de lá saiu e por que motivos? O que lhes vai dentro da alma, o que ainda defendem e o que os identifica nessas periferias de outrora e de hoje? são as questões que orientam as entrevistas, no âmbito da metodologia da História Oral utilizada. A RED integra, ao longo de cerca de 50 km seis comunidades e tem como principal fonte escrita o livro de Ricardo Charters d’Azevedo onde se descreve o Mapa de 1791 e se mostra a importância desse documento, pois não só apresenta a orografia «como indica povoações, com a

distribuição das suas casas de uma forma muito correta como podemos confirmar ao examinar a parte do mapa onde está Leiria [...]».⁵⁵⁷

Esta comunicação aborda, grosso modo, as atividades realizadas em cada um dos dois primeiros anos, deste projeto RED, elaborado para cinco anos (2023-2027).

As ações realizadas em 2023 incidiram no estudo e divulgação do mapa de 1791 e no Alvará da Rainha. Neste, foi dada especial atenção ao item XVIII sobre a plantação de árvores à beira da Estrada. Em simultâneo realizaram-se entrevistas individuais e coletivas recolhendo memórias sobre o património material e imaterial para um melhor conhecimento das comunidades. Foi ainda estruturada uma atividade no âmbito das JEP (Jornadas Europeias do Património), cujo lema foi Património Vivo, que se descreve mais adiante.

As atividades desenvolvidas em 2024 relatam a organização de visitas de estudo, imaginando, como teriam sido outrora, as viagens dos viandantes e das pessoas mais vizinhas. Realizaram-se algumas viagens a Rio Maior, Lisboa e Batalha num contexto alargado à importância nacional e internacional desta Estrada, na qual teriam passado ao longo do final do séc. XVIII e durante o séc. XIX, vindos da Europa e que fizeram o caminho para o Mosteiro da Batalha e ainda os invasores dos exércitos de Napoleão vindos de Espanha e de França.

RED - ÁRVORES E TOTENS (2023)

O delineamento da Estrada da RED fez-se pelo sopé da Serra dos Candeeiros. No referido mapa de 1791 constam nomes de árvores, povoações, rios, ribeiros, lagoas, vales, cabeços, quintas, nomes de seus proprietários, igrejas, mesmo o distante Mosteiro de Alcobaça e o da Batalha. Vê-se também a localização geográfica das duas maiores quintas situadas a leste da RED, a de Vale de Ventos em Turquel, concelho de Alcobaça e mais a sul a Quinta do Retiro, hoje Quinta da Serra, à época

⁵⁵⁷ Ricardo Charters d'AZEVEDO, *A Estrada de Rio Maior a Leiria em 1791*, Leiria, Textiverso, 2011, p.81-82

da comarca de Santarém e que a Estrada dividiu longitudinalmente. A partir de 1834, essa quinta integrou o concelho de Alcobaça e em abril de 2022 o Município mandou demolir todo o edificado histórico, datado de 1730, para dar lugar à Zona Industrial da Benedita. Em vão a TML organizou um Movimento de defesa desse Património⁵⁵⁸.

O estudo do Alvará da Rainha, em conjunto com as várias associações locais envolvidas, teve como objetivo retirar dele o que melhor se encaixava com as entrevistas em cada trajeto, ou seja, em sintonia com os testemunhos orais como refere Paul Thompson: «reconhecendo grupos importantes de pessoas, que haviam estado ignoradas dá-se início a um processo cumulativo de transformações. Amplia-se e enriquece-se o próprio campo de ação da produção histórica e ao mesmo tempo sua mensagem social se modifica. Para ser claro, a história se torna mais democrática».⁵⁵⁹ Assim, no Alto da Serra houve conhecimento da recuperada e transformada Casa da Muda, que não só recebia e despachava a Mala Posta, mas que, já antes, possuía um serviço de apoio aos viajantes e seus animais, enviando mulas e cavalos a Senta, para ajudar os carros a subirem a Estrada, onde se veem os muros originais, que a protegiam: «*Ordeno, que a dita Estrada geral seja construída na largura de quarenta palmos livres, além do Terreno que devem ocupar os Muros, ou Socalcos, e os Fossos dos lados necessários para a sua segurança, e duração*».⁵⁶⁰ Ao longo da RED de Rio Maior à Batalha, observa-se que muitos desses muros serviram de alicerces para a edificação das casas à beira da Estrada. Também a importância das árvores é registada no ponto XVIII do Alvará: «*Terá o Superintendente cuidado em fazer bordar as Estradas com as Arvores próprias do Terreno, plantando-as na distância que lhe parecer, assim a respeito da Estrada, como de humas a outras, igualmente terá cuidado em notar os Sítios, em que seja necessário ou commodo, construir Casas, em benefício dos Viandantes.*»

⁵⁵⁸ TML, S.O.S. Património BENEDITA, Quinta da Serra, Breves Apontamentos, Benedita, Relgráfica Artes Gráficas, Lda, 2022.

⁵⁵⁹ Paul THOMPSON, *A voz do passado, História Oral*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, p. 28.

⁵⁶⁰ Ricardo Charters d'AZEVEDO, *A Estrada de Rio Maior a Leiria em 1791*, Leiria 2011, Textiverso, p. 138-139.

Plantar uma ‘árvore do terreno’ em simultâneo, no mesmo dia e à mesma hora, foi a ideia aceite e realizada em todas as freguesias à borda da RED, na manhã do dia 25.03.2023. À tarde juntou-se um número considerável desses participantes na Junta de Freguesia da Batalha, onde realizou-se uma conferência com Ricardo Charters d’Azevedo, autor do livro ‘chave’ nesta RED. Assim, este projeto cruza testemunhos orais, canções, provérbios, ditos, fotos, livros de história nacional, regional ou local, programas radiofónicos, crónicas em jornais regionais e locais, informações toponímias, pedras de era, cruces e alminhas, datas gravadas ao longo da Estrada, que os mais antigos não quiseram esquecer, passando essas memórias para um tempo futuro. «É bom que a nossa juventude queira refletir um pouco acerca daquilo que os seus avós passaram para que hoje tenham uma vida esmerada e farta».⁵⁶¹

Em 2023 a Rádio Benedita FM transmitiu em setembro, nas datas das JEP duas entrevistas, uma com a Associação Desportiva e Cultural Frei João de Benedita, representada pelo seu presidente Telmo Ferreira e sua avó Hermínia Ferreira e outra com a Associação Cultural e Recreativa da Maré, representada pelo seu presidente António Carvalho e pelo sócio n.º 1, José Costa. Na Rádio Cister de Alcobça, Piedade Neto no seu programa ‘Publicamente’, entrevistou o Presidente de Junta de Freguesia de Aljubarrota, Rosalina Martins de Chiqueda, Alice Carvalho de Évora de Alcobça e Lúcia Serralheiro da TML, o grupo dinamizador da RED⁵⁶². Também num desses dias das JEP (dia 23), recaiu a data escolhida para inauguração dos Totens/ código QR com fotos e extratos de entrevistas, junto de todas as árvores plantadas e/ou de antigas oliveiras, que foram adotadas em homenagem a pessoas notáveis desses lugares. Foi uma tentativa de envolver os jovens, para que partilhassem com os mais velhos como se podia utilizar o código QR com o telemóvel, pois eles «[...] estão presentes, hoje, com uma carga de futuro, que muitas vezes não sabem ainda verbalizar e que apenas

⁵⁶¹ Maria Felizardo CASIMIRO, *Benedita quem me dera*, Porto de Mós, Santos e Costa Lda, ed. Autor, 1980, p. 37

⁵⁶² “Jornadas Europeias do Património”, in Programa “Publicamente”, 16.09.2023, acedido em https://open.spotify.com/episode/14XhVP17EGcl3a6VoaQeO3?si=wOZ56FseSCaZwulqN5b_0g, 15.02.2025, às 12.00h

se pode intuir através da diferença em relação àquilo que somos, àquilo que a minha geração é, que não posso deixar de ver neles essa irrupção espantosa do futuro».⁵⁶³

Na verdade, em todas as terras há pessoas que se interessam por estudar e divulgar as suas histórias e memórias, porque as ouviram de seus avós, bisavós e gostam de as recontar às gerações mais novas, para que não se perca ‘o pote de ouro’ ao fim do Arco Íris, como reza uma das lendas da região.

RED - VIAGENS E ‘LISTENING PARTIES’ (2024)

A Memória leva-nos às origens e à necessidade de entender o valor da sua autenticidade. Ora, aconteceu que alguns moradores na RED lamentaram desconhecer quem tinha sido D. Maria, a mulher que dava o nome à Estrada, pois que nunca ninguém lhes tinha dito sequer, que era o nome de uma rainha de Portugal. Foi então decidido introduzir neste projeto a biografia da rainha e um pouco da sua época. Preparou-se uma visita a Lisboa, (07.04.23) ao Palácio de Queluz, onde a rainha viveu antes de partir para o Brasil, e à Basílica da Estrela, mandada construir pela Rainha D Maria I. Outras viagens tiveram como destino o Mosteiro da Batalha, monumento estilo gótico muito apreciado sobretudo nos países europeus que faziam o Grand Tour em fins do séc. XVIII e XIX. Todas as visitas ao Mosteiro da Batalha foram integradas no tema: Rotas, Redes e Conexões das JEP. Uma dessas viagens teve início na Asseiceira e teve paragens em todos os totens da RED. Leram-se os dizeres, tiraram-se fotos dos totens ao longo da RED. Fizeram-se novos amigos e conheceram-se os parceiros da RED, que se iam juntando ao grupo inicial comentando os pontos de interesse, já identificados na história desta Estrada. Por exemplo, a antiga azenha e o recinto da Aparição de N.^a Sr.^a na Asseiceira: «Por isso, ante-ontem, compareceram já na Asseiceira muitos milhares de pessoas – calcula-se que mais de vinte mil- a fim de verificarem a terceira aparição anunciada pelo [vidente]

⁵⁶³ Maria de Lourdes PINTASILGO, *Sulcos do nosso querer comum*, Porto, Afrontamento, 1980, p. 81

Carlos Alberto.»⁵⁶⁴, a Casa da Muda, atualmente a Associação do Alto da Serra, envolvida na RED, a taberna da Ti Maria Galinha, a Associação Frei João, na Benedita, a capela de N.^a Sr.^a da Nazaré na Serra, agora à responsabilidade da Associação da Maré que organiza, à beira da Estrada D. Maria Pia, a sua festa anual no Covão do Milho em Turquel, o Lagar do Barreirão, as árvores ligadas à RED em Moleanos de Évora e os Moleanos de Aljubarrota. O almoço partilhado fez-se ao som da concertina do Francisco Carvalho, da canção do ceguinho por Teresa Maria, e leram-se poemas já escritos sobre esta RED, no parque de merendas em Calvaria de Baixo, junto ao Chafariz (1744), com tão valiosa nascente que obrigou a construção da Estrada a desviar-se do Mosteiro para ter esse benefício e também pela qualidade do terreno, em desfavor de mais milhas de distância. De seguida, por essa Estrada Real fizemos a última paragem junto do totem e da oliveira plantada na Jardoeira, tendo-nos separado da direção de Leiria indo por outro caminho em direção ao Mosteiro. Era assim o itinerário no século XIX, tal como outrora viajantes europeus o fizeram entre eles, William Beckford, Julia Pardoe e James Murphy. Numa visita especialmente guiada para o nosso grupo, ouvimos contar memórias, não só desses ilustres viajantes, mas também dos soldados de Napoleão, a partir dos seus tristes relatos preteridos. Recordámos o que Clementina de Sousa dos Moleanos de Évora nos tinha contado «as botas dos soldados passando pela Estrada faziam o som de ‘catrapuses’, nome esse que ficou de alcunha, até agora, à família do meu sogro, porque era assim se chamavam ao barulho do andar dos soldados. Naquele sítio e à beira da Estrada foi onde em 1807 construíram, um nicho ao Senhor Jesus da Boa Morte, que chamamos ‘O Santo’ porque houve muitas mortes». ⁵⁶⁵ Esta bem preservado, tem lamparina de azeite e flores naturais. Foi a população, que o restauramos em 2007, quando fez 200 anos, com a colaboração monetária de todos. Só pediram autorização para almoçar e dançar na estrada. Todos os anos em agosto há missa e procissão com música até ao ‘Santo’. Na freguesia de Turquel, António Manuel residente em

⁵⁶⁴António AUGUSTO, *Aparições em Asseiceira*, Lisboa, Porto, Luanda, Lourenço Marques, Editorial Momento, 1967, p.16

⁵⁶⁵ Clementina Matilde de SOUSA, *As minhas palavras soltas*, Moleanos de Évora de Alcobça, 26.08.2023

Chão do Galego contou que sua bisavó Susana, «esteve escondida debaixo da ponte do Rio Seco três dias com medo dos franceses e que tinha só uma maçã no bolso do avental»⁵⁶⁶. Na Venda da Rega, Benedita, «disseram que a população revoltada matava os franceses e depois emparedava-os nos muros velhos, e que no Pego, [na freguesia vizinha de Alvorninha] corria vinho pelo rio, porque os franceses disparam tiros contra as pipas das quintas».⁵⁶⁷ Na obra de Ricardo Charters d’Azevedo, lê-se: «Foi na capela de S. Gregório, que Junot recebeu os primeiros curativos sobre uma campa do adro, após ter sido ferido em pleno rosto com uma bala que lhe rasgou a face sobre um dos malares, quebrando-lhe o nariz».⁵⁶⁸ Eis algumas memórias, orais e escritas sobre o interesse internacional que teve esta RED, à luz das JEP em 2024 com o contributo dos viajantes estrangeiros que a utilizaram e que nos legaram diários e ilustrações de suas viagens, como foi o caso de James Murphy, cujos desenhos foram mais tarde utilizados para reconstrução do Mosteiro após as destruições do fogo atado pelos invasores da Guerra Peninsular.

Em 2024 estiveram aos microfones da Rádio Benedita FM, Lucília André de Asseiceira, António do Coito e António Colaço do Alto da Serra, cujas entrevistas, além de terem sido escutadas pelas audiências habituais nas datas das JEP, foram posteriormente ouvidas em dois ‘listening parties’, ou seja, em encontros organizados para se conviver comentando, petiscando e ouvindo, neste caso as entrevistas que já tinham sido transmitidas na rádio local, Benedita FM e que poucos dos interessados tinham ouvido. O primeiro foi na Asseiceira (10.10.2024), na Casa do Artesanato para escutar Lucília André com quase duas dezenas de pessoas amigas, e o outro no Alto da Serra, (20.10.2024), na Associação Casa da Muda, para apreciar os já referidos entrevistados, com meia centena de ouvintes, que conviveram celebrando encontros com velhas amizades.

Convém referir que os silêncios e pausas das narrativas também têm um significado na recuperação da memória e que por vezes o que não se diz, ou não se

⁵⁶⁶ António MANUEL, *As Invasões Francesas*, Redondas, Café Bolacha, 14.08.2023

⁵⁶⁷ Entrevista coletiva, *As Invasões Francesas*, Taberna de Ti Maria Galinha, Venda da Rega /Estalagem, Benedita, 5.10.2024

⁵⁶⁸ Ricardo Charters d’AZEVEDO, *A Estrada de Rio Maior a Leiria em 1791*, Leiria, Textiverso, 2011, p.79

pode dizer, revela traumas do passado, que devem ser confrontados com fontes orais e escritas para evitar falsas interpretações. Esta Rota mostra a capacidade que o património cultural material e imaterial tem de criar conexões entre diferentes comunidades, unindo as populações, jovens e idosos, com as suas histórias, memórias e identidades, quer de interesse local e nacional, quer internacional, focando a necessidade da sua preservação. Há ainda a salientar a importância de elaborar e de ir organizando e mantendo arquivos com os registos escritos, gravações e vídeos deste projeto, que pretende terminar com a edição de um livro em que estes relatos de memórias de cada freguesia contemplem o que se evidenciou como identitário e importante na construção da suas histórias locais, como por exemplo, uma reprodução de uma obra de artesanato, pintura, escultura, fotos antiga de pessoas ou casas, lagoas, moinhos, lagares ou imagens de santos ou santas, que de algum modo se cruzaram com a Estrada D. Maria Pia.

Espera-se estimular a capacidade dos diferentes grupos, ao longo de uma estrada antiga, quase esquecida, a se interrogarem sobre questões inerentes às memórias de outros tempos, do que ouvirem os seus antepassados contar, recorrendo aos processos de patrimonialização.

RED - NOTAS FINAIS

Em suma, neste projeto da RED até ao final do seu segundo ano, o grupo dinamizador visou investigar e conhecer na memória coletiva das sete localidades, que laços de boa vizinhança e de coesão cultural existiriam e registou laços comuns numa área forte na defesa do património cultural e religioso. Embora as sete localidades sejam pertença administrativa de três Concelhos, três Distritos e três Comunidades Intermunicipais diferentes: Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (concelho de Rio Maior) Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (concelho da Batalha) e Comunidade Intermunicipal do Oeste (Concelho de Alcobaça) demonstraram traços identitários comuns, apesar de no lugar onde se inicia a RED (Asseiceira), e no lugar onde termina (Batalha), não se avistar no horizonte o Maciço

Calcário da Serra de Aires e Candeeiros, essa paisagem é nesses lugares uma marca geográfica, paisagista e identitária muito relevante.

É pois, esta rica diversidade, que faz com que esta RED se distinga de outras rotas existentes. Não foi pensada para um público específico, turistas ou desportistas. Destina-se a conhecer e contribuir para salvaguardar as memórias dos seus habitantes e partir delas para a construção das suas histórias locais. Os protagonistas principais nesta RED são os seus moradores e vizinhos. Pretendemos colaborar na recuperação das suas vozes, linguagens, memórias, lugares, paisagens e espaços através de entrevistas e histórias de vida, sem nunca deixar de fomentar abordagens colaborativas / afetivas de diálogos entre património material e imaterial cruzando relatos de estranhos / estrangeiros que por cá passaram e deixaram memórias, como os soldados nas invasões francesas, os tempos das pestes, etc., mesmos os sítios afamados de roubos, malfeitores, violências, maus tratos e violências.

Assim, é urgente, que estas memórias dos mais idosos sejam recolhidos e arquivados em diferentes suportes, como por exemplo: fotos, filmes e vídeos, até de outros documentos, como textos escritos, diplomas de escola ou de catequese, recortes de notícias de jornais e objetos antigos para que não se percam. Aos informantes deve ser solicitada a respetiva autorização de recolha de informações ou captação de suas imagens e de seus objetos e respetiva divulgação, preferencialmente com os respetivos nomes, exceto se pedirem anonimato.

Em todos os contactos é referida a importância de guardar as memórias de tudo o que diga respeito ao passado, e de se criarem hábitos de fazer arquivos pessoais e/ou das associações. Ressalve-se que um membro da Associação da Maré tem já um trabalho de investigação sobre a história da sua Associação. E como menciona o historiador José Mattoso: «É necessário, portanto, que os cuidados com os arquivos se tornem parte da cultura fundamental, interiorizada e constante de todos os responsáveis, em todos os níveis, e de todos os cidadãos. É um trabalho

coletivo. Uma forma imprescindível de preservar a nossa identidade cultural. De contrário ficamos sujeitos, [...] a uma efetiva perda da nossa identidade cultural.»⁵⁶⁹

Por fim, espera-se que o percurso desta RED que assenta numa articulação multidisciplinar entre ciências sociais, história, geografia, etnografia, arqueologia, incluindo escritores e investigadores locais, possa trazer contributos para o a História Local dos lugares nesta Rota e que possibilite às novas gerações conhecimentos úteis para a construção de comunidades mais informadas e mais justas, na vigência dos valores democráticos e de cidadania, mais solidários na preservação do Património Natural, Cultural, Material e Imaterial.

Bibliografia e Fontes

Referências Bibliográficas

AUGUSTO, António, *Aparições em Asseiceira*, Lisboa, Porto, Luanda, Lourenço Marques, Editorial Momento, 1967.

CASIMIRO, Maria Felizardo, *Benedita quem me dera*, Porto de Mós, Santos e Costa Lda, ed. Autor, 1980.

D'AZEVEDO, Ricardo Charters, *A Estrada de Rio Maior a Leiria em 1791*, Leiria, Textiverso, 2011

MATTOSO, José, *A escrita da História*, Lisboa, Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2019

PINTASILGO, Maria de Lourdes, *Sulcos do nosso querer comum*, Porto, Afrontamento, 1980.

⁵⁶⁹ José MATTOSO, *A escrita da História*, Lisboa, Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2019, p. 18

TML (Terra Mágica das Lendas), *S.O.S. Património BENEDITA, Quinta da Serra, Breves Apontamentos*, Benedita, Relgráfica Artes Gráficas Lda, 2022.

THOMPSON, Paul, *A voz do passado, História Oral*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

Fontes

Entrevistas

António Manuel, *As Invasões Francesas*, Redondas, Café Bolacha, 14.08.2023

Clementina Matilde de Sousa, *As minhas palavras soltas*, Moleanos de Évora de Alcobaça, 26.08.2023

Entrevista Coletiva, *As Invasões Francesas*, Taberna de Ti Maria Galinha, Venda da Rega /Estalagem, Benedita, 5.10.2024

Jornadas Europeias do Património, in Programa “Publicamente”, 16.09.2023, acedido em

https://open.spotify.com/episode/14XhVP17EGcL3a6VoaQeO3?si=wOZ56FseSCaZwulqN5b_0g, 15.02.2025, às 12.00h



CONCEITOS, PRÁTICAS E DESAFIOS
NA CONTEMPORANEIDADE

VILA NOVA DE
FAMALICÃO
2024